



Dossiê

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONFLUÊNCIAS EPISTÊMICAS

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais

Curso de Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral da Coordenação do Curso de Ciências Sociais, v. 2, n. 29, jun./dez. 2022

ISSN 1517-6916 (online)

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Léon, UFPB, Brasil

Antonádia Monteiro Borges, UNB, Brasil

Edmundo Pereira, Museu Nacional/UFRJ, Brasil

Frédéric Vandenberghe, IFCS/UFRJ, Brasil

Karina Biondi, UEMA, Brasil

Lisabete Coradini, UFRN, Brasil

Maristela Oliveira de Andrade, UFPB, Brasil

Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

Sônia Weidner Maluf, UFPB, Brasil

Stênio José Paulino Soares, UFBA, Brasil

Tássia Rabelo de Pinho, UFPB, Brasil

Vagner Gonçalves da Silva, USP, Brasil

EDITORIA

Giovanni Boaes, Adailton Aragão e Mohana Morais

COMISSÃO EDITORIAL

Aécio Amaral, UFPB, Brasil

Aina Azevedo Guimarães, UFPB, Brasil

Luciana Aliaga, UFPB, Brasil

Terry Mulhall, UFPB, Brasil

Thiago Panica Pontes, UFPB, Brasil

Victória Lombardi Freire, UFPB, Brasil

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Giovanni Boaes

Revisão de inglês: Terry Mulhall

CAPA

Jonas de Sene Pinto

Gerente de capa: Aina Azevedo Guimarães

Ilustração: “Aldeia Tramataia – Marcação – Paraíba”

Créditos: Acervo Gipcsa

Caos

Publicação da Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Universidade Federal da Paraíba

(Campus I – João Pessoa)

ANO 23

volume 2

número 29

jul./dez. 2022

ISSN 1517-6916 (online)

Dossiê Temático

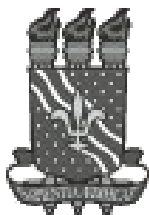
ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONFLUÊNCIAS EPISTÊMICAS

Alicia Ferreira Gonçalves

Alberto dos Santos Cabral

Maristela Oliveira de Andrade

(organizadores)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Valdiney Veloso Gouveia

Vice-reitora: Liana Filgueira Albuquerque

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Vice-diretor: Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Terry Mulhall

Vice-coordenador: Aécio Amaral Júnior

Indexação e Registros



PKP|INDEX

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C111 CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. – v. 2, n. 29 (jul./dez. 2022). – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Semestral

Publicação online: www.periodicos.ufpb.br/index.php/caos

ISSN: 1517- 6916

1. Antropologia. 2. Ciência Política. 3. Sociologia.

- 6 EDITORIAL
Adailton Aragão, Mohana Morais, Giovanni Boaes

DOSSIÊ ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONFLUÊNCIAS EPISTÊMICAS /
ANTHROPOLOGY AND PUBLIC POLICY DOSSIER: EPISTEMIC CONFLUENCES

- 10 ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: apresentação do dossiê /
ANTHROPOLOGY AND PUBLIC POLICIES: presentation of the dossier
Alicia Ferreira Gonçalves, Alberto dos Santos Cabral, Maristela Oliveira de Andrade
- 16 AS PRÁTICAS ARTÍSTICAS DA ARTE DE RUA NO RECIFE: relações com as técnicas e políticas públicas / *THE ARTISTIC PRACTICES OF STREET ART IN RECIFE: relations with techniques and public policies*
Marianne Muniz Atanazio, Marco Aurélio Paz Tella
- 35 CULTURA COMO UM EIXO DE DESENVOLVIMENTO: os museus universitários e os espaços museais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / *CULTURE AS AN AXIS OF DEVELOPMENT: university museum and museum spaces at the Federal University of Paraíba (UFPB)*
Alberto dos Santos Cabral, Marisa Pires Rodrigues, David Holanda de Oliveira
- 55 DO SKATE STREET AO SKATEPARK: as políticas públicas nas ruas e nas praças de Imperatriz/MA / *FROM SKATE STREET TO SKATEPARK: public policies in the streets and squares of Imperatriz/MA*
Jesus Marmanillo Pereira
- 72 INTERFACES ANTROPOLÓGICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: algumas repercussões advindas da “Cidade da Criança” situada em Natal/RN / *ANTHROPOLOGICAL INTERFACES IN PUBLIC POLICIES: some repercussions from the “Cidade da Criança” located in Natal/RN*
Milene Morais Ferreira, Beatriz Soares Gonçalves, Flávia Ferreira Pires
- 89 REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRADAS NAS CRIANÇAS: um estudo inicial sobre o “Projeto Cidade das Crianças” e sua realização no município de Jundiá (SP) / *ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS ON CHILD-CENTERED PUBLIC POLICIES: an initial study on the “City of Children Project” and its implementation in the city of Jundiá (SP/Brazil)*
Beatriz Soares Gonçalves, Flávia Ferreira Pires

- 114 A COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SERGIPE E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS: reflexões sobre o papel do antropólogo no processo de retomadas das terras Xokó / *THE SERGIPE PRO-INDIAN COMMISSION AND THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR INDIGENOUS PEOPLES: reflections on the role of the anthropologist in the process of repossession of the Xokó land*
Diogo Francisco Cruz Monteiro, Estêvão Martins Palitot
- 133 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE / *EVALUATION OF THE IFCE EXPANSION POLICY WITH THE SEA PEOPLES OF CAMOCIM/CE*
Aniely Silva Brilhante, Alcides Fernando Gussi
- 162 PENSANDO A ANTROPOLOGIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / *THINKING ABOUT ANTHROPOLOGY IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES: reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutritional Security*
Nádja Silva dos Santos, Maristela Oliveira de Andrade
- | Ensaio Visual – Dossiê |
- 180 REVISITANDO O TALHADO: ensaio visual / *REVISITING THE TALHADO: visual essay*
José Vandilo dos Santos, Lara Santos de Amorim

ARTIGOS / ARTICLES

- 190 O USO DO RETRATO SOCIOLÓGICO COMO RECURSO PARA OBSERVAR AS CONDIÇÕES SOCIAIS NECESSÁRIAS PARA A MANIFESTAÇÃO DO “GOSTO” PELA ARTE / *THE USE OF THE SOCIOLOGICAL PORTRAIT TO OBSERVE VISIBLE SOCIAL CONDITIONS NECESSARY FOR THE MANIFESTATION OF THE “TASTE” FOR ART*
Bernardo Fortes

Se 2018 foi um arauto de quatro anos de incertezas e ameaças à educação pública superior, 2022 termina com um sopro auspicioso. Nesse contexto, que envolve o certo, o duvidoso e o possível reavivamento, a Revista Caos publica a edição de número 29. Se a negligência marcou, durante 48 meses, as políticas públicas no Brasil, queremos terminar este ciclo falando sobre elas. A condição social, o acesso aos espaços públicos, a invisibilidade política e a marginalização das minorias ganham protagonismo nas linhas que se seguem.

Esta edição traz o dossiê *Antropologia e Políticas Públicas: confluências epistêmicas*, oferecendo ao público leitor oito artigos e um ensaio visual. Completando o número, trazemos um artigo livre. O dossiê foi organizado por Maristela Oliveira de Andrade, Alícia Ferreira Gonçalves e Alberto dos Santos Cabral.

Maristela Oliveira de Andrade é antropóloga, professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba. É coordenadora adjunta do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA). Tem pesquisado e publicado ativamente sobre os temas: território, populações tradicionais, desenvolvimento e meio ambiente, bem como no campo da religião, religiosidades e movimentos religiosos contemporâneos.

Alícia Ferreira Gonçalves é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), ambos na Universidade Federal da Paraíba. É coordenadora do GIPCSA desde 2016. Em 2017, com patrocínio da CAPES, coordenou a Escola de Altos Estudos: *Sociedade, Cultura e Ambiente*, ocorrida na UFPB. Tem se dedicado às pesquisas e publicações nos temas: políticas sociais e desenvolvimento; território, identidade e meio ambiente.

Alberto dos Santos Cabral é cientista social com destacada formação interdisciplinar. Graduado em Ciências Sociais, especialista em Gestão Estratégica de Negócios, com MBA em Planejamento, Gestão e Marketing do Turismo, mestre em Engenharia de Produção, doutor em Desenvolvimento Sustentável e com pós-doutorado em Antropologia Social. Enquanto pesquisador, privilegia uma abordagem transversal



dos temas: objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS); economia circular; tradições culturais, identidade e sustentabilidade; etnodesenvolvimento; argumentação técnica e gestão de projetos; análise, desenvolvimento e adequação de políticas públicas; construção de cenários prospectivos e certificações socioambientais.

Pertinente ao momento histórico brasileiro, nesta edição, o debate sobre a antropologia e as políticas públicas conversa com a situação vivida pelos cidadãos brasileiros nos últimos anos. Os momentos de retrocesso dos vários tipos de direitos que se presenciou nesse período refletem facetas da nossa fragilidade política, cujo resultado foi a eleição de um presidente com comportamento inconsistente, pouco articulador e — como lembram Santos e Andrade, em artigo deste dossiê, evocando as ideias do filósofo camaronês Achille Mbembe — fiel seguidor da necropolítica. Tivemos ausência de políticas públicas efetivas e a iminente ameaça de extinção das já conquistadas, sobretudo no tocante aos espaços públicos; às crianças, jovens e adolescentes; aos povos originários; quilombolas; grupos minoritários; atletas; artistas, entre outros grupos que foram/são silenciados por uma política negacionista, contra as culturas, contra o meio ambiente e contra as universidades.

Esta edição também fala sobre alteridade cultural. Sobre contextos múltiplos, que vão das cidades e territórios, passando pela arte de rua, *pixo*, skate, praças e parques até chegar ao caso dos indígenas Xokó de Sergipe e ao povos do mar de Camocim/CE. Envereda pelos caminhos que nos levam aos museus como fator de desenvolvimento cultural, toma a sinuosa estrada que nos conduz à extinção do CONSEA, e no final da jornada, o olhar se volta para imagens do Talhado. Este é o dossiê, cuja apresentação é feita por seus organizadores no primeiro artigo.

O artigo livre, escrito por Bernardo Fortes, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFPB) — *O uso do retrato sociológico como recurso para observar as condições sociais necessárias para a manifestação do “gosto” pela arte* —, apresenta o “retrato sociológico” de um jovem artista de classe média, morador da cidade do Recife/PE. Por meio de conceitos e métodos das sociologias de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire (sociologia disposicionalista e em escala individual), o autor reconstrói as experiências socializadoras de Villa — nome fictício — a fim de compreender as disposições e os contextos que alimentam o consumo e o seu gosto pela arte.



O processo editorial é uma troca de conhecimentos, editores/as, autores/as e pareceristas aprendem e contribuem na construção e produção científica, sobretudo, nas ciências sociais. Sabemos que a ciência tem sido “atacada”, questionada e até mesmo desqualificada por um Estado anticiência, representantes da elite do atraso, como diz Jessé Souza. A subjetividade das ciências humanas transforma as diferenças e individualidades em saberes potentes, únicos, base constituinte de uma sociedade mais igualitária. Ser pesquisador/a, antropólogo/a, sociólogo/a, cientista político/a, cientista social e/ou professor/a no Brasil é ter sua função questionada, desvalorizada. O ano 2022 se conclui trazendo a esperança que sempre ocupa o horizonte de pesquisadores/as brasileiros/as: que nossa valorização seja fiel à contribuição efetiva a uma nação que cresce.

Estamos felizes por oferecer ao público uma edição provocativa: este conjunto de textos atravessados pelo mesmo ponto de partida: – Qual a parte que nos cabe na construção de um Brasil de direitos? – Políticas públicas como direito ou como mecanismo de busca por direitos?

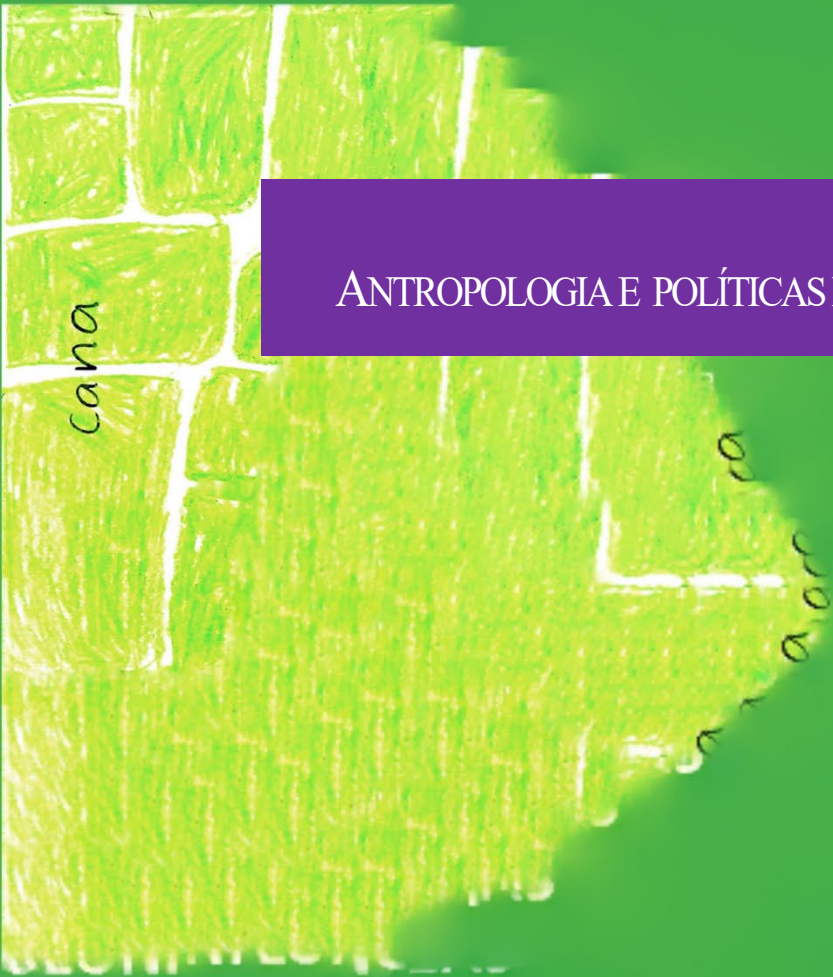
Este número é fruto de um trabalho coletivo, por isso devemos agradecer a todas/os que participaram do processo de sua produção: aos organizadores do dossiê, às oito autoras, aos oito autores, às treze avaliadoras e aos seis avaliadores. É importante também agradecer, por eles/as terem procurado a Caos, aos/as autores/as dos seis artigos que foram rejeitados durante o processo editorial. Como de costume, destacamos a atuação de Aina Guimarães (responsável pela capa), de Terry Mulhall (revisor de inglês), de Jonas de Sene Pinto (artista e designer gráfico responsável pela produção da capa).

Por último, jubilosos, queremos registrar a chegada de Mohana Moraes à equipe Caos, como editora assistente, a quem damos as boas-vindas.

BOA LEITURA.

OS EDITORES.





| DOSSIÊ |

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONFLUÊNCIAS EPISTÊMICAS

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: apresentação do dossiê***ANTHROPOLOGY AND PUBLIC POLICIES: presentation of the dossier***

Alicia Ferreira Gonçalves *

Alberto dos Santos Cabral **

Maristela Oliveira de Andrade ***

Resumo

O texto realiza uma breve análise da relação entre antropologia e políticas públicas como um novo campo de estudos e apresenta o conteúdo dos artigos que compõe o dossiê antropologia e políticas públicas: confluências epistêmicas.

Palavras-chave: antropologia; políticas públicas; políticas culturais; território.

Abstract

The text offers a brief analysis of the relationship between anthropology and public policies as a new field of study and presents the content of the articles that make up the dossier — anthropology and public policies: epistemic confluences.

Keywords: anthropology; public policies; cultural policies; territory.

A alteridade cultural que se estabelece nas relações entre nosso grupo e o Outro é a problemática fundante da antropologia que emerge no final do século XIX. Ela nos possibilita, a partir dos anos 2000, uma aproximação e diálogo no campo das políticas públicas, especialmente mediante estudos etnográficos sobre a diversidade de grupos étnicos e sociais, crescentemente nos últimos vinte anos, tornando-os alvo dessas políticas. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) instituiu em 2010 a área de antropologia das instituições e da governança (SPIESS, 2016). Segundo Leiner (2013), esta área tem apresentado distintas abordagens: a primeira privilegia os efeitos das políticas públicas sobre as identidades e a cultura dos

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Brasil. E-mail: aliciafg1@gmail.com.

** Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB)/Brasil. E-mail: gracianocabral@yahoo.com.br.

*** Professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. Doutora em Étude Latino-Americaine/Anthroposociologie des Religions pela Universidade de Paris III/França. E-mail: andrademaristela@hotmail.com.



grupos; a segunda aborda a gestão pública e o papel dos antropólogos e antropólogas como mediadores entre o Estado e o grupo alvo; e a terceira compreende as relações entre Estado e política pública como linguagem e tecnologias de poder com seus agentes (LIMA; MACEDO E CASTRO, 2008).

Nesta perspectiva, este dossiê propõe debater as confluências epistêmicas que emergem das relações entre a antropologia e as políticas públicas nas abordagens descritas por Leiner (2013), considerando ainda os confrontos entre os princípios universalistas das políticas e os perfis particularistas dos grupos sociais (GONÇALVES; GUSSI, 2011). Esse debate vem sendo desenvolvido no âmbito das atividades do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (GIPCSA)¹, que atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba, coordenado por Alicia Gonçalves.

Este dossiê foi motivado a partir da disciplina Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento ofertada ao PPGA e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) em 2021, estudo coordenado pelas organizadoras deste dossiê, com a colaboração do pesquisador Alberto Cabral realizando então seu estágio pós doutoral no PPGA, desenvolvendo o projeto “A cultura como eixo de desenvolvimento”.

Pensada a partir das confluências entre cultura e políticas públicas em articulação com teorias do pós desenvolvimento (SILVA, 2010), que apontam para horizontes de decrescimento ou decrescimento sereno (LATOUCHE, 2009), a disciplina buscou ainda articular a temática às teorias indígenas do “bem-viver”. Neste quadro teórico, as políticas públicas, em especial as políticas culturais, se configuram como ações de Estado direcionadas para o fortalecimento das identidades, da redução das desigualdades e, simultaneamente, como matriz de geração de renda para parcelas crescentes da sociedade.

O debate construído no âmbito da disciplina se materializou em um conjunto de experiências etnográficas e análises produzidas por mestrando(a)s e doutorando(a)s que cursaram a disciplina e articularam a discussão dos teóricos das políticas públicas e

¹ O Gipsa possui cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde o ano de 2012. Cf.: <https://gipsa.wixsite.com/ufpb>.



culturais às suas etnografias em andamento. As experiências relatadas sinalizam o fomento público às políticas culturais e diferentes artes no contexto do direito à cidade, ao território e à segurança alimentar, tendo como protagonistas diferentes grupos sociais, como jovens e crianças, negros e moradores da periferia, indígenas e pescadores.

As políticas culturais foram alvo dos primeiros artigos, o de Marianne Muniz Atanazio e Marco Aurélio Paz Tella — *As práticas artísticas da arte de rua no Recife: relações com as técnicas e as políticas públicas* —, no qual observam a arte de rua e a política cultural na cidade do Recife, analisando os efeitos do processo da desconstrução da ideologia racista, dialogando com a consciência histórica da resistência cultural e a epistemologia das práticas culturais (reprodutibilidade técnica artística) de sobrevivência do povo preto. Os autores analisam como a arte de rua se manifesta no contexto cultural do centro histórico do Recife, por intermédio de análises de imagens do *graffitti* e do *pixo*.

Já o artigo *Cultura como um eixo de desenvolvimento: os museus universitários e os espaços museais da Universidade Federal da Paraíba*, de Alberto dos Santos Cabral, David Holanda de Oliveira e Marisa Pires Rodrigues, analisa a elaboração do Plano Museológico para espaços museais na UFPB, com foco na Pinacoteca. A arte e a cultura são vistas como componentes capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, elas são traduzidas nos planos estratégicos e ações para a Pinacoteca. Como signatária da Agenda 2030 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a UFPB se compromete com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao cumprir a exigência legal do Plano Nacional Setorial de Museus que reafirma a ligação entre museu, cultura e desenvolvimento.

O artigo *Do Skate street ao skatepark: as políticas públicas nas ruas e nas praças de Imperatriz/MA*, de autoria de Jesus Marmanillo Pereira, analisa as políticas públicas de esporte e lazer, a partir da construção do *skatepark* (pista de skate) da Praça Mané Garrincha, localizada na cidade de Imperatriz, no sul do estado do Maranhão. Com o aporte da antropologia, o autor traça reflexões sobre o tema para compreender como os agentes públicos dialogaram com os praticantes de skate sobre a aplicação dos recursos orçamentários em esporte e lazer na cidade. As tensões advindas do diálogo



revelaram a luta dos skatistas pelo direito ao espaço público ou direito à cidade, aliado à expressão cultural e afirmação identitária.

Aliás, o direito à cidade foi debatido nos artigos seguintes, cujas pesquisas visaram as políticas públicas direcionadas às crianças, como no artigo *Interfaces antropológicas em políticas públicas: algumas repercussões advindas da “Cidade da Criança” situada em Natal/RN*, de autoria de Milene Moraes Ferreira, Beatriz Soares Gonçalves e Flávia Ferreira Pires, que nos convida a refletir acerca da relevância epistemológica da prática antropológica na elaboração de políticas públicas com foco nas crianças. Nessa perspectiva, as autoras observaram o debate sobre política pública, ética e ação na construção de políticas públicas, cujo referente empírico é a Cidade da Criança, circunscrita em Natal/RN.

Na mesma sintonia de pensamento, temos o ensaio sobre o *Reflexões antropológicas sobre políticas públicas centradas nas crianças: um estudo inicial sobre o “Projeto Cidade das Crianças” e sua realização no município de Jundiá (SP)*, igualmente articulado à uma antropologia das crianças. O ensaio de autoria de Beatriz Soares Gonçalves e Flávia Ferreira Pires tem como objetivo analisar uma iniciativa internacional de gestão municipal (fundada na Itália, em 1991), apropriada por um município do estado de São Paulo, que busca colocar as crianças no foco das políticas públicas voltadas para o direito à cidade.

Quanto às políticas de direito ao território, o artigo *A Comissão Pró-Índio de Sergipe e a construção de políticas públicas para os povos indígenas: reflexões sobre o papel do antropólogo no processo de retomadas das terras Xocó*, de Diogo Cruz Monteiro e Estevão Palitot, realiza uma imersão na história de lutas da etnia Xocó por seu território no Porto da Folha, estado de Sergipe, e reflete sobre o papel político e epistemológico da antropóloga Beatriz Góes, fundadora da Comissão Pró-Índio em Sergipe. Como contribuição epistemológica para o movimento, a antropóloga fez os estudos de reconhecimento étnico dos Xocó com base em teorias contemporâneas sobre etnicidade. Como contribuição política exerceu uma militância séria e comprometida com o fortalecimento das lutas territoriais dos Xocó que garantiram o acesso a políticas públicas que lhes asseguraram direitos étnicos e territoriais.



O artigo *Avaliação da política de expansão do IFCE junto aos povos do mar de Camocim/CE*, de autoria de Anniely Silva Brilhante e Alcides Fernando Gussi, vinculados à Universidade Federal do Ceará, avalia a política de expansão da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), e sua atuação junto aos povos do mar, cujo território está localizado no município de Camocim, estado do Ceará. Para tanto, apresenta-se como questão central, saber em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE por meio de inovações na atividade de pesca.

Políticas públicas no âmbito da segurança alimentar são extremamente relevantes para o desenho das ações de combate à fome no Brasil contemporâneo. De autoria de Nadja Silva dos Santos e Maristela Oliveira de Andrade, o artigo *Pensando a antropologia no campo das políticas públicas: reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* propõe discutir a emergência e extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), refletindo sobre os contextos políticos, econômicos e socioculturais. No Brasil atual, as conjunturas política e sanitária, especialmente com a eclosão da pandemia da Covid-19, revelaram-se para as autoras como um cenário de necropolíticas (MBEMBE, 2018), que criam mundos de morte para grupos sociais específicos.

Para finalizar este dossiê, o ensaio visual *Revisitando o Talhado*, de José Vandilo dos Santos e Lara Amorim, retrata a memória da comunidade quilombola do Talhado da Paraíba por meio de um acervo fotográfico do autor em dois momentos da sua pesquisa, com intervalo de duas décadas. Os autores buscam agregar à antropologia visual o compromisso de dar visibilidade aos processos vividos pelo povo do Talhado em suas lutas para o acesso a políticas públicas, e suas conquistas.

É importante mencionar o contexto em que as pesquisas foram realizadas e articuladas para a formação desse dossiê. Os estudos transcorrem em paralelo a pandemia: no contexto da Covid-19, da crise ecológica, sanitária e crises políticas e institucionais causadas durante o governo Bolsonaro, demonstrando desta forma, a resiliência dos pesquisadores brasileiros, da universidade pública, bem como seu papel relevante nos territórios etnografados.



Referências

GONÇALVES, Alicia Ferreira; GUSSI, Alcides Fernando. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre particularismo e universalismos. *In*: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO (CODE), 2., 2011 Brasília, **Anais** [...]. Brasília: IPEA, 2011. p. 1-20. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32508/1/2011_eve_afgoncalvesafgussi.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

LATOUCHE Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Editora: WMF Martins Fontes, 2009.

LEIRNER, Piero de Camargo. As políticas públicas segundo a antropologia. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 69-90.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Política(s) pública(s). *In*: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: Edufba, 2008. p. 351-392.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. N1 Edições: São Paulo, 2018.

SILVA, José de Souza. **Aridez mental, problema maior**: contextualizar a educação para construir o “dia depois do desenvolvimento” no semiárido brasileiro. Campina Grande: Embrapa/INSA, 2010.

SPIESS, Marcos Alfonso. Relações entre antropologia e políticas públicas no Brasil: uma análise da institucionalização do campo de pesquisa. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 169-191, 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/783>. Acesso em: 26 nov. 2022.

Recebido em: 06/11/2022.

Aceito em: 23/11/2022.



**AS PRÁTICAS ARTÍSTICAS DA ARTE DE RUA NO RECIFE:
relações com as técnicas e políticas públicas*****THE ARTISTIC PRACTICES OF STREET ART IN RECIFE:
relations with techniques and public policies***

Marianne Muniz Atanzio *

Marco Aurélio Paz Tella **

Resumo

Toda sociedade se constitui de forma política, econômica e cultural. Nesse sentido, as pluralidades de identidades, bem como as formas técnicas de execução de práticas artísticas servem como propósito de análise de representações. A partir disso, busca-se relacionar a metodologia de Molefi K. Asante (2009), da afrocentricidade, para analisar os efeitos do processo da desconstrução da ideologia racista, dialogando com a consciência histórica da resistência cultural e a epistemologia das práticas culturais (reprodutibilidade técnica artística) de sobrevivência do povo preto, que se manifestam no contexto cultural no centro histórico do Recife, por intermédio de análises de quatro imagens do *graffiti* e do *pixo*. Reflete-se sobre as questões: O estado de Pernambuco produz políticas públicas para a integração dessas expressões no meio cultural? E como esses artistas se sentem em utilizá-las ou não? Entende-se que todo indivíduo se desenvolve no meio social, e por consequência disso, os processos criativos e técnicos também permitem nos entendermos socialmente.

Palavras-chave: Recife antigo; arte de rua; políticas públicas; *graffiti* e *pixo*.

Abstract

Every society is constituted politically, economically and culturally. In this sense, the pluralities of identities, as well as the technical forms of execution of artistic practices, serve for the purpose of analyzing representations. From this, I seek to relate Molefi K. Asante's methodology of Afrocentricity (2009) in order to analyze the effects of the process of deconstruction of racist ideology, dialoguing with the historical consciousness of cultural resistance, and the epistemology of cultural practices (artistic technical reproducibility) of survival of black people that manifest themselves in the cultural context of the historic center of Recife, through the analysis of four images of graffiti and pixo. Questions are considered: Does the state of Pernambuco produce public policies for the integration of these expressions into the cultural environment? How do these artists feel about using them or not? It is understood that every individual develops in a social environment, and consequently, the creative and technical processes also allow us to understand ourselves socially.

Keywords: Old Recife; streetArt; public policies; graffiti e pixo.

* Graduada em Design pela UFPB/Brasil. E-mail: mariannemunizat@gmail.com.

** Professor da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brasil. E-mail: marcoaureliopaz@hotmail.com.



Introdução

O universo da arte de rua no centro do Recife, desenvolvido por artistas negros, vai para além do significado já imposto a essa prática, mostra-se como uma ação de descolonização por meio da exaltação da resistência e da identidade negra. Esse contexto também traz ressonância sobre as políticas públicas presentes no estado de Pernambuco, especialmente no município de Recife, assimilando a ligação da atribuição dessas políticas, bem como a preocupação com os artistas e os discernimentos das suas condições sociais.

Compreende-se que no centro histórico do Recife, o estado de Pernambuco dá extrema centralidade aos colonos portugueses e imigrantes europeus, onde as representações patrimoniais desses grupos sempre foram exaltadas. Mas há necessidade de isso ser visto de forma crítica. No entanto, existia e existem ações unificadas com foco nos movimentos sociais e culturais da população negra, cuja madeixa está localizada no centro do Recife, por meio do diálogo com as práticas artísticas que exaltam a herança africana.

Portanto, neste artigo, houve a necessidade de trabalhar com três elementos, as noções de *consciência*, *agência* e *desagência*, que ajudaram a confrontar a estrutura histórica, política e social do centro histórico do Recife e suas representações, assim como o uso e exploração da sua cultura material-visual. A descrição das expressões visuais e simbólicas dos contextos das imagens são o resultado de uma reflexão local, sublinhando assim a dimensão política de uma prática artística do cotidiano de jovens negros periféricos, que atuam diariamente no território, bem como a importância de atribuições das políticas públicas, sublinhando o fato de que elas não são tão relevantes para as pessoas que, por elas, deveriam ser atendidas.

Posto isso, a metodologia fundamental, que faz com que haja maior entendimento motivador dessas ações unificadas, advém da epistemologia da afrocentricidade desenvolvida pelo professor Molefi K. Asante¹ (2009). A afrocentricidade é “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de

¹ Molefi Kete Asante é um cientista, historiador, filósofo, poeta, dramaturgo e pintor afro-americano. Ele é uma figura proeminente nas áreas de estudos afro-americanos, estudos africanos e estudos de comunicação. É professor do Departamento de Africologia e Estudos Afro-Americanos da *Temple University*, na Filadélfia. Ele também atua como organizador internacional da *Afrocentricity International* e é presidente do *Molefi Kete Asante Institute for Afrocentric Studies*. Também é professor convidado da Universidade de Zhejiang, Hangzhou, China e Professor *Extraordinarius* da Universidade da África do Sul.



fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93).

Sendo assim, procura-se conscientizar sobre outras formas de conhecer que estão dialogando entre os saberes, os sujeitos e as práticas, por meio da agência da arte de rua, da etnografia, a partir da seleção de quatro imagens de *graffittis* e pixos de artistas negros, que expressassem e trouxessem aspectos que colocassem corpos negros como evidência, — sendo capazes de fornecer mecanismos de recentralização e de expansão para uma nova realidade de conhecimentos, práticas e experiências de nós negros como agentes e atuantes.

Giro sobre o cenário histórico do centro do Recife e de movimentos políticos negros

Os apontamentos dos aspectos da construção histórica do centro do Recife — que integra o bairro do Recife, juntamente com os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010) — requer uma imersão pela sua dimensão material, pela arquitetura das suas construções, seus traçados urbanos e suas características artísticas.

Essa imersão se inicia a partir do nascimento do Recife — nome advindo de “uma estreita faixa de areia protegida por uma linha de arrecifes que formam um ancoradouro.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014) —, cuja origem remonta “à terceira década do Século XVI” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014), sendo uma das primeiras cidades a sofrer o processo de colonização portuguesa a partir de 1500. Trinta e sete anos depois, recebeu o registro de Vila do Recife (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Em 1595, foi invadida pela Espanha e Inglaterra, no episódio que ficou conhecido como “saque do Recife”; em seguida, sofreu a “invasão holandesa” (1630-1654) “sob o comando de Maurício de Nassau, que se estabeleceu no Recife, fazendo-a capital do Brasil holandês” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). São experiências múltiplas que delinearão sua estrutura arquitetônica e espacial.

Sendo uma cidade colônia, portuária e rota de comércio, com grande facilidade, Recife sofreu influência de vários aspectos de movimentos artísticos, como o barroco, o



estilo neoclássico, Art déco, o neogótico e o modernismo — “no século 20, por exemplo, a cidade se tornou uma referência modernista, com suas residências, prédios e estabelecimentos com elementos simples, mas surpreendentes, característicos do movimento artístico” (ALVES, 2021).

Por meio da história do centro histórico do Recife, entendendo como a colonização funciona e depois visualizando os colonizadores desse território, é possível compreender os conceitos e as percepções formadoras sobre os aspectos artísticos que foram construídos ao longo do tempo no centro histórico do Recife, já que o olhar colonial diz o que é importante historicamente.

Mas, por mais “poderoso” que esse olhar tenha sido, ele não deve obscurecer a história igualmente importante das sociedades negro-africanas, tanto das gerações anteriores que foram escravizadas quanto das gerações atuais. Importância que se revela pela resistência negra no território, marcada por lutas, continuidades e formação de quilombos,² como o quilombo dos Palmares, localizado na antiga capitania de Pernambuco — atualmente a localização se encontra no estado de Alagoas —, cujo líder, Zumbi, foi um “general das armas” responsável por vários embates (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021) em favor da sobrevivência do povo preto. Além dos Palmares, destacam-se o quilombo do Catucá, localizado “próximo ao eixo urbano Recife/Olinda” (CARVALHO, 2006, p. 4) e o quilombo Nação Xambá, fundado em 1930, sendo o primeiro quilombo urbano do Nordeste e uma referência na “preservação das expressões culturais de origem africana. O local histórico abriga, há 90 anos em Pernambuco, o Terreiro de Xambá, sendo 21 no Recife e 69 anos em Olinda” (VIVER/DIARIO, 2020).

Cenário da arte de rua

A atuação dos movimentos políticos negros, no contexto histórico do centro do Recife e da conexão da cidade com o espaço urbano, transforma a produção cultural de práticas artísticas (do *graffitti* e da *pixação*) em base para exaltações e representações da identidade negra, procurando romper com as várias formas de racismo que se colocam sobre os negros.

² A Fundação Cultural Palmares define quilombos como comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava ser dono sobre sua corporeidade e subjetividade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, [ca. 2021]).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Considera-se que as pluralidades de identidades, bem como as formas técnicas de execução de práticas artísticas servem como base para análises de representações. O poder estrutural e sistêmico do racismo e do epistemicídio (RAMOSE, 2011) acaba dando ilegitimidade a produções feitas por jovens negros. O epistemicídio representa o extermínio de produções intelectuais negras de maneira mais abrangente, pois como diz Nogueira, no seu artigo “*A ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope*”, no qual aponta seu entendimento sobre sua análise em comum entre o conceito defendido por Mogobe Ramose e outros autores: “a filosofia africana foi invalidada pelos critérios ocidentais de filosofia” (NOGUEIRA, 2013, p. 143).

Se por um lado, na concepção cultural da sociedade brasileira, em específico no contexto social do centro histórico do Recife, os elementos culturais (de identidade, técnicas, religiosidade, memória, corporeidade) da arte de rua são utilizados/vistos pelo viés de mecanismo de dominação, apagamento, invisibilidade e ocultação, por outro lado, eles são processos vinculados à noção de luta e resistência negra.

Alicia Gonçalves (2010) pontua que o contexto social da cultura deve ser compreendido como “algo dentro do qual os acontecimentos, as instituições, os comportamentos e os processos podem ser descritos com densidade” (GONÇALVES, 2010, p. 69). Dessa forma, utiliza-se neste estudo os três níveis propostos por Molefi K. Asante (2009) do desenvolvimento da afrocentricidade: o primeiro se refere à **conscientização**, sendo o aspecto que orienta os seres humanos no conhecimento sobre as opressões que sofrem, como também sobre as vias possíveis de libertação por meio de sua agência (ASANTE, 2009); o segundo é da **agência**, que é “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (ASANTE, 2009, p. 94); e o terceiro é a **desagência**, vista como “qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo” (ASANTE, 2009, p. 95). Com esses conceitos é possível pensar em formas de mudar os reflexos colonizadores e capitalistas sobre a arte de rua, a identificação do *lugar* e os *corpos/identidades* que estão produzindo tais manifestações.

Dessa maneira, considerando que tais práticas artísticas, em sentido amplo, incluem murais figurativos e técnicas que vão além do uso do *spray*, buscaremos produzir

uma compreensão das expressões artísticas de pinturas e dos escritos urbanos (*graffitti* e o *pixo*).

Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que o *graffitti* e o *pixo* aterrissaram em São Paulo, inicialmente por intermédio da influência do movimento em Nova York e em Berlim. Chegaram ao estado de Pernambuco entre as décadas de 1964 e 1985 com o caráter de um movimento político e social (COSTA, 2017). Entende-se que a *street art* (“arte de rua” ou “arte urbana”) consiste em ser um movimento artístico que parte da movimentação e união do povo negro para uma luta coletiva e cultural como “uma maneira de descrever o comportamento” (BARTH, 2000, p. 25) da juventude negra e periférica. Essa prática artística parte da percepção da necessidade de reivindicar direitos iguais, protestar contra a discriminação racial (racismo), busca por liberdade de expressão, protesto contra a brutalidade policial, a identificação com “[...] o continente africano como um berço, uma nascente” (SEBADELHE; PEIXOTO, 2016, p. 12) a partir da exaltação da estética negra. Além de representar os mais variados propósitos e dialogar com os repertórios e tradições de cada lugar.

Apesar de coexistirem, o *graffitti* e o *pixo*, e um pode ser complemento do outro, pela sua diversidade contextual, socialmente, eles acabam sendo definidos de formas diferentes a partir do aspecto de valor, em que o *graffitti* acaba tendo o caráter de “busca pela melhoria e pelo embelezamento do espaço público” (MOREN, 2009, p. 44), ou seja, o olhar sobre ele tem a perspectiva da forma artística. Já o *pixo* é marginalizado e visto como não-arte, pois “não há um planejamento mais meticuloso sobre os grafismos, as formas ou aplicação de técnicas artísticas” (NARDUCHI, 2016, p. 32).

Mas não é desse modo que muitos dos pixadores definem e veem a pixação. É interessante a proposta de definição que a pixadora Carol, no documentário PIXO (2009). Ela define a pixação como “a arte da pobreza, que expõe tudo o que sentimos. Sentimento que ninguém quer ver, sentimento que todo mundo fecha os olhos, que não quer prestar atenção”.

Por essa razão, é possível entender que a arte é uma epistemologia de sobrevivência do povo negro, entendendo que “na cosmovisão africana e afro-diaspórica, assim, o objeto artístico não pode ser concebido apenas como um objeto de arte, ele, necessariamente possui uma função social que implica a sua existência” (NJERI, 2021,



p. 23). Ou seja, “para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e as nossas experiências” (HOOKS, 2013, p. 233) por meio da arte.

Um regate que envolve a noção da sua produção corporal, pois “o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (MUNANGA, 2020, p. 19) como ação afirmativa — o que seu corpo em diáspora é, o que ele remete, o que significa —, negramente por meio da sua negritude. E das suas vivências (da afro-perspectiva), que são marcos para construções de produções artísticas, teóricas e para a “conquista de espaços sociais que até então lhe têm sido vedados” (PEREIRA, 2002, p. 69).

Assim, impactando a corrente imposta pelo Estado do nosso exílio, mas não da percepção do exílio, como aponta Said (2003), de ser separado do seu local natal ou do seu verdadeiro lar, mas sim do sentimento de não se ver em nenhum lugar, de se sentir sozinho, não valorizado, esquecido, de não saber a sua história, sempre à margem. Porém, como diz a lógica de Seyferth (2002), de perturbar a ordem natural imaginada para o Estado.

Acrescenta-se que tomar consciência histórica da resistência cultural no centro histórico do Recife, da importância da arte de rua desenvolvida por artistas negros, especialmente por meio de obras que expressam a negritude, é entender que há uma tomada de consciência por meio da “revalorização e aceitação da sua herança africana” para “reconstruir positivamente sua identidade” (MUNANGA, 2020, p. 20). Nesse sentido, conforme Munanga, “a negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas” (MUNANGA, 2020, p. 20).

Contudo, se as epistemologias das práticas culturais (reprodutibilidade técnica artística) de sobrevivência da comunidade negra se manifestam no contexto cultural, e se todo indivíduo se desenvolve no meio social, como o estado de Pernambuco produz políticas públicas para a integração dessas expressões no meio cultural? E como esses artistas se sentem em utilizá-las ou não?

Dilemas e políticas públicas: breve abordagem

Para conseguir compreender o contexto das políticas públicas no meio cultural, é necessário um entendimento seguro sobre as formas como elas operam e, especialmente, se existe ou não o reconhecimento social dessas políticas como um fenômeno de quebra de uma estrutura.

Considerando que existem normas orientadoras de políticas públicas de cultura desenvolvidas pelo governo de Pernambuco, percebe-se que o “[...] poder público tem promovido uma série de ações de requalificação urbana no bairro [Recife]: recuperação patrimonial com projetos de restauração, reforma e novas ocupações de espaços públicos [...]” (DUTRA *et al*, 2018, p. 1). Destacam-se entre todas as ações os projetos da **Funcultura-PE** (Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura) que foi lançado em 2003 com objetivo de “financiamento direto de projetos artísticos e culturais por meio de seleção pública” (FUNCULTURA-PE, 2002); o projeto “**Salva-Arte Recife**”³ que teve duas edições, mas sendo a de 2021 a que teve a proposta de incentivar as artes urbanas por meio de cores e sons revitalizando “os seis postos salva-vidas, relíquias urbanísticas que acompanham o litoral recifense desde 1940” (PREFEITURA DO RECIFE, 2021) no bairro de Boa Viagem; o “**Mais Vidas nos Morros**” que “envolve estratégia de convivência na comunidade, incentivando a parceria e o sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, estimula a população a se envolver com os problemas da comunidade e melhorar as condições de vida do entorno” (PREFEITURA DO RECIFE, 2016); e o evento **Festival R.U.A. – Recife Urbana Arte**, que é caracterizado pela Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco como:

Evento [que] é pautado na necessidade de democratizar o acesso aos espaços públicos da cidade e a valorização da arte urbana. A proposta é trazer para o Bairro do Recife diferentes grupos sociais através de uma programação multicultural e tecnicamente qualificada. Além das tradicionais linguagens ligadas ao *hip hop* como o grafite, o *break dance* e o *Rap*, uma grande variedade de expressões artísticas e também esportivas serão proporcionadas de forma gratuita para toda família. O festival propõe uma nova forma de olhar a produção cultural da cidade, estimulando o diálogo de linguagens e a utilização da tecnologia nos

³ O Salva-Arte-Cores Inclusivas é uma articulação da Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Turismo e Lazer, com a Copergás (realização) e Nuvem Produções (curadoria).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

processos artísticos (PREFEITURA DO RECIFE, 2018, p.1, grifos do autor).

Apesar da existência desses projetos, ainda há complexidades sociais envolvidas, já que há “estigmas históricos ligados à negritude, as pressões prementes da pobreza, bem como as diferenças ideológicas e políticas entre os negros politicamente engajados sobre a importância de afirmar as diferenças raciais [...]” (ALBERTO, 2017, p. 408), bem como as diferenças culturais. Uma vez que esses artistas negros e periféricos utilizam suas práticas artísticas, do *graffitti* e do *pixo*, como mecanismos de transgressão — como forma de ultrapassar as violências, mas mostrar as dificuldades sociais, dos limites impostos, dos padrões de beleza impostos por meio da exaltação da sua negritude — e como fomento de ações, muitas vezes, guiadas pelo “código cultural de propriedades concretas que rege a ‘utilidade’ e, com isso, continua-se incapaz de explicar o que é de fato produzido” (SAHLINS, 2004, p.180), ou seja, o Estado desenvolve essas ações públicas, simplesmente para os artistas se engajarem politicamente dentro das comunidades por meio do *graffitti* e do *pixo*, o que não quer dizer que haja aí envolvido o reconhecimento do verdadeiro valor das obras.

Como uma forma de quebrar esses estigmas e as propriedades de “utilidades” (valor, legibilidade), a arte de rua entra como forma de se afirmar no espaço, compreendendo que, como diria Munanga (2020), abandonando a assimilação do “branco”— pode-se colocar pelo viés do olhar do Estado —, a libertação efetua-se pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma. Mas isso tanto pela sua afirmação no espaço quanto pela compreensão de que esse território também é seu, já que o território do centro do Recife também é um território quilombola, e por saber que a arte de rua é, normalmente, vista pelo plano epistemológico dominante — “[...] é o campo dos significados, das verdades derivadas, motivo pelo qual é considerado” (PERES, 2020, p. 101) —, a essência do *graffitti* e do *pixo* é ser ilegal.

Ou seja, o fato de todos esses projetos de ações públicas ajudarem a construir essa conexão da “profissionalização” sobre o tipo de fazer as torna extremamente importantes. Entretanto deveriam ser mais respeitosos, principalmente quando se fala de uma cultura da arte de rua (do *graffitti* e do *pixo*); careceria de ser algo que não ficasse pautado por um modelo de edital convencional, mas que procurasse trazer retribuição sobre as obras



que já foram feitas, pelo tanto que já acontecem e pelas pessoas que se arriscaram de várias maneiras para investir na essência do movimento da arte de rua.

O *graffiti* e o *pixo*: correspondências entre técnica e identidades

Stuart Hall (2006) discute, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, o movimento/deslocamento de identidades influenciadas pela globalização; na sua argumentação, ele se vale da perspectiva da descolonização. Segundo Mignolo, a “opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais” (MIGNOLO, 2008, p. 299). Consequentemente é um movimento de resistência teórico, prático e político de “aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008, p. 299) o que muitas vezes nos é ensinado ou imposto. Esse movimento abre espaço para outro olhar em relação às práticas da arte de rua, mostrando que elas não são redutíveis à prática de sujar o que já está limpo, ao contrário, são práticas que revivem, revelam, dão cores e vibrações a algo que estava invisível aos olhos, resultado de exercícios e atos que são próprios da arte e do ofício do artista.

A discussão que se segue é fruto de uma análise mais ampla das práticas artísticas da arte de rua (*graffiti* e do *pixo*), com o propósito de encontrar certas correspondências entre as técnicas e identidades, pois o *graffiti* e o *pixo* são práticas de afirmação identitária, uma vez que são desenvolvidas majoritariamente por jovens negros. A intenção principal é contribuir para uma análise iconográfica para frisar as implicações características dessa relação.

A figura 1 mostra a exibição de uma grandeza ao expor uma criança negra, em um espaço aberto, com expressões tensas em seu rosto e olhar. Seu coração está envolto em luz e brilho que emergem do centro do seu peito, mostrando toda sua vulnerabilidade frente a duas mãos negras que tentam tocar ou evidenciar o seu coração. Atrás dele, nota-se a presença, do lado esquerdo, de um campo colorido com vários girassóis remetendo simbolicamente à luz; e no lado direito, encontra-se um campo em preto e branco com um único girassol; ao fundo, vê-se montanhas, planícies, quatro árvores, um avião, um conjunto de moradias e uma fila de pessoas negras com vestes brancas como se estivessem observando, acompanhando, rezando ou preocupados com essa criança, dando



a entender que ela pertence a essa comunidade. Podendo ser também uma analogia em relação aos seus antepassados, as pessoas que vieram antes dele, seus ancestrais.

Figura 1 – *Graffiti*, Recife Antigo



Fonte: Arte de rua do Recife fotografada pelos autores, 2020.

A pintura da figura 2 apresenta, no seu centro, a escritura: “PODER AO POVO NEGÓ!”, com uma composição que retrata dois corpos engajados em performances diferentes, ou estando na mesma performance, mas um estando muito mais imponente e destacado com mais cores que o outro. Em uma dessas performances, é perceptível que não há uma distinção de gênero, mas é um corpo negro envolto por uma mata com vários símbolos de poder, como pinturas extraordinárias decorando seu rosto em vermelho e detalhes em branco, com um búzio em sua testa; nas suas costas há uma flor da tonalidade vermelha e amarela se estendendo para fora, ligando-se por ramificações roxas a uma flor também roxa no centro do seu peito; no seu pescoço, ela porta um sinuoso adorno, tipo um colar com quatro espirais, alongando-o, há também uma rede de bolinhas preenchendo seu colo. Seu braço esquerdo está estendido, e nele contém uma frase escrita em vermelho “#ESTAMOS VIV#S!”, e percebe-se que ela porta a representação de um pássaro em suas mãos batendo asas, mas contendo um relógio em sua centralidade, como se o pássaro carregasse o tempo. E ao lado dela há uma silhueta, sem muita dissociação de gênero, mas acaba remetendo a um corpo feminino, que está agachado com vários padrões

repetidos em sua volta, menos em volta da sua cabeça, com representações que lembram asteriscos.

Figura 2 – *Graffiti, Recife Antigo*



Fonte: Arte de rua do Recife fotografada pelo autores, 2020.

A terceira figura mostra uma porta de madeira — emoldurada por uma parede branca — com uma pequena janela no seu centro e com vários pixos em azul, branco, vermelho, preto e dois lambe-lambes.⁴ Na sua centralidade há escritas, com letras garrafais em preto, as palavras: “OYÁ”, “BLACK”, “BART”, além da palavra “Jihod” e algumas *tags*.⁵ Desse conjunto, “OYÁ” é a palavra que mais chama atenção, escrita como forma de protesto à intolerância religiosa sofrida pelas religiões de matrizes africanas.

Marijara Souza Queiroz (2018) pontua que nos cultos aos orixás, a divindade feminina que mais se destaca é “Oyá, mais conhecida no Brasil pelo nome de Yansã ou “Iansã”. Ela representa a energia mítica feminina na tradição Yorubá” (QUEIROZ, 2018, p. 100), na qual os orixás são seres oriundos das quatro forças/elementos da natureza: terra, fogo, ar e água. “Os orixás são, portanto, forças energéticas, desprovidas de um corpo material, dotados de equilíbrio” (SILVA, 2011, p. 66). Em uma grande parte dos mitos, “relata-se a transformação de Iansã em vento; noutra, Iansã é criadora do sopro do ar” (HOFBAUER, 2001, p. 254).

⁴ Cartazes artísticos que são colados em um ambiente urbano.

⁵ *Tag* se refere à assinatura do artista.



O escrito “BLACK” aparece no flanco direito da porta, grafado com tinta branca, abaixo de um lambe-lambe que contém uma ilustração de um corpo negro, fazendo referência à exaltação da negritude de forma geral, ou apenas ao corpo negro como corporalidade. A palavra “BLACK”, no conjunto, pode ser uma *tag* ou apelido.

Acima da escritura “OYÁ” há um lambe-lambe com o desenho de um jovem negro com um globo do mundo nas mãos, sobre sua cabeça se vê o pixo “Peso”, e atrás dele, há três zeros em vermelho. O conjunto parece insinuar a importância de ser e ter um corpo negro no mundo.

Figura 3 – Pixo, Recife Antigo



Fonte: Arte de rua do Recife fotografada pelo autores, 2020.

No centro da figura 4,⁶ vê-se o escrito: “ARTISTA NÃO MORRE”, e ao lado direito, o pixo: “JAPA VIVE!”, escrito com letras vermelhas em uma parede branca. Os

⁶ Trata-se da composição de elementos feitos com *spray*, estêncil e canetas em tinta coloridas.

dois escritos são frutos de um movimento de jovens artistas negros, de amigos, familiares e grupos de movimentos sociais e culturais para reivindicar justiça e homenagear um artista negro, conhecido como Japa Rua, ligado aos movimentos da arte de rua, que foi assassinado de forma brutal após uma discussão na Rua Mamede Simões, localizada na área central do Recife.

Figura 4 – Pixo, Recife Antigo



Fonte: Arte de rua de Recife fotografada pelo autores, 2020.

Portanto, se forem colocadas todas essas quatro imagens lado a lado, destacam-se, notoriamente, ressonâncias visuais, gestuais e materiais que dão substância à dimensão da exaltação da identidade, da centralidade da negritude, de religiões de matrizes africanas, como também de vivências compartilhadas da comunidade negra. Assim oferecendo o retrato sugestivo de uma continuidade cultural.

Considerações Finais

Há necessidade em reconhecer a diversidade cultural por meio da compreensão sócio-histórica, da importância e responsabilidade da defesa política e ética “de realidades/agências desconhecidas no senso comum [...]” (PEIRANO, 2014, p. 382) para quebrar as fronteiras herdadas da colonização (MUNANGA, 1993). Dessa forma, a arte pode ser vista coerentemente como resultado de uma permanente recombinação intelectual e social (PEIRANO, 2014).



Neste estudo, partiu-se da perspectiva que busca enxergar as fronteiras do campo das políticas públicas no estado de Pernambuco — perceber as políticas públicas não como fenômenos objetivos, mas enquanto processos com fluxos incertos, conflituosos e muitas vezes desordenado (PERES, 2020) —, o que nos leva a destacar a persistente periferização das centralidades e existências de pessoas negras. Nesse cenário, a arte de rua aparece como “experiências públicas” (potencialidades e “transgressionalidades”), correlacionando seus reflexos nas experiências estéticas (PERES, 2020) e técnicas, considerando as visibilidades e invisibilidades em vários aspectos sociais impostos aos artistas negros e suas práticas.

E não é desse lugar e do olhar de neutralidade, da falta de reconhecimento racial e de manutenção de privilégios, de reprodução de racismo e de discriminação que se espera que o Estado elabore suas políticas públicas voltadas para a cultura, especialmente para a cultura negra, afro-brasileira ou afrodiaspórica, principalmente quando se nota que cada vez mais há a convocatória de projetos e editais artísticos — ou até mesmo leis — seguindo a mesma direção. Na verdade, é necessário um treinamento cuidadoso nas estruturas do Estado que vão/estão se relacionando com as políticas públicas, com esses artistas e com as práticas artísticas.

Mesmo com todas as questões que atravessam as políticas públicas fomentadas pelo estado de Pernambuco, podemos compreender que o bairro do Recife é um lugar em que as pessoas mantêm em si desejos e a vontade de ser artistas das suas próprias narrativas.

Ao mesmo tempo, como a perspectiva da arte de rua é essencialmente social, há certas reivindicações mútuas que são geralmente assumidas, principalmente com a compreensão da interpretação do discurso visual presente nas quatro imagens das práticas artísticas, do *graffitti* e do *pixo*, que acabam tecendo múltiplos significados e configuram traços cruciais da conscientização, dos sentimentos e das vivências dos jovens negros quanto à exaltação da sua negritude, da sua herança, os anseios das formas de querer viver, a comunidade/coletividade, a construção de uma arte local, os impactos da discriminação racial e suas dimensões sociais.

No entanto, o deslocamento de olhares impostos ao *graffitti* e ao *pixo* surgem através de três grandes forças: da cultura, da arte e da política. Entendo que a arte é uma

das linguagens que transforma as organizações políticas, em que a ruptura que ela causa nas estruturas dos atuais modelos políticos, econômicos e culturais exigirá que o estado de Pernambuco reconheça que há mecanismos de poderes nos sistemas de políticas públicas e das práticas artísticas, requerendo formas mais efetivas de interação entre o governo e as comunidades para que se possam abrir possibilidades a outros mundos e mecanismos.

Por fim, ressalta-se que as identidades e representações conferidas às imagens não são propriedades essenciais das obras, mas sim um resultado das suas constantes ocupações e descolonizações entre os artistas, as pessoas e os espaços, em que a cultura da arte de rua suscita a exaltação de uma conscientização negra e materializa subjetividades, narrativas, memórias e discursos. E essas transformações evocam novas histórias e sentidos sobre as obras, bem como uma nova percepção acerca dos elementos sociais e históricos nos quais as obras têm papel relevante.

Referências

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

ALVES, Pedro. Demolição do patrimônio arquitetônico demonstra falta de valorização da história do Recife, lamentam especialistas. **Portal G1/Pernambuco**. Postado em 27/10/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/10/27/demolicao-do-patrimonio-arquitetonico-demonstra-falta-de-valorizacao-da-historia-do-recife-lamentam-especialistas.ghml>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CARVALHO, Marcos J. M. de. O outro lado da independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-23. **Luso-brazilian Review**, EUA, v. 43, n. 1, 2006, p.1-30. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4490641>. Acesso em: 13 dez. 2021.

COSTA, Nicole do Nascimento Medeiros. **A rua respira arte!:** uma antropologia do graffiti. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DUTRA, Hérrisson Fábio Oliveira; MELLHO, Sérgio Carvalho Benício de; PALHARES, Ana Carmen. Grafitagem rebelde: traços de uma análise cartográfica no Recife Antigo. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 42, n. 2, 2018.



FUNCULTURA/PE. Breve histórico. **Site Cultura PE**. [ca. 2002]. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/funcultura/sobre/breve-historico/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Informações quilombolas. **Site da Fundação Cultural Palmares**. (ca. 2021). Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 16 de dez. de 2021

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GONÇALVES, Alicia. Sobre o conceito de cultura na antropologia. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 25, n. 1, p. 61-74, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1416/1136>. Acesso em: 01 dez. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFBAUER, Andreas. Mitologia dos orixás (resenha). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 251-258, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27119/28891>. Acesso em: 01 dez. 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como a prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pernambuco: história e fotos. **Site do IBGE**. [ca. 2017]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/historico>. Acesso em: 06 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recife (PE): história e fotos. **Site do IBGE**. [ca. 2014]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/historico>. Acesso em: 06 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Rotas do patrimônio**: Recife: bairro do Recife. [S. l.]: IPHAN/Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2010. *E-book*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/2_rota_patrimonio_bairro_do_recifepe.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOREN, Alice Belfort. **A vida dos muros cariocas: o grafite e as apropriações do espaço público de 2007 a 2009**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://objdig.ufjf.br/16/teses/718807.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, K. África: trinta anos de processo de independência. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, p. 100-111, jun./ago. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26002/27733>. Acesso em: 05 dez. 2022.



NARDUCHI, Camila Goulart. **O espectro do caos: a contemporaneidade e a ambivalência da arte urbana paulistana (1970-1990)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2016.

NJERI, Aza. Valores civilizatórios e ativismo: um direito à arte e à negritude. *In*: VIEIRA, R. S.; MUNIZ, V. C. (org.). **Direito, arte e negritude**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 19-25. *E-book*.

NOGUEIRA, Renato. A ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 139-155, dez./2013. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo8/noguera_renato.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PEREIRA, João Baptista Borges. O negro e a identidade racial brasileira. *In*: SEYFERTH, Giralda et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2002. p. 65-71. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/189/ABONG_RACISMO%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 dez. 2022.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PIXO. Direção de João Wainer e Roberto T. Oliveira. São Paulo: Filmes Sindicato Paralelo, 2009. 1 vídeo (61 min) color, digital. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew&t=1740s&has_verified=1&ab_channel=TXNOW. Acesso em: 12 dez. 2021.

PREFEITURA DO RECIFE. Cultura de rua toma conta do Recife Antigo no Festival R.U.A. – Recife Urbana Arte. **Site da Prefeitura do Recife**. Postado em 25/07/2018. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/07/2018/cultura-de-rua-toma-conta-do-recife-antigo-no-festival-rua-recife-urbana-arte>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. Prefeito lança programa de convivência Mais Vida nos Morros. **Site da Prefeitura do Recife**. 2016. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/04/2016/prefeito-lanca-programa-de-convivencia-mais-vida-nos-morro/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PREFEITURA DO RECIFE. Salva-Arte de volta à orla de Boa Viagem. **Site da Prefeitura do Recife**. Postado em 16/10/2021. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/09/2021/salva-arte-de-volta-orla-de-boa-viagem>. Acesso em: 10 dez. de 2021.

QUEIROZ, Marijara Souza. O traje de Oyá Igbalé: pressupostos para a pesquisa em arte a partir da indumentária de candomblé musealizada. *In*: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (org.). **Museus & museologia: desafios de um campo interdisciplinar**. Brasília: FCI-UnB, 2018. p. 99-115.



RAMOSE, Mogobe Bernard. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 6-25, out./2011. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEBADELHE, Zé Octávio; PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima. **1976: Movimento Black Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. *In*: SEYFERTH, Giralda et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2002. p. 17-43. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/189/ABONG_RACISMO%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de dez. 2021.

SILVA, Francisco Thiago. Candomblé iorubá: a relação do homem com seu orixá pessoal. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, RS, v. 16, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/200/213>. Acesso em: 01 dez. 2022.

VIVER/Diário. Dia do Quilombo Nação Xambá é celebrado neste domingo em Olinda. **Diário de Pernambuco (online)**. Postado em 13/12/2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2020/12/dia-do-quilombo-nacao-xamba-e-celebrado-neste-domingo-em-olinda.html>. Acesso em: 13 de dez. 2021.

Recebido em: 10/04/2022.

Aceito em: 30/11/2022.



CULTURA COMO UM EIXO DE DESENVOLVIMENTO: os museus universitários e os espaços museais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)***CULTURE AS AN AXIS OF DEVELOPMENT: university museum and museum spaces at the Federal University of Paraíba (UFPB)***

Alberto dos Santos Cabral *

Marisa Pires Rodrigues **

David Holanda de Oliveira ***

Resumo

Os museus universitários e espaços museais possuem o potencial de encorajar a participação da comunidade em diferentes contextos culturais, estimulando a diversidade e aceitação das diferenças, sendo espaços dinâmicos e veículos de desenvolvimento e transformação social. Eles participam das ações da UFPB para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Pinacoteca da UFPB criada em 1987, pela carência de um plano museológico e pela importância do seu acervo, foi selecionada por uma equipe da Rede Universitária de Museus REUMUS para sua elaboração. A metodologia proposta para o plano museológico da Pinacoteca foi definida em etapas que contemplaram a elaboração do diagnóstico museológico; a capacitação da sua equipe interna com especialistas convidados; a realização de pesquisa junto ao público estudantil. Os resultados relativos ao Plano Museológico como também a participação dos estudantes são apresentados neste artigo com o propósito de contribuir para que seu potencial e missão possam ser efetivamente alcançados, assim como o cumprimento do compromisso com os ODS.

Palavras-chave: cultura; museus universitários; plano museológico; pinacoteca da UFPB.

Abstract

University museums and museum spaces have the potential to encourage community participation in different cultural contexts, stimulating diversity and acceptance of differences, being dynamic spaces and vehicles for development and social transformation. They participate in UFPB's actions to achieve Sustainable Development Goals (SDGs), together with the United Nations Development Program (UNDP). The UFPB Pinacoteca, created in 1987, due to the lack of a museological plan and the importance of its collection, was selected by a team from the REUMUS University Museum Network for its elaboration. The methodology proposed for the Pinacoteca's museological plan was defined in stages that included: the elaboration of the museological diagnosis; training its internal team with invited experts; conducting research with the student public. The results related to the Museological Plan as well as the participation of students are presented with the aim of contributing

* Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB)/Brasil. E-mail: gracianocabral@yahoo.com.br.

** Museóloga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. E-mail: rodriguesmp@hotmail.com.

*** Professor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutor em Geociências pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Brasil. E-mail: david@cca.ufpb.br.



to its potential so that its mission can be effectively achieved, as well as the fulfillment of the commitment to the SDGs.

Keywords: culture; university museums; museum plan; UFPB Pinacoteca.

Introdução

As instituições museais, para além da salvaguarda do patrimônio, representam fonte de identidade, educação e lazer. Sua existência tem o potencial de encorajar a participação da comunidade em diferentes contextos culturais, estimulando a celebração da diversidade e a aceitação das diferenças. Há necessidade de políticas públicas que identifiquem capacidades e oportunidades que precisam ser exploradas para alcançar novas soluções regionais.

A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO reconhece o museu como um ator institucional relevante, colaborador dos programas de políticas públicas relacionadas ao cumprimento da Agenda 2030 (UNESCO, 2018). A Agenda formulada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que define os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (UNITED NATIONS, 2015) voltados para um plano global com princípios e metas que priorizam a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima, para que todas as partes do mundo possam desfrutar de paz e prosperidade. Desse modo, para a necessária formulação e a consequente implementação de políticas públicas para o cumprimento desta agenda, é de suma importância que os gestores realizem planos estratégicos participativos para definir diretrizes que objetivam atingir as orientações do ODS.

Em consonância com a Resolução n. 17 de 2018, do Conselho Universitário (UFPB, 2018a), a UFPB se tornou signatária do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que se compromete a promover esforços e contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A aderência dos planos museológicos aos ODS constam nos seguintes objetivos: (4) Educação inclusiva, item 4.7, “garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento sustentável [...] valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa); (8) Trabalho decente e crescimento econômico que visa promover o crescimento



econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos e, (11) Cidades e comunidades sustentáveis, no item 11.4, que se refere especificamente a fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural. Bem como e em face ao poder transformador da arte, tem-se aderência indireta aos ODS nos itens: (12) Consumo e produção responsáveis e no (17) Parcerias e meios de implementação (UNITED NATIONS, 2015).

Embora a cultura não tenha sido diretamente contemplada por essa agenda, é possível perceber que ela está presente de forma transversal em todos os princípios. Além disso, cabe evocar alguns autores que discutiram a dimensão cultural do desenvolvimento.

John Hawkes (2001, p. vii) propôs que fosse reconhecido o papel da cultura como um elemento distinto no desenvolvimento sustentável, defendendo que ela seja tratada como o quarto pilar para a sustentabilidade. Para ele, “a vitalidade cultural é tão essencial para uma sociedade saudável e sustentável como a equidade social, a responsabilidade ambiental e a viabilidade econômica”.

Vale salientar que até meados do século XX, o desenvolvimento era tratado como sinônimo de crescimento econômico, medido por índices de incremento da produção de bens e serviços, como o aumento da renda per capita ou do Produto Interno Bruto (PIB).

No entanto, segundo Amartya Sen (2010), o desenvolvimento só é possível se os benefícios do crescimento servirem para expandir as capacidades humanas. Seu intento fundamental deve ser expandir as liberdades humanas, ampliando a capacidade de escolha que as pessoas podem fazer para viver vidas plenas e criativas.

[...] a cultura deve ser considerada um facilitador fundamental da sustentabilidade, sendo fonte de significado e energia, fonte de criatividade e inovação e recurso para enfrentar desafios e encontrar soluções adequadas. O extraordinário poder da cultura para promover e permitir o desenvolvimento verdadeiramente sustentável é especialmente evidente quando uma abordagem centrada nas pessoas e baseada no local é integrada em programas de desenvolvimento e iniciativas de construção da paz. (UNESCO, 2013, p. 45)

Nesse sentido, Furtado (1984) propõe a cultura como parte integrada ao desenvolvimento enquanto esforço de manutenção da diversidade cultural de uma nação



para evitar sucumbir à pressão cultural e ideológica subjacente à produção, aos produtos e aos interesses do mercado.

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas [...]. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora. (UNESCO, 1982, p. 45).

A temática museal se sustenta em quatro pilares essenciais, segundo Walewski (2007, p. 378): “coletar, preservar, pesquisar e expor publicamente. Esses pilares perfazem um ciclo em que as colaborações entre sociedade e universidade se estreitam e permitem a troca de experiências entre ambas”. Dentro dessa perspectiva, os museus universitários desempenham um papel importante, pois captam por meio de metodologias acadêmicas, os aspectos culturais, científicos e naturais da sociedade.

Hoje, não só museus e memoriais, mas também monumentos, jardins botânicos, zoológicos, aquários, centros de ciência, planetários, reservas naturais e centros culturais podem ser considerados estabelecimentos museológicos. A presença de coleções e a prática de visitação caracterizam as instalações do espaço museológico.

Os museus universitários brasileiros apresentam grande multiplicidade em termos de tamanho, temas e modelo de gestão. O que os une não é apenas o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, mas a forma precária de financiamento desses espaços. Lidam com acervos materiais que estão permanentemente submetidos a perigos que ameaçam não só sua integridade física como a dos edifícios. A constante carência de recursos compromete as necessárias manutenções preditivas e a modernização constante dos sistemas de segurança.

Vale salientar que instituições financiadas pelo Ministério da Educação (MEC), como as universidades, são frequentemente obrigadas a reestruturar a distribuição de suas receitas, o que leva a uma diminuição no orçamento destinado aos museus. Sendo os museus universitários obrigados a concorrer internamente com verbas que são



direcionadas prioritariamente para a atividade científica, de modo que eles são penalizados no montante destinado às suas atividades, raramente garantido.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ainda não possui um diagnóstico completo de seus museus, coleções e espaços de visitação, portanto não dispõe de inventário, catalogação ou patrimônio de todo acervo. Para responder a esta grave omissão foi criada a Rede de Museus da Universidade Federal da Paraíba (REUMUS) em 2018, com o intuito de contribuir para a elaboração dos planos museológicos, e prestar assessoria na catalogação e gestão das atividades de rotina desses espaços.

A Pinacoteca da UFPB, um museu de artes visuais com um acervo com obras de valor artístico e monetário significativo, não possui até o presente um plano museológico, cujo acervo corre sérios riscos de sofrer danos físicos ou extravios, motivos pelos quais foi selecionada pela REUMUS para iniciar a tarefa de elaboração do plano museológico.

Este artigo tem por objetivo apresentar o plano museológico da Pinacoteca elaborado pela equipe de trabalho integrada pelos autores, e apresentar o resultado da enquête realizada com os estudantes usuários da pinacoteca, de modo a atender ao critério participativo do plano.

A metodologia proposta para a execução do seu plano museológico foi definida em etapas que contemplaram a elaboração do diagnóstico museológico; capacitação da sua equipe interna com a presença de especialistas convidados; discussões iniciais do plano; o uso de questionários com os estudantes usuários da pinacoteca ou da Biblioteca Central; sistematização dos dados e organização do Plano Museológico da Pinacoteca (aprovado pelo Conselho de Centro de Comunicação, Turismo e Artes – CCTA).

Durante todo este processo, foram realizadas leituras direcionadas à elaboração de planos museológicos, reuniões, debates com a equipe. Em função da pandemia do Covid-19, o projeto utilizou como ferramenta de trabalho reuniões *online* via Google Meet, para encontros de estudos, debates e direcionamentos entre a equipe da Pinacoteca e especialistas convidados¹. Esses encontros, com duração de 2 horas, realizados

¹ Alexandre Santos Arantes de Souza – Produtor Cultural UFPB; Andrey Alysso Chagas Câmara – Arquiteto UFPB; Glória Alejandra Guarnizo Luna – Museóloga UFSC; Graciele Karine Siqueira – Museóloga UFC; Letícia Julião – Docente UFMG; Luciana Ferreira da Costa – Docente UFPB; Luciana Palmeira – Museóloga IBRAM; Newton Fabiano Soares – Museólogo IBRAM; Rafael Muniz de Moura – Museólogo Museu Victor Meirelles; Saulo Moreno Rocha – Museólogo UFC; Sicília Calado Freitas – Docente UFPB.



mensalmente, auxiliaram no balizamento de objetivos e estratégias a serem adotados pela Pinacoteca.

Cultura: pilar de desenvolvimento sustentável

A XX Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros da Cultura², realizada na cidade de Bogotá em outubro de 2019, reiterou o acordo político adotado na Cimeira de La Antigua Guatemala, que reconheceu a ligação entre a cultura e desenvolvimento sustentável.

A cultura está imbricada com sustentabilidade, e segundo Yúdice (2006), mostra-se como fonte inesgotável. Trata-se de um recurso que gera e atrai investimentos, cuja distribuição e utilização, seja para o desenvolvimento econômico e turístico, seja para as indústrias culturais ou novas indústrias dependentes da propriedade intelectual.

A cultura é um “bem valioso” que dialoga com o desenvolvimento turístico, econômico, ou preservacionista. O investimento em cultura passa a ser compreendido como um novo capítulo desta sociedade interconectada, que se apoia em outras bases, na busca da resolução de seus problemas e na busca por um “equilíbrio social”. A cultura é então matriz para o investimento em projetos de reforço da autoestima, garantia de direitos, desenvolvimento socioeconômico etc. (YÚDICE, 2006, p. 25).

Nesse sentido, é oportuno refletir sobre a contribuição dos equipamentos museais para o desenvolvimento integrado e sustentável de uma região, na perspectiva econômica. “A função de um museu não se restringe ao âmbito sociocultural, o museu é uma instituição que integra fluxos econômicos de bens e serviços culturais” (REIS, 2010, p. 116). Por outro lado, Argenta (2013) afirma que a comunidade museológica atribuiu aos museus a capacidade de gerar mudança social como espaços de emergência política para as comunidades representadas por eles, através dos seus eventos internacionais realizados no Chile (1972) e na Venezuela (1992).

² Cf.: <https://www.segib.org/pt-br/?document=declaracion-de-la-xx-conferencia-de-ministras-y-ministros-de-cultura-de-iberoamerica>.



É importante destacar a diversidade e a abrangência dos espaços museais presentes na sociedade, ampliando as repercussões que eles provocam sob diferentes campos, não apenas no da memória histórica, como da ciência, da arte e do meio ambiente, conforme a conceituação do Estatuto de Museus, expressa no Art. 1º:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

Na Espanha, Bilbao capital da província de Biscaia, uma cidade industrial, com uma economia baseada no aço, em declínio desde a década de 1980, foi obrigada a reinventar-se. Uma orquestração público-privada viabilizou a revitalização da zona portuária da cidade, incapaz de competir em nível global com outras cidades na atração de novos investimentos. Entre as décadas de 1980 e 1990, o desenvolvimento global de Bilbao incluiu a política cultural como instrumento fundamental para a regeneração e transformação urbana. Pouco antes de a crise econômica atingir o seu ápice entre 1992 e 1993, foi tomada a decisão de criar um grande espaço cultural que tornasse Bilbao uma cidade competitiva por intermédio da cultura: o Museu Guggenheim Bilbao, inaugurado em 1997.

Segundo Otaolea (2014), as políticas da década de 1990 estavam focadas em estabelecer as condições necessárias para transformar Bilbao na cidade de serviços que é atualmente (67% da atividade econômica corresponde ao setor de serviços e 24% ao setor industrial).

Ainda segundo Otaolea (2014), a estratégia de políticas culturais de Bilbao foi formulada a partir de uma abordagem centrada na cultura como motor econômico e social. Durante os anos 2000, a política de desenvolvimento de Bilbao foi sustentada por novas atividades como serviços, lazer, cultura e turismo, e continuada no Plano de Governo 2011-2015 da Câmara Municipal, que destinou cerca de 10% do orçamento municipal, como forma de dinamizar a programação, consolidar a rede de funcionalidades, desenvolver eventos e promover a criação e formação artística em colaboração com o



setor criativo, para fazer de toda esta atividade artística um elemento de geração de riqueza.

Como resultado dessa política, Bilbao apresentou crescimento do setor de arte e cultura (4% anual; 6% das empresas; 5% do uso total) do turismo (5,5%), e aproximadamente 5% do emprego total. No tocante ao impacto econômico do equipamento, o total de gastos diretos como consequência da sua atividade na região foi de 336,8 milhões de euros, tendo contribuído com 297 milhões para o Produto Interno Bruto (PIB) da região e, a sua atividade contribuiu para a manutenção de 6.375 empregos.

A Blackrock, empresa detentora do maior fundo de investimento do mundo, publicou em carta aberta aos seus acionistas, que é preciso investir em uma reconversão de grande parte dos atuais modelos de negócio com atenção especial às questões relacionadas à sustentabilidade (BLACKROCK, 2019).

No Brasil, entretanto, a alta concentração de empresas inovadoras e de instituições de ensino e pesquisa avançada não é capaz de fortalecer a vitalidade cultural tão essencial numa sociedade economicamente viável, ambientalmente responsável e socialmente justa. O incêndio devastador do Museu Nacional não é um caso isolado no país. Segundo Grampa (2018), a redução orçamentária que evidencia o descaso com os museus é mensurável. Houve redução de 90%, entre 2013 e 2018, nos repasses públicos de verbas. Nesse sentido, várias instituições culturais sofrem com a falta de manutenção e de investimento, o que demonstra o descaso do governo com o patrimônio e a ciência. Já pegaram fogo a Cinemateca Brasileira em 2016 e 2021, o Museu da Língua Portuguesa em 2015, o Liceu de Artes e Ofícios em 2014, o Memorial da América Latina em 2013, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas em 2013, bem como o Museu de Arte Moderna, que teve seu acervo quase todo destruído por um incêndio em 1978.

De acordo com o *International Council of Museums Committee For University Museums And Collections* (ICOM UMAC), existem 3908 museus universitários em todo o mundo: América do Norte (522), América do Sul (326), Europa (2.232), África (23), Ásia (469) e Oceania (336). O Brasil possui 206 unidades registradas, e neste ano de 2022, o Núcleo de Arte Popular (NUPPO), o Museu do Brejo Paraibano, ambos da UFPB e o Museu de Arte Assis Chateaubriant da Universidade Estadual da Paraíba, foram listados como museus universitários pelo ICOM UMAC (2022). Com exceção do



NUPPO, que já teve prédio próprio e hoje está abrigado em uma área pequena no prédio da reitoria, os demais possuem prédios próprios.

Espaços museais da Universidade Federal da Paraíba

A maioria dos espaços museais da UFPB não se comunica entre si, e muitas vezes não sabem da existência um do outro. Via de regra, funcionam de forma precária, e contando com a abnegação dos que neles trabalham ou trabalharam. Acrescente-se também que apesar de o CONSUNI, por meio da Resolução N. 25/2018 (UFPB, 2018b), dispor sobre a criação e regulamentação do Comitê de Arte e Cultura, cujo parágrafo XIV do artigo 7º aponta para a necessária participação do REUMUS no comitê, no entanto tal participação ainda não foi oficializada. Atualmente, uma minuta de resolução sobre a questão já foi elaborada e revisada pela procuradoria jurídica da UFPB, aguardando aprovação pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) para ser encaminhada ao CONSUNI.

A REUMUS está vinculada à Coordenação de Extensão Cultural (COEX), órgão ligado à PROEX da UFPB, coordenada por uma museóloga que, juntamente com uma professora do departamento de Artes do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), propôs-se a participar do edital PROEX Nº 07/2021 de financiamento interno para viabilizar a construção do Plano Museológico da Pinacoteca da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2021).

A equipe do projeto foi formada por um docente do campus de Areia e três técnicos da COEX, e prossegue fazendo projetos de extensão que asseguram o acompanhamento e levantamento desses espaços de cultura. Um desses projetos realizou um levantamento que identificou onze espaços de visitação e divulgação cultural na UFPB, são eles:

1. Pinacoteca da UFPB. Vinculada ao CCTA, foi criada em 26 de fevereiro de 1987, por iniciativa do artista e professor, Hermano José, preocupado com a inexistência de um museu de arte em João Pessoa e na universidade;
2. Museu Casa de Cultura Hermano José. Vinculado ao Gabinete da Reitoria, criado em 2018, com o objetivo de ativar o cenário cultural das artes visuais contemporâneas na cidade de João Pessoa, abrindo espaços e impulsionando oportunidades para o surgimento de uma nova geração de artistas paraibanos;
3. Galeria Lavandeira. É um equipamento ligado ao Departamento de Artes



Visuais do CCTA, cujo foco está centrado na produção emergente, prioritariamente universitária, com perfil no intercâmbio entre cursos de artes;

4. Sala Hermano José. É uma reserva técnica improvisada, ligada ao Gabinete da Reitoria da UFPB, e possui duas importantes coleções de obras de arte, entre pinturas e gravuras, que foram doadas pelos artistas Hermano José (PB) e Rossini Perez (RN) à UFPB em 2014;
5. Núcleo de Arte Popular (NUPPO). Criado em 1978, foi um dos primeiros espaços especializados em cultura popular na Paraíba. Surgiu como Superintendência de Artesanato (SUDART), que era um espaço de documentação voltado para o artesanato. Com o crescimento da universidade, a superintendência transformou-se no NUPPO;
6. Núcleo de Arte Contemporânea (NAC). Criado em 1978 e mantém as atividades até os dias de hoje, embora com atuação absolutamente diversa do seu período áureo, que durou até 1984;
7. Museu do Brejo Paraibano. Criado em 1997, incorporou o Museu da Rapadura, regulamentado pela Resolução nº. 70/1999 do CONSEPE/UFPB, localiza-se nas edificações da casa grande do antigo Engenho da Várzea;
8. Museu do Brinquedo. É um projeto de extensão do Centro de Ciências da Saúde (CCS) desde 2019; constituinte das ações da Escola Brincante, coordenado por dois grupos de pesquisa vinculados ao Departamento de Educação Física e ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física (PAPGEF);
9. Museu de Ciências Morfológicas. Fundado em 2021, é componente da estrutura física do Centro de Ciências da Saúde (CCS);
10. Memorial Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. Criado em 2012. Seu acervo memorial tem a finalidade da guarda e preservação da memória da instituição agrícola. Servindo também como fonte de pesquisas para estudantes de pós-graduação, historiadores, professores e a comunidade estudantil da rede municipal, estadual e federal de ensino;
11. Museu de Biologia. Um projeto para criar uma estrutura administrativa, técnica e física que permita: (1) conservar as coleções zoológicas e botânicas da UFPB que são patrimônio da União; (2) fomentar a pesquisa científica sobre biodiversidade; (3) divulgar estas coleções científicas junto ao público não especialista; (4) fomentar ações educativas sobre biodiversidade; (5) agregar amantes da natureza para a conservação da biodiversidade, e (6) planejar a construção de um museu físico que possa viabilizar estas missões.

Ferramenta indispensável para a gestão dos museus, o Plano Museológico formulado pelo Instituto Brasileiro de Museus (2016), determina três políticas básicas. A primeira de cunho filosófico voltada para questões éticas diretamente relacionadas ao código de ética³ do profissional museólogo. A segunda se associa ao desenvolvimento de

³ Código de Ética Profissional do Museólogo, criado pelo Conselho Federal de Museologia (COFEM), publicado no Rio de Janeiro, e aprovado em Sessão Plenária de 23 de dezembro de 1992 do COFEM.



recursos físicos e funcionais, como os gastos. A última, de cunho operacional, está relacionada a procedimentos de documentação, marketing, comunicação etc.

A Pinacoteca da UFPB e a elaboração do plano museológico

A pinacoteca da UFPB, um museu de artes visuais com um acervo de mais de 500 obras, até o presente não havia formulado seu plano museológico. Nesses 35 anos, a Pinacoteca já pertenceu a diversos setores dentro da Universidade. No princípio, era ligada à Coordenação de Extensão (COEX), subordinada à PROEX, depois foi transferida para o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), e agora está subordinada ao CCTA, permanecendo, no entanto, sem sede definitiva.

Em outubro de 2019, foi relocada, e continua alojada em duas salas no primeiro andar do prédio da Reitoria, em função do fechamento temporário, por motivo de reformas da estrutura física, da biblioteca central.

A Pinacoteca não tem dotação orçamentária, o que inviabiliza ações para a salvaguarda do acervo, bem como a falta de servidores nas áreas de museologia, restauração, história da arte, arquivologia, biblioteconomia, administração e equipe técnica para montagem de exposição, entre outros. Contudo a programação das mostras da Pinacoteca se manteve ativa desde a sua inauguração com interrupções apenas no ano de 1995, e desde 2020, em razão do contexto pandêmico, as exposições passaram a ser *online* no *site* da Pinacoteca.⁴ Foram aproximadamente 100 exposições, com o acervo, com artistas convidados, com projetos externos, com mostras de alunos e colaborações com outros espaços.

Para tanto, alunos bolsistas e voluntários dos projetos de extensão desenvolvidos pela Pinacoteca participam de todas as etapas das exposições: escolha do tema, seleção das obras, curadoria, contato com os artistas, divulgação nas mídias sociais, montagem das molduras, pinturas dos módulos, identidade visual, montagem final da exposição. As despesas com impressão de etiquetas, cartazes e *coffee break* acabam correndo por conta dos coordenadores, já que não existe dotação disponível. A Pinacoteca também mantém

⁴ Cf.: <http://www.ccta.ufpb.br/pinacoteca/contents/menu/institucional/exposicoes>.



uma parceria com a Galeria Lavadeira, do CCTA, realizando exposições e contribuindo com acervo para mostras desse espaço.

Pensando em ampliar a participação do público na elaboração do Plano Museológico, foi elaborado um questionário via *Google forms*, visando a ampliação e a interação com o público. A abordagem usada no questionário foi de caráter especulativo, que garantia o anonimato dos respondentes, uma vez que era de suma importância descobrir ou tentar se aproximar de um resultado relacionado ao conhecimento que o público respondente tem da Pinacoteca, sua interação e o nível de conhecimento sobre os canais eletrônicos nos quais a instituição habita atualmente. Foram obtidas respostas de 99 participantes.

A equipe que elaborou o Plano Museológico foi constituída por uma museóloga, um sociólogo, uma docente do Departamento de Artes Visuais do CCTA (pertencentes ao quadro da UFPB), uma aluna bolsista e uma voluntária. Todos foram capacitados, no primeiro semestre de 2021, no curso “Plano Museológico” oferecido pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, em seguida, essa equipe construiu o diagnóstico museológico da Pinacoteca.

A Pinacoteca possui um acervo de mais de 500 obras, além de doações que foram feitas entre 2020 e 2021 que ainda não foram catalogadas. O conjunto de pintores, gravadores e escultores, entre eles nomes consagrados, de projeção nacional e internacional, como Ana Letycia Quadros, Beatriz Milhazes, Cildo Meireles, Daniel Senise, Flávio Shiró, Francisco Brennand, Hermano José, José Rufino, Paulo Bruscky, Rossini Perez, Síron Franco, Tomie Ohtake, dão ao acervo da Pinacoteca da UFPB um panorama da Arte desde o século XX até os dias atuais.

Prosseguindo com o diagnóstico, foram listados como pontos fortes, dentre outros: (1) relevância artística e potencial de pesquisa do acervo artístico e documental, de caráter público; (2) abrangência e qualidade do acervo; (3) diversidade natural e cultural da área na qual o museu está inserido; (4) proximidade com escolas da região; (5) potencial dos públicos interno e externos à universidade; (6) possibilidade de parcerias com os cursos de graduação e pós-graduação para a realização de atividades educativas, de mediação e de pesquisa.



Como pontos fracos: (1) inexistência de dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) / Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ; (2) falta de profissionais técnicos na área de museus: museólogos, restauradores, historiadores da arte, bibliotecários, educadores, montadores; (3) inexistência da Associação de Amigos da Pinacoteca; (4) falta de espaço físico destinado a sediar a Pinacoteca e seu acervo e reserva técnica permanente. Hoje, encontra-se provisoriamente em duas salas no segundo andar do prédio da Reitoria, enquanto as obras de reforma da biblioteca central estão em andamento. Sem entrar no mérito do fato, da pinacoteca desde sua criação estar provisoriamente na biblioteca central; (5) precariedade do sistema de segurança interno, externo, do acervo e dos usuários; (6) ausência de um plano de conservação preventiva; (7) ausência de um projeto urbanístico de sinalização no campus universitário que facilite e indique o acesso e localização da Pinacoteca, bem como adequação do prédio para usuários com deficiência visual e auditiva.

A relação entre o público e a Pinacoteca: a participação na elaboração do plano museológico

As contribuições oriundas do questionário eletrônico, aproximou a equipe de um resultado relacionado ao conhecimento que o público respondente tem da Pinacoteca, que no seu entender demonstra a importância e urgência da construção do plano museológico. O grupo de 99 pesquisados apresentou o seguinte perfil:

- a. Faixa etária: do universo pesquisado, 63,6% têm entre 19 até 30 anos; e 18,2% de 31 até 50 anos;
- b. A que centro de ensino pertence: 74% do CCTA, 8,3% CCHLA. Demonstra que do universo pesquisado, a maior participação foi constituída pelo público interno da UFPB e oriunda do CCTA, o que aponta para uma falha na comunicação social da Pinacoteca com o mundo para além dos muros da UFPB;
- c. Contato com a Pinacoteca, em uma escala de 0 a 10: 73,4% dos entrevistados têm interação mínima ou nenhuma com a Pinacoteca, e apenas 26,6% interagem de fato com a Pinacoteca;
- d. Importância de um museu de arte na formação: as respostas se mostraram contraditórias, posto que 92,9% dos entrevistados afirmam que um museu de arte universitário pode influenciar na formação de sua área de conhecimento, no entanto, como visto anteriormente 73,4% deles têm interação mínima ou nenhuma com a Pinacoteca;
- e. Conhece as redes sociais da Pinacoteca: 64,6% dos entrevistados não conhecem as redes sociais da Pinacoteca.



Os dados da pesquisa revelam o conhecimento da comunidade sobre o potencial da Pinacoteca. O que pode ser comprovado pelo compilado das respostas abertas para a pergunta: “Você acha que um museu de arte universitário pode influenciar na formação da sua área de conhecimento?”. Dos 99 entrevistados, tivemos apenas 06 respostas, conforme listadas abaixo:

“[...] um espaço para desenvolver potencial como artistas e ganhar experiência e oportunidades.” (E1)

“[...] como espaço de soma de conhecimentos e referências, que abre portas para novas visões e debates de diversas áreas.” (E2)

“[...] que traz a oportunidade de estar perto da vivência museal e curatorial.” (E3)

“[...] além da importância dos registros históricos de artistas e culturas mundo afora, um museu universitário pode promover eventos em que os(as) próprios(as) discentes irão trabalhar, agregando aprendizado de produção cultural à sua formação, o que também é essencial para artistas, comunicadores, jornalistas, publicitários etc. Mas sobretudo no contexto universitário é de total importância para o contexto sociocultural.” (E4)

“[...] como equipamento cultural e artístico que contribui para preservar a memória de uma comunidade, o pensamento de um povo.” (E5)

“[...] trazendo mais conhecimento, criatividade, abrindo possibilidades e horizontes, contribuindo para a formação humanística. A Pinacoteca UFPB situa a universidade no patamar de guardiã, divulgadora e impulsionadora da cultura, com reflexos na construção da identidade local, regional e nacional. Um museu pode ser um agente de desenvolvimento social.” (E6)

Todavia os depoimentos demonstram uma postura contraditória dos pesquisados, posto que, 92,9% dos entrevistados afirmam que um museu de arte universitário pode influenciar na formação de sua área de conhecimento, no entanto, como visto 65% deles têm interação mínima ou nenhuma com a Pinacoteca. O que corrobora com a já demonstrada falha na sua comunicação social.

É bem verdade que a ausência de uma política cultural, associada ao fato de a própria UFPB ter a necessidade de reestruturar constantemente a distribuição de suas receitas, leva, tanto a Pinacoteca como os demais espaços de visitação e divulgação cultural da UFPB, a raramente terem recursos garantidos. O que se observa neste trabalho é que, ao longo de 35 anos de existência, a Pinacoteca funcionou sempre de forma precária, contanto com a abnegação daqueles que compuseram e compõem o quadro de seus colaboradores.



Se faz importante mencionar o esforço de catalogação do acervo por meio de projetos de extensão realizados desde 2017, cujo resultado se encontra em uma publicação recente (BECHARA FILHO; RODRIGUES 2021), como uma forma de comunicação com o mundo exterior. Essa publicação é o primeiro catálogo da Pinacoteca e o único de arte da Paraíba que reúne todas as obras incluídas em sua coleção, cujo núcleo original foi constituído em 1987 (quando esse museu foi inaugurado provisoriamente na biblioteca central). Estão também registradas no catálogo, as doações de Hermano José e Rossini Perez, que aguardam a construção da sede definitiva da Pinacoteca para incorporação ao seu acervo geral.

O plano museológico da Pinacoteca da UFPB

A construção do Plano Museológico da Pinacoteca da UFPB é uma ação necessária tanto no âmbito cultural quanto patrimonial, ao reverberar no fortalecimento e consolidação das políticas de gestão de um museu universitário. Promoveu uma interação dialógica entre docentes, técnicos, discentes, especialistas e participantes da comunidade, por meio da troca de conhecimentos e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

Por se tratar de um museu universitário, a Pinacoteca da UFPB funciona também como laboratório, ateliê de pesquisa sobre curadoria, mediação, museografia e documentação museológica. Nesse sentido, seu plano museológico foi balizado num diagnóstico situacional acurado e o seu planejamento a curto, médio e longo prazo buscou promover a utilização da instituição pela sociedade, num processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural.

Como resultados esperados, buscava-se: (1) o Plano Museológico da Pinacoteca UFPB elaborado; (2) a equipe da pinacoteca, bolsistas e voluntários capacitados no curso Plano Museológico Planejamento estratégico para museus do IBRAM; (3) a Pinacoteca da UFPB percebida enquanto uma iniciativa de educação patrimonial, um agente de transformação social que contribui para o despertar de uma relação de identidade com uma estética e com valores regionais por meio das obras dos artistas locais, bem como, da cidadania, e do desenvolvimento sustentável do território; (4) promover o conhecimento e a reflexão sobre o acervo da Pinacoteca UFPB, numa ótica que garanta a



preservação, pesquisa, ensino, extensão, comunicação e dinamização do patrimônio museológico, proporcionando ao público o acesso e a visitação.

Obeve-se a conclusão nos itens 1 e 2, (1) Plano Museológico elaborado e (2) a equipe da Pinacoteca, bolsistas e voluntários capacitados, o que permitiu a construção de seu planejamento conceitual, ou seja, sua missão; visão; valores e objetivos estratégicos, citado a seguir.

Sua missão:

- A Pinacoteca da UFPB, enquanto um Museu de Arte Universitário, tem como missão garantir a preservação e difusão do seu acervo, assim como sua valorização, pesquisa, ampliação e reconhecimento como patrimônio artístico brasileiro de relevância regional, nacional e internacional para o campo das artes.

Sua visão:

- Ser a referência de Museu de Arte na Paraíba em interconexão nacional e internacional com ênfase nas Artes Visuais, pesquisa, curadoria e como laboratório de formação artística, crítica, teórica e prática da comunidade em geral e acadêmica com ênfase no curso de Artes Visuais da UFPB.

Valores:

- Acolhimento e respeito à diversidade e a acessibilidade universal;
- Ética no trabalho com os acervos, com os públicos e com sua equipe;
- Respeito à diversidade, integridade e dignidade da pessoa humana;
- Ética, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público;
- Incentivo à produção, preservação e disseminação da arte e da cultura;
- Promoção da cultura como um eixo do desenvolvimento sustentável.

Seus objetivos estratégicos:

- Implantar o Plano Museológico da Pinacoteca em consonância com o seu Regimento Interno, sua política de acervos, destacando a missão, visão e objetivos da instituição no desenvolvimento de suas atividades;
- Estabelecer a articulação do Plano Museológico da Pinacoteca com a política da UFPB e com a Política Nacional de Museus, apontando diretrizes para a execução dos seus diferentes programas e projetos;
- Apresentar a Pinacoteca como espaço aberto e propício à aplicação de saberes de diferentes campos do conhecimento em articulação com as artes, objetivando contribuir para a compreensão da importância do processo museológico na definição das políticas, dos programas, dos projetos e do perfil institucional;
- Consolidar uma visão dinâmica da Pinacoteca que preserva, documenta, pesquisa e divulga por meio da pesquisa científica e da formação de acervos, e se integra à comunidade universitária em particular e, com ela, à comunidade em geral.



Também foram elaborados os programas institucionais: de gestão de pessoas; de acervos; de exposições; de pesquisa; de comunicação; o socioambiental; de financiamento e fomento; de segurança; arquitetônico urbanístico; de acessibilidade; e o educativo cultural.

Entretanto o item 3 (a Pinacoteca da UFPB percebida enquanto uma iniciativa de educação patrimonial...) e o item 4 (promover o conhecimento e a reflexão sobre o acervo da Pinacoteca UFPB, numa ótica que garanta a preservação, pesquisa, ensino, extensão, comunicação...) necessitam de tempo e vontade política da UFPB para ser alcançados.

Os autores do Plano Museológico da Pinacoteca da UFPB defendem que os contextos, territórios e vocações culturais e criativas devem ser reconhecidos e potencializados pelos gestores, e a produção cultural, local e regional, deve estar plenamente inserida nas dinâmicas econômicas contemporâneas, com vistas à geração de trabalho, renda e oportunidades de inclusão social. Considerando inclusive o papel do museu universitário na formação e capacitação de profissionais para atuar nos museus do estado, de forma a se pensar em um mercado de trabalho voltado para gestão de museus e da criação de novos museus, a partir de profissionais locais.

Conclusão

A visibilidade não apenas da Pinacoteca como também da UFPB decorrerá da implementação de iniciativas apontadas no Plano Museológico, como a fruição das práticas culturais e linguagens artísticas, incluindo ações de promoção e incentivo à organização de programas de itinerância, circulação e difusão cultural, com acessibilidade física e comunicacional, pelo estímulo à capacitação e ao empreendedorismo nas atividades econômicas de base cultural, e pelo estudo e fomento à economia criativa.

Seu importante papel é o despertar do público local para valorização da sua arte e seus artistas. Nesse sentido, a Pinacoteca quando abre seus espaços para a exposição de um artista, está certificando a qualidade de sua produção, a importância da representação de seu trabalho para o fortalecimento e incentivo do setor cultural e artístico paraibano.

Além disso, a Pinacoteca, juntamente com o CCTA, está em negociação com a PROEX para transferência de parte do acervo do Núcleo de Arte Contemporânea – NAC para integrar seu acervo. Caso o parecer seja favorável, as obras serão catalogadas, de acordo



com as regras museológicas e incorporadas ao acervo da Pinacoteca, identificada como coleção NAC.

Mesmo com todas as restrições orçamentárias e tecnológicas, a Pinacoteca conta com quatro canais digitais (comandados por alunos bolsistas e voluntários) para a difusão e comunicação de seu acervo, que disponibilizam informações e propagam as atividades desenvolvidas: encontros, depoimentos e exposições *online*. Dentre seus canais estão o Youtube, o Instagram, o Facebook e o site oficial hospedado no Portal da UFPB, apresentando o histórico de informativos acadêmicos e expositivos da Pinacoteca.⁵

A execução desse Plano Museológico, contribuirá para viabilizar as condições para que a criação, circulação e preservação cultural se realizem e se constituam em práticas profissionais inseridas na lógica produtiva do desenvolvimento social e econômico sustentável. Contudo se faz necessário ressaltar que dos onze espaços museais da UFPB, apenas dois realizaram a elaboração de seus planos museológicos, o Museu Casa de Cultura Hermano José e a Pinacoteca, o que demonstra não apenas a necessidade legal de cumprir a legislação pertinente, mas a necessidade da elaboração e implantação efetiva de uma política cultural para a UFPB.

Os resultados alcançados: (1) o Plano Museológico da Pinacoteca UFPB elaborado; (2) a equipe da pinacoteca, bolsistas e voluntários capacitados no curso Plano Museológico Planejamento estratégico para museus do IBRAM; (3) Plano Museológico aprovado pelo Conselho de Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA). Resultados ainda em andamento: (4) a Pinacoteca da UFPB percebida enquanto agente de transformação social que contribui para o despertar de uma relação de identidade com valores regionais por meio das obras dos artistas locais, bem como a busca pelo fortalecimento da cidadania, e do desenvolvimento sustentável do território; (5) promover o conhecimento e a reflexão sobre o acervo da Pinacoteca UFPB, numa ótica que garanta a preservação, pesquisa, ensino, extensão, comunicação e dinamização do patrimônio museológico, proporcionando ao público o acesso e a visitação.

Nesse sentido, para além de suas funções clássicas, a Pinacoteca da UFPB é um equipamento que integra fluxos econômicos de bens e serviços, e tem o potencial de

⁵ Cf.: <http://www.ccta.ufpb.br/pinacoteca>.



contribuir na promoção da diversidade, da criatividade e colaborar com o desenvolvimento sustentável da região. Contribuindo com a UFPB no alcance dos ODS, junto ao PNUD.

Referências

ARGENTA, Denise. Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras. **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 26, n. 39, p. 149-167, dez./2013. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/117> Acesso em: 16 maio 2020.

BECHARA FILHO, Gabriel; RODRIGUES, Marisa Pires. **Catálogo geral da pinacoteca UFPB**. João Pessoa: Ed.UFPB, 2021.

BLACKROCK INC. Sustentabilidade como o novo padrão de investimento da BlackRock: carta aos clientes. **Site da BlackRock**. 2019. Disponível em: <https://www.blackrock.com/br/blackrock-client-letter> . Acesso em 22 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o estatuto de museus e dá outras providências. Presidência da República, [2009]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11904&ano=2009&ato=c81gXVE90dVpWTed2>. Acesso em: 20 maio 2019.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GRAMPA, Victor Henrique. Incêndio no Museu Nacional: considerações sobre um infortúnio não fortuito. **Site da OAB-SP**. Publicado em 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/noticias/2018/09/artigo-incendio-no-museu-nacional-consideracoes-sobre-um-infortunio-nao-fortuito.12562>. Acesso em: 20 jun. 2019.

HAWKES, John. **The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning**. Melbourne: Common Ground Publishing, 2001.

ICOM UMAC. **Worldwide database of university museums and collections**: Compiled by the ICOM committee UMAC (University Museums and Collections). 2022. Disponível em: <https://university-museums-and-collections.net/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: IBRAM, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2020.

OTAOLEA, Ibone B. La cultura como motor económico de transformación social de Bilbao. **Site da OBS – Agenda21culture**. Postado em 2014. Disponível em: <https://obs.agenda21culture.net/es/good-practices/la-cultura-como-motor-economico-de-transformacion-social-de-bilbao> . Acesso em: 22 jun. 2020.

REIS, F. A. C. Museus e mercados de arte como agentes econômicos: um diálogo entre cultura e economia. **Economia de Museus**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 115-139, dez./2010.



SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

UNITED NATIONS (ONU). **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: ONU, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Culture for the 2030 Agenda: sustainable development goals**. Paris: UNESCO, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264687>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Hangzhou declaration placing culture at the heart of sustainable development policies: adopted in Hangzhou, people's Republic of China, on 17 may 2013**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Working_Groups/SDG/UNESCO_2013_Hangzhou_Declaration-_Culture_and_Sustainable_Development.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Conférence mondiale sur les politiques culturelles: rapport final**. Paris: UNESCO, 1982. *E-book*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505_spa. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. Pró-Reitoria de Extensão. **Edital PROEX Nº 07/2021 - Programa UFPB no seu município**. 2021. Disponível em: <https://www.proex.ufpb.br/proex/contents/noticias/proex-principal/edital-proex-ndeg-07-2021-programa-ufpb-no-seu-municipio>. Acesso em: 07 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. Conselho Universitário. **Resolução n. 17, de 05 de julho de 2018**. [2018a]. Estabelece a Política Ambiental da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018052046db8b895282d30894eb80a5/Runi17_2018.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. Conselho Universitário. **Resolução n. 25, de 16 de novembro de 2018**. Criação e regulamentação do Comitê de Arte e Cultura. [2018b]. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2018100213c1df122224238bfcc64bc7/Runi25_2018.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

WALEWSKI, A. Importância museológica na educação ambiental em escolas: estudo de caso. **Estudos de Biologia**, Curitiba, v. 29, n. 68/69, p. 347-251, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/reb.v29i68/69.22791> Acesso em: 15 set. 2022.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Recebido em: 10/04/2022.

Aceito em: 07/11/2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.62787.p35-54>

**DO SKATE STREET AO SKATEPARK:
as políticas públicas nas ruas e nas praças de Imperatriz/MA**

***FROM SKATE STREET TO SKATEPARK:
public policies in the streets and squares of Imperatriz/MA***

Jesus Marmanillo Pereira *

Resumo

O presente artigo visa analisar as políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Imperatriz/MA a partir do caso da construção do skatepark (pista de skate) da Praça Mané Garrincha. Baseado em autores como Lejano (2012), Hincapié (2015) e Peres (2010), buscaremos compreender como os agentes públicos dialogam diretamente com os praticantes de skate na cidade sobre a aplicação de investimentos em esporte e lazer. Para tanto, desenvolvemos uma análise na perspectiva processual construída por meio de relatos, imagens e documentos que sinalizam os principais momentos dos embates dos skatistas e o poder público dessa cidade em torno da construção do referido skate Park.

Palavras-chave: skate; política pública; esporte; lazer.

Abstract

This article aims to analyze the public policy of sport and leisure in the city of Imperatriz/MA from the case of the construction of the skatepark (skate rink) at Praça Mané Garrincha. Based on authors such as Lejano (2012), Hincapié (2015) and Peres (2010) we seek to understand how public agents dialogue directly with skaters in the city about the application of investments in sport and leisure. To do so, we conducted an analysis from a procedural perspective built through reports, images and documents that signal the main moments of the skaters' clashes with the public power of this city around the construction of the aforementioned skatePark.

Keywords: skateboard; public policy; sports; leisure.

Introdução

Dentro de uma perspectiva cidadã é possível compreender que esporte e lazer são direitos sociais previstos na Constituição Federal, especificamente no Art. 217 que explicita que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um.” (BRASIL, 1988, p. 121). Nesse âmbito, notamos que no ano de 2007, o governo federal lançou o programa “Praça de Juventude” que visava a difusão de modernas praças destinadas a oferecer equipamentos públicos de esporte e lazer,

* Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba/Brasil. E-mail: jesusmarmanillo@hotmail.com.



possibilitando integração e realização de atividades culturais. No âmbito da prática do skate na cidade de Imperatriz¹, ocorreu a implementação dessas praças no centro da cidade e no bairro Recanto Universitário. Apesar disso, o ponto mais frequentado por todos é o *skatepark* da Praça Mané Garrincha — o mais antigo da cidade. Diferentemente das referidas praças, pensadas a partir dos órgãos de gestão, veremos que esse caso específico resulta de relações dos skatistas com aquele lugar² e com os poderes municipais e estaduais. Provavelmente por isso que, contrariamente aos obstáculos da Praça da Juventude do centro, a Praça Mané Garrincha possui rampas fiscalizadas e calculadas pelos próprios praticantes, durante a construção. Quando observamos a Praça da Juventude do centro da cidade, recordamos dos apontamentos da Confederação Brasileira de Skate([ca. 2020]) quando explica que as construtoras não possuem experiência com esse tipo de construção, e geralmente erram na distância entre as rampas. Além disso, a falta de comunicação com os praticantes também favorece a construção de obstáculos tidos como “elefantes brancos”.

Partindo de uma perspectiva que compreende as políticas públicas como produto de um processo sociocultural que envolvem os mais diversos grupos, desde tecnocratas até movimentos sociais e pessoas que se beneficiam delas (HINCAPIÉ, 2015), o presente artigo busca explorar essa relação entre governos e skatistas a partir do caso da construção do *skatepark* da Praça Mané Garrincha. Tal perspectiva é endossada por Peres (2020) quando, ao estudar o *hip hop* na cidade satélite de Ceilândia, em Brasília, problematiza o fato de as políticas públicas serem compreendidas exclusivamente como aquilo que “os governos fazem ou deixam de fazer”, o que geraria uma espécie de ruptura entre a vida política e a vida cotidiana, ou seja, a autora tenciona com um conceito que não sinaliza para as pessoas em suas experiências comuns.

¹ É importante contextualizar que não estamos tratando de uma metrópole ou cidade grande, mas de uma cidade maranhense que possui 247.505 habitantes (IBGE, 2010), que está localizada no sudoeste do estado, na margem direita do rio Tocantins, e é considerada a segunda maior do estado. Nesse sentido, a própria prática do skate, assim como outros hábitos dos jovens imperatrizenses também sinaliza a expansão e difusão de uma estética global, norte americana, que se manifestou no Brasil, durante a década de 1970, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

² Provavelmente por isso que contrariamente aos obstáculos da Praça da Juventude do centro, os construídos na Praça Mané Garrincha possuem medidas que favorecem o desenvolvimento das manobras. Segundo a Confederação Brasileira de Skate([ca. 2020]) a construtoras não possuem experiência com esse tipo de construção e geralmente erram na distância entre as rampas. Além disso, a falta de comunicação com os praticantes também favorece a construção de obstáculos tidos como “elefantes brancos”.

Por esse caminho, é importante considerar que as experiências cotidianas e os saberes práticos dos cidadãos são elementos fundamentais na implementação de políticas públicas. Tal viés é defendido por Lejano (2012, p. 205), para quem a “experiência é a base do entendimento do sucesso de uma política pública”. Para tal compreensão nos valem relatos dos próprios praticantes e frequentadores da praça, de fotografias dos acervos deles, de reportagens antigas e estudos já realizados, assim buscamos compreender várias dimensões que podem auxiliar no entendimento de uma política pública de esporte e lazer na Praça Mané Garrincha, mais especificamente no caso da prática de skate. Tais dados foram organizados de forma a demonstrar o processo sócio-histórico de construção do *skatepark* na referida praça.

Entrada em campo

Apesar de a cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense, ter se destacado nacionalmente, em 2021, graças à medalha de ouro obtida pela skatista Rayssa Leal nas olimpíadas de Tokio, essa prática urbana iniciou-se na cidade durante a década de 1980, graças à circulação de revistas, fitas VHS e os próprios skates oriundos da cidade de São Paulo.

Assim, vale ressaltar que embora localizada no interior do Maranhão, a cidade de Imperatriz é totalmente conectada com outras capitais, seja por conta da BR 010 (Belém-Brasília), construída durante a década de 1950, seja pelo aeroporto construído no final da década de 1990. Tal contexto possibilita o que Diógenes (1998) chama de uma estética global no consumo relacionado à cultura juvenil. Colocando em outros termos, significa dizer que o uso de tênis ou determinados acessórios que marcam os agrupamentos juvenis circulam em escala global, podendo ser observados de forma similar nas cidades mais distintas do globo.

Como forma de aproximação desse campo, seguimos orientados pelo viés etnográfico de Agier (2011) — que pensa uma operação epistemológica ancorada em duas ações: 1) ver a cidade como se a estivesse olhando por cima dos ombros dos cidadãos; e 2) pensá-la como resultante de processos humanos e se indagar: o que faz a cidade? Trata-se de um viés que nos possibilitou criar uma ideia das experiências



cotidianas e compreender como tais processos históricos e olímpicos se conectam ao espaço da Praça Mané Garrincha.

Trata-se da Praça que ganhou destaque na mídia regional e nacional, no dia 28 de outubro de 2021, após Rayssa Leal ser fotografada no local tampando os buracos da pista, junto com outros skatistas. Tais imagens repercutiram nas redes sociais e reacenderam o debate em torno da responsabilidade da prefeitura em torno daquele logradouro público.

Para compreender a referida praça e sua relação com as políticas públicas municipais, pelos “ombros” dos próprios usurários daquele lugar público, buscamos aproximação dele por meio das redes sociais. Essa estratégia foi adotada por Diógenes (2015) quando realizou uma pesquisa sobre *graffiti* na cidade de Lisboa, onde se valeu do meio virtual para estabelecer contatos e estimular laços de confiança com os interlocutores daquele campo. Assim, partimos da compreensão daquele lugar enquanto um pedaço (MAGNANI, 2002) que resulta de processos humanos e que sinaliza uma referência identitária importante para o grupo.

Buscando esse viés de perto e de dentro (MAGNANI, 2002), realizamos contato com um skatista chamado Leonardo Clemente por meio de uma rede social virtual. Por meio dele, tivemos os primeiros contatos presenciais no referido lugar, no ano de 2017, e com outros skatistas mais antigos, como Wanderson Ferreira (conhecido como Japa) e seu amigo mais experiente, Junior Freitas, que é o proprietário da marca *Go skateboard*. Tanto por meio dessa rede constituída em torno da referida marca quanto por contato com outros praticantes como Audierio Marinho, da marca *Hardflip*, tivemos acesso a um conjunto de fotografias e relatos sobre todo o processo de construção e manutenção das pistas de skate da referida Praça.

Além desses contatos realizados em 2017 (direcionados para pesquisas na área de sociologia urbana), é necessário explicitar que foi na condição de apoiador da prática que retornamos o contato no ano de 2021, pois entre agosto e outubro daquele ano estivemos na frente da produção e apresentação de cinco *lives* nas quais dialogamos com 7 atores vinculados ao skate da cidade. Trata-se do Programa *Skate em Imperatriz: conversas e biografias*³ que é vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e

³ Cf.: https://www.youtube.com/channel/UCuy3VjD_WmaXPBhQqyjIKeg/videos.



Imagens da Universidade Federal do Maranhão. Esse segundo contato possibilitou uma reaproximação importante para acompanhar os últimos fatos sobre a referida pista e atualização de algumas informações relacionadas à própria história da prática.

É importante enfatizar que, apesar da rivalidade existente entre as marcas e grupos constituídos em torno delas⁴, quando se trata da construção e história do skate na cidade, a defesa da Praça Mané Garrincha é uma bandeira levantada por todos os lados que compõem esse campo.

Da rua para a praça

Como nota Pereira (2019), a prática de skate em Imperatriz remonta ao final da década de 1980 na modalidade *skate street*, ou seja, no contexto em que a inexistência de uma pista de skate (*skatepark*) estimulava que os praticantes ocupassem as ruas da cidade. Por essas ruas, eles construía seus próprios itinerários marcados por locais que consideravam “sk8taveis” — também conhecidos como picos. Isso significa que esses locais caracterizados em calçadas, escadarias e bancos eram interpretados como obstáculos a serem “dominados” pelas manobras (sk8tavél). Em diálogo com Divino Noleto Freitas, skatista desde 1991, soubemos que as avenidas Dorgival Pinheiro, Getúlio Vargas e Luís Domingues tinham suas inclinações aproveitadas para a prática de skate, situação que é praticamente impossível de ser pensada atualmente por conta do grande fluxo de veículo naqueles locais. Dentre vários locais, ele recorda das escadas da Broadway, do coreto da Praça de Fátima, do viaduto das lojas Garoti entre outros.

Além desses picos que compunham a própria paisagem urbana, também ocorriam concentrações em torno de obstáculos produzidos por eles próprios. Em termos históricos, podemos observá-los desde 1992. Na composição da figura 1 é possível observar três situações dos usos dos obstáculos em diferentes bairros e tempos: na fotografia maior (a direita) é possível ver Jr. Freitas (em 1992) utilizando um corrimão na área de lazer de um condomínio localizado no Bairro Nova Imperatriz, na fotografia menor (superior)

⁴ Tal processo foi descrito de forma mais detalhada em Pereira (2019).



veremos o uso de obstáculos na rua Bahia, no bairro Juçara em 2002; já a última figura é do primeiro campeonato da Gringo *Skate Wear* ocorrido em 1992, no centro da cidade.

Figura1 – Mosaico: obstáculos produzidos



Fonte: Arquivos de Audierio Marinho e Divino Jr. Freitas, 1992.

Audierio Marinho explica que ocorriam concentrações na Rua Bahia, na loja do Chiquinho, e que iam se formando vários núcleos de praticantes na cidade. Apesar dos atritos com motoristas, transeuntes e outros atores urbanos, tal prática passou a ganhar um número maior de adeptos resultando na promoção do primeiro campeonato da cidade, em 1992. Para se ter noção desse processo, encontramos o seguinte trecho jornalístico:

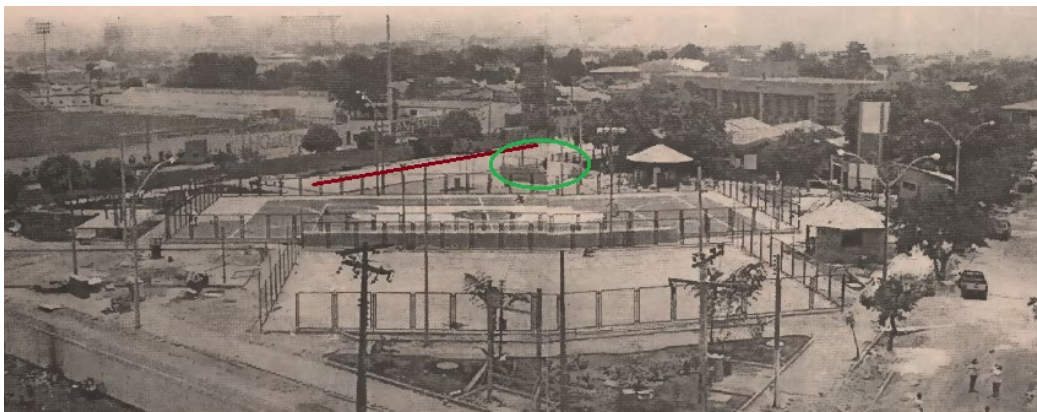
Os praticantes de skate de São Luís estarão neste final de semana em Imperatriz participando de competições promovidas por praticantes deste esporte nesta cidade. [...]. **O skate começa a tomar impulso em Imperatriz, com um grande número de jovens iniciando a prática deste esporte**, principalmente porque é considerado radical e cercado de emoções. Desta forma o número de praticantes cresce a cada dia. **Como ainda não possui um local próprio para a prática de suas competições, os skatistas realizam suas manobras radicais pelas avenidas planas**, sendo as mais usadas a Luís Domingues, Getúlio Vargas e Dorgival Pinheiro de Souza. (DOMINGO, 1992, p. 11, grifo nosso).

O referido campeonato ocorreu ao lado do prédio que hoje é o restaurante popular, próximo à Praça Mané Garrincha. A reportagem enfatiza o aumento no número de praticantes e justifica a ocupação das ruas pelos skatistas (citando as mesmas ruas

apontadas por nosso interlocutor) por conta da ausência de um espaço próprio para o skate. Tal campeonato foi organizado pela loja Gringo *Skate Wear* e sinaliza bem esse período em que a prática era muito atrelada à rua e à utilização de obstáculos privados. Antes de seguir, é importante destacar que o interlocutor (Audierio Marinho) é vinculado à marca *Hard Flip*, na qual atua no processo de busca de novos atletas e produção de vídeos de manobras, com o uso dos shapes⁵ *Hard Flip*. Ele possui 37 anos e prática skate desde novembro de 2000, quando tinha 16 anos.

No final dessa década, mais precisamente em 1997, foi reinaugurada a Praça Mané Garrincha, com a construção de uma “mini ramp” que significou um marco na história dessa prática. Por meio de um recorte jornalístico (figura 2), observamos a mini ramp (circulada em verde) e que os equipamentos atuais não passavam de um grande espaço plano e vazio (linha vermelha).

Figura2 – Praça Mané Garrincha em 1997



Fonte: Jornal Capital, 1997, n. 893, p.1.

No dia 12 de outubro de 1997, a Praça Mané Garrincha foi reinaugurada com uma série de competições esportivas, dentre as quais, “na apresentação de skate, o garoto Cláudio⁶ recebeu o título de melhor atleta na categoria *mini-ramp*” (RAMALHO, 1997). Os skatistas Audierio Marinho e Cesar Faraó me narraram que a referida *mini-ramp* é um símbolo do skate da cidade, e que aquela área plana foi estratégica, pois a partir dela se

⁵ Pranchas de skate.

⁶ É o atual dono de uma das principais marcas de skate na cidade. Mais informações podem ser consultadas em Pereira (2019).



iniciou todo o processo de construção do *skatepark* da Mané Garrincha. É importante ressaltar, também, que com a reforma, a referida área plana deixou de ser de bloquetes para ser de cimento, facilitando a ocupação do lugar. É a partir desse período que a Praça Mané Garrincha passa a ser observada como um pico, pois até então a área plana era apenas um espaço onde ocorriam eventos e pequenas festas. Dessa forma, quando perguntamos sobre o processo da pista de skate, Audierio e Cesar explicam:

Audierio: Quem construiu foi um antigo prefeito. Ele construiu, construiu a miniramp (...). **Inclusive fiquei chateado com nessa última reforma porque eles fizeram a transição dela errada e ela era um marco para nós.**

Cezar Faraó: Teve um tempo que tava quadrada também.

Audierio: Tava quadrada, foi reformada duas vezes, mudadas as placas. Ficou quadrada e tudo. **Não quiseram ouvir a gente né...** Mas ficou lá.

É um símbolo do nosso skate na cidade, foi aquela mini ramp ali e a área plana.

Cesar Faraó: É um dos mais antigos!

E ali na área plana a gente começou a construir obstáculos Jesus. A galera levava palco. A galera começou a construir obstáculos... levava um corrimãozinho solto... trilhozinho, prego, martelo.

Dizia: **Cara, vamos começar a construir nossos obstáculos aqui. Isso aqui é nosso!**

Iae a gente começou a botar um palcozinho de madeira, começou a carregar os cofres dos lixos para servir lá jogar manobras manobra.

Aí foi juntando. Foi vindo a galera de fora. **A gente fazia campeonato no antigo Juçara, nas ruas lá mesmo na Mané.**

Então a gente foi juntando ali. Já tinha alguns obstáculos da Mané mesmo que eram esses pouquinhos. Tipos os que tinham na minha rua (Rua Bahia), mas que a galera das antigas já sabia construir. Eu mesmo aprendi muito com eles nas construções. Com a galera das revistas... Jorge Rotatória...E a Mané Garrincha foi ganhando aquela identidade *skateboard*. (SKATE..., 2021. Grifos nossos).

Do breve diálogo, é possível destacar: 1) um marco inicial na relação entre o poder público e uma política pública direcionada para a juventude praticante de skate; 2) um desejo de diálogo relacionado à aplicação dos saberes “nativos” na construção de obstáculos; 3) uma relação territorial com a praça, que por meio de um trabalho coletivo a institucionalizou como o lugar da “identidade *skateboard*” local. Grosso modo, a primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma série de concentrações e eventos, dos quais destacamos um campeonato promovido pela Marola, em 2002, na Beira Rio; o Qix ocorrido no freiras *Park* em 2007 e 2008 (SEGUNDA..., 2008) dentre outros também promovidos pela *Hard Flip*.



Contudo é importante ressaltar que esse processo de ocupação da pista e de expansão do skate em outros lugares da cidade não ocorreu sem que houvesse choques que podem ser compreendidos em relação à própria história e mentalidade econômica da cidade de Imperatriz. Queremos dizer com isso que nessa cidade, narrada em termos de ciclos econômicos e como herdeira do desenvolvimento oriundo da construção da estrada Belém-Brasília, a concepção de “trabalho” e uso do tempo é totalmente oposta ao contexto de concentração de jovens praticando skate. Esse choque com a moral e as representações locais se manifestou principalmente sobre o estigma de drogados ou vagabundos manifestado sobre os jovens praticantes de skate. Com o processo de profissionalização, esportivização e com as medalhas de ouro nas olimpíadas, verifica-se que o status é totalmente diferente de antes, pois a prática passou a ser vista como um tipo de trabalho que pode gerar bastante dinheiro.

Se há duas décadas era possível vivenciar o estigma, por outro lado, a própria existência da área plana foi colocada a prova. Mesmo sem citar nomes, por medo de represálias políticas, três praticantes afirmaram que a referida área já foi cogitada por determinados governos para a construção de um estacionamento para o estádio de futebol Frei Epifânio — localizado ao lado da pista. Fato que atribuiu sentido maior para o diálogo com Audierio e Cesar, principalmente quando enfatizam que a iriam ocupar com obstáculos porque a área pertence a eles.

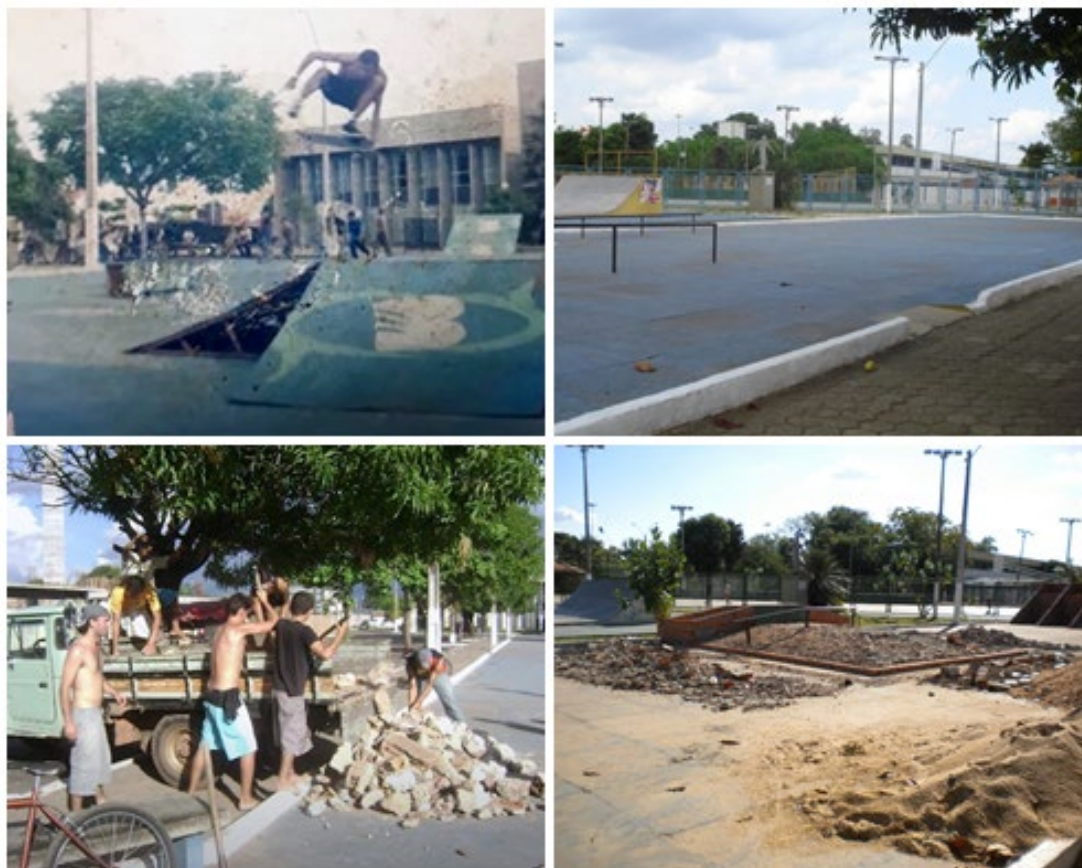
Tanto pela conversa com o skatista e grafiteiro, Rubão, quanto pelo vídeo do Cem por Cento Skate (SKATE Nordestino, 2021) tivemos acesso a imagens de 2012 que mostram o processo de construção das primeiras rampas maiores na área plana. Segundo Audierio Marinho, cansados de reivindicar para autoridades, como vereadores, prefeitos e secretários, eles uniram forças e construíram a primeira parte da pista que perdurou até o ano de 2016. Na composição da figura 3, é possível visualizar a área plana com obstáculos de matéria e corrimão, na parte superior, e o processo de construção nas figuras inferiores.

Apesar de o estigma, pautado em um modelo de desenvolvimento colonizado (SILVA, 2010) e hierarquizador que compreende o desenvolvimento da cidade como atrelado aos grandes ciclos expressos nas indústrias e comércio, as práticas de construção de obstáculos, de roupas, acessórios e, mesmo, na fabricação de *shapes* sinalizavam uma concepção criativa de economia, já que os jovens promoveram tipos de serviços que



resultavam a interação de aspectos econômicos, culturais e tecnológicos (LEITÃO et al., 2022).

Figura 3 – Mosaico: obstáculos de madeira e primeira construção



Fonte: SKATE Nordestino, 2021; arquivos pessoais do skatista Rubens Augusto Montana, 2021.

Em Imperatriz havia um determinismo cultural que pensava o desenvolvimento como o domínio e transformação da natureza, muito materializado na ideia de integração da Amazônia por meio dos grandes projetos e construção de estradas e linhas de ferro. Em tal contexto, a imagem de poder se materializa em empresários heróis e desbravadores que se integram nessa narrativa de desenvolvimento (por mais que os jovens tivessem a iniciativa própria de construção de um equipamento público).

Pelas leituras de Leitão, Guilherme, Oliveira e Gondim (2011), podemos compreender que o estilo de vida dos skatistas significou um tipo de desenvolvimento potencialmente endógeno e criativo, pois ao se conectar com jovens e atores sociais dos

mais diversos segmentos, promoveram uma verdadeira revolução nos modos de viver a cidade e na capacidade de extrapolar os domínios da técnica.

Para ficar mais evidente esse argumento, podemos citar o estudo de Pereira (2019) quando cita e explica a existência das duas únicas marcas de *shapes* do Maranhão, localizadas na cidade de Imperatriz. E o fato dessa dinâmica da cidade ter atraído o campeonato nordestino de skate para o lugar por duas vezes seguidas. Retomando a frase de Audierio, o skate “Não é só algo legal, radical e doido, não. É algo que tem uma cultura, que **sustenta famílias, é algo que gera negócios** e rendas em um país⁷. Gera impostos” (informação verbal).⁸ Acrescentaríamos que é a situação que mescla os três elementos: culturais, econômicos e tecnológicos. Se por um lado as marcas movimentam a economia, por outro representam elementos culturais que por hora questionam o próprio sistema, no modo de ocupar a cidade, na valorização da não competição (como princípio preponderante) e solidariedade entre skatistas e na capacidade de mobilização.

O diálogo observado entre os skatistas e a sociedade pode ser sintetizado na resposta de Audierio Marinho (citada anteriormente). Soando como uma espécie de justificativa que tenta situar a prática do skate em um universo mais amplo, ela se defronta com uma representação ultrapassada de trabalho, economia e concepção de cidade. Assim, podemos refletir sobre estigmas que parecem ser pautados primeiramente numa questão cultural, já que a prática do skate esteve ligada à construção de pequenos empreendimentos na cidade e à produção de *shapes*.

Retornando à narrativa sobre a construção da pista, notamos que ocorreu uma tensão com o poder público, pelo fato de os próprios skatistas iniciarem a construção dos obstáculos fixos em 2012. Após as ações deles, a prefeitura passou a atuar de forma mais direta na produção dos equipamentos urbanos. Sobre esse contexto de tensão, verificamos a notícia que trazia o seguinte relato:

Na manhã de ontem (31) o secretário de esportes, Joaquim Quirino Cruz, o Neto da Ampere, esteve no local vistoriando a obra. **Ele aproveitou para esclarecer boatos de que a obra estaria sendo feita pelos próprios skatistas. “A Prefeitura que está fazendo essa obra aqui. Nós estamos fazendo o que,**

⁷ Para se ter noção, basta observar a circulação de notícias como “STU National de skate deve movimentar mais de R\$ 2 milhões na economia cricumense: Competição deve receber mais de 100 atletas na cidade entre os dias 21 e 24 de janeiro”. Cf.: <http://www.engeplus.com.br/noticia/esportes/2021/stu-national-de-skate-deve-movimentar-mais-de-r-2-milhoes-na-economia-cricumense>. Acesso em: 27 dez. 2021.

⁸ Trecho de entrevista realizada com Marinho e Audierio em 10 de março de 2017. Grifos nossos.



na verdade, é uma reforma. A pista já estava construída, pronta. Nós estamos reformando”, disse ele. Segundo Neto da Ampere, a participação dos skatistas no processo de reforma da pista é importante, já que são eles, usuários, que serão diretamente beneficiados. Para o secretário, a Sedel tem se mantido sensível às solicitações do grupo, no entanto, não abriu mão de reformar a pista. “Eles usam diariamente a pista, conhecem os defeitos melhor que eu. Participam para que a pista fique como querem. Eles estão certos em fazer isso. Não quer dizer que a reforma é feita por eles”, garantiu. (ARAÚJO, 2012, grifos nossos).

Pela fala oficial da prefeitura, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Sedel) estava à frente da construção, e os skatistas estariam participando de forma ativa junto aos operários da prefeitura, sendo boato a história de que eles estariam construindo a pista sozinhos. Para averiguar essa situação, fomos além das fotografias fornecidas por Rubão, e dialogamos com Audierio Marinho que nos explicou o seguinte:

A prefeitura viu que não tinha mais jeito mesmo né. O prefeito da época era a madeira. Daí eles deslocaram um pessoal para ajudar. Daí eles fizeram as bases. Com a ajuda deles foi muito, muito bom porque fez bem estruturada. E nós arrocamos de encher de barro e entulho para ficar forte. **Em 2012 quando a gente começou a construir do zero.** Ali pelo começo do ano. Primeiro foi a gente né... foi botando dinheiro e fazendo. Daí pedimos contribuição de alguns pais que levavam os filhos pra lá. Eles compreenderam. Aí teve empresários também, o Cláudio, o Romeu da Marola ... alguns caras que deram dinheiro a mais é. Daí a gente ia lá e metia a mão da massa. **Em 2012 foi à galera do skate mesmo, alguns pais, empresários do meio do skate e a prefeitura ajudou nessa parte que te falei aí mesmo, para resumir mesmo. E outra coisa, esses blogs são muito politiqueiros. Eles sempre vão falar que foi político que fez, mas a gente sabe que não foi** (informação verbal).⁹

Tais relatos são totalmente distantes da perspectiva normativa do art. 207 da CF ou do projeto “Praça da Juventude”, demonstrando uma experiência política do dia a dia dos próprios atores sociais que ocupam a praça, e como a interação deles com o governo municipal foi capaz de materializar uma estrutura de lazer e esporte.

De forma resumida, observamos que a partir de 2015 ocorreu a ascensão pública de Rayssa Leal que, naquele ano, ganhou os campeonatos brasileiros de *skate street* e catarinense de *skate street* mirim, além de chamar a atenção do skate internacional por conta de um vídeo no qual executa uma manobra *heelflip* (HEELFLIP, 2015). Apesar de todo esse processo ter ocorrido sem um apoio de alguma política pública e ter contato de

⁹ Trecho de entrevista realizada com Marinho e Audierio em 10 de março de 2017. Grifos nossos

apoio de fãs (FADA, 2015) e de amigos skatistas que frequentavam a Mané Garrincha, podemos dizer que as medalhas e a notabilidade que trouxe para o skate da cidade de Imperatriz influenciou uma reforma promovida pelo governo do estado do Maranhão, ocorrida no ano seguinte.

Figura 4 – Reforma da praça Mané Garrincha feita pelo Governo do Estado



Fonte: Governo do Estado, 2016.

Podemos observar que nessa última reforma, o governo do estado fez questão de explicitar que o projeto de ampliação foi discutido com os praticantes do esporte. O site do governo enfatiza (GOVERNO, 2016) a fala de Lilian Mendes, mãe de Rayssa Leal, quando afirma que na falta de local apropriado para treinar, a reforma da Praça Mané Garrincha é uma grande conquista para a comunidade. Pela atitude do governo, pela mídia e todo prestígio gerado em torno do nome da “Fadinha” (apelido de Rayssa Leal), observamos que estamos vivendo uma situação distinta daquela observada na década de 1990, principalmente pelo fato de a prática de skate, hoje, ser associada ao status olímpico e à possibilidade de retorno financeiro, aspectos que têm influenciado as posturas públicas.

Por outro lado, a prefeitura local ganhou destaque na mídia da cidade no dia 16 de março de 2022, quando a notícia (figura 5) da construção de uma pista de nível internacional rondou os dois grupos (*WhatsApp*) de skate da cidade. Tratava-se de uma reunião ocorrida um dia antes entre representantes da prefeitura e Silvio Azevedo, representante da Skate Total Urbe¹⁰, que é uma espécie de coletivo de atores, que até o

¹⁰ Cf.: <https://skatetotalurbe.com.br/>.



momento promoveram 17 campeonatos em um pouco mais de quatro anos de existência dessa organização.

Figura 5 – Construção de uma nova pista



Fonte: Notícia veiculada nos grupos de *WhatsApp*: Opressão Skateboarding e inrruGadu''S skateboard, 16 de março de 2022.

Com essa nova possibilidade, observamos que a relação entre skatistas, gestores municipais e espaços públicos parece ter alcançado um patamar diferente daquele observado em 1997. Paralelo a isso, verificamos que as formas de organização política dos praticantes também se modificou ao longo dos anos, pois as reuniões e mobilizações têm ocorrido não apenas nos espaços físicos da Praça Mané Garrincha, mas também em grupos de *WhatsApp*, como demonstra a figura 5. Finalizamos com essa breve constatação de que as experiências desses atores têm delineado uma maneira de fazer a cidade (AGIER, 2011) ao fornecer importantes subsídios para compreender como têm sido impulsionadas as políticas públicas de lazer, na cidade de Imperatriz.

Considerações finais

Tal como o *skateboard* emergiu, na cidade de Imperatriz, do estilo *street* praticado nas ruas para o estilo *skatepark* praticado na Praça Mané Garrincha, as ações que fomentaram a visibilidade dessa prática e primeiros esforços no sentido de uma política pública de esporte e lazer também precisam ser compreendidas na própria rua por onde trafegam os *shapes* da juventude local. As falhas e êxitos na construção dos obstáculos, apontados pela Confederação Brasileira e Skate ([ca. 2020]), sinalizam a importância de compreender que os projetos precisam dialogar com a base social para qual são direcionados. Pelo presente estudo, compreendemos que uma perspectiva antropológica da política pública seja a alternativa mais racional para romper com ideologias, colonialismos e pensar uma perspectiva criativa e atenta às especificidades culturais.

Pela perspectiva processual, verificamos que a pista de skate da Praça Mané Garrincha resulta das ações cotidianas dos skatistas que, entre outras coisas, demarcaram uma posição política em prol de uma política pública de esporte e lazer. Possibilita-nos assim, encontrar outros caminhos que valorizem a experiência dos cidadãos que dinamizam aquela paisagem.

Assim, quando analisado por uma perspectiva histórica, observamos que as relações entre essa ação estatal e os espaços destinados à prática de skate em Imperatriz foram impulsionadas, e só assim podem ser compreendidas, por um conjunto de atores e seus esforços na construção da pista da Praça Mané Garrincha — principal símbolo do skate na cidade de Imperatriz.

Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ARAÚJO, Elson. Prefeitura reforma pista de skate da praça Mané Garrincha. **Blog Elson Araújo – registros**. Postado em 08 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://porelsonaraujo.blogspot.com/2012/08/prefeitura-reforma-pista-de-skate-da.html>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Cresce número de pistas mal construídas. **Site da Confederação Brasileira de Skate/Notícias**. [ca. 2020]. Disponível em: <http://www.cbsk.com.br/noticias/noticias/cresce-numero-de-pistas-mal-construidas/462>. Acesso em: 29 dez 2021.

DIÓGENES, Glória. Entre cidades materiais e digitais: esboços de uma etnografia dos fluxos da arte urbana em Lisboa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v. 46, p. 43-67, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2424>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galerias e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto, 1998.

DOMINGO tem campeonato de *skat*. **Jornal Capital**, Imperatriz/MA, 17 de abril de 1992, Seção Esporte, p. 11.

FADA skatista vai a torneio no sul do país com ajuda de fãs pela internet. **Portal G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/10/fada-skatista-vai-torneio-no-sul-do-pais-com-ajuda-de-fas-pela-internet.html>. Acesso em: 27 dez. 2021.

GOVERNO amplia skate parking da praça mané Garrincha em Imperatriz. **Site do Governo do Estado do Maranhão**. 2016. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/governo-amplia-skate-parking-da-praca-mane-garrincha-em-imperatriz/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

HEELFLIP-Rayssa Leal. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (14 seg.). Publicado pelo canal Rayssa Leal Fadinha. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J_i6Tt0HLdQ. Acesso em: 21 dez. 2021.

HINCAPIÉ, Liliana G. Para uma Antropologia da Política Pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. *In: Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3873>. Acesso em: 25 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=21&dados=6>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LEITÃO, C. S.; GUILHERME, L. L.; OLIVEIRA, L. A. G.; GONDIM, R. V. Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 538-555, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v7i2.432>. Acesso em: 08 ago. 2022.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Streeteiros e a cidade: sociabilidades, itinerários e institucionalização do skate em Imperatriz-MA. **Contemporânea**, São Carlos, SP, v. 9, n. 3, p. 963-988, 2019. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/629>. Acesso em: 25 nov. 2022.



PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF**. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

RAMALHO, Josafá. Mané Garrinha: A praça está pronta para a reinauguração. **Jornal Capital**, Imperatriz/MA, 12 de outubro de 1997, Seção cidade.

SEGUNDA etapa circuito QIX nordestino 2008. [S. l.: s. n.], 2008. 1 vídeo (6 min.). Publicado pelo canal Qix Skate. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AnMiYkKZGFY&t=140s>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SILVA, José de Souza. **Aridez mental, problema maior**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO, 1., 2010, Campina Grande, PB. Anais [...]. Campina Grande: Embrapa, 2010. p. 1-47.

SKATE em Imperatriz: conversas e biografias com os skatistas Cêzar Faraó e Audierio Marinho. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (156 min.). Publicado pelo canal LAEPCI Eventos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mEmdp3HMjwA&t=2209s>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SKATE Nordeste com Rayssa Leal. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (9 min.). Publicado pelo canal Cemporcentoskate. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jB85f6lhmpY>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Recebido em: 05/04/2022.

Aceito em: 19/11/2022.



INTERFACES ANTROPOLÓGICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: algumas repercussões advindas da “Cidade da Criança” situada em Natal/RN***ANTHROPOLOGICAL INTERFACES IN PUBLIC POLICIES: some repercussions from the “Cidade da Criança” located in Natal/RN***

Milene Moraes Ferreira *
Beatriz Soares Gonçalves **
Flávia Ferreira Pires ***

Resumo

Em meio à efetivação de políticas públicas, encontram-se os sujeitos aos quais estão atreladas. Por esse motivo, para abordar o tema, elencamos uma discussão no tocante à cultura e à complexidade que envolve em sua fundamentação, para refletir sobre a importância epistemológica da prática antropológica na elaboração de políticas públicas, principal objetivo deste ensaio. Para isso, será considerado o debate sobre política pública, ética e ação na construção de políticas voltadas a grupos específicos, como as crianças. Nesse sentido, será evidenciada a “Cidade da Criança”, um espaço de parque público urbano voltado para o lazer de crianças que integra uma diversidade geracional específica, circunscrita à cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Pretende-se, portanto, articular a forma com que a antropologia participa, contribui e impacta no debate sobre políticas públicas, a partir de seus métodos e conceitualização teórica.

Palavras-chave: antropologia; Cidade da Criança; crianças; políticas públicas.

Abstract

In the implementation of public policies, the subjects to which they are linked are encountered. For this reason, to address the issue, we have presented a discussion regarding culture and the complexity involved in its foundation, in order to reflect on the epistemological importance of anthropological practice in the elaboration of public policies, which is the main objective of this essay. For this, the debate on public policy, ethics and action in the construction of policies aimed at specific groups, such as children, will be considered. In this sense, the "Cidade da Criança", an urban public park space aimed at children's leisure that integrates a specific generational diversity, limited to the city of Natal, in Rio Grande do Norte will be highlighted. It is intended, therefore, to articulate the way in which anthropology participates, contributes and impacts the debate on public policies, based on its methods and theoretical conceptualization.

Keywords: anthropology; City of Children; children; public policies.

* Mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Brasil. E-mail: milenemoraes2008@gmail.com.

** Mestra em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense/Brasil. E-mail: sg.beatriz25@gmail.com.

*** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ)/Brasil. Membro da *Global Young Academy*. E-mail: ffp23279@gmail.com.



Introdução¹

Desde as primeiras formulações antropológicas, sabe-se que o conceito de cultura é utilizado por antropólogas e antropólogos para compreender as práticas socioculturais dos grupos a que se pretende investigar. Do mesmo modo, DaMatta (1986, p. 2) alerta para a complexidade que envolve tal percepção, posto que “as regras que formam a cultura (ou a cultura como regra) é algo que permite relacionar indivíduos entre si e o próprio grupo com o ambiente onde vivem”, tornando possível, a ambos, tanto internalizar determinadas condutas em meio às situações que são experienciadas quanto prevê-las.

Contudo essas significações não ficam nítidas a alguém que é externo ao grupo, daí é que a Antropologia denota sua potencialidade, posto que entrelaça essa apreensão do conhecimento ao desenvolvimento da disciplina (GONÇALVES, 2010). Concluindo sua ponderação, DaMatta (1986) exemplifica a internalização de condutas éticas e morais pelo jogo de futebol, no entanto, existem muitas outras situações em que poderíamos abarcar essa mesma perspectiva, como por exemplo: o respeito às filas e a prioridade de pessoas idosas e/ou com crianças de colo em ambientes compartilhados; a sinalização de paradas de ônibus (designando locais para embarque e desembarque de passageiros e passageiros) e/ou a ação com os braços indicando interesse em entrar no transporte coletivo ou particular etc.

Sendo assim, os conceitos, em especial os antropológicos, auxiliam as pesquisadoras e os pesquisadores na captação da realidade e, apesar de impactarem-na, não dão conta de expressar sua totalidade, visto que sua imersão está intimamente associada aos objetivos a que se propõe enfatizar no universo de investigação (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996).

Nesse sentido, o presente ensaio objetiva apresentar alguns atravessamentos do texto “Ensaio antropológico sobre moral e ética” dos antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira e Luís R. Cardoso de Oliveira (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996), no que tange ao

¹ Este texto resulta da disciplina “Tópicos especiais – Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento”, ministrada pelas/o docentes Alicia Ferreira Gonçalves, Alberto Cabral, com a colaboração de Maristela Oliveira de Andrade, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), no segundo semestre de 2021.



debate sobre política, ética e ação para construir um entrelaçamento com uma análise preliminar a respeito da “Cidade da Criança”, um espaço de parque público urbano voltado para o lazer de crianças e que, ainda assim, contempla a diversidade geracional, bem como proporciona no ambiente urbano suas inter-relações, no interior do município de Natal/RN, local em que está situado.

Para tanto, elencamos três questões para nortear o desenvolvimento desta reflexão. São elas: como é que a antropologia participa e contribui para o debate das políticas públicas, a partir de seus métodos e conceitualização teórica? Quando a antropóloga e/ou o antropólogo são convidados a esboçar alguns trajetos possíveis para a realização de políticas públicas? Como é que a partir de nossas pesquisas, em particular as que envolvem as crianças, impactamos as políticas públicas? Não pretendemos, com isso, esgotar a reflexão acerca das argumentações possíveis, mas eleger elementos que auxiliem no entendimento da importância epistemológica da Antropologia na concepção de políticas públicas.

Princípios éticos e conceituais na condução de políticas públicas: confluências antropológicas

Este ensaio tem como ponto de partida a argumentação de que em uma reflexão sobre políticas públicas faz-se necessário imergir na cultura, considerando suas implicações éticas e morais, para, então, defender a importância da vertente antropológica (e da utilização de seus conceitos) para a apreensão da realidade a que se pretende expressar com a elaboração de políticas públicas e a implementação de suas ações. Como mencionado na introdução, dentre as principais conceitualizações da vertente antropológica, está o conceito de cultura. Do mesmo modo, DaMatta (1986) atenta para a profundidade atrelada à adoção dessa perspectiva, visto que não se trata de um simples entendimento coletivo a respeito dos papéis sociais e da hierarquia subjacente aos mesmos. Segundo o autor, “Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (DAMATTA, 1986, p. 2).

Dessa forma, o conceito de cultura atua na condução dos estudos antropológicos, e até sociológicos, como um instrumento epistemológico que dimensiona o universo



simbólico e auxilia no entendimento da diversidade mediante a unidade, por esse motivo, é que sua contribuição à conjuntura das políticas públicas nos parece quase que indispensável.

Deste modo, o conceito de cultura supera tanto noções equivocadas de cultura como “culto”, quanto ideias evolucionistas sobre “civilização”. Apesar dessa notória contribuição, muitas vezes essa concepção é tida como se não carregasse sobre ele nenhum tipo de ação intencional humana, como no caso das ações de finalidade de controle e dominação presentes no sistema econômico capitalista. Em suma, trata-se de um conceito que integra a necessidade de construção e elaboração de políticas públicas atentas à realidade concreta dos cidadãos.

Reforçando esse pensamento, Lima e Macedo e Castro (2015, p. 17) ressaltam que “no senso comum intelectual, política(s) pública(s) ou a(s) chamada(s) policy(ies), é (são) concebida(s) como um ‘plano de ação para guiar decisões e ações’”. Nesse sentido, o autor sinaliza que as políticas públicas representam um aparato de ações públicas que envolvam a dimensão comunitária e possam servir de base para governantes e aliados em sua administração. Seguindo essa perspectiva, Lima e Macedo e Castro (2015, p. 22) salientam que “as ações de políticas públicas apresentam-se então como o resultado da capacidade de um Estado nacional (e liberal-democrático) de resolver problemas públicos”.

Nesse retrospecto é que se convergem as práticas antropológicas e políticas. Mediante o sistema econômico capitalista, muitos embates emergiram com a tendência de fortalecer o Ocidente e marginalizar culturas não ocidentais, isto é, as culturas que fossem tradicionais. Contudo o debate acerca do conceito de cultura alinha a concepção da diversidade à transformação social, o que implica numa oposição à ação política colonialista preexistente. Após essa modificação, em escala mundial, há a potencialização de elementos que são próprios das culturas e que as singularizam, de modo que os desdobramentos ficam perceptíveis a partir da aplicação posterior do conceito e da apreensão das formas de criação e recriação específicas aos grupos minoritários.

No entanto, tal como ocorreu com as políticas públicas, a Antropologia precisou tomar caminhos tortuosos para suavizar os efeitos do contato interétnico em populações ágrafas ou camponesas, caminhos que a conduziram muitas vezes a se constituir numa



linha auxiliar ao da colonização ou do imperialismo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996). Embora a antropologia seja a disciplina que mais se preocupa em evitar o etnocentrismo, nem sempre essa preocupação tem sido suficiente para evitar a aplicação do conhecimento obtido pela pesquisa em âmbitos equivocados (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996).

Dessa forma, uma via adequada para impossibilitar o engajamento de ações etnocêntricas, na visão de Oliveira e Oliveira (1996, p. 19), estaria na “busca de um acordo entre os agentes étnicos em contato”. Além disso, ainda segundo o autor, a antropologia tem assumido as dificuldades de incorporar consistentemente o "ponto de vista nativo" que tem procurado alcançar. Sabe-se o tanto que é desagradável a presença autoritária do pesquisador, bem como o quanto que ela pode ser desvendada através do texto etnográfico, posto que o quadro conceitual de referência e os tópicos habituais de investigação denotam o horizonte intelectual, psicológico e cultural da etnóloga ou do etnólogo no ato da pesquisa e da interpretação dos dados. De acordo com Oliveira e Oliveira (1996):

O caráter ocidental da antropologia social ou cultural, implícito em sua "matriz disciplinar" [...] compromete o antropólogo com uma subcultura específica, profissional, formadora de um olhar comprometido com uma "lógica etnocêntrica", cuja arrogância é sequer percebida pelo pesquisador, a despeito de seus esforços para lograr uma vã — pois ilusória — neutralidade. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Sendo assim, torna-se necessária uma consciência autorreflexiva das pré-condições intelectuais e sócio-históricas para todas e quaisquer lógicas presentes na investigação antropológica. Cabe considerar que o exercício da "lógica do antropólogo" deveria ser confrontado com a "lógica do nativo", cuja operação se dá — e pode ser observada — durante o "encontro", ou melhor, o "confronto etnográfico" (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 20-21).

Neste ponto, Oliveira e Oliveira (1996, p. 21) indicam que, “para que a lógica do primeiro não seja absolutamente soberana, há que se dar espaço para a lógica do segundo por meio do estabelecimento de relações dialógicas simétricas”. Apesar dessa teoria, na realidade, há de se ponderar que “visto a constatada desproporção entre os mundos em



interação”, não há como haver o mínimo de simetria nas relações, em seus mais diversos níveis de expressões. Nesses âmbitos:

[...] são os princípios éticos particularistas (ainda que universalizáveis para os membros de uma determinada sociedade ou cultura), que, embora respeitados pelos que cultivam a antropologia, raramente o são por outros cientistas sociais, e menos ainda por administradores, quando devotados à transformação social através de técnicas de intervenção. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 23-24).

Conforme consta na citação, há de se tomar cuidado com as instituições as quais determinadas informações irão alcançar, pois, tal e qual alertam Oliveira e Oliveira (1996, p. 23-24), princípios éticos particularistas podem apresentar implicações diretas a grupos que, em se tratando de poder, ocupam posições inferiores de decisão.

Por isso, para o desenvolvimento de uma política pública, deve-se também evitar esse particularismo, tendo em vista que “a capacidade de ação do Estado (isto é, de fornecer ‘respostas’ às ‘demandas sociais’) aparece como elemento central nessa linha de formulação para definir a qualidade e as opções adotadas pelas ‘autoridades públicas’” (LIMA; MACEDO E CASTRO, 2015, p. 22), impactando no êxito ou na ausência dele em uma determinada ação de caráter público.

Por isso, no momento da aplicação e instrumentalização dos conceitos, em especial o de cultura, a que nos debruçamos, deve-se levar em conta os fluxos que estão envoltos; as transições; os processos de aculturação; para, então perceber as trajetórias culturais que são construídas historicamente via elementos simbólicos de dominação, silenciamento e apagamento das diferenças (BARTH, 2005; BOURDIEU, 1989; GUPTA; FERGUSON, 2000). Com isso, se problematiza a associação naturalizada de cultura como lugar, assim como “a unidade do ‘nós’ e a alteridade do ‘outro’, e questionar a separação radical entre os dois que em primeiro lugar torna a oposição possível” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 41).

Apesar de sofrerem forte influência das estruturas institucionais e socioculturais, através de suas ações, os sujeitos são capazes de transformá-las, questionando as desigualdades e diferenças das oposições, tal qual afirmam os autores supracitados. Essa relação diz respeito à ação humana e à agência que estes possuem em relação ao poder, autonomia e intencionalidade delas.



Quanto às transmissões simbólicas provenientes destas interações, Peirano (2014) aponta que a empiria, em outras palavras, o que provém do âmbito dos fatos cotidianos, é a base da Antropologia; constituindo-se, assim, em uma rica fonte de dados, sendo, igualmente, uma importante consideração na construção de políticas públicas.

Assim, cabe à antropóloga e ao antropólogo, ou ainda, a quaisquer cientistas sociais, lidar com a utilização de perspectivas metodológicas que conduzam comportamentos éticos no desenvolvimento de suas ações científicas. Uma vez que “é precisamente na ‘micro’ e na ‘meso’ esferas que a postura relativista, exercitada pelos antropólogos (naturalmente mais na primeira esfera do que na segunda), mais se aplica e ganha consistência teórica na lógica da disciplina” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 23).

Então, para se fazer antropologia, tem de se pensar na própria condição da produção do conhecimento, compreendendo que a subjetividade será objetivada na pesquisa e construirá um conhecimento crítico da realidade. Tal elemento deve fazer parte da reflexão científica, para que, minimamente, esse conhecimento refletido impacte na realidade. Sendo, portanto, um significativo colaborador para a construção de uma política eficaz.

Diante do exposto, os antropólogos Roberto e Luís Cardoso de Oliveira (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996) contribuem com a percepção do entrelaçamento entre os aspectos ético, moral e político, na dimensão social, entendendo que não consiste noutra coisa senão na criação de espaços de liberdade, sendo indispensáveis para a realização de políticas públicas e até para o entendimento do conceito de cultura, tomado pelos autores como exemplo para examinarmos o problema ético na ciência social aplicada. Sendo assim, os conceitos explorados auxiliam na reflexão acerca da possibilidade de criar caminhos para construirmos políticas públicas a partir dos próprios grupos estudados, incluindo aqui, dentre os mais diferentes atores, as crianças — com todos os seus valores, visões de mundo e demandas próprias.

Nessa perspectiva, Peirano (2014) nos ajuda a pensar que o campo empírico da pesquisa seria um campo onde a antropóloga e o antropólogo poderiam “testar” a validade e a aplicabilidade das políticas públicas, bem como repensá-las e combiná-las à luz de dados apresentados pelos sujeitos de pesquisa e pelo próprio campo. Dessa forma, no



próximo tópico iremos trazer parte de uma pesquisa em desenvolvimento que, apesar de seu estado inicial, ressalta alguns desdobramentos de políticas públicas voltadas para crianças, bem como evidencia um breve debate sobre os espaços públicos voltados para o lazer. Sendo, portanto, um significativo colaborador para a construção e implementação de uma política pública eficaz.

Esboçando uma análise sobre a “Cidade da Criança”

De acordo com Magnani (2009), as cidades, tal e qual as conhecemos na atualidade, possuem, em toda a sua estrutura, uma dimensão sociocultural que as atravessam e as reestruturam. Portanto, há de se ponderar que, em sua representação, há: “práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.)” (MAGNANI, 2009, p. 132), bem como reconhecer que essa complexidade dialógica “sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos” (MAGNANI, 2009, p. 132).

De modo que algumas intervenções se expressam de forma mais impositiva que outras, visto que em nenhuma relação há simetria entre as partes envolvidas, a cidade apresenta em sua formação elementos estruturais que se correlacionam com o sistema econômico, isto é, com as corporações privadas, que detém maior poder sob o mobiliário urbano etc. e fundam-se no ideal de otimização espaço-temporal, tendo em vista o custo-benefício que será ocasionado. No entanto, cotidianamente, são atravessadas pela constância de todos esses fluxos interacionais que emergem pelas trocas e conflitos mencionados pelo autor.

Agora, se voltarmos nossa atenção para todos esses agentes citados por Magnani (2009, p. 132): “poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.”, vamos observar que as crianças ficam em suspensão. Isso se dá porque, apesar de serem agentes do lugar a que pertencem, são cerceadas por todas essas instâncias sobrepostas pelos adultos, o que implica um distanciamento mais categórico na prática. Nesse sentido, refletir sobre uma cidade que se encontra “sempre em processo”, como bem expressa



Magnani (2009), está imbricada a um movimento de pensá-la longe de algumas amarras, entre elas a adultocêntrica destacada pela antropologia da criança, possibilitando ressignificar esses espaços que são, por configuração, excludentes. Daí, ressaltamos a importância de um olhar atento a uma edificação como a “Cidade da Criança”, circunscrita no bairro do Tirol, no município de Natal, no Rio Grande do Norte.

Figura 1 – Fachada da Cidade da Criança



Fonte: Acervo da primeira autora, 2021.

Figura 2 – Interior da Cidade da Criança



Fonte: Acervo da primeira autora, 2021.

Como vemos nas imagens, trata-se de uma extensão que é cercada por muros e abrange uma área estadual de pouco mais de 170 km², cuja fachada identifica o universo a que pretende circunscrever. De tal modo que o espaço concernente à “Cidade da Criança” foi tombado e passou a ser um patrimônio preservado pela Fundação José Augusto, que também é responsável por administrar as atrações culturais desenvolvidas pelo município.

A fim de traçar uma breve contextualização espacial, sabe-se que a “Cidade da Criança” foi fundada no ano de 1962, e dispõe de um ambiente amplo, cuja composição abarca: um parque infantil — com balanços, casas da árvore com pontes e escorregadores, gangorras etc.—; uma pista de *cooper*; a Lagoa Manoel Felipe — que possui alguns pedalinhos privativos para uso em sua extensão —; uma igreja; um anfiteatro — onde são realizados os eventos, que contam com apresentações musicais e teatrais —; uma escola de artes, denominada Escola de Artes Newton Navarro; uma Biblioteca Infanto-juvenil Mirian Coeli; um espaço cultural denominado Casa de Vovozinha; uma praça de alimentação ampla — com alguns quiosques descentralizados — e o Espaço Eureka de Ciência e Tecnologia. Além destas atrações, há brinquedos infláveis terceirizados, como escorregadores; camas elásticas; tobogãs e bicicletas do tipo triciclo. No entanto, o acesso ao parque não cobre os custos da utilização destes apetrechos, sendo necessário o pagamento da cobrança taxada pelo responsável do equipamento para que, assim, possa utilizá-lo. O mesmo ocorre com os pedalinhos que foram mencionados anteriormente. O espaço está aberto em quase todos os dias da semana, com exceção das segundas-feiras, no horário das 07h às 18h. Para a entrada, cobra-se o valor de R\$ 2,00 (dois reais) como taxa de ingresso, entretanto, crianças menores de seis anos e adultos maiores de sessenta e cinco são isentos.

Dispomos de algumas críticas a essa fragmentação, mas, para fins deste trabalho, iremos apontar alguns elementos que perspectivem o efeito que um ambiente como esse possui no cotidiano de crianças que o frequentam e, em consequência, também para as que não o fazem. Talvez o maior impacto da “Cidade da Criança” esteja em sua própria nomenclatura. Geralmente não é comum encontrar espaços desta dimensão com essa identificação etária, apesar de que sua estrutura se assemelha a outros ambientes que compõem os espaços públicos de lazer destinados ao público infantil.



Como a entrada no parque está condicionada ao pagamento do ingresso, implica dizer que nem todas as crianças acessam essa cidade que seria, em tese, da criança. Sendo assim, para além de nos determos à caracterização relacional e espacial entre os transeuntes da “Cidade da Criança”, o que se percebe é que mediante a especificação geracional, há ainda uma segregação acerca da classe social que usufrui de determinadas políticas. Então, a questão que se coloca é: quem é a criança de direito e qual cidade a que tem direito?

Em meio às restrições impostas às crianças pela participação adulta na existência das cidades, houve recentemente mais uma, agora derivada pela pandemia de Covid-19, doença contagiosa que assolou o país — no início do ano de 2020 — e o mundo, modificando drasticamente a rotina de diversas gerações, em suas mais diversas regiões, sendo mais incisiva em famílias com nível socioeconômico deficitário, reverberando até os dias atuais. Nesse contexto, muitos espaços de uso coletivo tiveram que se manter fechados como uma medida de contenção deste vírus, dentre eles a “Cidade da Criança”, ocasionando alguns problemas estruturais por causa da falta de manutenção destes ambientes, e apenas com o desenvolvimento e aplicação em massa da vacina é que houve a flexibilização gradual destas ações adotadas para a prevenção — a exemplo do uso de máscaras; da constante higienização das mãos e do distanciamento social — que ocasionaram um certo estranhamento durante as interações.

Destacando uma repercussão acerca de políticas públicas voltadas ao lazer, a “Cidade da Criança” aparece enquanto uma resposta a problemas públicos de pertencimento infantil na cidade de Natal/RN, sendo assim, resultante de um contexto sócio-histórico que elegia os sujeitos que seriam detentores ou não de direito, dentre eles, o direito ao usufruto da cidade. Nesse retrospecto, Hincapié (2015) denota que a antropologia possibilita aproximar e entender as motivações dos atores que intervêm na criação de uma política pública e seus impactos no público ao qual se direciona, a exemplo das crianças às quais o espaço está sendo direcionado, por isso, a importância do estudo deste caso para demonstrar a diversidade de lugares e atores contemplados com políticas, compreendendo que elas denotam reconhecimento de referidas comunidades.

De todo modo, apenas a partir da junção de experiências individuais e coletivas — e aí podemos considerar como exemplo as pautas que regem um grupo/movimento



social — é que se critica os modelos até então instaurados a respeito do agir, do ser e do sentir. No que se refere ao ser criança, Abramowicz e Rodrigues pontuam que “[...] se a infância é uma construção social, uma invenção, produzida de muitas maneiras, especialmente pelas normatizações jurídicas, torna-se um poderoso dispositivo do poder”, por esse motivo é que as instituições que pensam e configuram a criança, a tem feito compreendendo-a “como um determinado aluno, determinada forma, estética, raça etc., e infância e criança única. [...] Nesse sentido, um dispositivo do poder. E, ao mesmo tempo, é a própria criança que, em seu devir, resiste e interroga a infância” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014, p. 465).

Seguindo essa perspectiva, as autoras citadas pontuam que é apenas através da participação que os sujeitos conseguem “interrogar” tanto suas relações quanto as configurações que lhes são instauradas socialmente, construindo meios de se sentirem integrados às mesmas. A partir desse exercício de se fazer repercutir a diferença é que se percebe a influência das identidades coletivas e individuais para que se acentue as crianças enquanto atores sociais, bem como a necessidade de reconfiguração de esferas pública e privada, de papéis sociais — que tendem a ter por base hierárquica de poder estruturas geracionais — que, por vezes, afirmam a posição de inferioridade que ocupam nas instituições e ao tipo de comportamento que lhe foi padronizado.

Isto acontece em decorrência do estabelecimento de “marcos legais ancorados em princípios universalistas e abstratos” (GONÇALVES; GUSSI, 2011, p. 2). Nesse sentido, os autores citados problematizam “a universalidade parcial dos princípios civilizatórios que embasam as declarações e formulação de direitos que se pretendem universais”. Nestes termos, há a necessidade de se questionar, mediante base antropológica, conflitos latentes em políticas públicas no que tange ao “[...] universalismo e particularismo, entre valores e conceitos que se pretendem universais, que orientam as políticas públicas, e as tradições culturais particulares com suas categorias e valores que derivam de seus respectivos sistemas classificatórios” (GONÇALVES; GUSSI, 2011, p. 5). Para, assim, aguçar as limitações que as políticas públicas ancoradas em direitos do tipo universais possuem em grupos caracterizados pela multiculturalidade, a exemplo do Brasil, e apresentar, enquanto um recurso viável, a reformulação de princípios constitucionais para “[...] garantir de fato os direitos aos grupos minoritários, assim como, políticas públicas e igualdade de condições” (GONÇALVES; GUSSI, 2011, p. 6).



Nesse sentido,

a participação permanece um foco central de cidadania uma vez que diz respeito não apenas ao direito em si, mas ainda à possibilidade de fazer parte de um coletivo e de ter uma oportunidade específica de ver ouvidos pontos de vista e vozes. As questões da participação são importantes uma vez que as decisões públicas são frequentemente tomadas em nome de gerações futuras, tornando óbvio que essas mesmas gerações tenham o direito a ser ouvidas e a co decidir. (TREVISAN, 2012, p. 89).

Portanto a efetivação de uma prática cidadã está relacionada ao exercício de uma vida pública que está atrelada à sua vida privada. É nessa perspectiva que Sarmiento (2018, p. 233) afirma que “as cidades não contêm apenas fatores de restrição de direitos; elas são, também, pelas suas características espaciais e relacionais, contextos possíveis de potenciação dos direitos das crianças”. Então, para além de medidas puramente restritivas de mobilidade infantil, por exemplo, por meio das cidades, há o reconhecimento de que os grupos geracionais conduzem os processos por meio dos quais as formas espaciais urbanas são criadas e transformadas, pois, assim como os adultos, as crianças são sujeitos sociais.

Contudo, no interior desta sociedade cuja centralidade está nas/os adultas/os — em especial aquelas/es que são saudáveis —, as crianças não possuem autonomia para definir suas próprias práticas urbanas. Esse processo de mediação de mundo por parte da/o adulta/o advém de uma série de fatores relacionais e engloba uma construção de representações sociais sobre o ser criança e princípios sobre a forma como devem vivenciar sua infância.

No entanto, ao se apropriarem espacialmente das cidades, as crianças as incorporam à sua identidade. Tal como afirma Sarmiento (2018, p. 237):

Tudo isso se integra à identidade pessoal da criança e está profundamente imbricado com a sua constituição como pessoa e como sujeito. Na medida em que está territorializada e incluída num espaço urbano específico, essa identidade é transindividual e constitui a criança como sujeito enraizado no lugar. (SARMENTO, 2018, p. 237).

Dessa forma, a percepção espacial, assim como as ações e os sentidos adotados a partir dela, constituem a experiência dos sujeitos, em especial das crianças, para além do tempo decorrido. Isso significa que, durante sua vida, vão existir diversas memórias que



incluirão a ausência ou não de autonomia de mobilidade, e irão acionar um tipo de sentimento relacionado ao que foi vivenciado.

Seguindo essa perspectiva, o autor também pontua alguns exemplos a respeito dos espaços que para elas foram ou não projetados:

Os parques infantis onde brincam, a cor das casas, de si próprias ou dos amigos, a torre do castelo ou do palácio que assinala a presença da História na paisagem urbana, os letreiros dos shoppings ou a imensidão dos hospitais que porventura um dia visitaram. (SARMENTO, 2018, p. 237).

Portanto, apesar de, porventura, assumirem papéis que reafirmam essa lógica de dependência com os adultos, as crianças são capazes de se apropriar do universo que lhes é dado. Por esse motivo, a limitação da autonomia de mobilidade não impede que as crianças se constituam no lugar, sendo este um espaço repleto de afeto identitário, como indica Sarmento (2018), mas delimita, necessariamente, o quantitativo de memórias que serão incorporadas à sua trajetória identitária.

Sendo assim, para além da reflexão urbana, a análise da “Cidade da Criança” nos possibilita repercutir a importância que as conceituações antropológicas têm para a elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas que estejam envolvidas com a diversidade do seu público.

Considerações finais

O papel político e epistêmico da Antropologia, da antropóloga e do antropólogo, está na mudança da própria formulação das políticas, isto significa que nossa área de conhecimento propicia a elaboração de políticas públicas que atentem aos direitos dos sujeitos em sua diversidade geracional — bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos —, considerando seus interesses, imersos na estrutura social, em ambientes urbanos ou rurais.

Partindo da realidade e voltando-se para ela, a pesquisa antropológica a compreende e a interpreta de forma única. Constata-se que a proposta difundida ao longo do trabalho configura um desafio para elaboração de políticas atentas ao contexto e à experiência dos cidadãos (LEJANO, 2012). Sendo assim, os cientistas sociais tendem a destacar princípios éticos na condução de suas relações estabelecidas mediante contato com determinado grupo, posto que reconhecem que “os antropólogos — e, mais do que



eles, as populações afetadas por programas de desenvolvimento os mais diversos — estão cada vez mais conscientes dos efeitos frequentemente lesivos aos seus interesses e aos seus direitos” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 24). Em consequência, há de se construir um compromisso ético na instrumentalização e aplicação do conhecimento para que se pondere o ponto de vista interno — isto é, que se volte tanto para a comunidade envolvida quanto para os sujeitos que dela participam — e o ponto de vista externo — ou daquele que está distante do grupo —, como o institucional/estatal, no desenvolvimento de políticas públicas, a exemplo das que estão voltadas para o público infantil (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 28).

Sendo assim, a perspectiva antropológica contribui epistemologicamente e proporciona a construção de indicadores qualitativos nas pesquisas de campo, a partir das narrativas dos interlocutores da pesquisa, sendo fundamentais na realização de políticas mais abrangentes, isto é, que envolvam todos os seus agentes (considerando a extensa diversidade populacional) no debate público.

Para fins desta ponderação, enfatizamos as crianças que fazem uso, para perceber também as que não fazem, da “Cidade da Criança” situada em Natal, no Rio Grande do Norte. Portanto, dentre as questões que nos aproximam da temática, algumas parecem ter sido destacadas no decorrer da discussão, visto que, a partir do conhecimento sobre o papel da construção e implementação de políticas públicas, tocamos no entendimento a respeito dos sujeitos envolvidos, entendendo por quem e para quem a política pública está voltada; a agenda pública a qual está atrelada, bem como o debate sobre como fazer com que o outro perceba nossa importância, para além de nossa contribuição enquanto antropólogas, enquanto cidadãs que propõem intervenção, para fins de sua manutenção e efetivação.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 35, n. 127, p. 461-474, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7yYpXMyr5jx5P3VwqcXdk4f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.



BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 19, p. 15-30, 2005. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9HwgBRe_UoIMm40TC0wazdJQUE/view?resourcekey=0-bZPIxWQ__eldT1oACIufmA. Acesso em: 15 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 107-132.

DAMATTA, Roberto da. Você tem cultura? In: DAMATTA, Roberto da. **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 121-128.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Sobre o conceito de cultura na Antropologia. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 25, n. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1416/1136>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GONÇALVES, Alicia Ferreira; GUSSI, Alcides Fernando. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismo e particularismos. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS, 1. CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2, 2011, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. p. 1-20. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32508/1/2011_eve_afgoncalvesafgussi.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

GUPTA, A; e FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 30-49.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 19, n. 1, p. 157-171, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p157-171>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LEJANO, R.P. **Parâmetros para análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Revista Antropológicas**, Recife, PE, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/viewFile/23968/19471>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>. Acesso em: 10 mar. 2022. .

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; OLIVEIRA, Luís R. C. de. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>. Acesso em: 15 nov. 2022.



TREVISAN, Gabriela. Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância. In: DORNELLES, Leni V.; FERNANDES, Natália (ed.). **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança**: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras. Braga, PT: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2012. p. 84-105.

Recebido em: 21/04/2022.

Aceito em: 11/11/2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.62806.p72-88>

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRADAS NAS CRIANÇAS: um estudo inicial sobre o “Projeto Cidade das Crianças” e sua realização no município de Jundiá (SP)

ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS ON CHILD-CENTERED PUBLIC POLICIES: an initial study on the “City of Children Project” and its implementation in the city of Jundiá (SP/Brazil)

Beatriz Soares Gonçalves *

Flávia Ferreira Pires **

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo analisar os desdobramentos do “Projeto Cidade das Crianças” em Jundiá, cidade brasileira situada no estado de São Paulo. Trata-se de uma iniciativa internacional de gestão municipal, fundada na Itália em 1991 que busca colocar as crianças no foco das políticas públicas. Desde 2018, o município paulista vem implementando ações do Projeto em seu território, que aqui serão analisadas, destacando o papel da atual gestão municipal. Compreendendo o campo das políticas públicas como um campo multidisciplinar, trazemos uma perspectiva antropológica para esta análise atentando para diferentes motivações e relações entre agentes que atuam na criação e realização das políticas. Por meio de pesquisa online e de uma breve viagem de campo a Jundiá (na qual empregou-se, sobretudo, as técnicas de caminhada exploratória, conversas informais e observação direta e participante), o texto apresenta as análises de uma etnografia de políticas públicas em fase inicial. O trabalho espera demonstrar a relevância da atuação antropológica para além do âmbito acadêmico, trazendo reflexões a respeito de políticas públicas pautadas em pesquisas atuais sobre e com crianças.

Palavras-chave: políticas públicas; antropologia; cidades; Projeto Cidade das Crianças.

Abstract

This essay aims to analyze the developments of the “City of Children Project” in Jundiá, a Brazilian city located in the state of São Paulo. It is an international initiative in municipal management, founded in Italy in 1991, which seeks to put children at the center of public policies. Since 2018, the municipality in the state of São Paulo has been implementing Project actions in its territory, which will be analyzed here, highlighting the role of the current municipal management. Understanding the field of public policies as a multidisciplinary field, we bring an anthropological perspective to this analysis paying attention to different motivations and relationships between agents who act in the creation and implementation of policies. Through an online survey and a brief field trip to Jundiá (in which, above all, exploratory walking techniques, informal conversations and direct and participant observation were used), the text presents the analyses of an ethnography of early-stage public policies. The work hopes to demonstrate the relevance of anthropology in action beyond the

* Mestra em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense/Brasil. E-mail: sg.beatriz25@gmail.com.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ)/Brasil. Membro do Global Young Academy. E-mail: ffp23279@gmail.com.



academic sphere, bringing reflections on public policies based on current research about and with children.

Keywords: public policy; anthropology; cities; Project The City of Children.

[...] uma utopia realizável da cidadania da infância que passa pela integração das políticas urbanas, passa pela participação das crianças, passa pela organização dos equipamentos e mobiliário urbano, pela estruturação da mobilidade, pela costura social do território, para que não haja regiões muito pobres e regiões muito ricas, territórios de exclusão e territórios exclusivos. Passa também, pela programação cultural para as crianças, pelas políticas sociais contra a crise e, portanto, não há cidade das crianças quando há uma só criança com fome, uma só criança desprotegida por falta de recursos, ou uma só criança fora da escola. (SARMENTO, 2014, p. 33, tradução livre).

Introdução

O presente ensaio consiste em um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que busca refletir sobre o direito das crianças à cidade e sobre as políticas públicas voltadas para elas em escala municipal. Esta temática tem sido aprofundada a partir da análise do “Projeto Cidade das Crianças”.

Assim sendo, o texto tem por objetivo, em primeiro lugar, analisar o Projeto desde sua idealização. Trata-se de uma iniciativa internacional de gestão municipal — presente em mais de 200 cidades em diferentes países ao redor do mundo —, que tem por objetivo colocar as crianças no foco das políticas públicas. Em segundo lugar, o ensaio irá analisar os desdobramentos do Projeto em uma cidade brasileira que tem se destacado nesse sentido. Iremos debater algumas ações realizadas pela prefeitura municipal de Jundiaí (SP), voltadas para os moradores que vivenciam a infância na cidade; à luz de uma bibliografia sobre políticas públicas em diálogo com a antropologia, e propondo pontes com os estudos e pesquisas sobre e com crianças, atentando ainda para a atuação do antropólogo para além do âmbito acadêmico. O texto perpassa questões acerca de como a reversibilidade, eficiência e responsabilidade dos nossos estudos e conhecimentos acumulados contribuem com o reconhecimento dos direitos dos grupos com/sobre os quais estudamos (OLIVEIRA FILHO, 1994; SILVA, 2015).¹

¹ Reflexão inspirada na prática dos antropólogos que atuam profissionalmente como peritos na elaboração de laudos. Atuação que mantém uma interlocução com o Direito sem abrir mão de premissas metodológicas fundamentais e do respaldo científico próprio à antropologia (SILVA, 2015; OLIVEIRA FILHO, 1994).

A etnografia em andamento tem acionado diversas metodologias e técnicas investigativas. De modo geral, a pesquisadora tem realizado investigação documental (impresa e online), bibliográfica, quantitativa, qualitativa, e prevê inicialmente três idas à campo (a primeira foi realizada em novembro de 2021, e a segunda e terceira estão planejadas para 2022 e 2023, respectivamente). Nessas viagens, a pesquisadora — primeira autora deste artigo — se propõe a frequentar lugares com maiores possibilidades de encontrar crianças, como praças, parques, áreas externas às escolas, instituições municipais voltadas para elas, espaços culturais. A tese configura uma pesquisa sobre as crianças (e sobre as infâncias vivida na cidade em foco), ao mesmo tempo em que parte da investigação pretende ser feita com crianças (a princípio, estabelecendo diálogos com elas nos espaços visitados).

No presente recorte, a análise parte de dados levantados nos sites oficiais do município e do Projeto, além de uma breve viagem de campo à cidade paulista, realizada pela primeira autora (totalizando 9 dias e seis horas). Caminhadas exploratórias, observação participante e observação direta, duas entrevistas formais com agentes da gestão municipal, conversas informais com crianças e seus pais etc. foram algumas das técnicas iniciais adotadas em campo a fim de levantar dados e situações sociais que permitam compreender como as propostas municipais são recebidas pelas crianças e seus responsáveis, entre outros aspectos que surgem em meio ao processo etnográfico em andamento. Destacamos que essa primeira ida a campo ocorreu em um contexto de reabertura condicionada dos espaços coletivos após o longo período de isolamento social em combate à pandemia de Covid19. Dessa forma, a interação que a pesquisadora estabeleceu em Jundiaí foi limitada, sendo necessário diálogos mais diretos e duradouros na próxima viagem.

Contudo buscamos trazer no texto a experiência dos cidadãos — atribuindo-lhe visibilidade e inteligibilidade — como algo central na compreensão das políticas públicas (PERES, 2020). Dessa forma, registros de campo (escritos, visuais e orais) irão compor o material empírico a ser abordado (ainda que de maneira breve), relacionando-o às crianças. É preciso afirmar que a análise aqui pretendida não consiste em medir a eficiência das políticas públicas ou seu resultado, e sim em compreendê-las em seus



processos, atentando para o seu contexto de modo amplo, ou seja, compreendendo as experiências, práticas e discursos que constroem as políticas e as ações executadas (LEJANO, 2012; RODRIGUES, 2019). O campo das políticas públicas é considerado um campo multidisciplinar (PERES, 2020), dessa forma, a antropologia tem se aproximado desses estudos, buscando compreender as “motivações dos atores que intervêm na criação de uma política pública e seus impactos” (HINCAPIÉ, 2015, p. 157). Sendo assim, o presente trabalho pretende apontar diferentes agentes que atuam na efetivação do Projeto Cidade das Crianças em Jundiaí e as impressões que a pesquisa empírica, em andamento, tem nos permitido formular de modo inicial a partir da primeira ida a campo. Alguns caminhos a serem percorridos também serão explicitados.

Partindo dessa perspectiva de análise de políticas públicas, o Projeto não pode ser compreendido como uma ação isolada. O Projeto — e as políticas e ações derivadas dele — deve ser analisado considerando um momento histórico de defesa dos direitos das crianças que teve início em 1989, com a Convenção sobre os Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (CDC/ONU); ratificada no Brasil em 1990 — Decreto Federal nº 99.710 (BRASIL, 1990a) — e na Itália em 1991.² Destacamos que neste mesmo ano também foi sancionada a Lei Federal nº 8.069 (BRASIL, 1990b), que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Marcos legais em defesa dos direitos das crianças configuraram, sem dúvidas, avanços em prol da dignidade humana de pessoas menores de 18 anos; contudo é preciso reforçar que a legitimação de instrumentos legais não garante, por si só, a efetivação dos direitos (GONÇALVES; GUSSI, 2011). Como afirma Hincapié, “a conquista de direitos é o caminho necessário para abrir espaço para os pleitos que permitirão que os direitos se efetivem” (2015, p. 167). Dessa forma, afirmamos que ao buscar, por meio de uma perspectiva antropológica, compreender os desdobramentos dos instrumentos legais na prática social, eles devem ser considerados apenas um dos parâmetros analíticos que integram um campo de atuação composto por diferentes agentes e interesses a ser

² Para ilustrar um pouco mais do impacto da Convenção sobre os Direitos das Crianças, destacamos outra iniciativa internacional que ocorre no território brasileiro intitulada “Selo UNICEF”. Inaugurada em 1999 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, a iniciativa tem o objetivo de fortalecer políticas públicas municipais voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios do Semiárido Brasileiro e da Amazônia Legal Brasileira. Para isso, também atua elaborando métodos de implementação de ações que ajudem os municípios a cumprirem a CDC, que no Brasil se reflete no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Cf.: <https://selounicef.org.br/sobre>.

considerados pelo antropólogo. É preciso manter uma perspectiva crítica em relação aos agentes que atuam na formulação e articulação dos marcos legais.

Mesmo sendo de extrema relevância e tendo promovido avanços inegáveis, estudos apontam para o fato de que a CDC/ONU parte de um padrão de infância que, entre outros aspectos críticos, não representa a diversidade de infâncias ao redor do mundo. Assim sendo, afirmamos que a análise de políticas públicas voltadas para as infâncias deve atentar para o etnocentrismo, adultocentrismo e diferentes formas de exclusão e invisibilização de crianças (principalmente daquelas à margem da normatividade) que possam fundamentar a esfera jurídico-legal e a atuação política (MARCHI; SARMENTO, 2017).

Além disso, sabendo que a experiência urbana é algo plural dentro do território brasileiro, afetando (também) as crianças de maneiras diferentes, acreditamos que se torna fundamental ao planejamento urbano atento à geração (como parece ser o do município em análise) levar em consideração o saber antropológico empreendido na articulação de dados quantitativos, qualitativos, históricos, censitários etc. sobre a cidade na formulação de políticas públicas no Brasil. Frente aos entraves impostos à infância urbana pelas (grandes) cidades, diversos coletivos, institutos, ONGs etc. em prol dos direitos das crianças têm atuado buscando intervir no cenário urbano de maneira conjunta ao Estado. Nesse contexto, o debate antropológico proposto, ao atentar para o que dizem e vivenciam as crianças nas cidades, possui a capacidade de revelar, de maneira singular, demandas específicas a esse grupo geracional.

Para reforçar e avançar na concretização de princípios democráticos em torno da infância, é importante reconhecer as crianças como sujeitos com direitos socialmente diferenciados, e reconhecer esses direitos como direitos de uma coletividade. Compreender as crianças enquanto coletivo no acesso a direitos é um passo necessário, visto que as decisões públicas são tomadas em nome de todo um grupo geracional (TREVISAN, 2012). A administração municipal enfrenta o desafio de, por meio do aparelho estatal, representar e atender múltiplos interesses da população; haja vista que as cidades são formadas por grupos heterogêneos que convivem de maneiras desiguais e assimétricas (GONÇALVES, GUSSI; 2011). Porém, como veremos adiante, o Projeto Cidade das Crianças acredita que, ao atender às necessidades das crianças desde o planejamento urbano, constrói-se uma cidade melhor para todos os seus habitantes.



Parte I – Projeto Cidade das Crianças: concepção, motivação e proposta³

No ano de 2021, o Projeto Cidade das Crianças completou 30 anos desde seu surgimento na cidade de Fano (Itália), em maio de 1991. O Projeto foi idealizado pelo pedagogo Francesco Tonucci com a intenção política de “promover uma mudança nos parâmetros de governo da cidade, colocando a criança no lugar ocupado pelo adulto”, conforme informa o site oficial do Projeto. Seis anos após essa primeira experiência, Tonucci lançou a obra, em 1996, *La Città dei Bambini: un modo nuovo di pensare la città* (TONUCCI, 2019, 2020) visando orientar aqueles que possuem interesse na elaboração de cidades a partir de sua proposta centrada nas crianças. No mesmo ano, o Instituto de Ciências e Tecnologias Cognitivas do Conselho Nacional de Pesquisa (Conselho Nacional de Pesquisa – Roma, Itália) criou o grupo de pesquisa e laboratório internacional — “A Cidade das Crianças” — para o apoio e coordenação das cidades interessadas no Projeto. Durante essas três décadas, mais de 200 cidades ao redor do mundo aderiram ao Projeto.

Nessa análise inicial, dois elementos podem ser destacados como os principais motivadores do Projeto Cidade das Crianças. Em primeiro lugar, as formulações do Projeto vêm de uma literatura científica multidisciplinar a respeito da cidade e da vida urbana. Entre outros aspectos, o aporte teórico do Projeto aponta para uma crescente incapacidade das cidades de satisfazer adequadamente as necessidades dos cidadãos. Assim sendo, partindo de uma insatisfação com os modelos vigentes de construção das cidades modernas (sobretudo centrada no automóvel), o Programa se propõe a resgatar o caráter originário da cidade como lugar de encontro e troca social, tendo em vista que os espaços urbanos têm sido percebidos como perigosos e, dessa forma, as crianças têm sido privadas de se locomover, explorar e brincar em suas cidades.

Posto isto, acreditamos que a construção e gestão de cidade que o Projeto propõe deve manter-se aberta a uma negociação da vida comum nos espaços urbanos de forma a humanizá-los, atentando para os potenciais de excluir e incluir inerentes às cidades

³ Cf.: <https://www.lacittadeibambini.org/>.



(SARMENTO, 2018). Além das motivações teóricas que constroem cenários pouco esperançosos para a cidade, o Projeto também foi impulsionado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças (1989), citada anteriormente, sobretudo pelos artigos 12, 27 e 31 (FUNDOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF, 1989). Tais artigos desdobram-se em três pilares do Programa voltado à atuação urbana: o direito à participação, a garantia de autonomia da criança ao movimentar-se pela cidade e o direito de brincar.

A participação enquanto direito, nos moldes do Programa, é proposta de modo que as crianças são consideradas sujeitos políticos do presente, e os momentos em que esse direito se concretiza configuram momentos educacionais ímpares. A participação das crianças também democratiza a cidade, pois busca incluir no planejamento urbano as necessidades dos cidadãos fora do modelo do “adulto produtivo”. Para que esse pilar do Projeto seja efetivo, é preciso de ações concretas, com objetivos específicos definidos com as crianças ao longo dos processos participativos, nos quais os adultos devem ouvi-las e apoiá-las, e não simplesmente as orientar.

O debate sobre o direito da criança à participação tem ganhado centralidade em inúmeras discussões na Academia e fora dela. Além da participação nas pesquisas, estudos têm apontado os avanços democráticos e sociais ao garantir às crianças o direito à participação política, e iniciativas semelhantes ao Projeto em foco têm sido elaboradas ao redor do mundo. Não obstante, chamamos atenção para o fato que a participação não é um fim em si mesmo, e ela deve ser um meio para melhorar a vida das crianças e suas relações. De forma geral, a participação deve ser compreendida como um direito complexo, que gera impactos e resultados de forma lenta e que envolve, entre outros aspectos, relações de poder (OLIVEIRA, F., 2017).

Compartilhamos do ideal de que desenvolver um trabalho de reflexão conjunta entre crianças e profissionais atentos à realidade urbana (como arquitetos e antropólogos) é capaz de trazer à tona novas formas de ocupar e se movimentar pela cidade (GOBBI, 2020). Acreditamos que as propostas das crianças devem ser consideradas pela gestão urbana, não obstante, afirmamos que elas precisam ser filtradas, lapidadas e negociadas para que sejam viabilizadas (GOBBI, 2020).



O segundo pilar tem como objetivo permitir que as crianças vivenciem e circulem pela cidade da forma mais livre possível. O Projeto busca criar formas para que as crianças possam sair de casa, encontrar amigos, brincar em espaços públicos da cidade etc., sem estar acompanhadas. Acredita-se que, sem a supervisão constante do adulto, as experiências autônomas das crianças na cidade permitirão que elas se desenvolvam de forma mais saudável, com maior capacidade de concentração, com maior senso de responsabilidade e autoconfiança, entre outros aspectos. Além disso, garantir essa autonomia para as crianças seria benéfico para a sociedade de maneira ampla, uma vez que ruas, com crianças caminhando nelas, tornam-se mais seguras e agradáveis para todos. A maior presença de crianças na rua aumenta o controle social e, conseqüentemente a segurança. Além de que, a promoção da locomoção a pé pode diminuir o fluxo do trânsito (conseqüentemente diminuindo a poluição atmosférica).

Ao olharmos para os grandes contextos urbanos, a proposta de autonomia das crianças pela cidade pode parecer impraticável. Porém, desde a idealização do Projeto Cidade das Crianças, somos confrontados com uma perspectiva de mudança radical dos parâmetros de planejar e governar a cidade. Iniciativas voltadas para intervenções nos entornos escolares nos parecem um caminho interessante na elaboração de políticas que promovam melhores condições de caminhabilidade autônoma para as crianças.

O Projeto, ao motivar-se pela busca da garantia dos direitos das crianças estabelecidos pela CDC/ONU, compreende o direito ao descanso, ao lazer, ao divertimento, às atividades recreativas, em outras palavras, o direito de brincar, com o mesmo peso e importância do que o direito à educação. Fundamenta-se na compreensão de que jogos e brincadeiras são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e crescimento da criança. A autonomia da criança em relação aos espaços públicos, mencionada anteriormente, novamente deve ser estimulada. A efetivação do direito à brincadeira deve permitir que a criança tenha tempo livre para brincar com amigos, sem outras responsabilidades, em locais adequados. Essas experiências devem ser vividas de acordo com regras temporais, espaciais e sociais definidas com a família. Assim como as escolas devem empenhar-se na garantia desse direito.

O prefeito do município que se propõe a aderir à proposta é um dos atores que mais se destaca na mediação e na realização de ações do Projeto. Ele é o responsável pela



adoção do novo parâmetro de governar a cidade, colocando a crianças como prioridade nas políticas de administração urbana — com o objetivo de conter processos nocivos (ambientais e sociais) que atingem as cidades. Não obstante, o Programa abarca, transversalmente, todos os setores administrativos da cidade. Para aderir ao Programa, o prefeito deve assinar o termo de adesão internacional, e a Câmara Municipal deve formalizá-la mediante resolução própria. As cidades participantes são incentivadas a formar um grupo de trabalho, selecionado pelo prefeito, para gerir o Projeto localmente e mediar as relações entre as crianças e os administradores. Também é incentivada a realização de uma oficina sobre o Programa como um espaço de formação e relacionamento entre os atores sociais envolvidos no Projeto (prefeito, vereadores, professores da rede pública, mães, pais, responsáveis por crianças, conselheiros tutelares, cientistas e especialistas, profissionais voluntários etc.). Um ponto importante na forma pela qual o Projeto é elaborado e proposto consiste em não o reduzir ao consentimento do cidadão, e sim no seu envolvimento ativo.

Alguns nomes da antropologia brasileira serão fundamentais — ao longo da pesquisa — para a compreensão dos pilares do Projeto Cidade das Crianças e seu desenvolvimento no contexto empírico em análise. Destacamos as antropólogas Adriana Friedman, Claudia Fonseca e Fernanda Bittencourt Ribeiro. De maneira geral, afirmamos que o Projeto Cidade das Crianças adota uma perspectiva em conformidade com os novos estudos sociais sobre infância (campo multidisciplinar em diálogo constante com a antropologia), que reconhece a criança como um “sujeito social ativo e atuante” (COHN, 2005, p. 42), capaz de influenciar o ambiente onde vive. Partindo das ideias das crianças, acredita-se ser possível não só proporcionar formas para que elas se reapropriem do espaço urbano e recuperem formas de brincar e de se movimentar pela cidade, mas também de elaborar um desenvolvimento melhor para a própria cidade de maneira ampla. A antropologia da criança, ao questionar o adultocentrismo constituinte dos processos de construção e planejamento urbano (SANTOS; SILVA, 2016), pode contribuir com o Projeto apostando nos olhares das crianças para repensar o contexto urbano, inovando nas formas de conceber as cidades e suas lógicas de planejamento e gestão. A política pública aqui empreendida demonstra ser capaz de oxigenar o debate, ao mesmo tempo em que traz à tona desafios públicos, éticos e políticos (PERES, 2020, p. 217).



Contudo gostaríamos de destacar uma problematização importante que surge na pesquisa em andamento a respeito da importação de modelos estrangeiros de cidades e de planejamento urbano. Como se dá a compatibilidade com a realidade brasileira? Há espaço para as instituições locais se adaptarem de acordo com as especificidades municipais? Voltaremos a isso mais adiante.

Parte II – Jundiaí, uma Cidade das Crianças⁴

A análise de políticas públicas aqui proposta dedica-se a compreender, além do contexto da formulação da política (apresentado anteriormente), um contexto local de sua implementação; atentando para as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais presentes na localidade de efetivação política (RODRIGUES, 2019). Sendo assim, o quadro a seguir aponta alguns aspectos relevantes para a compreensão do município em foco dentro do contexto nacional.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos

	Jundiaí (SP)
Distância da capital do estado	59 km
Fundação	1656
População estimada (2021)	426.935 pessoas
Área territorial (2020)	431,207 km ²
Densidade demográfica (2010)	858,42 hab./km ²
PIB per capita (2019)	R\$112.068,21
Salário médio mensal (2019)	3.3 salários-mínimos

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([ca. 2022]).

Em 15 de outubro de 2018, por meio do Decreto Municipal nº 27.780, foi estabelecida pelo prefeito de Jundiaí (SP) (exercendo seu segundo mandato) a adesão do município à Rede Latino-americana – Projeto Cidade das Crianças. O Decreto fundamenta-se em três considerações básicas, destacamos duas delas. Primeiro, que o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança é altamente impactado pelo

⁴ Cf.: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/>.

ambiente em que ela vive e, em segundo lugar, que uma cidade apropriada para as crianças será uma cidade adequada para todos os cidadãos. Conforme o Decreto, a adesão tem por objetivo “incentivar a participação das crianças nos processos de discussão sobre ações para a cidade que resultem em melhor qualidade de vida para todos os habitantes”. O Decreto estipula que a Administração Municipal “passará a ouvir a opinião das crianças a fim de viabilizar o desenvolvimento de projetos a partir das ideias sugeridas por elas, mediante a criação de um Comitê de Crianças, que estará vinculado à Plataforma de Educação e Cultura”, e visa “escutar as demandas e as sugestões das crianças para diversos segmentos do planejamento urbano de Jundiaí” (JUNDIAÍ, 2018, p. 41).

O Comitê das Crianças foi instituído em 2019, e atualmente encontra-se em sua quarta composição (a ser visitado na próxima ida ao campo). O órgão é composto por 24 crianças (de nove a doze anos) das seis regiões administrativas do município, escolhidas por sorteio. Ao longo do ano, o grupo debate propostas de políticas públicas em torno da infância, e ao final dele, elaboram um documento com propostas que são entregues ao Poder Executivo. O Comitê define seu próprio cronograma de reuniões (realizando pelo menos uma a cada mês), e o prefeito participa da primeira e da última. A prefeitura afirma, em seu site, ter atendido, nesses três anos, diversas propostas do Comitê, entre elas:

a instalação de brinquedos para crianças com deficiência nos parques, incremento da arborização de ruas e espaços públicos, modificações no mobiliário de praças, melhorias no trajeto e entorno das escolas, além da construção do [parque] Mundo das Crianças. (COMITÊ..., 2022)

No término de 2019, o Comitê das Crianças elaborou o pedido de construção de “um parque público gratuito bem grande com brinquedos (inclusive aquáticos) para as crianças de todas as idades”⁵. No mesmo ano, iniciaram-se as obras do Mundo das Crianças, inaugurado em 29 de janeiro de 2020. O parque é apresentado pela gestão pública, em site oficial, como a concretização do novo parâmetro de planejamento urbano proposto pelo Projeto Cidade das Crianças, e também consiste na materialização das concepções sobre infância, que Jundiaí (SP) tem desenvolvido, baseando-se “em pesquisas sobre a criança e em experiências internacionais sobre as relações do ambiente urbano e o planejamento de políticas públicas.”⁶ De modo geral, o Mundo das Crianças

⁵ Cf.: <https://mundodascriancajundiai.com.br/o-parque/>.

⁶ Cf.: <https://mundodascriancajundiai.com.br/o-parque/>.



tem como proposta a integração entre a brincadeira, o aprendizado e o contato com a natureza.

As fotografias a seguir ilustram um pouco do universo do parque: placas colocadas próximas à altura da visão das crianças, totens com explicações para adultos com interações lúdicas abaixo, para crianças acompanhá-los na leitura etc.

Figura 1 – Mosaico “Mundo das Crianças”



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografias tiradas pela primeira autora em 06/11/2021.

O Mundo das Crianças possui acesso gratuito (entrada com agendamento prévio, feito semanalmente de forma *online*), e é administrado pela empresa de economia mista responsável pela água e pelo esgoto da cidade, DAE Jundiáí (sendo a prefeitura seu maior acionista). A gratuidade do parque é um fator que amplia seu público. A primeira autora

do artigo visitou o parque três vezes, e foi verificado um perfil heterogêneo das famílias frequentadoras do espaço. Há famílias que levam mochilas grandes repletas de lanches para as crianças, e outras que fazem fila para comprar salgadinhos ou picolés (há uma lanchonete e um quiosque no parque). O estacionamento fica lotado de carros (dos populares às caminhonetes modernas), mas também há uma parte do público, ainda que não muito grande, que vai ao Mundo de ônibus. Algumas famílias levam de casa skate, bola, bicicleta, patinete (elétrico ou não) etc.

Ao visitar o parque em dias quentes, a pesquisadora constatou que os brinquedos aquáticos (a saber, três fontes e um riacho artificial interativos) são uns dos que mais fazem sucesso entre os pequenos. “Chafariz! Chafariz! Chafariz!”, ao ouvir esse grito de guerra, a pesquisadora deparou-se com um grupo de seis crianças correndo animadas em direção aos jatos d’água. Às 16h30, os jatos d’água são fechados, e é possível ouvir ecoando os gritos de insatisfação dos pequenos. Não obstante a diversidade do público, a pesquisadora viu uma dupla de meninas afastadas desses brinquedos, demonstrando que não queriam molhar seus *looks* (estavam com as roupas combinando), e ouviu uma criança dizer que não iria se molhar ali, pois era “melhor tomar banho de piscina em casa”.

Percebeu-se que as crianças se movimentam com bastante liberdade nos espaços do parque, sobem em árvores, sobem e descem escadas, caem e se levantam sozinhas dos pula-pulas. De fato, o parque proporciona espaços para as crianças correrem, e elas aproveitam essa oportunidade e correm — desde a entrada — na frente dos adultos (que costumam certificar-se se elas estão se mantendo no campo de visão deles). Cenas das crianças escolhendo o que gostariam de fazer, apontando para onde querem ir foram vistas (e ouvidas) inúmeras vezes durante as visitas. “Quero sentar ali e tomar suquinho de uva!”, ouviu-se uma pequena gritar, apontando para um banco colocado em uma sombra, sendo seguida por sua mãe. Um pequeno, ainda usando fraldas, correu em direção à pesquisadora; enquanto balbuciava algumas palavras, ele apontava para o espaço para onde ele queria ir. Mostrou as placas, os bancos, as redes, até ser alcançado por seus pais.

Ao caminhar pela cidade, ouviu-se elogios ao Mundo das Crianças feitos por diversas pessoas, motoristas de Uber, funcionários de museu e, principalmente, por pais e responsáveis por crianças. Nesse primeiro contato, o parque pareceu contemplar a população de modo geral. As pessoas abordadas sempre indicavam que a pesquisadora



deveria conhecê-lo. Além da população local, o parque tem a característica de atrair visitantes de cidades próximas: a pesquisadora interagiu com dois grupos de famílias que foram a Jundiaí apenas para conhecer o Mundo e afirmaram que é um passeio que vale a pena (na perspectiva dos pais e das crianças).

Foram ouvidas reclamações a respeito da falta de sinal de rede de celular no espaço, e sobre o desejo que ali tivesse internet *wi-fi* liberada para os visitantes. A pesquisadora foi abordada na saída do parque por uma mãe, que lhe pediu o celular emprestado para ligar para seu marido (que estava trabalhando no sábado) para pedir-lhe que fosse buscá-la com sua filha e duas mochilas (uma com lanches e outra com trocas de roupa e sapato).

O Mundo das Crianças não é um parque finalizado, mesmo em funcionamento, ele continua passando por constantes modificações, e a prefeitura e a DAE possuem projetos para expandi-lo. Contudo o espaço tem concretizado aquilo que se propõe a oferecer.

Além da criação do Comitê das Crianças e do Mundo das Crianças, a gestão municipal de Jundiaí (SP) tem realizado programas que, de acordo com os parâmetros do Projeto Cidade das Crianças, buscam implementar políticas públicas que “deem protagonismo às crianças nas tomadas de decisões e reforcem a importância do brincar”.⁷ Nesse sentido, convém destacar o programa “Ruas de Brincar” (a ser visitado na segunda ida ao município). De forma semelhante a outras cidades participantes do Projeto Cidade das Crianças, a prefeitura disponibiliza cavaletes com desenhos do artista italiano Frato (pseudônimo do idealizador do Projeto, Tonucci) para possibilitar o fechamento de ruas, que é gerenciado pelos moradores do entorno. Para levar o programa para sua rua, o morador interessado precisa preencher um formulário (*online* ou no prédio da prefeitura) e obter a assinatura de pelo menos 75% dos moradores do trecho indicado para fechamento. A autorização é dada por meio de decreto e possui validade de um ano, para domingos e feriados.

⁷ Cf.: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/cidade-das-crianças/>.

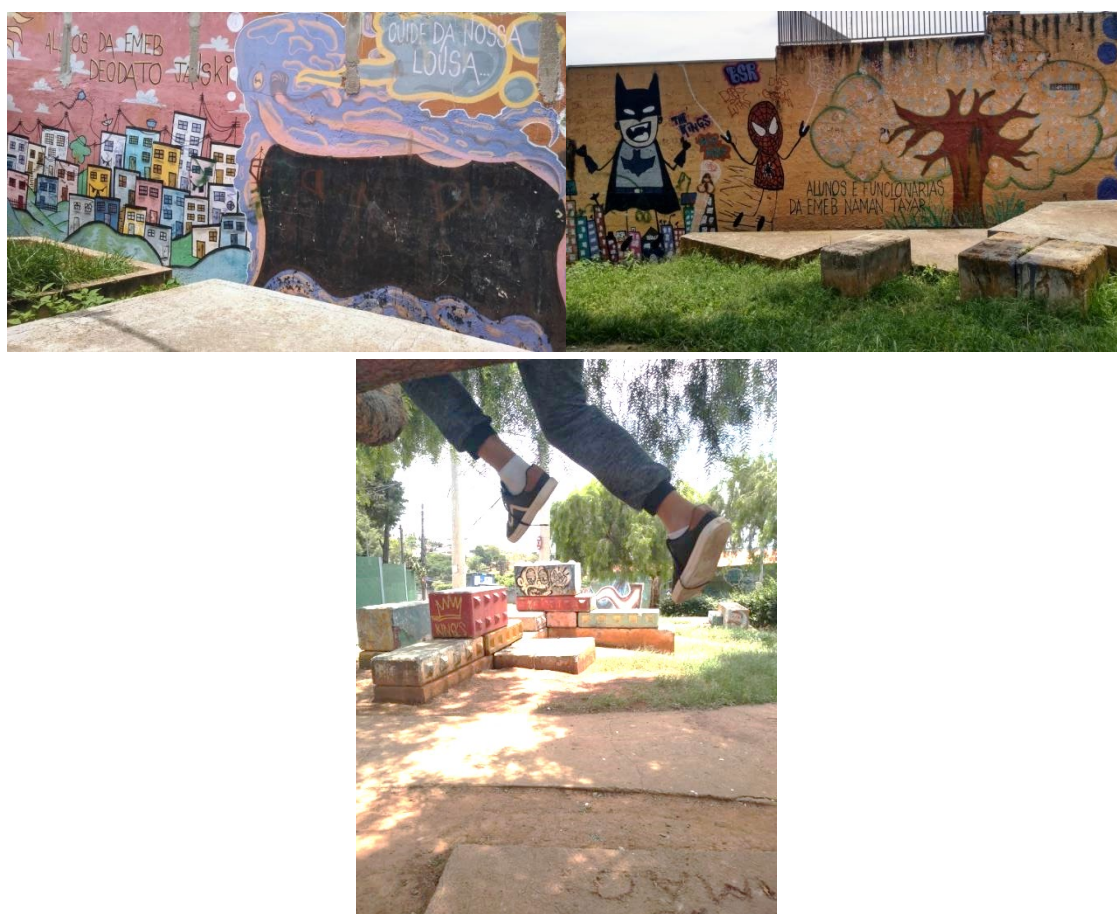


Figura 2 – Mosaico “Ruas de Brincar”



Fonte: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/programas/ruas-de-brincar/>. 2022.

Figura 3 – Mosaico “Praça que Acolhe”



Fonte: Arquivo pessoal. Fotografias tiradas pela primeira autora em 08/11/2021.

Na viagem de campo, ao realizar uma caminhada exploratória, a primeira autora do artigo deparou-se com o programa “Praça que Acolhe”. No seu site, a prefeitura

informa que atualmente há duas praças no município integradas ao Programa, que tem como objetivo, em acordo com os parâmetros do Projeto Cidade das Crianças, criar nas praças ambientes em que crianças (e adultos) possam se sentir acolhidas pelos espaços públicos, vindo a ocupá-los para descanso e lazer. Além disso, as praças também são repensadas para acolher a comunidade escolar para “tornar ainda mais agradável a chegada das crianças à escola e transformar o espaço público também em ambiente pedagógico, onde atividades curriculares possam ser desenvolvidas”⁸.

A praça visitada está localizada em um bairro periférico, ao lado de dois colégios, um municipal e um estadual. Nela, a pesquisadora conversou com dois meninos, de 11 e 16 anos, que estavam sentados nos troncos de uma árvore comendo uma fruta. Perguntados se estavam matando aula, foram enfáticos na negativa. “Matar aula? Deus me livre!”, disse o mais novo, que estava de uniforme, pois já havia saído da aula, e estava ali apenas fazendo companhia ao mais velho, que fazia hora para buscar seus irmãos pequenos na saída da escola. “Essa pracinha aqui é boa! Eu gosto! Sempre fico aqui depois da escola”, disse o menino de 11 anos. Os meninos informaram que moravam em um conjunto habitacional próximo, mas que costumavam vir de ônibus para escola e voltavam a pé para casa.

A praça, de fato, pareceu acolher crianças, principalmente grupos que voltam a pé da escola sem supervisão adulta — observados pela pesquisadora. No horário de saída da escola, é possível ouvir grupos de crianças combinando: “Vamos ficar na pracinha um pouco?”. Além disso, o caminho para chegar a escolas é marcado por ladeiras, dessa forma, a localização da praça fornece para aqueles que caminham para buscar as crianças um espaço privilegiado de descanso na sombra. Há na praça duas lousas de giz, o que indica um espaço propício para ações escolares. No momento da visita, em uma delas estavam listados os dez mandamentos bíblicos, e a outra estava vazia. Dessa forma, questionamo-nos o quanto, de fato, esse espaço tem sido “aproveitado” pelas crianças, tendo em vista que os obstáculos colocados ao longo do espaço também não se demonstraram muito atrativos para elas. Uma nova visita se faz necessário, assim como a ida a outra praça inserida no referido Programa, a fim de analisarmos comparativamente

⁸ Cf.: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/programas/praca-que-acolhe/>.



a forma de apropriação e utilização desse espaço além da periferia (onde os meninos citados relataram terem visto recentemente um corpo ensanguentado perto de suas casas).

A perspectiva antropológica traz a inovação de compreender as políticas públicas como produtos de um processo sociocultural a ser investigado, assim como os diversos segmentos e agentes que se envolvem em sua formulação (HINCAPIÉ, 2015). As ações e programas realizados na cidade (como os que foram apresentados anteriormente) resultam de experiências, acordos, alianças, fluxos e interações entre diferentes agentes. Esses agentes podem vir a ser considerados como sujeitos de pesquisa, de tal modo que a compreensão das políticas públicas levaria o antropólogo a situá-los e a compreender as ideologias, interesses e objetivos concretos que fundamentam o pensamento de cada um deles (HINCAPIÉ, 2015).

Desse modo, constatamos que no município de Jundiaí (SP), o Projeto Cidade das Crianças se desdobra na prática através de parcerias entre gestão pública e empresas privadas. Neste trabalho, citamos ações de duas delas, que aparecem como apoio técnico do parque Mundo das Crianças: o programa Criança e Natureza, do Instituto Alana (SP, Brasil) e a iniciativa Urban 95, da Fundação Bernard Van Leer (Holanda). Além disso, apontamos, de modo sintetizado, no quadro a seguir, outros agentes que se relacionam na implementação de políticas públicas em prol das crianças na cidade de Jundiaí (SP), que ilustram a presente análise inicial.

Quadro 2 – Agentes atuantes nas políticas públicas voltadas para a infância em Jundiaí-SP

Gestores municipais	Prefeito, secretário da cultura, secretária da educação, diretor do parque Mundo das Crianças, vereadores.
Beneficiários	Crianças de escolas municipais, estaduais e particulares, crianças de até 3 anos, rede de responsáveis e familiares.
Dispositivos legais	CDC/ONU, decretos municipais.
Fundamentos técnicos	Pesquisas, estudos, teorias acadêmicas (pedagogia, arquitetura, educação física, biologia...)
Empresas	DAE, Fundação Bernard Van Lee, Instituto Alana.
População	Grupo de moradores, comunidade escolar, crianças integrantes do Comitê.

Fonte: Elaborado pela primeira autora.

Ressaltamos que outros projetos — e programas associados a eles — também atuam no município analisado, sobrepondo-se ao Cidade das Crianças e somando-se a ele



dentro da agenda política da atual gestão. O processo etnográfico em curso tem se voltado para a experiência nessa cidade, procurando trazer para a análise questões oriundas da experiência de campo, articulando diferentes pontos de vista, interesses e expectativas. Posto isso, argumentamos que os gestores urbanos precisam estar atentos às especificidades e demandas locais para poderem ter liberdade para elaborar também seus próprios modelos; não reduzindo suas práticas apenas à importação de ideias. A história e as especificidades nacionais “devem nortear as linhas gerais da implementação de políticas públicas” (GONÇALVES; GUSSI, 2011, p. 10). A antropologia possui um papel político e epistemológico nesse sentido.

Uma das propostas do Projeto Cidade das Crianças, que desde o início se revela desafiadora, refere-se à promoção da autonomia das crianças em relação a sua mobilidade urbana. Considerando que o Projeto foi idealizado em um contexto de aproximadamente sessenta mil habitantes, é possível que em uma cidade de quase meio milhão de habitantes as crianças se locomovam a pé e sozinhas?

Na visita a Jundiá, em suas caminhadas exploratórias, a primeira autora não se sentiu à vontade por diversas vezes; passando por locais onde havia pessoas consumindo drogas (crack), por lugares desertos, por grandes avenidas, por locais sem equipamentos que possibilitem a travessia de calçada etc. Crianças não foram vistas com facilidade nas ruas da cidade. Fora dos locais pensados para esse público, diversas vezes a cidade pareceu hostil à adulta, sendo assim, transformar metrópoles em cidades que promovam a mobilidade e autonomia das crianças é um desafio, sob o qual a pesquisa ainda precisará se debruçar etnograficamente. Embora a cidade grande ofereça restrições e até mesmo maiores perigos para as crianças, em bairros periféricos, é possível encontrarmos cenas como as que a pesquisadora observou nas escolas públicas citadas anteriormente — crianças andando em grupos sem adultos.

Parte III – Antropologia da criança e políticas públicas

Ao realizarmos uma experiência inicial de análise de políticas públicas por um viés antropológico foi possível realizar algumas reflexões importantes, sobretudo no que diz respeito à capacidade do fazer e do saber antropológico atuarem no planejamento da cidade e de suas políticas públicas, atentando para as especificidades daqueles que



vivenciam a infância nos espaços urbanos. Como visto, o Projeto Cidade das Crianças pauta-se em perspectivas científicas de diversas áreas, desse modo, afirmamos que os métodos e teorias antropológicas de pesquisa *com e sobre* crianças seriam capazes de produzir conhecimento relevante aos pontos que se propõe o Projeto e aos municípios que o aderem, de modo a contribuir com a formulação de políticas públicas urbanas capazes de impactarem positivamente a vivência das crianças.

O fazer científico antropológico, entre outros aspectos, busca acessar e privilegiar as categorias e classificações do grupo em foco. Desse modo, na atuação aqui colocada, o antropólogo assumiria o papel de compreender as demandas do grupo geracional em pauta (suas normas, sentimentos, avaliações etc.) e de traduzir essas múltiplas concepções (OLIVEIRA, L., 2007) dentro dos objetivos de um planejamento urbano centrado na infância. Mesmo tratando-se de um trabalho que equaciona múltiplas vozes (SILVA, 2015), a etnografia com/sobre crianças possui a característica de evidenciar a perspectiva desse grupo geracional (não de maneira acrítica). Assim sendo, configura um material singular na elaboração de políticas públicas de forma a atender às especificidades das crianças, ou até mesmo, de priorizá-las, como pretende o Programa.

É importante destacar que a produção antropológica não é prisioneira das ideias de seus interlocutores (OLIVEIRA FILHO, 1994). Dessa forma, afirmamos que uma reflexão embasada pela antropologia da criança auxiliaria o pesquisador a refletir sobre as classificações e ações de diferentes agentes sociais focando nos modos pelos quais elas afetam as *relações e interações* entre adultos e crianças (assim como entre gestores e usuários urbanos).

Do mesmo modo como é fundamental na atuação antropológica conhecer densamente os dados disponíveis a respeito da cidade na qual o pesquisador se insere, também importa conhecer a tradição especializada sobre o tema que irá tratar. Posto isto, argumentamos que as políticas públicas nacionais devem, constantemente, apropriarem-se de visões contemporâneas e teoricamente embasadas (OLIVEIRA FILHO, 1994) para compreenderem a experiência da infância nos contextos analisados. Atualmente, a antropologia da criança (assim como diversos estudos multidisciplinares nacionais e internacionais sobre infâncias) configura uma área da disciplina com um conhecimento teórico-metodológico acumulado que permite entender diferentes coletividades de crianças de maneira atualizada. Articuladas aos métodos que inspiram o presente ensaio



(a saber, análise em profundidade e etnografia das políticas públicas), as disciplinas voltadas a compreender as infâncias seriam capazes de dialogar com o planejamento urbano.

Realizar etnografia urbana com/sobre crianças pode gerar dados novos e significativos a serem acionados pelos gestores locais (OLIVEIRA FILHO, 1994); que por incompreensão ou por interesses econômicos, políticos etc. possam vir a realizar ações arbitrárias e/ou segregadoras. Por meio dos instrumentos de trabalho próprios da antropologia, as pesquisas etnográficas com crianças nos contextos urbanos permitem acessar de modo peculiar as visões das crianças e suas práticas cotidianas; afastando-se de uma normalização de estereótipos e controles simbólicos sobre a infância (MARCHI; SARMENTO, 2017). Além disso, a atuação antropológica na construção de cidades atentas às infâncias deve, além de explicitar a visão dos grupos alvos das políticas públicas, apontar possíveis arbitrariedades e dissimetrias (SILVA, 2015) que venham de uma concepção universalista e normativa de infância, calcada em um olhar adultocêntrico.

A antropologia permite trazer à tona realidades que não encontram espaços para se manifestarem e/ou realidades cotidianas (ainda) não codificadas (no senso comum, no mundo jurídico-legal etc.) (SILVA, 2015). Sendo assim, no contexto urbano brasileiro, perpassado por desigualdades, o antropólogo deve investigar formas próprias das crianças (e de suas famílias) usufruírem a cidade (diferentes formas de uso e apropriação que fazem dos espaços urbanos, representações que elaboram sobre eles etc.) a fim de articulá-las com as ações da gestão pública municipal e auxiliar na elaboração de caminhos que façam valer seus direitos e interesses.

Não partimos de uma expectativa ingênua de que o antropólogo dará conta de todas as demandas relacionadas às crianças no cenário urbano. No debate sobre a formulação de políticas públicas, a antropologia produz uma contribuição específica que, como o produto de qualquer ciência, apresenta limitações (OLIVEIRA FILHO, 1994). A antropologia não trará a palavra final sobre a demanda das crianças na cidade, mas nossa disciplina pode ajudar a fundamentar e compreender parte delas (OLIVEIRA, L., 2007), observando os objetivos estabelecidos no planejamento de uma cidade voltada para elas.



A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) assume uma postura que coloca o saber produzido pela nossa disciplina aberta ao diálogo — honesto, sério e ético — com a sociedade (OLIVEIRA, L., 2007). Sendo assim, haja vista que, como dito, os gestores urbanos não necessariamente estão a par da realidade vivenciada pelos usuários da cidade em contextos urbanos diferentes e desiguais, colocamos um compromisso político cabível à etnografia com/sobre crianças: adotar uma “perspectiva crítica, cosmopolita e multicultural dos direitos da criança” (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 958). Ao compreender a conformação das cidades brasileiras, o antropólogo se depara com desigualdades e opressões estruturais, assim sendo, enquanto pesquisador comprometido com o grupo geracional da infância, ele não pode manter-se alheio às condições das crianças que não têm seus direitos assistidos.

Esse debate implica-se em um viés ético (que tenciona a relação entre o conhecimento antropológico e a ação resultante de sua utilização), no qual o pesquisador precisa, entre outros aspectos, trazer para sua análise os marcadores sociais da diferença no contexto urbano; levando a administração municipal a confrontar-se com eles. Considerar esses marcadores, que se impõem às crianças urbanas (notadamente, “fatores de desigualdade social, cultural, étnico-racial, geográfica, de gênero ou de *disability*”), impede que a normatividade infantil tome as rédeas das políticas públicas, se desdobrando em leis, projetos ou ações que ao se proporem como universais ou globalizantes, acabem, na prática, tornando-se excludentes (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 958).

Por fim, compreendemos que a ética antropológica leva o antropólogo a atuar de acordo com o que for melhor para o grupo que pesquisa, dessa forma, ele não pode se abster de apontar fragilidades das políticas voltadas para as crianças, até mesmo incongruências percebidas.

Considerações finais

Neste ensaio, ao realizarmos uma análise inicial de uma pesquisa em andamento, não tivemos como objetivo concluir se o município de Jundiaí configura um caso exemplar ou de sucesso do Projeto Cidade das Crianças. Não mantivemos o foco em resultados, e sim no processo da política de maneira ampla (RODRIGUES, 2019). Ao olharmos para esse município, buscamos compreender o fluxo das construções das



políticas públicas em uma cidade que tem se destacado pelas ações voltadas para as crianças. Não obstante, algumas considerações podem ser feitas a respeito da realização desta utopia: a construção de uma cidade das crianças. Assim como os poetas⁹, acreditamos na importância da utopia para almejarmos e construirmos a realidade que queremos.

Ao refletir sobre intervenções municipais de acordo com a demanda das crianças, o autor citado na epígrafe do ensaio instiga-nos a atentarmos para as possibilidades fora da lógica da democracia liberal, comum na maioria dos países europeus. Talvez esse seja um dos caminhos que nos permitam, junto com as crianças, pensar em alternativas às nossas cidades fundadas a partir do capitalismo industrial. O Projeto Cidade das Crianças possui o mérito de alertar-nos para os colapsos provenientes de uma urbanização alheia às necessidades humanas que impossibilitam a concretização do direito à cidade. Contudo pesquisas em contextos urbanos demonstram que, além disso, principalmente nas metrópoles e megalópoles, as crianças passam por processos que dividem, estigmatizam e excluem determinados grupos.

Dessa forma, é preciso ajustar, a partir de cada realidade social e cultural, os ideais fundantes do Projeto analisado, e construir caminhos para promover ações urbanas que respeitem as diferenças das crianças e integrem aquelas que se encontram alijadas do direito à cidade, assim como aquelas que têm, cotidianamente, seus direitos mais básicos negados. As políticas públicas na cidade que colocam as crianças como prioridade devem extrapolar os espaços urbanos pensados para esse público (como parques e praças), e atingirem a saúde, a alimentação, a proteção da criança etc. Assim sendo, acreditamos que, entre outros aspectos, as políticas de intervenção nos caminhos para as escolas devem ser realizadas certificando-se que todas as crianças da cidade estão dentro delas e tendo a merenda garantida. Afirmamos também que os investimentos em espaços de lazer precisam acompanhar as políticas de acesso, de transporte.

Algumas perguntas se tornam fundamentais no caminho a ser seguido pela investigação etnográfica a respeito do Projeto Cidade das Crianças. Qual é o impacto do Projeto a longo prazo em Jundiaí? Os direitos das crianças têm sido garantidos de forma

⁹ A saber, Mario Quintana (1906-1994) e Eduardo Galeano (1940-2015).



estrutural ou as ações implementadas estão restritas ao governo atual? A parceria público-privado garante melhorias fundamentais para a população das crianças ou lhes oferece benefícios pontuais? Não obstante, acreditamos que por meio de intervenções como aquelas retratadas ao longo do ensaio, poderemos caminhar na produção de espaços urbanos melhores, mais harmônicos e equânimes para (e entre) todas as gerações.

Para concluirmos, afirmamos que pôr em prática pesquisas que possam fortalecer um diálogo constante entre Academia e gestão pública configura um caminho proveitoso para a construção da realidade social de acordo com os desejos coletivos da população, assim como para a realização da cidade das crianças. Destacamos que a pesquisa científica antropológica, com fins acadêmicos ou extra-acadêmicos, não possui o compromisso de retificar determinadas situações atuais; pelo contrário, ela parte das situações para pensar mudanças ocorridas e mudanças que podem e/ou devem ocorrer (OLIVEIRA FILHO, 1994). Nesse sentido, a antropologia contribui, entre outros modos, trazendo em suas formulações as populações alvos de programas e ações de políticas públicas lado a lado com os agentes que as implementam (OLIVEIRA, R., 1996). Acreditamos que esse seja mais um caminho para a concretização da ambição de construir uma Cidade das Crianças fundamentada a partir do reconhecimento e compreensão das múltiplas vivências e saberes da criança — que precisam ser institucionalizados na gestão urbana (SARMENTO, 2014).

Referências

BRASIL. **Decreto-lei nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, DF: Presidência da República, [1990a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COMITÊ DAS CRIANÇAS-2022. **Site Cidade das Crianças**: Prefeitura de Jundiaí. Jundiaí, SP. 2022. Disponível em: <https://cidadedascrianças.jundiai.sp.gov.br/comite-das-criancas-2022/>. Acesso em: 09 nov. 2022.



FUNDOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA/UNICEF. Convenção sobre os direitos da criança. **Site da UNICEF/Brasil**. Nova York, EUA: UNICEF, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 14 jul. 2022.

GOBBI, M. A. Cidades para e das crianças: uma conversa no Taller Abierto em Pontevedra, Espanha. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 612-628, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6898> Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

GONÇALVES, Alicia F.; GUSSI, Alcides F. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismo e particularismos. *In*: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO – CODE 2011, 2., 2011, Brasília, **Anais [...]**. Brasília: IPEA, 2011. p. 1-20. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo3.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades Afro-Colombianas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3873>. Acesso em: 14 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/São Paulo/Jundiaí: panorama**, [ca.2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>. Acesso em: 14 jul. 2022.

JUNDIAÍ. Decreto nº 27.780, de 15 de outubro de 2018. Estabelece a adesão do Município de Jundiaí à Rede Latino-americana, Projeto Cidade das Crianças. **Imprensa Oficial do Município de Jundiaí**. Jundiaí, SP, edição 4465, p. 41, 17 out. 2018. Câmara Municipal, [2018]. Disponível em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Decreto-27780-de-2018-Criacao-do-Comite-das-Criancas-IOM-de-17-de-outubro-de-2018-Edicao-4465.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MARCHI, Rita C.; SARMENTO, Manuel J. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n. 141, p. 951-964, out./dez., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017175137>. Acesso em: 14 jul. 2022.

OLIVEIRA, F. Reflexões a respeito de uma experiência de participação infantil no Brasil envolvendo os espaços urbanos e a perspectiva das crianças. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, PT, v. 30, n. 1, p. 157-179, mai. 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/8688>. Acesso em: ago. 2022.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. *In*: SILVA, Orlando. S.; LUZ, L.; HELM, Cecília. M. (org.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 115-139. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/publicacoes/publicacao-156>. Acesso em: 14 jul. 2022.



OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Antropologia e laudos periciais. **Correio Braziliense**, Brasília, ano XX, n. XX, 24 dez. 2007. Opinião, p. 15. Disponível em: <http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2007/12/24/as15-2412.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O saber e a ética: a pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social. In: OLIVEIRA, R. C.; OLIVEIRA, L. R. C. (org.). **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1996. p.13-31.

PERES, Janaina L. P. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RODRIGUES, Lea C. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 184-207, jun./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/42844>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, P. O. S.; SILVA, A. L. A cidade dos adultos ocupadas pelas crianças: a ressignificação infantil dos espaços urbanos a partir de Catingueira – Paraíba. **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 43, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/24136> Acesso em: 4 jan. 2021.

SARMENTO, Manuel J. 1ª Conferência: “Cartas de ciudadanía de la infancia”. In: RUBIO, Pedro *et al.* **VIII Encuentro “La Ciudad de los Niños”**. **Infancia y Ciudadanía**. Madrid: Acción Educativa, 2014. p. 21-36.

SARMENTO, Manuel. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317> Acesso em: 4 jan. 2021.

SILVA, Alexandra Barbosa da. Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático. In: OLIVEIRA, J. P.; MURA, F.; SILVA, A. B. (org.). **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília, DF: ABA, 2015. p. 142-168. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/publicacoes/publicacao-80>. Acesso em: 14 jul. 2022.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças: uma nova forma de pensar a cidade**. Matosinhos, Portugal: Fatoría K de livros, 2019.

TONUCCI, Francesco. **City of children**. Wilmington, Delaware: Vernon Press, 2020.

TREVISAN, Gabriela P. Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos estudos da infância. In: DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. (ed.). **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas da dialogicidades luso-brasileiras**. Minho, PT: Centro de Investigação em Estudos da Criança, 2012. p. 84-105. *E-book*. Disponível em: <http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Recebido em: 08/04/2022.

Aceito em: 11/11/2022.



A COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SERGIPE E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS: reflexões sobre o papel do antropólogo no processo de retomadas das terras Xokó

THE SERGIPE PRO-INDIAN COMMISSION AND THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES FOR INDIGENOUS PEOPLES: reflections on the role of the anthropologist in the process of repossession of the Xokó land

Diogo Francisco Cruz Monteiro *
Estêvão Martins Palitot **

Resumo

O artigo tem como objetivo central observar as principais linhas de atuação da Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI/SE) em prol dos Xokó, que contribuíram para o reconhecimento identitário e a regularização da posse da Ilha de São Pedro pelo grupo indígena. Narra o processo de retomada das terras pelos Xokó e examina o papel epistemológico e político da antropóloga Beatriz Góis Dantas, fundadora da CPI/SE, na articulação com o Estado para o estabelecimento de políticas públicas para os Xokó, abordando a sua inserção na militância em favor do grupo indígena, com ênfase na sua participação nos debates sobre etnicidade Xokó como espaço de reivindicação dos seus direitos fundiários, contrapondo-se aos discursos universalistas dos seus antagonistas — instituições e autoridades públicas aliadas aos fazendeiros da família Brito — que buscavam negar-lhes a existência e apropriarem-se de suas terras. Aquela antropóloga acionou em seus discursos as modernas teorias sobre etnicidade, demonstrando a existência e a singularidade da cultura Xokó, que serviram como referência para o desenvolvimento das atividades da CPI/SE, colaborando para o reconhecimento étnico e a regulamentação jurídica da Ilha de São Pedro como terra indígena Xokó.

Palavras-chave: Comissão Pró-índio de Sergipe; Beatriz Góis Dantas; políticas públicas; Xokó.

Abstract

The main objective of the article is to observe the main lines of action of the CPI/SE in favor of the Xokó, which contributed to the recognition of identity and the regularization of the possession of São Pedro Island by the indigenous group. It narrates the process of retaking land by the Xokó and examines the epistemological and political role of the anthropologist Beatriz Góis Dantas, founder of the CPI/SE, her role in articulation with the State for the establishment of public policies for the Xokó, approaching their insertion in the militancy in favor of the indigenous group, with emphasis on its participation in debates on Xokó ethnicity as a space for claiming their land rights, opposing the universalist discourses of their antagonists – institutions and public authorities allied to the Brito family farmers – who sought to deny them existence and appropriate their lands. This anthropologist activated in her speeches modern theories about ethnicity, demonstrating the existence and

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)/Brasil. E-mail: diogocruz_21@yahoo.com.br.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: epalitot@yahoo.com.br.



uniqueness of the Xokó culture, which served as a reference for the development of the activities of the CPI/SE, contributing towards the ethnic recognition and the legal regulation of the Island of São Pedro as Xokó indigenous land.

Keywords: Comissão Pró-Índio de Sergipe; Beatriz Góis Dantas; public policy; Xoko.

Introdução

A Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI/SE) foi uma entidade civil sem fins lucrativos que reuniu, entre os anos de 1981 e 1986, jovens estudantes e pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), engajados na defesa da causa dos Xokó, grupo indígena de Sergipe que, naquela época, estava envolvido em lutas pela retomada da sua identidade étnica e pela garantia da posse dos seus territórios — a Ilha de São Pedro e a Caiçara (figura 1) — situados na cidade de Porto da Folha/SE, por aproximadamente um século ocupados por fazendeiros da região.

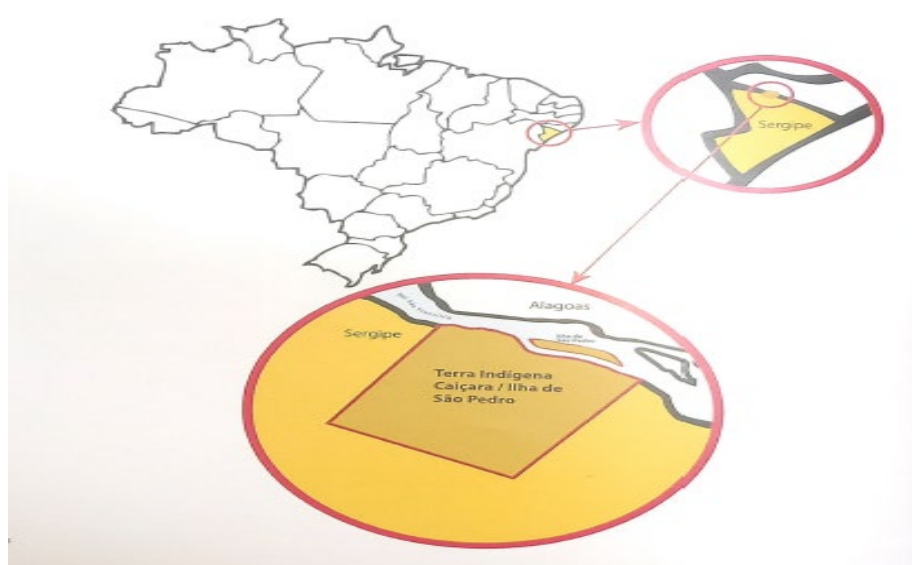
O artigo tem como objetivo central observar as principais linhas de atuação da CPI/SE em apoio aos Xokó, que colaboraram para o reconhecimento identitário e a regularização da posse da Ilha de São Pedro pelo grupo indígena. Além disso, realizará breve narrativa acerca do processo de retomada das terras pelos Xokó, examinará o papel epistemológico e político da antropóloga Beatriz Góis Dantas — fundadora da CPI/SE — na articulação com o Estado para a definição de políticas públicas para o povo Xokó, por meio da abordagem da sua inserção na militância em favor do grupo indígena, enfatizando a sua participação nos debates em torno da identidade Xokó como locus de reivindicação de direitos territoriais, contrapondo-se aos discursos universalistas dos seus antagonistas (segmentos do órgão indigenista oficial (FUNAI), instituições e autoridades públicas do estado de Sergipe aliadas aos membros da família Brito, latifundiários que se apossaram dos territórios pertencentes aos Xokó), objetivando invisibilizar a cultura do grupo indígena, negar-lhe a existência e apropriarem-se de suas terras.

Dessa forma, este artigo desenvolverá reflexões que possibilitem equacionar a seguinte questão: qual o papel desempenhado por antropólogos como Beatriz Dantas e entidades de apoio aos índios, a exemplo da CPI/SE, à qual aquela antropóloga estava vinculada, no processo de retomada das terras pelos Xokó, para a definição e elaboração de políticas públicas que possibilitaram a aquisição de direitos relacionados ao reconhecimento étnico e posse do território por aquele grupo indígena?



Em suma, esse artigo poderá colaborar para uma aproximação inicial das ações dos atores (grupo indígena Xokó, antropólogos vinculados às entidades de apoio aos índios, segmentos do órgão indigenista oficial, instituições e autoridades públicas aliadas aos latifundiários locais), das possíveis relações que teceram e, a partir de suas concepções, entender como foram constituídas e efetivadas as políticas de reconhecimento étnico e de delimitação dos territórios do povo Xokó. Nesse sentido, como Hincapié (2015, p. 158), concebemos as “políticas públicas como produto de um processo sociocultural”, que não é apenas técnico, e que inclui diversos atores, além dos tecnocratas e agências governamentais (que as formulam e implementam), as pessoas que se beneficiam das políticas, os grupos de interesse, movimentos sociais, entre outros, revelando suas visões de mundo, as formas de como nele atuar e de se relacionar uns com os outros.

Figura 1 – Localização da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro



Fonte: Fundação Nacional do Índio (2016).

As políticas públicas seriam vistas como o resultado da relação de forças entre esses atores, representada por alianças, disputas, acordos e jogos de poder assimétricos para concretizar as suas exigências no campo de conflito de interesses. Nesse particular, uma “antropologia da política pública” como uma abordagem dedicada à interpretação e compreensão dos processos e dinâmicas organizativas de grupos populacionais que

conduzem à criação de políticas públicas voltadas para os seus benefícios, tende, numa perspectiva hermenêutica, a focar no marco de referência dos atores, levando em consideração a interpretação dos significados culturais daquelas políticas para os que as formulam, executam e vivenciam (HINCAPIÉ, 2015, p. 158; RODRIGUES, 2019, p. 186-188).

A composição deste artigo se baseou na realização de pesquisa bibliográfica de obras que tratam das políticas públicas e suas relações com movimentos sociais, das incongruências entre as perspectivas de desenvolvimento universalistas e particularistas, da ideia de identidades como instrumentos políticos de reivindicação de políticas públicas locais (GONÇALVES; GUSSI, 2011), além das relações entre a elaboração do conhecimento antropológico e as questões éticas nela implicadas (OLIVEIRA, R., 1996a).

Para o desenvolvimento do artigo, também se realizou pesquisa em arquivo. Nesse sentido, foi de fundamental importância a consulta ao dossiê “Xokó — notícias nos jornais”, pertencente ao acervo particular da antropóloga Beatriz Dantas, que reúne recortes de jornais de circulação local e nacional com informações sobre os principais fatos envolvendo as retomadas de terras pelos Xokó a partir dos anos finais da década de 1970. O artigo contou ainda com dados coletados de depoimentos extraídos de entrevista realizada com aquela antropóloga, que tratou principalmente da sua trajetória de atuação indigenista em apoio aos Xokó no interior da CPI/SE. Dessa forma, levando em consideração o conjunto de fontes aqui elencadas, este artigo tratará ainda das formas como a CPI/SE colaborou, a partir da sua instalação no ano de 1981, com o desenvolvimento do processo de retomada de terras pelos Xokó, apoiando o grupo indígena, entre outras tarefas, na regularização jurídica da posse da Ilha de São Pedro.

O artigo está dividido em três partes. A primeira narrará o processo de luta dos Xokó pela retomada da Ilha de São Pedro a partir dos anos finais da década de 1970, que resultou na expedição de decretos e leis governamentais para a compra e doação daquele território à União em favor daquele povo indígena; a segunda examinará o papel epistemológico e político da antropóloga fundadora da CPI/SE Beatriz Dantas na articulação com o Estado para a definição de políticas públicas para o povo Xokó, por meio da abordagem da sua inserção na militância em favor da causa fundiária do grupo indígena, destacando a sua participação nos debates acerca da identidade indígena Xokó,



como espaço de reivindicação de direitos territoriais diante dos discursos homogeneizantes dos antagonistas, que pretendiam invisibilizar a cultura Xokó, negar-lhe a existência e apropriarem-se de seus territórios; a terceira e última seção apresentará as principais linhas de ação da CPI/SE em apoio aos Xokó, que colaboraram para o reconhecimento identitário e a regularização jurídica da posse da Ilha de São Pedro por aquele grupo indígena.

As retomadas Xokó e as lutas pela regularização da posse da Ilha de São Pedro

Após um longo histórico de expropriação de seus territórios pelo Estado e latifundiários¹, os Xokó se envolveram, entre os anos de 1978 e 1979, num processo de retomada das terras² da Ilha de São Pedro, vinculado a iniciativas de luta pelo reconhecimento étnico como povo indígena. No ano de 1978, os “caboclos da Caiçara”, como ficaram conhecidos os remanescentes de indígenas Xokó, quando foram proibidos pelos fazendeiros da família Brito, antigos proprietários da região, de trabalharem para o seu próprio sustento em suas terras, deslocaram-se da Caiçara e ocuparam a Ilha de São Pedro com o objetivo de efetivar a retomada daquela propriedade. Os caboclos da Caiçara foram obrigados, por força de Ação Liminar de Reintegração de Posse movida pela

¹ Após a promulgação da Lei de Terras e a extinção da Missão de São Pedro em 1878, com a morte do seu último administrador, frei Doroteu de Loreto, no bojo das políticas assimilacionistas que davam como extintos os Xokó, suas terras tidas como devolutas foram apropriadas pelos órgãos estatais, arrendadas e vendidas aos fazendeiros da família Brito. Assim, João Fernandes de Brito se apropriou de cinco dos oito lotes de terra aforados pela Câmara Municipal de Porto da Folha em 1897. Em 1963, as terras da Caiçara foram vendidas pela prefeitura aos Brito, após intervenção desses latifundiários para a aprovação de projeto de lei que estabelecia a venda daquele território pelo município. No início da década de 1970, os Brito cercaram terras da Ilha de São Pedro não incluídas na compra de 1963, proibindo os Xokó de plantarem para a sua subsistência (DANTAS; DALLARI, 1980, p. 168-174). Esses indígenas passaram a ocupar a região não mais como seus donos legítimos, mas como camponeses, confundidos à massa da população como trabalhadores rurais a serviço dos Brito.

² As retomadas de terras são aqui entendidas como um processo em que as famílias indígenas reocupam e recuperam a posse de áreas ocupadas por não-indígenas no interior de seus territórios, passando a realizar ali a sua vida comunitária, estabelecendo moradias, plantando roçados e praticando a sua vida social e religiosa. Além de constituírem um instrumento de pressão, acionado pelos indígenas para levar a termo os procedimentos demarcatórios pelo órgão indigenista oficial, as retomadas constituem o cerne de uma forma de ação dedicada à construção de um projeto coletivo, um tipo pós-tutelar de exercício da política pelos indígenas, capaz de mobilizar valores tradicionais, emoções, e novas energias intelectuais e políticas, atuando para a construção de cenários futuros mais desejáveis (ALARCON, 2020, p. 16; OLIVEIRA, J., 2018, p. 16-17).

família Brito, a deixar a Ilha de São Pedro, para a qual retornariam em definitivo ainda em setembro de 1979, desobedecendo decisão da Ação Liminar anterior.

Assim, uma das questões centrais para os Xokó durante o processo de retomada dos seus territórios foi a regularização jurídica da Ilha de São Pedro, ancorada em procedimentos que legitimassem publicamente o seu reconhecimento enquanto grupo indígena. Para isso, aquele povo indígena pôde contar com o apoio de diferentes agentes e entidades da sociedade civil, entre eles: estudantes e professores universitários, intelectuais, membros de segmentos progressistas da Igreja Católica e da imprensa, sindicatos e federações de trabalhadores rurais. Esses apoiadores da causa Xokó prestaram-lhe auxílio nas mais diversas frentes de atuação, desde assessoria jurídica nos litígios judiciais pela posse da terra até a realização de denúncias à imprensa sobre a violência e perseguição dos fazendeiros contra os Xokó e seus aliados.

O crescimento da repercussão da luta dos Xokó pela posse da Ilha de São Pedro e a intervenção de uma ampla rede de instituições e atores em apoio à causa daquele povo indígena parecem ter precipitado as ações do Governo de Sergipe no intuito de solucionar os conflitos fundiários entre os Xokó e a família Brito. Das iniciativas oficiais resultaram a desapropriação da Ilha de São Pedro por meio de compra aos Brito pelo Estado de Sergipe, pela quantia de dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros, declarando aquela propriedade como de utilidade pública conforme Decreto 4.530, de 7.12.79 (SERGIPE, 1979), e a sua posterior doação para a União, como forma de garantir a sua administração pela FUNAI e o consequente usufruto pelo povo Xokó, conforme Lei Estadual 2.263, de 25.06.80 (SERGIPE, 1980).

No início da década de 1980, apesar dos avanços representados pela desapropriação da Ilha de São Pedro e sua doação para a União via atos governamentais, a regularização da posse daquele território pelos Xokó continuava em aberto do ponto de vista jurídico. Levando-se em consideração que, de acordo com a legislação indigenista brasileira, as terras habitadas pelos indígenas são de propriedade da União, os dispositivos jurídicos (decreto e lei estaduais) que tratavam da desapropriação e transferência da Ilha para o Executivo Federal não mencionavam os indígenas Xokó, indicando que aquela propriedade se destinaria “à criação ou melhoramento de *centro de população* e seu abastecimento regular de meios de subsistência”. Essa associação implícita dos Xokó a uma ideia genérica e ambígua de “população” (que poderia ser camponesa, ribeirinha,



quilombola, Xokó ou qualquer outra) significou uma recusa estatal ao reconhecimento daquele povo como grupo indígena e, conseqüentemente, um obstáculo jurídico para a regularização da posse definitiva daquele território pelos Xokó, servindo ainda como pretexto para que a FUNAI, mesmo após ter reconhecido a indianidade Xokó, não assumisse os encargos na prestação de assistência àquele povo nas áreas da saúde, educação, entre outras, e nas tarefas de delimitação e demarcação da terra indígena Xokó. Dessa forma, o processo de regularização fundiária da Ilha de São Pedro só foi concluído no dia 27 de junho de 1984, quando o governo de Sergipe transferiu definitivamente para a FUNAI aquela propriedade que seria, a partir daquele momento, usufruída legalmente pelos Xokó.

A inserção de Beatriz Góis Dantas na militância em favor dos Xokó

Beatriz Góis Dantas, fundadora e ex-membro com participação ativa na CPI/SE, é professora emérita de Antropologia da UFS. Ainda como estudante do mestrado em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que cursou entre 1978 e 1982, Beatriz Dantas informava-se sobre o agravamento dos conflitos fundiários entre os Xokó e a família Brito por meio de notícias de jornais, enviados por seus familiares, por intermédio dos quais percebeu que a Ilha de São Pedro era o território de uma antiga aldeia indígena, sobre a qual encontrara farta documentação no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Nesse ínterim, Beatriz Dantas iniciou uma rede de relações intelectuais com a Diocese de Propriá/SE em apoio aos Xokó, por meio da troca de cartas com o seu bispo Dom José Brandão de Castro.³

A Diocese de Propriá, por intermédio da atuação do bispo Dom José Brandão e sua equipe diocesana de padres missionários e religiosos leigos, diante dos avanços da

³ Beatriz Dantas teve seu primeiro encontro presencial com o bispo Dom José Brandão ainda no ano de 1978, durante suas férias de fim de ano, quando participou de missa na Catedral de Propriá em desagravo pelos ataques dos Brito ao bispo dentro daquela igreja. No ano de 1979, Beatriz Dantas ampliou a troca de correspondências com outros membros da diocese de Propriá, integrantes da equipe de Dom José Brandão, tais como frei Enoque Salvador de Melo e a leiga Maria Amélia Leite, acessando materiais sobre os Xokó produzidos por eles, como memórias dos caboclos e a história oral da Missão de São Pedro, recolhidas por meio de entrevistas que realizaram com pessoas da região (entrevista realizada por e-mail com Beatriz Dantas em janeiro de 2021). Esses materiais, somados às notícias de jornais enviados por seus parentes à Campinas e aos papéis sobre os índios organizados no APES por Beatriz Dantas, constituíram o principal conjunto de documentos pelos quais aquela antropóloga se informava sobre a situação dos Xokó e que, possivelmente, orientaram as suas posteriores ações intelectuais em torno da causa daquele povo indígena.

mobilização em torno da causa Xokó, constituiu novas alianças, acionando redes de apoio àquele povo indígena nos diversos setores da sociedade civil, entre os quais destacamos os membros da universidade, historiadores e antropólogos. Beatriz Dantas, àquela época professora de Antropologia da UFS, inseriu-se na militância pela causa indígena no período em que cursava mestrado em Antropologia na Unicamp. No contexto de abertura da ditadura militar, em que os movimentos sociais, incluindo-se aí os das ditas minorias sociais compostas por segmentos étnicos e de gênero (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros), que se sentiam fora dos esquemas de poder, passaram a intensificar sua oposição ao regime político vigente e a reivindicar direitos específicos; a Unicamp, então frequentada pela estudante de pós-graduação Beatriz Dantas, vivenciava clima de “efervescência” e “debates”, com grande parte de seus professores engajados em atuações práticas, apoiando seguimentos específicos da sociedade que, seguindo a tendência global de emergência de particularismos da época, mobilizavam-se afirmando suas singularidades e exigindo direitos (DANTAS, 2017, p. 352).⁴ Nessa conjuntura, Beatriz Dantas disponibilizou para Dom José Brandão a documentação sobre os Xokó por ela coletada e organizada no APES, além de um resumo da história da Missão de São Pedro, que considerava úteis para o melhor entendimento e resolução do conflito fundiário entre os Xokó e a família Brito.

Inspirada pela antropóloga Maria Manuela Carneiro da Cunha (sua orientadora no mestrado), Beatriz Dantas participou como membro da recém-criada Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) — que se tornaria uma espécie de matriz coordenadora das ações da CPI/SE —, constituída como entidade de oposição ao projeto de emancipação dos índios da FUNAI,⁵ que visava, por meio da estratégia ideológica de deslegitimação das identidades indígenas, integrá-los à massa genérica da sociedade nacional, inibindo o surgimento e a atuação de lideranças indígenas, eximindo-se da responsabilidade de garantir apoio estatal aos índios.

⁴ Entrevista concedida por e-mail aos autores em janeiro de 2021.

⁵ A oposição de setores da sociedade civil ao projeto oficial de emancipação dos indígenas motivou a criação por antropólogos, linguistas, juristas, entre outros, de uma série de organizações civis de apoio à questão indígena, entre elas: as Comissões Pró-Índio de São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) no Rio Grande do Sul e Acre, a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), na Bahia e a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami (OLIVEIRA, K., 2013, p. 87).



A documentação sobre a antiga Ilha de São Pedro — englobando a Caiçara — foi apresentada por Beatriz Dantas a Manuela Carneiro da Cunha e, posteriormente, encaminhada por ambas ao jurista Dalmo de Abreu Dallari, professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Comissão de Justiça de São Paulo, de quem receberam a orientação de que aquele material poderia servir de suporte na defesa dos direitos imemoriais dos caboclos da Caiçara sobre as suas terras. Essa documentação seria a base para a produção do livro *Terra dos índios Xokó*, escrito em coautoria por Beatriz Dantas e Dalmo Dallari, publicado em 1980 sob os auspícios da CPI/SP, figurando, em fases posteriores dos litígios fundiários entre os Xokó e os fazendeiros, como importante referência bibliográfica a embasar os argumentos de juristas sensíveis à causa daquele povo indígena, considerada pela FUNAI como um dos casos mais bem documentados com os quais já havia se deparado⁶ (DANTAS, 2017, p. 353).

Beatriz Dantas se inseriu nos debates acerca da etnicidade indígena Xokó ainda no início do ano de 1980, quando publicou no jornal *Porantim* artigo intitulado *Xokó, os filhos da Ilha: morrer, matar ou correr* (DANTAS, 1980).⁷ Esse artigo figurou ali como resposta a uma declaração do Senador biônico⁸ por Sergipe e aliado dos fazendeiros Lourival Batista, negando a identidade indígena dos Xokó, que na sua percepção “não

⁶ Antes de ser concebida a ideia da publicação do *Terra dos índios Xokó*, Manuela Carneiro da Cunha sugeriu que Beatriz Dantas escrevesse um artigo sobre a questão utilizando a documentação que pesquisou no APES para ser publicado nos *Cadernos da Comissão Pró-Índio de São Paulo*. Ampliando a proposta do artigo para a de um livro, enquanto o escrevia, por sugestão de Manuela Carneiro da Cunha, que se informava na FUNAI sobre o andamento da questão dos Xokó, com o objetivo de dar maior legitimidade à defesa jurídica dos direitos fundiários daquele povo indígena, Beatriz Dantas providenciou a autenticação das cópias dos documentos recolhidos no APES durante as suas pesquisas, antes de enviá-las à CPI/SP, que as encaminharia, posteriormente, com o carimbo de autenticação do APES, para a FUNAI (entrevista concedida por Beatriz Dantas em janeiro de 2021, por e-mail).

⁷ Esse artigo, cujo título baseia-se numa frase de uma cabocla da Caiçara que, depois da dispersão dos habitantes da antiga aldeia, morava em Porto da Folha e dera entrevista a frei Enoque, foi produzido para ser publicado inicialmente nos *Cadernos da Comissão Pró-Índio de São Paulo*. Porém, por sugestão de Carlos Alberto Ricardo (Beto), figura destacada do antigo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do atual Instituto Socioambiental (ISA), com quem Beatriz Dantas teve aulas na Unicamp, o artigo foi publicado na edição de janeiro e fevereiro de 1980 do jornal *Porantim*, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de circulação nacional. O artigo figurou ainda, com pequenas modificações, como parte do livro *Terra dos índios Xokó* (informação contida na entrevista concedida por Beatriz Dantas, por e-mail, em janeiro de 2021).

⁸ Senadores escolhidos diretamente pelos presidentes militares ficaram conhecidos como “biônicos”. O termo era uma referência ao seriado de televisão *O Homem de Seis Milhões de Dólares*, que fazia muito sucesso na época da ditadura militar. O personagem principal da produção norte-americana, exibida então pela TV Bandeirantes, havia sido mutilado em um acidente e teve o corpo reconstituído por meio de implantes “biônicos”. Como não eram escolhidos por voto popular, senadores “biônicos” eram considerados um artifício para interferir nos rumos políticos do país (PAGANINE, 2017).

são índios, mas sim caboclos”. Diante de tal postura, Beatriz Dantas, em seu artigo, fez uma síntese da história da ocupação da Ilha de São Pedro pelos Xokó, destacando as tentativas das elites de invisibilizar as suas identidades no intuito de se apropriarem das antigas terras doadas àqueles indígenas, resultando no constante esbulho e resistência dos Xokó para a manutenção dos seus territórios (DANTAS, 1980).

Ainda na primeira metade da década de 1980, a FUNAI desenvolvia política indigenista de caráter assimilacionista, tal como expressa no seu projeto de emancipação dos índios que visava, por meio de estratégia de deslegitimação das identidades indígenas, integrá-los à massa genérica da população, inibindo o surgimento de novas lideranças, eximindo-se da atribuição de garantir apoio estatal aos indígenas, além de tornar suas terras disponíveis para a especulação. Havia também a tentativa de criação dos “critérios de indianidade” para a definição das identidades indígenas através de caracteres biológicos e culturais fixos (pele acobreada, cabelos lisos, manutenção de uma língua originária), aos quais os indígenas deveriam se adequar caso desejassem manter a tutela e usufruir do apoio da FUNAI (CUNHA, 1981; DANTAS, 1981). Essa adequação aos perfis fenotípicos e culturais definidos pelos critérios de indianidade era algo impossível de corresponder à realidade dos povos indígenas do Nordeste, como os Xokó, que vivenciaram constantes mudanças culturais e biológicas devidas ao intenso contato com os não-índios, sendo identificados pela sociedade envolvente como “mestiços”, “caboclos” ou “sertanejos” (OLIVEIRA, J., 2018, p. 11-12).

Contrapondo-se às propostas assimilacionistas da FUNAI, Beatriz Dantas empregou esforços para a constituição de discursos que contribuíssem para a construção de uma nova consciência acerca dos Xokó, lastreando-se nas modernas teorias sobre etnicidades, sobretudo naquelas difundidas pelas obras de Fredrik Barth (2000), opondo-se à tradicional definição biológica da identidade indígena, observando-a como um dado social, relacional e dinâmico, independente de critérios fenotípicos.⁹

Ao responder criticamente à diretriz ideológica da pureza racial propalada pela FUNAI, Dantas (1981) orientava que, pelos critérios consagrados pela Antropologia, os

⁹ Cabe aqui destacar que Beatriz Dantas utilizou como referência para as suas reflexões sobre etnicidade aplicada aos indígenas o artigo de Fredrik Barth (1969) publicado em inglês *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*, além de ter recebido a influência de Abner Cohen (1978), que tinha um livro já traduzido para o português no Brasil: *O homem bidimensional: a*



povos indígenas não poderiam ser definidos por caracteres fixados em dados biológicos, contrários à essência dinâmica das culturas humanas em contato, pois nenhum povo pode exibir intactos os mesmos traços biológicos e culturais dos seus antepassados. Dessa forma, tal como Barth (2000, p. 32), Beatriz Dantas entendia que os grupos étnicos seriam definidos pela distinção que percebem entre eles próprios e os grupos com os quais interagem, existem enquanto se consideram diversos, não importando se a diversidade se manifesta ou não em traços culturais, sendo que a vinculação étnica individual a um determinado grupo dependeria apenas de uma autoidentificação e do reconhecimento pelo grupo de que determinado indivíduo lhe pertence.

Ao tratar especificamente da associação entre os critérios de indianidade propostos pela FUNAI e a situação dos Xokó, Dantas (1981) apontou que as tentativas de eliminar as identidades indígenas por decreto não eram inéditas em Sergipe, lembrando medidas oficiais que determinavam a inexistência de índios, confundidos com a massa da civilização pela mistura com o não-índio, que resultariam, por exemplo, na extinção e apropriação da antiga Missão de São Pedro pelo Estado e por particulares. Assim, Beatriz Dantas reforçou sua postura teórica acerca da ideia de etnicidade, questionando sobre quais seriam as novas estratégias acionadas por aqueles que defendiam a mistura de raça como critério para decretar a extinção de povos indígenas. Naquele momento, a Antropologia consolidava a orientação de que os pressupostos tradicionais de raça e cultura eram inadequados para a definição de grupo étnico; este se define pela autoidentificação adotada pelo grupo.

Principais linhas de ação da CPI/SE em apoio aos Xokó

Na contracorrente das propostas assimilacionistas do órgão indigenista oficial, a CPI/SE, instalada em 29 de agosto de 1981, entidade civil de apoio aos índios, composta principalmente por professores do setor de Antropologia da UFS (entre eles, citamos, além de Beatriz Góis Dantas, Luiz Alberto dos Santos, Fernando Lins de Carvalho e Hélia

antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas, mas que trabalhou as questões de etnicidade também em outros livros, tais como *Custom and politics in urban Africa: a study of Hausa migrants in Yoruba towns* (COHEN, 1969). (Informações contidas na entrevista concedida pela antropóloga em janeiro de 2021, por e-mail).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.62849.p114-132>

Maria de Paula Barreto), mobilizou-se na tarefa de constituição de uma nova consciência acerca dos Xokó, lastreada nas modernas teorias antropológicas sobre etnicidade, difundidas por Beatriz Dantas nos já citados debates sobre a identidade indígena Xokó.

A CPI/SE foi tributária de uma lógica apoiada no vínculo ético entre pesquisa e militância, em que a construção do conhecimento sobre a diversidade cultural lançava os pilares para as ações coordenadas em apoio aos índios. Dessa forma, a criação da CPI/SE pode ser percebida como resultado das iniciativas de pesquisa engajada sobre os Xokó, promovidas pela antropóloga Beatriz Dantas — entre elas apontamos os já mencionados esforços de organização de acervos documentais e produção de estudos sobre os índios em Sergipe — e demais professores do setor de Antropologia da UFS.

Roberto Cardoso de Oliveira (1996a, p. 23-24), ao refletir sobre as implicações éticas e morais presentes no processo de construção do conhecimento antropológico, quando converge para a promoção da mudança social induzida dos grupos analisados por meio da intervenção de projetos, aponta mais uma vez as contradições entre uma ética universalista e particularista, sendo que a primeira, ao impor perspectivas globalizantes, não se coaduna com os problemas de grupos ou culturas locais.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para a necessidade de se evitar o etnocentrismo no conhecimento produzido para ser aplicado na elaboração de projetos sociais voltados para as comunidades. Isso se daria pela promoção do diálogo dos pesquisadores com as comunidades étnicas, a partir da ideia de “fusão de horizontes”, constituída pelo “encontro etnográfico” que privilegie a democratização nas relações entre “interlocutores” e não mais entre “pesquisador” e “pesquisado” (visto como mero objeto inerte de estudo), baseada numa interação dialógica, num consenso entre as partes (OLIVEIRA, R., 1996a, p. 19-21).

Nesse sentido, em linhas gerais, a CPI/SE incentivou, por meio das suas ações de mediação entre o problema Xokó e a população não-indígena, a composição daquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (1996b, p. 34-35) denominou comunidades de “argumentação” e “comunicação”, como instâncias constitutivas da construção do conhecimento caracterizadas pela intersubjetividade e diálogo entre pares de um dado segmento profissional (científico, técnico ou administrativo) e entre esses e atores sociais pertencentes a dado grupo cultural, estabelecendo a sua faceta interétnica. As



comunidades de argumentação e comunicação caracterizam-se pela busca da definição de consensos entre os seus membros em torno dos códigos éticos que orientam as condutas e argumentos inerentes à construção do conhecimento.

Nesse particular, os membros da CPI/SE surgiram como “especialistas da significação”, agentes que, a partir do encontro etnográfico e da consideração dos saberes, perspectivas e anseios dos Xokó, buscaram entendê-los em suas especificidades, apresentá-los e relacioná-los à comunidade nacional, introduzindo-os na esfera da memória, solucionando nessa esfera a questão dos limites e da forma de seu pertencimento à nação (LIMA, 2015, p. 435).

Assim, a CPI/SE, durante o seu período de funcionamento (1981-1986), atuou regularmente em duas vertentes. A primeira era voltada à conscientização do público externo acerca da situação social e das especificidades da cultura Xokó, por meio de ações educativas direcionadas aos estudantes e professores do 1º e 2º graus, além do ensino superior, por meio de palestras, seminários, exposições fotográficas e arqueológicas, entrevistas, campanhas de esclarecimento, com divulgação de cartazes, camisetas e distribuição de textos volantes em escolas (informação verbal).¹⁰

Entre as ações educativas da CPI/SE direcionadas ao ensino superior destacamos a *Semana de Estudos sobre os Índios do Nordeste*, realizada entre 26 e 30 de outubro de 1981, em parceria com o Departamento de Psicologia e Sociologia (DPS) da UFS, considerada o primeiro ato público da CPI/SE e que lhe deu visibilidade no âmbito universitário. Esse evento contou com palestras ministradas por pesquisadores e militantes da causa indígena, como Ordep Serra (UFBA e ANAÍ) e Francisco Moonen (UFPB), além de mesas redondas engajadas, com a participação dos Xokó e seus aliados — Diretório Central dos Estudantes da UFS, a CPI/SE e a Diocese de Propriá (informação verbal).¹¹

Com a organização das exposições fotográficas e arqueológicas, a CPI/SE visava transpor de maneira didática para estudantes e professores de 1º e 2º graus, conteúdos sobre os povos indígenas que incorporavam o já mencionado viés teórico sobre etnicidade

¹⁰ Trecho de entrevista de Beatriz Dantas concedida por e-mail aos autores em 26 de janeiro de 2021.

¹¹ Trecho de entrevista de Beatriz Dantas concedida por e-mail aos autores em 26 de janeiro de 2021.



como um dado social e não biológico. Entre essas exposições, divulgadas ao público escolar por mais de uma década¹², podemos citar: *Xokó hoje. Exposição de fotos sobre grupo indígena* (1981); *O nu e o vestido. Exposição de fotos sobre a diversidade dos índios brasileiros* (1982); *Índios: ontem e hoje. Exposição de peças arqueológicas e etnográficas* (1983); *Índios em preto e branco. Exposição de cartazes e jornais sobre a questão indígena* (1984); *O Índio em revista. Exposição de periódicos sobre questão indígena* (1985) e *Os índios nos jornais. Recortes de notícias sobre índio* (1986).

A segunda vertente das ações da CPI/SE foi desenvolvida no bastidor junto aos Xokó, mediando os seus contatos com outros grupos indígenas por meio de encontros promovidos por entidades diversas em diferentes regiões do Brasil, providenciando passagens e hospedagens para os Xokó que participavam daqueles eventos (informação verbal).¹³ Os contatos promovidos pela CPI/SE entre os Xokó e indígenas de outras etnias por meio da participação em eventos serviam como meio para a efetivação da “maiêutica identitária”¹⁴ entre aqueles indígenas, pois, como apontou Dantas, aqueles encontros

[...] ajudaram a criar nos Xokó o sentimento de pertença ao segmento indígena do Brasil (percebiam-se como “índios do Brasil”), desenvolver pautas comuns de demandas e estratégias de luta, bem como a confeccionar artefatos culturais que lhes imprimiam “aparência diferenciada” tão exigida pelos não-índios como critério de identificação dos índios com uma pretendida cultura originária. (informação verbal).¹⁵

No seio da segunda vertente de ações, a CPI/SE pleiteava ainda, junto aos órgãos oficiais, a regularização jurídica da Ilha de São Pedro, por meio da coleta e disponibilização de documentos posteriormente juntados aos processos judiciais e administrativos que envolviam o problema fundiário Xokó, além do acionamento de suas

¹² Cabe aqui ressaltar que as exposições criadas e organizadas pela CPI/SE se mantiveram em funcionamento, percorrendo diversos espaços educativos, como escolas e museus, sob os auspícios da UFS, mesmo após o encerramento da atuação formal daquela Comissão, em 1986; há, nesse sentido, informações sobre a itinerância de exposições, tal como *O nu e o vestido*, montada pela CPI/SE pela primeira vez em 1982, em espaços como o Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, no ano de 1991. (O NU, 1991).

¹³ Trecho de entrevista de Beatriz Dantas concedida por e-mail aos autores em 26 de janeiro de 2021.

¹⁴ Maiêutica identitária é o processo pelo qual a etnogênese (retomada do orgulho de ser índio) é incitada, através de uma transferência implícita de heurísticas de um indivíduo para o outro com uma etnicidade distinta, para fazê-lo empenhar-se em uma reflexão pessoal sobre a sua identidade cultural. Em suma, a maiêutica identitária consistiria na conscientização do índio pelo não-índio a se entender como indígena e mobilizar-se politicamente enquanto tal (BELLEAU, 2019, p. 352-353).

¹⁵ Trecho de entrevista de Beatriz Dantas concedida aos autores em 26 de janeiro de 2021, por e-mail.



redes de relações pessoais e institucionais, entre entidades congêneres e intelectuais, para a promoção dos direitos dos índios, tanto no setor educacional (como a manutenção de escola na Ilha e a solicitação de material didático aos representantes de órgãos estatais) quanto no jurídico, angariando o apoio de advogados para a defesa dos índios contra as pressões dos fazendeiros sobre as terras da Ilha de São Pedro (informação verbal).¹⁶

Portanto, como resultado da atuação da CPI/SE aliada à mobilização do povo Xokó, no dia 27 de junho de 1984, o Governador de Sergipe João Alves Filho transferiu em definitivo para a FUNAI, por intermédio de seu presidente Jurandyr Fonseca, as terras da Ilha de São Pedro que seriam, a partir daquele momento, usufruídas legalmente pelos Xokó. Como apontou Dantas (informação verbal)¹⁷, o reconhecimento oficial da Ilha como Terra Indígena trouxe tranquilidade aos Xokó, a FUNAI passou a ter presença efetiva na Ilha, instalando Posto Indígena com um chefe, escola e barco para levar os alunos mais avançados para estudar em Pão de Açúcar (Alagoas), além de outros serviços que foram fornecidos em decorrência da demarcação da terra indígena.

Considerações finais

Este artigo realizou breve narrativa sobre o processo de retomada das terras pelos Xokó, examinou o papel epistemológico e político da fundadora da CPI/SE, Beatriz Dantas, na articulação com o Estado para a definição de políticas públicas para o povo Xokó. Abordou a inserção dela na militância em favor daquele grupo indígena, com ênfase na sua participação nos debates sobre a identidade Xokó como lócus de reivindicação de seus direitos fundiários, contrapondo-se aos discursos homogeneizadores dos seus antagonistas (instituições e autoridades públicas locais aliadas aos fazendeiros da família Brito) que pretendiam invisibilizar sua identidade, negar-lhes a existência e apropriarem-se de seus terras. O artigo debruçou-se ainda sobre as principais linhas de atuação da CPI/SE em prol dos Xokó, que contribuíram para o

¹⁶ Trecho de entrevista de Beatriz Dantas concedida aos autores em 26 de janeiro de 2021, por e-mail.

¹⁷ Idem.



reconhecimento identitário e a regularização jurídica da posse da Ilha de São Pedro por aquele grupo indígena.

O artigo buscou equacionar uma questão central, relacionada ao papel desempenhado por antropólogos como Beatriz Dantas, vinculados a instituições como a CPI/SE, no processo de retomadas de terras pelos Xokó, para a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitaram a aquisição de direitos vinculados ao reconhecimento étnico e posse do território pelo grupo indígena.

Como foi possível observar no decorrer do artigo, os Xokó foram alvo de um processo histórico de esbulho de seus territórios que, por meio de estratégias ideológicas de invisibilidade da cultura e negação da existência do grupo indígena, resultou nas sucessivas expropriações, arrendamentos e vendas de suas terras pelo Estado aos latifundiários locais, sobretudo aos fazendeiros da família Brito. Esse processo de expropriação não ocorreu sem a mobilização da resistência dos Xokó que, a partir dos anos finais da década de 1970, organizaram o movimento de retomada de seus territórios da Ilha de São Pedro, apoiados por diversos segmentos da sociedade civil (setores progressistas da Igreja Católica, intelectuais, imprensa, estudantes, professores universitários, entre outros), o que culminou na regularização jurídica da posse da Ilha pelos Xokó ainda na primeira metade da década de 1980.

A efetivação do processo de retomada e regularização da posse da Ilha de São Pedro pelos Xokó contou com o imprescindível auxílio da militância indigenista da antropóloga Beatriz Dantas que, por meio de suas tarefas de coleta e organização de acervo documental, e da produção de estudos etno-históricos sobre os índios em Sergipe, reconstituiu a história da ocupação daquele território pelo grupo indígena, subsidiando com suas pesquisas os argumentos de juristas que atuaram nos tribunais em prol da causa fundiária Xokó. Além disso, a antropóloga ocupou importante espaço nos debates sobre a identidade Xokó, acionando as modernas teorias sobre etnicidades para enfatizar a presença e a singularidade da cultura Xokó, contra os discursos dominantes que buscavam invisibilizar sua identidade e negar-lhes a existência com o intuito de possibilitar a apropriação de suas terras pelos latifundiários locais.

Já a CPI/SE desenvolveu duas linhas de ação em apoio aos Xokó. A primeira, de caráter externo, ao imprimir teor didático às teorias sobre etnicidades difundidas por



Beatriz Dantas e seus colegas da CPI/SE, era dedicada à conscientização do público acerca das demandas étnicas e territoriais dos Xokó, viabilizada por ações educativas direcionadas aos estudantes e professores de 1º e 2º graus, além do ensino superior, por meio de palestras, seminários, exposições fotográficas e arqueológicas, entrevistas e campanhas de esclarecimento com divulgação de materiais informativos nas escolas e universidades. Já a segunda, de natureza interna, foi desenvolvida no bastidor junto aos Xokó, por meio da mediação de seus contatos com outros grupos indígenas em encontros promovidos por entidades congêneres de apoio aos índios em diversas regiões do Brasil, demandando junto aos órgãos oficiais a regularização jurídica da Ilha de São Pedro, realizando, para isso, a pesquisa e disponibilização de documentos anexados posteriormente aos processos judiciais e administrativos relacionados ao problema fundiário Xokó. Além disso, a CPI/SE acionava ainda suas redes de relações pessoais e institucionais entre entidades congêneres e intelectuais para a promoção dos direitos dos Xokó, tanto no setor educacional (manutenção da escola na Ilha e aquisição de materiais didáticos dos órgãos estatais) quanto no jurídico, recebendo auxílio de advogados para a defesa dos Xokó contra as pressões dos fazendeiros sobre as terras da Ilha de São Pedro.

Portanto, diante do cenário político recente marcado pelo avanço das discussões legislativas em torno de projetos de lei (PL) que buscam concretizar agendas econômicas ambientalmente predatórias e anti-indígenas — tal como o PL 191/2020, que visa permitir a mineração em larga escala em terras indígenas, removendo o poder de veto dessas comunidades sobre as decisões que impactam os seus territórios e que, se aprovado, levará ao aumento do desmatamento, da invasão das terras indígenas e da violência contra esses povos — concluímos este artigo ressaltando a atualidade e urgência do aprofundamento de reflexões como as aqui desenvolvidas, que se debruçam sobre a importância da atuação dos antropólogos e das entidades de apoio aos índios aos quais estão vinculados para a aquisição e garantia dos direitos étnicos e territoriais específicos dos povos indígenas.

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno dos parentes: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia.** 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2020.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.62849.p114-132>

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-68.

BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Boston: Little Brown and Co, 1969.

BELLEAU, Jean-Philippe. Elites e a cultura dos outros: engenharia do movimento social, povos indígenas e o conselho indigenista missionário. In: MURA, Fábio; SECUNDINO, Marcondes de Araújo; SILVA, Alexandra Barbosa da (org.). **Povos indígenas e relações de poder: olhares sobre a América do Sul**. Campina Grande: Eduepb, 2019, p. 333-378.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

COHEN, Abner. **Custom and politics in urban Africa: a study of Hausa migrants in Yoruba towns**. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Critérios de indianidade. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 3, 19 abr. 1981.

DANTAS, Beatriz Góis. Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 2, n. 47, 2017, p. 343-361.

DANTAS, Beatriz Góis. Os Xocó e a questão da indianidade. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 7, 19 abr. 1981.

DANTAS, Beatriz Góis. Xokó, os filhos da Ilha: morrer, matar ou correr. **Porantim**, Brasília-DF, jan./fev. 1980.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/Ed. Parma, 1980.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Etnomapeamento da terra indígena Caicara/Ilha de São Pedro do povo Xokó**. Brasília: FUNAI, 2016. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/files/2114/8777/0603/Etnomapeamento-TI-Caicara-Ilha-de-Sao-Pedro.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GONÇALVES, Alicia Ferreira; GUSSI, Alcides Fernando. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre particularismo e universalismos. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO (CODE), 2., 2011 Brasília, **Anais [...]**. Brasília: IPEA, 2011. p. 1-20.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p157-171>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 424-457, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p425>. Acesso em: 20 jul. 2022.

O NU e o vestido. **Jornal de Sergipe**, Aracaju, 28 e 29 abr. 1991.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.



OLIVEIRA, João Pacheco de. Fighting for lands and reframing the culture. **Vibrant**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 1-21, 2018. Disponível em: <http://vibrant.org.br/downloads/v15n2/vb15n2a01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Saber e a ética: a pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p. 13-32.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Práticas interétnicas e moralidade: por um indigenismo (auto)crítico. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p. 33-50.

PAGANINE, Joseane. Pacote de Abril criou senadores e governadores biônicos. **Senado Notícias**. 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/31/pacote-de-abril-criou-senadores-e-governadores-bionicos>. Acesso em: 12 set. 2022.

RODRIGUES, Léa Carvalho. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 184-207, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/42844>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SERGIPE. **Lei Estadual nº 2.263**, de 25 de junho de 1980. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Governo da União imóvel denominado “Ilha de São Pedro”. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1980.

SERGIPE. **Decreto nº 4.530**, de 7 de dezembro de 1979. Declara de utilidade pública imóvel rural denominado “Ilha de São Pedro”, no município de Porto da Folha, no Rio São Francisco. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

Recebido em: 18/04/2022.

Aceito em: 30/10/2022.



AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

EVALUATION OF THE IFCE EXPANSION POLICY WITH THE SEA PEOPLES OF CAMOCIM/CE

Aniely Silva Brilhante *
Alcides Fernando Gussi **

Resumo

Este trabalho busca avaliar a política de expansão da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com os povos do mar localizados no município de Camocim/CE. Para tanto, apresenta-se como questão central: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? Metodologicamente, trata-se de uma avaliação de caráter qualitativo, realizada por meio de estudo de caso no IFCE campus Camocim junto aos moradores do bairro Praia de Camocim. Como resultados, os indicadores apontam que a expansão dos IF vem oportunizando o acesso à educação pública, presencial e federal, e que o IFCE campus Camocim contribui para a mudança de vida dos familiares dos pescadores. Contudo, o diálogo com os povos do mar está institucionalmente embrionário, ainda que com potencial para avançar diante da possibilidade do IFCE em rever os seus métodos pedagógicos nos termos de uma educação profissional de caráter emancipatório, e ser coerente com o contexto da comunidade local para alcançar o desenvolvimento no sentido de Furtado (1980). Nesse sentido, sugere-se a incorporação de metodologias mais inclusivas e flexíveis por meio de um projeto institucional articulado com ensino, pesquisa e extensão, respeitando a autonomia dos sujeitos e da comunidade dos povos do mar.

Palavras-chave: avaliação de política pública; política de educação profissional e tecnológica; desenvolvimento; povos do mar.

Abstract

This work evaluates the policy of expansion of professional and technological education at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), and its relationship with coastal people located in the municipality of Camocim/CE. Therefore, the central question is: to what extent has the IFCE expansion policy been contributing to the development of the coastal people in Camocim/CE? Methodologically, this is a qualitative assessment, carried out through a case study at the IFCE Campus Camocim with residents of the Praia neighborhood in Camocim - Ceará. As a result, the evidence shows that that the expansion of the IF provides access to public, face to-face and federal education and that the IFCE campus Camocim contributes to a change of life for the family of the fishermen. However, the dialogue with the maritime peoples is institutionally embryonic, although with the potential to advance in the face of the possibility of

* Assistente Social no IFCE campus Camocim/Brasil. Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC)/Brasil. E-mail: anielybrilhante@gmail.com.

** Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Brasil. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)/Brasil. E-mail: alcidesfernandogussi@gmail.com.



IFCE in revising its pedagogical methods in terms of an emancipatory professional education and being consistent with the context of the local community. to achieve development in the sense of Furtado (1980). In this sense, it is suggested to incorporate more inclusive and flexible methodologies through an institutional project articulated with teaching, research and extension, respecting the autonomy of the subjects and the community of the “peoples of the sea”.

Keywords: public policy assessment; professional and technological education; development; peoples of the sea.

1 Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT)¹ pública federal no Brasil possui uma trajetória de 110 anos, passando por diferentes orientações de governos, propostas curriculares e de financiamento. Mas as transformações pelas quais essa política passou nos últimos anos foram significativas. O fortalecimento da EPT ocorreu mediante o “Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica” de 2005 (BRASIL, 2005), seguido dos demais planos de expansão. Estes estabeleceram os objetivos e critérios da expansão dos IFs.

Na lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os IFs (BRASIL, 2008a), observa-se a nova proposta de escolha das cidades, ao levar em consideração a dimensão geográfica, e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º) das cidades para a implementação dos campi. Nesse sentido, a política de expansão da EPT se caracterizou, basicamente por introduzir na sua organização estrutural e espacial uma outra institucionalidade, preocupada com o desenvolvimento local e regional com inclusão social, e uma nova territorialidade por meio da interiorização dos campi.

O documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” define o desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14). Para Pacheco (2011), o desenvolvimento local significa o diálogo vivo e próximo dos IFs com a realidade local e regional, o que requer uma atenção mais criteriosa em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século

¹ Por educação profissional e tecnológica (EPT) entende-se uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e que tem como finalidade preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

castiga a sociedade brasileira no que se refere ao acesso ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. Assim, cada IF, formalmente, deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade.

Diante disso, este trabalho se baseia na dissertação de mestrado da autora, que busca integrar o contexto da política de Expansão da EPT de 2003 a 2016 ao desenvolvimento local de uma comunidade tradicional, a dos povos do mar de Camocim. Os povos do mar são compreendidos, neste estudo, como uma comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações (DIEGUES *et. al.*, 2000, p. 18). A comunidade em questão fica em uma cidade litorânea do extremo oeste do Estado do Ceará, com 141 anos de emancipação política. Vizinha à praia de Jericoacoara, Camocim possui uma distância da capital de 379,3km, conta com mais de 63 mil habitantes e 1.158 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Possui 64 km de praias, o que representa cerca de 10% do litoral cearense, com diversas belezas naturais, como as praias das Canoas, Praia das Barreiras, do Farol, Praia das Caraúbas, Praia do Maceió, Praia das Imburanas, Praia do Xavier, Praia do Guriú, Praia de Tatajuba, Barra dos Remédios, Lagunho da Torta e Ilha do Amor.

A pesquisa versa sobre o IFCE² campus Camocim, inaugurado em 27 de dezembro de 2010, como parte da 2ª fase da Política de Expansão da EPT, na transição entre Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/CE e IFCE. Na sua implantação em Camocim, o IFCE havia a expectativa de a Instituição atuar no arranjo produtivo da pesca, tendo em vista que a cidade é considerada a “cidade da pesca” no Estado do Ceará. Foram criados os Cursos Técnicos Subsequente em Restaurante e Bar, Manutenção e Suporte em Informática, e os superiores de Tecnólogo em Processos Ambientais,

² O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008b).



Licenciatura em Letras Português e Inglês e Licenciatura em Química, escolhidos por assembleia local.

Por diferentes mediações, o IFCE esteve presente junto aos povos do mar em Camocim, sobretudo na oferta dos seguintes cursos: 2 cursos técnicos e 3 superiores; cursos de formação inicial e continuada (FICs) de Ostreicultura, Merendeiras Escolares, Aquicultura, e Agentes de desenvolvimento socioambiental; oferta de minicurso de aproveitamento de pescados com familiares dos pescadores; presença de pescador em projeto de extensão Avançar de Letramento de Adultos; projeto de limpeza das praias. Contudo, como se verá ao longo deste trabalho, carece de cursos adaptados às características específicas dessa comunidade tradicional, que gerem desenvolvimento direto no arranjo produtivo da pesca.

Porém se considera como pressuposto orientador da avaliação, que a referida expansão reconfigurou o perfil estudantil das instituições públicas federais de ensino. Um público como os povos do mar, quando chega ao IFCE, tem muito a aprender, mas também muito a ensinar. A chegada dos IFs em muitas localidades do interior do estado representa a experiência de ter as primeiras gerações das famílias com acesso à formação superior, à pesquisa, à extensão e à organização política. Soma-se a isso, a chegada de alunos com outras demandas, como a baixa proficiência, com tempo escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino (PEREIRA; ALBUQUERQUE, 2015, p. 49). Observa-se, nos povos do mar, histórias de superação, as sabedorias acerca da natureza, a participação ativa nos cursos, a evasão escolar por limitações financeiras, os obstáculos de quem mora em zona rural, a dificuldade de entregar documentação porque o pai ou esposo estava no mar etc. Os alunos dos povos do mar têm um diferencial, pois são herdeiros de uma sabedoria popular diferente dos demais, e são aguerridos, no sentido de serem participativos, de valorizarem a experiência na instituição, ou então, de não desistirem tão fácil dos estudos.

Diante do que foi apresentado, chega-se aqui ao objetivo deste trabalho: avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica no âmbito do IFCE e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de responder à seguinte pergunta de partida: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do



mar de Camocim/CE? E de qual desenvolvimento se trata, diante do contexto local em que vivem os povos do mar?

A perspectiva teórico-metodológica avaliativa adotada se fundamenta nos parâmetros de análise experiencial de Lejano (2012) e sua proposta interpretativa, próxima à abordagem etnográfica. Em linhas gerais, trata-se de uma proposta inovadora da área de avaliação de políticas públicas, que insere os conhecimentos das ciências sociais e da ciência política na pesquisa avaliativa, e se contrapõe aos modelos clássicos positivistas que vêm orientando os estudos em políticas públicas. Lejano (2012) compreende a análise e a avaliação das políticas públicas partindo da experiência dos participantes, apreendendo a complexidade do cotidiano em que a política é implementada e efetivada, com o intuito de ir além dos aspectos meramente normativos. Segundo o autor, a partir da dimensão prática, o avaliador deve integrar múltiplos conhecimentos, observando a relação entre suas normativas (texto) e o contexto no qual são executadas no cotidiano, e assim elaborar uma descrição densa, ou seja, uma fusão de diferentes linhas de informação para uma percepção mais completa do todo que envolve a política.

Coadunada à perspectiva de Lejano, neste trabalho, a pesquisa de avaliação tem caráter qualitativo, realizada primeiramente por meio da ampla compreensão da experiência de campo com os pescadores e seus familiares no bairro Praia, zona urbana de Camocim, entre 2018, 2019, e posteriormente a experiência institucional no IFCE campus Camocim.

A estratégia metodológica implementada utilizou os seguintes métodos e técnicas: a pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com 6 alunos, 4 docentes, 2 técnico-administrativos, 1 gestor e 2 colaboradores. A pesquisa de campo consistiu em diálogos informais com os povos do mar, pessoas que moram e trabalham na beira-mar, com observação do cotidiano da pesca em terra e no mar, bem como visita a duas casas de alunos filhos de pescadores. As ferramentas de registro utilizadas nessa etapa foram o diário de campo, entendido como um caderno de notas sobre impressões pessoais, observação de falas, comportamentos, relações (GIL, 2014, p. 295), como também foi realizado registro fotográfico.



Este trabalho se organiza, inicialmente com esta introdução, abordando acerca das questões iniciais, dos objetivos e da perspectiva avaliativa. Na seção 2 — “Uma discussão acerca da política de expansão dos IFs, desenvolvimento e educação profissional” —, tem-se a discussão teórica e análise das categorias “desenvolvimento” e conceitos de educação profissional. Na seção 3, apresenta-se breve relato da observação de campo. Na seção 4 — “A experiência do IFCE junto aos povos do mar de Camocim: síntese avaliativa” —, descreve-se o contexto local para onde se deslocou institucionalmente o IFCE, e apresenta-se os resultados da integração dos dados deste estudo, encerrando-se com as “Considerações finais”.

2 Uma discussão acerca da política de expansão dos IFs, desenvolvimento e educação profissional

Ao estudar os aspectos que favoreceram a chegada do campus do IFCE em Camocim, em um contexto nacional, depreende-se que esta unidade foi resultado de uma conjuntura histórica política, o da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), promovida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e que teve continuidade no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Representou, outrossim, uma transformação na história dos IFs, hoje reconhecidos como instituições de grande porte, que não permitem comparação internacional em país algum do mundo, como aponta Arcary (2015).

Desse modo, comparando com o período de 1909 a 2002, o Brasil teve 24 presidentes e construiu um total de 140 escolas técnicas federais. No período de 2003 a 2016, apenas durante a gestão de dois presidentes, foram construídas e inauguradas 504 novas unidades federais. Consequentemente, foi possível o aumento das matrículas, contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos. Todavia as mudanças foram tanto quantitativas, com o aumento do número de campi, mas, sobretudo, quanto às estratégias políticas que se fundam a partir do modelo de desenvolvimento que norteou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), inaugurando uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade (SANTOS, 2018, p. 113).



Assim, gerenciada pelo Ministério da Educação (MEC), a expansão e interiorização da EPT tiveram como objetivos descentralizar a oferta da educação pelo território nacional, ampliando o acesso à educação, bem como formar mão de obra qualificada para a então crescente economia do país e diminuir as desigualdades sociais (BRASIL, 2012). Os marcos regulatórios dessa época, conforme o artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008 (BRASIL, 2008a), dão ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, e dentre seus objetivos (artigo 7º), encontra-se apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão.

A relação entre educação e desenvolvimento entrou na agenda política brasileira pelas condições favoráveis à retomada do crescimento econômico do país nos anos 2000. Gerou, portanto, a exigência de trabalho qualificado e elevou a importância da formação profissional em todos os níveis. Nesse sentido, Rezende (2013) apresenta as principais razões para alavancar a EPT: o fato de que a ciência e tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem-estar social das nações; que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio de países centrais, que já possuem tradição; e que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de investimento em políticas, atitudes e ações de seus governos.

Os IFs foram vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de obra, uma frente estratégica visando o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. A relação da educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social é, portanto, a bandeira de modernização do país levantada pelo governo da época

Diante disso, a discussão teórica sobre desenvolvimento constitui a chave analítica para a compreensão do processo avaliativo aqui proposto sobre a expansão da EPT, no período de 2003 a 2016, em suas interfaces com o contexto desta pesquisa, os povos do mar em Camocim. Isto, porque determina que tipo de educação profissional é ofertada para as cidades na expansão da EPT: mais emancipadora ou mais atrelada aos ditames do mercado? Para tanto, será norteada pelas reflexões do economista Celso Furtado (1980) junto à categoria desenvolvimento como mudança de estrutura, e as ideias de Bresser-Pereira (2010) acerca do neodesenvolvimentismo.

Ao longo de sua obra, Furtado conclui que, dentro desse cenário do sistema econômico mundial, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento,



mas uma forma específica deste último, na coexistência entre setores modernos e atrasados. Portanto o autor defende que as causas do subdesenvolvimento estão interligadas ao processo de modernização periférica e à tendência à concentração de riqueza, sonogação de direitos sociais, precarização do mundo do trabalho, submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna (FURTADO, 1974 apud PAULA, 2013, p. 16). Em resumo, Celso Furtado concebe o desenvolvimento como uma mudança de estrutura do modelo econômico, priorizando as necessidades humanas e levando em consideração a cultura. O subdesenvolvimento, para o autor, ocorre não por acaso, mas intencionalmente, pois acompanha o projeto de sociedade das lideranças econômicas mundiais que se desenvolveram e “jogaram a escada fora”.

Já Bresser-Pereira analisa o desenvolvimento das últimas décadas como “novo desenvolvimentismo”. Representa o “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional, fundamentando-se na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Consiste em um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas por meio das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alavancar o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17) por intermédio de (i) uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas; (ii) concebe os mercados como o mecanismo principal, com um mercado interno forte; (iii) os programas sociais universais, em especial os programas de transferência de renda. Dessa forma, não há mercado forte sem Estado forte, amplia-se o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Bresser-Pereira indica que esse modelo é semelhante ao que ocorreu nos anos 2000, ou seja, a busca por uma alternativa ao modelo neoliberal por meio de um Estado forte dentro dos moldes capitalistas. Assim, não se compromete com a mudança de estrutura, o que, na prática, gerou contradições e um modelo de crescimento limitado.

E estas reflexões estão relacionadas diretamente à noção de educação profissional. São de maior importância para compreender a influência internacional para a concepção do tipo de EPT que foi idealizada nos anos 2000, uma vez que a proposta de capital humano, as noções de empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais e



desenvolvimento local estão ligadas ao neodesenvolvimentismo, e, pode-se assim dizer que a proposta de politecnia³ para a emancipação humana e transformação social de Saviani (2007) estão mais coerente com as ideias de Celso Furtado.

Entende-se, neste estudo, que houve uma limitação da política de expansão da EPT na materialização de um modelo da EPT mais progressista da formação de cidadãos críticos, de acordo com a politecnia e educação integrada como estava previsto nos documentos oficiais. Atravessado pelas tendências das disputas políticas internas, limitou o projeto de desenvolvimento local para reduzir as desigualdades sociais. Isso, porque a redução das desigualdades sociais não ocorre exclusivamente em âmbito micro, requer um projeto maior de nação, na superação das desigualdades estruturais de desenvolvimento proposta por Furtado (1980).

3 Breves relatos sobre campo

A lógica da prática desafia o formal, e por isso foi preciso desapegar do olhar institucionalizado da pesquisadora para olhar a natureza não formal da política, o que está além das legislações, do cotidiano institucional. Em suma, foi determinante a pesquisa de campo começar pelos povos do mar para haver uma maior sensibilidade aos saberes e demandas locais, e somente depois analisar o ambiente institucional. Assim, apresenta-se, brevemente, um relato das experiências da pesquisa no campo da comunidade do bairro Praia em Camocim, com o cotidiano da pesca, seus perrengues, alegrias, pescas em alto mar, em resumo, muitas histórias de pescador. E acima de tudo, muito respeito e admiração pelos pescadores e suas famílias.

O primeiro obstáculo da pesquisa envolveu a questão de gênero, que se estendeu por toda a experiência sem ser superada, e representou o primeiro indicador sociocultural observado. Houve o receio enquanto mulher diante dessa interação com os sujeitos da pesquisa. Como exemplo, tem-se o primeiro dia de observação de campo, quando um jovem pescador, sob efeito de drogas, sentou-se ao lado da pesquisadora, com o interesse

³ A politécnica é compreendida como uma especialização com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Não significa a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161). Busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.



de conversar. Temendo pelo assédio, de pronto foi possível sair do local. De início, houve o estranhamento por parte deles com a presença da pesquisadora. Mesmo assim, foi possível presenciar o cotidiano da pesca, a chegada das canoas e dos botes com a produção do dia, muitos homens na beira-mar com as bicicletas, movimentação de saída de barcos, abastecimento de gelo, movimentação nas ruas paralelas com a volta dos pescadores para casa, e alguns marisqueiros.

No dia 22 de novembro de 2019, à tarde, foi possível visitar a casa de uma aluna filha de pescador, com objetivo de pedir apoio para fazer a observação e tirar dúvidas. A mãe da aluna fez diversas considerações sobre a forma e os lugares mais seguros para observação na beira-mar. Aproveitou-se para dialogar com o pai, pescador; na ocasião, ele não lembrava do que se tratava o IFCE. Depois relembrou e falou que já viu alunos do IFCE e outras escolas fazendo limpeza da praia. Combinou-se de acompanhá-lo em um dia de trabalho, e assim, o pescador agendou para o mesmo dia, à meia-noite de uma sexta-feira.

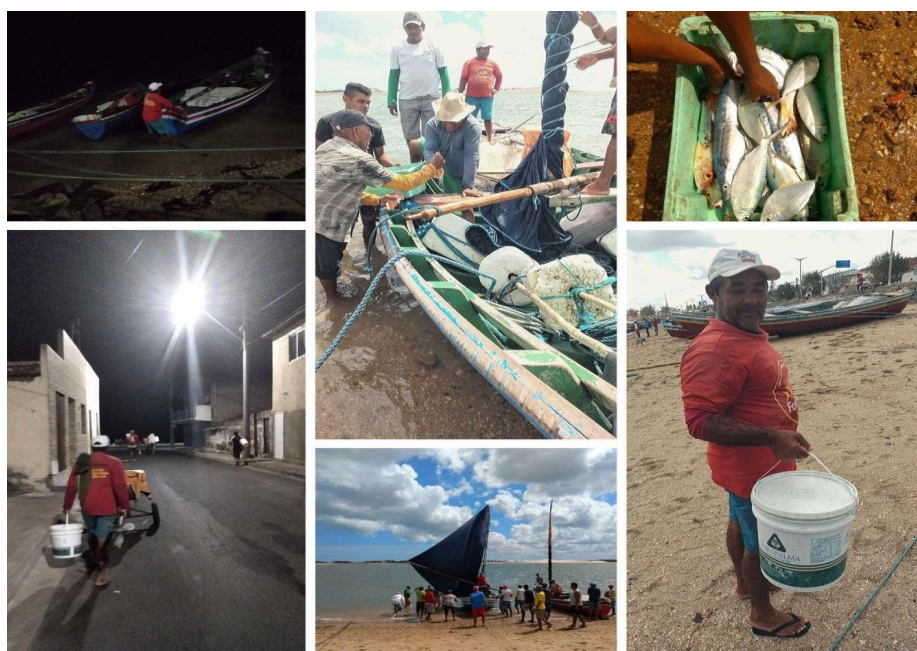
Ao chegar na casa dessa família, à meia noite, acompanhada de uma ajudante de pesquisa, observou-se a rotina deste pescador em terra, desde o começo, no caso, a preparação do material de trabalho. A família mora a dois quarteirões da beira mar. Dois ajudantes chegaram em seguida. A mulher ajudou o esposo a preparar o material. A rua é a mais tradicional da pesca, com muitas casas de pescadores e seus motores de rabeta guardados na frente das moradias. A madrugada no bairro Praia tem ruas e becos movimentados pelos pescadores, e as calçadas são ponto de encontro. Homens esperavam na esquina para o início da jornada de trabalho. Pescadores com seus baldes, afiando suas facas.

Na beira-mar, o pescador foi para o porto das canoas. Observando o pai da estudante preparar a embarcação, percebeu-se que, paralelo ao trabalho da pesca, existe a movimentação noturna do turismo, dos bares e restaurantes da cidade, ou seja, a diferença entre o labor dos pescadores de um lado e o turismo do outro. A observação da pesca em terra foi uma oportunidade de ver de perto o preparo da embarcação, a colocação do motor, da vela de pano, além da questão econômica, os tipos de peixe e os instrumentos de trabalho. Uma pescaria de multiespécies, com inúmeras embarcações de madeira de pequeno porte, medindo entre 3 e 8 metros, e tripulação em média de 3 pescadores por



embarcação. A forma como é feita a pesca permanece desde as antigas gerações, as mudanças observadas foram a utilização de GPS, a rede de pesca industrial em alternativa da rede costurada artesanalmente e o motor de rabeta. O investimento em uma canoa nova de madeira custa em média R\$ 14.000,00, o motor de rabeta R\$ 4.000,00, e em média, R\$ 800,00 de materiais diversos. O rendimento é incerto; no período do início do ano, período chuvoso chamado de inverno, a pesca é mais produtiva, a sua canoa já chegou a ganhar até R\$ 800,00 na produção de um dia nesse período, mas é uma exceção, geralmente a produção total é vendida entre R\$ 80,00 a R\$ 160,00 por dia (valor ainda a ser dividido). Em outras ocasiões, ele volta só com os peixes para alimentar a família. Por fim, acompanhou-se a saída de sua canoa, bem como as outras embarcações, até às 2h30 da madrugada.

Figura 1 – Mosaico “observação de campo: cotidiano da pesca”



Fonte: arquivos pessoais da autora, 2019.

O retorno da canoa ao porto das canoas no bairro Praia ocorreu às 8h30. A canoa chegou em terra, e rapidamente negociou a produção de peixe em uma espécie de leilão de quem dá mais pela produção inteira do dia, voltado para os atravessadores.

Este pescador e os pescadores auxiliares foram bem receptivos e responderam a todas as perguntas de forma bem solícita. Explicaram que a negociação ocorre com os



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

atravessadores, quem der o maior preço fecha a compra. O proprietário da embarcação tem o ganho de 50%, os outros 50% são divididos entre os pescadores. É perceptível que a negociação não é tão vantajosa, mas continua sendo tradicional para a pesca em canoas.

Em seguida, foi feita a observação da pesca em alto mar, planejada com apoio de um funcionário do IFCE. A pesquisadora foi com a ajudante em um domingo, às 4h00 da madrugada, encontrar-se com este outro pescador que se prontificou a mostrar o cotidiano da pesca em alto-mar no seu dia de folga, para não atrapalhar o dia de trabalho da semana. Previamente, o pescador também optou por não usar o método tradicional de pesca com a rede grande estilo caçoeira⁴, apenas a pesca de linha. Esta saída ao mar fora da dinâmica do trabalho é rara, ocorre somente em casos especiais. No total, foram cinco pessoas, sendo a pesquisadora acompanhada da ajudante de pesquisa, o pescador mestre e dono da embarcação, e dois ajudantes. A proteção da pele era a roupa e um boné. Uma madrugada tranquila, pois o domingo não é dia de trabalho; para eles, aquele momento era um passeio, e para nós a oportunidade de conhecer, pelo menos em parte, a rotina laboral dos pescadores no mar.

Na aurora, a canoa saiu do porto, atravessou o rio Coreaú e chegou ao mar. A passagem pelo rio foi tranquila, porém, ao chegar ao mar, começou um movimento forte contra as ondas. Ir contra as ondas fazia levantar a frente da canoa até o alto e depois descer com a força do mar, e os gritos foram a reação das pesquisadoras. Uma cena forte para estreantes. Mesmo como primeira experiência em alto-mar, a pesquisadora não sentiu muito enjoo. Destaca-se que esse pequeno fato, de uma mulher na embarcação enjoar pouco, chamou a atenção de forma positiva dos pescadores, o não enjoar é um motivo de grande elogio, de força, e contaram que até homens — engenheiros de pesca, marinheiros, homens fortes — enjoavam e passavam mal no fundo da canoa. E, uma mulher, considerada mais “frágil”, não passou mal.

Ao chegar ao ponto indicado pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS), o pescador surpreende-se com outra observação que envolve a relação de gênero: a pesquisadora e a ajudante foram as primeiras mulheres que ele levou ao local onde costuma pescar. Conseguimos pescar alguns peixes e depois retornamos.

⁴ Segundo o pescador, caçoeira é uma rede de arrastão para pesca em alto-mar.



Na volta, antes do previsto, uma situação inédita aconteceu, uma verdadeira história de pescador. A maré estava baixa e a canoa encalhou no banco de areia que se formou próximo ao rio Coreau, na Ilha do Amor de Camocim. Os pescadores desceram para empurrar a canoa, sem sucesso, era preciso esperar a maré subir. Duas horas encalhados no encontro do rio com o mar, e aproveitou-se para conversar mais. Perguntou-se, por exemplo, se eles presenciaram alguma aparição sobrenatural, e eles disseram que sim, lembraram ter visto uma bola de fogo brilhar no céu. Muitas conversas, enquanto isso, encontrava-se no banco de areia, sururu, estrela do mar, água viva, caranguejo; uma experiência também única e inédita para os próprios pescadores.

Figura 2 – Mosaico: “Observação de campo em alto mar”



Fonte: arquivos pessoais da autora, 2019.

Com certeza, esse momento foi uma experiência com mais afinidade e maior vínculo possível com os povos do mar. Aprendeu-se rapidamente a mensagem deles, o grande respeito pelo mar. Assim falou o mestre: “o mar ensina, não tenho estudo, mas o mar ensina”. Cada explicação do pescador foi uma aula, como também a atitude corajosa diante das manobras, o costume com o sobe e desce da canoa, o imprevisto da maré baixa. A união de todas essas experiências foi intensa, valorizando ainda mais esses trabalhadores.



Passou-se, portanto, pelas fases da pesquisa de campo segundo Gil (2014), menos a fase final de uma pesquisa de cunho antropológico em que ocorre o vínculo total com os sujeitos, por exemplo, de estar junto aos pescadores como um deles, sem o estranhamento, andar com eles, sentar nos abrigos com eles, isso não ocorreu na pesquisa de campo do bairro Praia, mas a observação participante no mar cumpriu o papel de maior vínculo e identificação possível com os povos do mar. Dali em diante, o respeito pelos povos do mar chegou a outro patamar. Esse respeito pelos povos do mar está presente nos resultados deste trabalho.

4 Contexto: Camocim e os povos do mar

A história de Camocim é escrita por grandes homens e mulheres, inúmeros índios, pescadores, salineiros, agricultores e gente simples do povo que enfrentou as condições inóspitas de nossa região e, muitas vezes, no anonimato de suas vidas, deixaram o patrimônio que permitiu erguer e compor a história desse lugar tão singular que é Camocim.

Para Santos e Freitas, compreender a história da origem de Camocim é resgatar as características da ocupação cearense e a variedade de povos que habitavam o território. A própria etimologia da palavra Camocim é reveladora de sua origem, pois a versão mais aceita pelos pesquisadores é de que Camocim estaria associada a palavra da língua Tupi “Camucis”, que significa potes ou vasos de barro nos quais realizavam seus ritos de morte, espécie de urna funerária (SANTOS; FREITAS, 2017, p. 14-15).

No século XVIII, a fama do excelente porto atraiu desbravadores. Chegaram com o objetivo de trabalhar como “práticos”, ou seja, como guias para condutores de navios em áreas de trânsito naval difíceis ou desconhecidas. Contudo eles somente conseguiram fazer a “praticagem” (trabalho do práctico) com a ajuda de um velho índio Tremembé, um dos únicos moradores do lugar (MONTEIRO, 1984 apud SANTOS; FREITAS, 2017, p. 35). A figura do índio é reconhecida como mestre, que através da sabedoria dos primeiros povos do mar, tiveram função primordial para o desenvolvimento de Camocim. A cidade se ergue à beira-mar, e o porto passa a ser um destino econômico dos navios de grandes companhias da época (SANTOS; FREITAS, 2017, p. 35).



Camocim guarda as heranças da pesca e da mariscagem como importante fonte de subsistência das famílias da região. A atividade é considerada parte significativa para a economia local, e registra os maiores rendimentos da pesca no Ceará, com grande abundância de desembarque de peixes.

O bairro Praia é o mais antigo do município, onde se iniciou a ocupação urbana de Camocim, e é onde se localiza uma grande parcela dos pescadores artesanais e suas famílias. Os outros bairros com aglutinação de famílias de pescadores são os bairros vizinhos, São Pedro e Coqueiros. No bairro, encontra-se a Colônia de Pesca e Aquicultura Z1 de Camocim, popularmente conhecida por Colônia de Pescadores. Fundada na década de 1920 por Sotero Lopes da Silva, avô do atual presidente, Francisco Xavier Filho, desde 1997. A colônia foi a primeira instituição de representação dos trabalhadores em Camocim, tendo poder equivalente ao sindicato.

Cerca de 2.000 famílias vivem da pesca como principal fonte de renda atualmente, compreendidas neste estudo como povos do mar. Os trabalhadores da pesca são, antes de uma profissão, uma comunidade tradicional, semelhante aos quilombos e tribos indígenas. Dessa forma, o conceito de povos do mar se estende aos familiares, filhos, esposas, netos, dentre outros. E, enquanto comunidade tradicional, domina historicamente os saberes da pesca desde as primeiras povoações da cidade, com raízes na cultura indígena dos Tremembé. Já a presença do famoso porto e da estação de trem fortaleceram o desenvolvimento da cidade. A pequena vila de pescadores (atualmente bairro Praia) se transformou.

Assim, Camocim, aos poucos, recebeu o título de cidade da pesca, sendo um ofício passado de pai para filho, tendo o mar como maior professor. As tradições culturais da procissão de São Pedro, as regatas, a dança do coco e as idas à praia como lazer fizeram parte da história de vida dos entrevistados. Os pescadores são chamados de guerreiros e heróis, e isso não é por acaso, mas por atravessarem adversidades, como a dificuldade financeira, as parcerias desvantajosas, os naufrágios e acidentes, a falta de acesso ao aprimoramento e tecnologias que possam dar mais segurança e conforto e aumentar a produtividade, elevando a renda do pescador artesanal.

No que se refere à saúde dos povos do mar, os pescadores estão vulneráveis a diversos determinantes na interação entre meio ambiente-saúde-trabalho. Os sujeitos da



pesquisa descreveram esses riscos, as doenças adquiridas, o alcoolismo, a aposentadoria por invalidez. Além dessas, as doenças crônicas e acidente vascular cerebral (AVC), exposição a riscos de desenvolvimento de algumas doenças ocupacionais, como desidratação, insolação, estresse ocupacional, o esforço físico e até câncer de pele.

Na dimensão educacional, segundo Silva e Aguiar (2014), na década de 1960, não havia educação pública na cidade. A ação da sociedade civil foi crucial na ampliação do acesso à educação. Por volta de 1967, existiam apenas quatro escolas (José de Barcellos, Padre Anchieta, Colégio das Irmãs e Patronato São José), em sua maioria, particulares e localizadas no centro da cidade, sendo mais acessíveis para as famílias com maior renda. A taxa de analfabetismo chegava a 68% da população, tendo como causas principais: a falta de escolas; exigências de materiais escolares e fardamento que a população, em geral, não podia comprar; e a falta de sensibilidade dos pais para a importância dos estudos para os filhos.

No contexto dos povos do mar, percebe-se que os anos de estudo são sacrificados pela rotina de trabalho que dificulta a inclusão na educação formal. Em geral, o começo da vida profissional como pescador se iniciava ainda criança. Assim, a sazonalidade com que estava ora no mar, ora na terra, além do preconceito com o modo de vida (exemplo, o cheiro de peixe), fragilidade do ponto de vista da vulnerabilidade social, somados a políticas públicas de educação insuficientes explicam em parte a baixa escolaridade dos povos do mar (sem indicadores formais), e conseqüentemente na limitação das oportunidades, com grande incidência de analfabetismo e ensino fundamental incompleto.

A única educação formal destinada aos pescadores atualmente ocorre com o Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) da Marinha do Brasil, obrigatório para o registro como aquaviário. Não há, contudo, a continuidade desses estudos, sendo um desafio para a política de educação profissional.

Tais observações de campo indicam demandas dos povos do mar, que foram apresentadas no intuito de fundamentar a avaliação sobre quais respostas, de fato, o IFCE realiza para essa comunidade.



4.1 A expansão no contexto do IFCE campus Camocim

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008b). Em 110 anos de existência, possui em média 3299 servidores e 39 mil alunos (em 2019).

A expansão da EPT, como abordado no item 2, iniciou-se no Ceará — primeira etapa — com a criação do campus Maracanaú, ainda CEFET, inaugurado em 2007. A segunda fase do plano de expansão teve início também em 2007 e obteve êxito ao garantir a construção, a partir de 2008, com os processos de implantação, escolha do terreno, aprovação dos projetos arquitetônicos e licitação para início das obras de mais seis unidades de ensino, localizadas nos municípios de Acaraú, Quixadá, Sobral, Canindé, Crateús e Limoeiro do Norte, tendo recebido investimentos para essa finalidade em 2007, da ordem de R\$ 4.107.020,00 (quatro milhões cento e sete mil e vinte reais) como apontou o relatório de gestão (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ, 2007).

Ainda em 2007, em consonância com a política governamental, o então CEFETCE estabeleceu parceria e fez gestão estratégica junto à bancada cearense no Congresso Nacional, contando com a participação do governador do estado, liberando por meio de emendas parlamentares mais recursos para a segunda fase de expansão, na ordem de R\$ 18,25 milhões, aplicados em 2008 na implantação (obras e equipamentos) de 10 (dez) unidades de extensão (dentre estes os campi avançados), a princípio com a proposta de serem instaladas em terrenos doados pelas prefeituras dos municípios de Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, São João do Jaguaribe e Ubajara. O objetivo inicial era a estruturação, em 2008, de 10 (dez) Centros Vocacionais Tecnológicos e 01 (um) Núcleo de Informação Tecnológica, iniciando como unidades de extensão do CEFETCE, e no futuro próximo, transformarem-se em suas unidades descentralizadas de ensino (CEFETCE, 2007). Os municípios foram escolhidos pelo próprio MEC, mediante manifestação de interesse por



parte das prefeituras municipais. No total, o IFCE chegou em 2020 com 35 campi, e implementando a 5ª fase de expansão.

Dessa forma, a concepção, formulação e implementação do IFCE campus Camocim está fundamentada nos objetivos e critérios da política de expansão da EPT apresentada anteriormente, em sua segunda fase de implantação, correspondendo ao recorte histórico do período de 2003 a 2010. Segundo o gestor entrevistado⁵, a etapa de implantação em Camocim é conhecida como “dois e meio” da expansão, oficializada no último mandato do governo Lula, tendo em vista a verba de emendas parlamentares.

O início do IFCE Camocim data de 2007, quando se iniciou a construção do prédio. O campus — tipo avançado, de menor porte — era vinculado administrativamente ao IFCE Acaraú. Em 2008, as obras foram orçadas, no primeiro momento, em 960 mil reais, e com aditivos chegaram a R\$ 1.089.217,57, e a construção foi concluída em 05 de dezembro de 2009, segundo dados da Reitoria do IFCE. Teve inicialmente uma área construída de cerca de 1.595 m² nessa primeira fase de implantação e mais de 6 hectares para expansão. O terreno foi doado pela Prefeitura Municipal de Camocim.

O campus está localizado no bairro Cidade com Deus, considerado um bairro periférico do município, construído por famílias de classe trabalhadora de menor poder aquisitivo, dentre eles, famílias de pescadores. O historiador professor Carlos Augusto dos Santos teve a oportunidade de explicar o histórico do bairro durante o Seminário da Territorialização organizado pelo Setor de Assistência Estudantil do campus Camocim em 2014. Segundo ele, o bairro era popularmente apelidado de “Cidade sem Deus”, pois na região havia histórico de violência e tráfico de drogas, além do preconceito com as classes populares. A população do bairro, sentindo-se prejudicada e injustiçada com o apelido pejorativo, pressionou a prefeitura para uma solução, e propuseram o nome de “Cidade com Deus”.

O IFCE chegou a esse bairro após a mudança de nome para Cidade com Deus, e despertou curiosidades e dúvidas. Existia apenas uma informação, a placa “CEFETCE”. A partir da construção do campus em conjunto com a construção de uma

⁵ Entrevista realizada em dezembro de 2019, sexo masculino, 41 anos.



outra escola estadual, a Escola Profissionalizante Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa (de tempo integral), um movimento de mudança se iniciou no bairro. Em 2010, começaram a chegar os primeiros trabalhadores a compor a equipe de terceirizados.

O campus Camocim foi inaugurado em 27 de dezembro de 2010 em Brasília, como parte da 2ª fase da Política de Expansão, na transição entre CEFETCE e IFCE. Após a sua inauguração, o IF Camocim permaneceu vinculado administrativamente ao IFCE de Acaraú, e com estatuto de campus avançado, sendo o diretor geral de Acaraú também responsável administrativamente por Camocim. Instalado na rua Dr. Raimundo Cals, nº 2041, bairro Cidade com Deus, representou um marco histórico na educação da cidade, ao ser a primeira instituição de ensino pública, presencial, gratuita e federal na região (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2015).

Tem como abrangência de atuação o atendimento às microrregiões que integram a 4ª Coordenadoria Geral de Desenvolvimento da Educação (4ª CREDE), a saber, os municípios de Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópole e Uruoca (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2019).

Entregue oficialmente à comunidade de Camocim em 2011, por meio da Portaria MEC nº 806 de 22/06/2011, o campus contou no início, entre outras dependências, com 5 salas de aula, 5 laboratórios, gabinete da diretoria, sala dos professores, secretaria, sala de videoconferência, auditório, biblioteca, área administrativa, portaria e recepção, cantina para merenda escolar, banheiros e estacionamento (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018).

Em setembro de 2011, chegaram os primeiros servidores, sendo três docentes e dois técnico-administrativos. Segundo os entrevistados, a forma como foi materializada a política de expansão em Camocim é semelhante aos resultados de outras pesquisas sobre expansão dos IFs. Em comum, tem-se o ritmo acelerado, que iniciou o funcionamento sem a condição ideal, o descompassado face à estrutura existente e a demanda educacional, principalmente em Camocim, com o modelo de menor padrão “campus avançado”, sem infraestrutura física adequada de laboratório, de salas, a indeterminação na direção que se iria tomar, dentre outros.



Na época de início do campus, estavam previstos três eixos tecnológicos que orientaram a abertura dos cursos: o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer; o eixo Controle e Processos Industriais; e o eixo Recursos Naturais. Esses eixos foram modificados futuramente. Os eixos tecnológicos estão definidos, pelo Ministério da Educação (MEC), no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e no Catálogo de Cursos Técnicos. Define-se eixos tecnológicos como a matriz tecnológica que aglutina um conjunto de opções de cursos da educação profissional a partir das características comuns, de acordo com o tipo de conhecimento científico e tecnológico. A partir da escolha do eixo tecnológico, é possível definir quais cursos serão ofertados. Segundo o blog do IFCE campus Acaraú:

A unidade, focada no desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, voltados para a área da Pesca e Aquicultura, objetiva a implementação da formação de programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e a valorização da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo e do cooperativismo. Descentralizando o ensino da capital, o campus avançado do IFCE em Camocim tem como intuito garantir a fixação dos estudantes em sua região de origem, acabando com a necessidade do camocinense deslocar-se para a capital a fim de dar continuidade aos estudos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2011, *online*).

Partindo dessas expectativas, realizou-se a aula inaugural no dia 28 de maio de 2012, no auditório do campus, iniciando as suas atividades com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs).

Após o processo de articulação e debate, ocorreu a Audiência Pública Consultiva para definição de novos cursos no dia 12 de setembro de 2013, às 10h, no auditório do IF. Ela foi presidida pelo reitor, com presença do pró-reitor de ensino, diretor geral do campus, prefeita de Camocim, servidores e representantes do poder público, empresários e sociedade civil. A partir dessa audiência, concretizaram-se os seguintes eixos tecnológicos do MEC e respectivos cursos: no eixo Controle e Processos Industriais foi escolhido o curso Tecnólogo em Processos Ambientais; eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer foi representado pelo curso Técnico em Restaurante e Bar; eixo Informação e Comunicação o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; eixo produção cultural e design, foram escolhidos os cursos Técnico em Instrumentos Musicais e o Superior em Tecnologia em Produção Cultural e Design, mas que na



prática não foram implementados. Para os cursos de licenciatura, foram aprovados os cursos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Letras Português/Inglês.

Observa-se que os cursos na área da pesca representaram uma promessa inicial para o potencial da área da pesca em Camocim, mas não se concretizaram dentro da agenda institucional do IFCE, e assim apenas o curso Tecnólogo em Processos Ambientais se aproximava indiretamente e poderia contribuir com os povos do mar. Internamente, propôs-se como alternativa atividades de extensão como cursos FICs para a área da pesca, mas não cursos regulares. Houve uma consulta à população da região acerca dos cursos de maior interesse, e no resultado dessa consulta, os cursos da área da pesca aparecem com poucos votos perante os jovens de ensino médio da região, ou seja, a juventude não vislumbrava a área profissional da pesca enquanto sucessão dos pescadores mais antigos. Além desse fato, esteve em debate na gestão a concretização de cursos formais para os pescadores, tendo em vista as características dos povos do mar de sazonalidade, e assim, a provável não adaptação à organização pedagógica do IFCE.

O eixo Recursos Naturais, se levado adiante, poderia ter trazido para Camocim cursos na área de Aquicultura, Produção Pesqueira, além de Fruticultura, Horticultura, dentre outros. Isso porque o eixo de Recursos Naturais compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos (BRASIL, 2017).

Atualmente, a área do IF Camocim é de 3.095 m², sendo 1.595 m² do bloco administrativo e 1.212 m² do novo bloco didático. Ao todo são 15 salas de aula, dependências de convivência, setor administrativo, almoxarifado, 7 laboratórios (3 de informática, química, ciências ambientais, cozinha experimental e línguas), biblioteca e outras dependências.



Figura 3 – Mosaico: “ampliação do IFCE campus Camocim”



Fonte: arquivos pessoais da autora, 2020.

Assim, este estudo aponta que, mesmo sendo uma instituição centenária, o IFCE em sua interiorização passou por dificuldades estruturais e pedagógicas, com a expansão precarizada, sem as condições ideais e com poucos servidores. Em seu histórico, o campus escolheu os seus cursos de forma democrática com audiência pública, mas desvirtuou a expectativa inicial de trabalhar com a área da pesca. Ainda que, no geral, esteja em constante evolução e aprimoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão, ampliação da matrícula e da oferta de novos cursos.

Dessa forma, a coerência institucional entre os objetivos de desenvolvimento local e a experiência da política na prática, em Camocim, deu-se em parte. Isso, porque o governo federal preconiza uma política com finalidades e objetivos grandiosos, tais como a identificação de problemas e criação de soluções tecnológicas para o desenvolvimento local e regional, inovação tecnológica e redução das desigualdades sociais, mas, em contrapartida, oferta investimentos limitados. Tais características são fundamentais para entender como se dá a interface dos resultados dessa expansão da

EPT para os povos do mar, pois elas potencializam e limitam os resultados da implementação da política no contexto local.

A seguir, apresentam-se os resultados da política de expansão dos IFs no contexto de Camocim, destacando como se materializou a proposta de desenvolvimento socioeconômico local em relação ao contexto da pesquisa avaliativa, sobretudo no tocante aos povos do mar de Camocim.

4.2 Uma síntese avaliativa

Apresentam-se aqui os resultados da avaliação efetuada neste estudo, de acordo com o contexto da pesquisa, com o propósito de sair do plano conceitual do texto da política e adentrar no plano da prática, no mundo real da política, para melhor analisar e avaliar a política de expansão do IFCE, nos termos da avaliação experiencial de Lejano (2012), junto aos povos do mar em Camocim. Comparam-se os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela política de expansão dos IFs, à experiência da política junto ao contexto dos povos do mar em Camocim/CE. Ou seja, avaliar a estrutura institucional do IF, formada por suas normas, fundamentos e legislação da expansão dos IFs frente ao campo da prática, do arranjo produtivo da pesca, desenvolvido pela comunidade tradicional dos povos do mar no bairro Praia em Camocim-CE.

De forma detalhada, o Quadro 1 estabelece a relação entre o texto da política e os indicadores de resultados da avaliação, utilizando o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (BRASIL, 2005), a Lei de criação dos IFs (BRASIL, 2008a) e o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” (BRASIL, 2010).

Quadro 1 – Resumo: Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DO IFCE EM CAMOCIM
DIMENSÃO HISTÓRICA A presença de indígenas Tremembé e Tabajaras (primeiros povos do mar);	– Os IFs, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu	– Projeto de extensão “Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias” (suspensão);



<p>fama do excelente porto; A cidade se ergue à beira-mar (bairro Praia); Porto e estação ferroviária desenvolveram Camocim.</p>	<p>tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2008b, p.34).</p>	<p>– Não há projetos específicos do IFCE para os povos do mar.</p>
<p>DIMENSÃO ECONÔMICA Camocim enquanto maior produtora de pescado, mas com a produção em declínio; parcerias não vantajosas; desigualdade nas relações da pesca.</p>	<p>– (Lei 11.892) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008a); – (Plano de Expansão) (...) olhar fixo na realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos arranjos produtivos locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos (BRASIL, 2005).</p>	<p>– Para os estudantes do IFCE pertencentes aos povos do mar, a instituição proporcionou a perspectiva de inserção no mercado de trabalho (fora do setor pesca) da maioria dos entrevistados; – Elevação de renda das mulheres participantes do “Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” para as famílias dos pescadores, para complementar a renda da família; – O campus contribuiu com o desenvolvimento econômico da atividade da pesca de forma incipiente.</p>
<p>DIMENSÃO LABORAL Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); pesca artesanal sem inovação; profissão de alto risco com histórico de acidentes e naufrágio; embarcações tradicionais; não sucessão da profissão de pai para filhos.</p>	<p>Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008a).</p>	<p>– Pesquisas sobre o trabalho dos pescadores artesanais; – Não há projetos específicos do IFCE para o aprimoramento da pesca, sobretudo a pesca artesanal; – Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca.</p>
<p>DIMENSÃO EDUCACIONAL Baixo nível de escolaridade; abandono escolar; possui apenas um curso preparatório.</p>	<p>– (Plano de Expansão) Ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à formação de cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica; – (Plano de Expansão) Implantar EPT nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujos cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL, 2005).</p>	<p>– Implantação do IFCE campus Camocim em 2010; – Os pescadores desconhecem a atuação do IFCE; – Os familiares dos pescadores são os que mais procuram o IFCE; – Oferta de 2 cursos técnicos e 3 superiores públicos, gratuitos e presenciais; – Oferta de Cursos FICs Ostricultura e Aquicultura; – Oferta de “Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” com familiares dos pescadores; – Não há cursos para os pescadores;</p>

		<ul style="list-style-type: none"> – Presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; – Não há estratégias de adaptação do ensino do IFCE aos pescadores; – O campus não conta com o eixo tecnológico Recursos Naturais
<p>DIMENSÃO CULTURAL Tradições culturais, procissões, regata, salão de artes, aniversário da cidade; dança do coco, reisado, dominó, bingo, conversas nas calçadas, praias, capoeira; patrimônio imaterial (paisagem do porto das canoas), barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.</p>	<p>Na compreensão de seu trabalho coletivo, os institutos federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos institutos federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010).</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Incentivo ao grupo de dança de coco de praia; – Projeto Capoeira e Letramentos de Resistência; – Apoio no evento Salão de Artes; – Novas metodologias pedagógicas que articulam ciência, tecnologia e cultura; – Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar.
<p>DIMENSÃO SOCIAL Pescadores “heróis”; relação social “desconfiada”, atividade majoritariamente masculina; filhos detentores de sabedoria popular e perfil participativo dentro do IFCE; condição social de renda;</p>	<p>Os novos institutos federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador (...) a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2010).</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Estudantes filhos de pescadores com acesso à assistência estudantil do IFCE; – Estudantes filhos de pescadores bolsistas do IFCE em pesquisa e extensão; – Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar nas temáticas dos direitos humanos e sociais (gênero, raça etnia, diversidade sexual etc.).
<p>DIMENSÃO SAÚDE Alcoolismo, acidentes de trabalho.</p>	<p>A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: (...) política de saúde (BRASIL, 2005).</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Estudantes filhos de pescadores com acesso à assistência estudantil do IFCE (setor saúde).
<p>DIMENSÃO POLÍTICA Relação com a colônia de pescadores, relação com a prefeitura.</p>	<p>A comunicação entre os institutos federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais (BRASIL, 2010).</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca; – Fortalecimento da parceria com a prefeitura.
<p>DIMENSÃO AMBIENTAL Poluição da praia</p>	<p>Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Projeto de Limpeza das praias e mangues;



	as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008a).	<ul style="list-style-type: none"> – FIC Agentes de Desenvolvimento Socioambiental; – Projeto de monitoramento da água Bhoia (suspensão).
--	-------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Assim, analisando o deslocamento institucional da política para o contexto do IFCE campus Camocim e dos povos do mar do bairro Praia, a pesquisa localiza indicadores de resultados positivos, pontos críticos e possíveis mudanças na implementação dos cursos. Os resultados positivos foram: ampliação do acesso à educação profissional pública, presencial, federal, com professores qualificados; a mudança do perfil discente, com a entrada da primeira geração dos povos do mar com acesso ao nível superior; maior participação dos discentes com saberes populares do meio ambiente; mudança de vida dos estudantes dos povos do mar; concepção de EPT, que considera a formação teórica relacionada à prática; o aumento do número de atividades de extensão com oferta de cursos FICs e limpeza das praias; e maior compromisso de alguns servidores com os discentes e seu contexto. Esse objetivo geral da política de expansão da EPT foi, em boa parte, coerente no contexto de Camocim, tendo em vista que o campus está em processo de estruturação.

Os pontos críticos da avaliação foram: expansão precarizada; ausência do eixo tecnológico da pesca e desvio da proposta de trabalho inicial; os projetos de pesquisa e extensão para os povos do mar tiveram alcance limitado frente ao potencial da instituição; os pescadores mantêm a sua prática profissional da mesma forma quando o IFCE chegou à cidade; poucas atividades educativas para os pescadores e aprimoramento da pesca; dificuldades de dialogar com os atores sociais da pesca; poucos profissionais comprometidos com o trabalho nas comunidades; proposta pedagógica não flexível para oportunizar o acesso do pescador a um curso regular no IF; o IFCE é pouco conhecido perante os pescadores. Isso leva a considerar alguns pontos para a mudança da implementação da política a nível local, que são: maiores investimentos; o maior diálogo com a comunidade da pesca; oferta de cursos para os povos do mar e para pescadores; organização institucional para garantir o acesso desses sujeitos ao ensino formal; e garantia de uma mudança coletiva da pesca, além da mudança de vida pessoal.



5 Considerações finais

Esta avaliação, considerando as condições de vida dos povos do mar, reconhece a necessidade do IFCE campus Camocim de fortalecer sua organização interna e apoio mútuo a fim de elaborar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de desenvolvimento para os povos do mar, no sentido de Furtado (1980), elevando as potencialidades culturais, sociais, laborais e ambientais, não se limitando quanto à formação e mudança individual dos sujeitos. Orientar-se para os povos do mar, portanto, significa ao IFCE atentar para afirmar uma atuação que articule ensino, pesquisa e extensão, adaptando-se e respeitando a cultura local e os saberes populares, por meio de projetos mais flexíveis, articulados e com mais parcerias, com respeito à sua autonomia (BRASIL, 2010).

Referências

- ARCARY, V. **Uma nota sobre os institutos federais em perspectiva histórica**. [S.l.: s.n], 2015. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/memoria/2015/03/23/valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais/>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. **Portal do MEC**. Edição 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. TC 026.062/2011-9. Relator: Ministro José Jorge. Modalidade: Auditoria Operacional – Fiscalização de Orientação Centralizada. Brasília, DF: TCU, 2012.
- BRASIL Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 11 ago.2018.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm . Acesso em: 07 ago.2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Institutos Federais de Ciência , Educação e Tecnologia: concepção e diretrizes**. 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf. Acesso em: 11 ago. 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase I**. Brasília-DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/apresentacaocriteriofase2.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**: texto para discussão. São Paulo: FGV, 2010. v. 274.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ. Relatório de gestão exercício 2007. **Site do CEFETCE**, 2007. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/processo-de-Contas_arquivos/2007/relatorio_de_gestao_2007.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. Vieira; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Ceara.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - Instituto Federal do Ceará (2019 – 2023)**. Ceará: IFCE, 2019. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentosinstitucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>. Acesso em: 02 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Anuário Estatístico 2018**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-ifce-2017_2018.pdf/view. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto Político Institucional**. Fortaleza: IFCE, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/outsros-documentos/ppi-ifce.pdf>. Acesso em: 10 ago.2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. IFCE Campus Acaraú. **Blogspot**, Acaraú, 8 jul. 2011. Disponível em: <https://ifce-acarau.blogspot.com/search?q=camocim>. Acesso em: 01 mar. 2020.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.



PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

PAULA, J. A. Celso Furtado, desenvolvimento e transformação social. *In: D'AGUIAR, R. F. (org.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 16 - 43.

PEREIRA, E. M. ; ALBUQUERQUE, C. S. **Transformações contemporâneas e política educacional no Brasil: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Revista Labor, Fortaleza, CE, v. 1, p. 80-94, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6568>. Acesso em: 05 nov. 2022.

REZENDE, S. M. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *In: SADER, E. (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 265-283.

SANTOS, C. A. P; FREITAS, G. **Historiando Camocim**. Sobral: EdUVA, 2017.

SANTOS, J. A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? *In: FRIGOTTO, G. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: EdUERJ, LPP, 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 33-38, jan. abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, V. L; AGUIAR, A. S. S. **"Um oásis dos menos favorecidos da sorte": a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/CE. 1962-1979**. Sobral: EGUS, 2014.

Recebido em: 20/04/2022.

Aceito em: 05/11/2022.



**PENSANDO A ANTROPOLOGIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

***THINKING ABOUT ANTHROPOLOGY IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES:
reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutritional Security***

Nádja Silva dos Santos *
Maristela Oliveira de Andrade **

Resumo

O presente artigo propõe discutir os cenários de emergência e extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), refletindo sobre os contextos políticos, econômicos e socioculturais envolvidos nesses processos. Pensando sobre o que dizem os contextos político e sanitário em que vivemos no Brasil atual, especialmente com a eclosão da pandemia da Covid-19, sobre a extinção de políticas sociais e democráticas comprovadamente exitosas e sobre a instituição de necropolíticas que criam mundos de morte para grupos sociais específicos. Para tanto, fizemos uma pesquisa de cunho bibliográfico, utilizando fontes secundárias, artigos e documentos sobre a temática que se encontravam disponíveis nas seguintes bases de dados: Periódicos CAPES, Google Scholar e SciELO. Como resultado identificamos um cenário de volta do Brasil ao Mapa da Fome, o que aponta para a institucionalização da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), em função da ingerência do Estado brasileiro frente a essa realidade e dos ataques que têm sido feitos a órgãos que atuavam no combate à fome e às desigualdades sociais, como era o caso do CONSEA.

Palavras-chave: CONSEA; segurança alimentar; necropolítica; antropologia das políticas públicas.

Abstract

This article proposes to discuss the scenarios of emergence and extinction of the National Food and Nutrition Security Council (CONSEA), reflecting on the political, economic and sociocultural contexts involved in these processes. Reflecting upon what the political and health contexts in which we live in Brazil today, especially with the outbreak of the Covid-19 pandemic, say about the extinction of proven successful social and democratic policies and the institution of necropolitics, which create worlds of death for specific social groups. To do so, we carried out a bibliographical research, using secondary sources, articles and documents on the theme that were available in the following databases: CAPES Periódicos, Google Scholar, and SciELO. As a result, we identified a scenario of Brazil's return to the Hunger Map, which points to the institutionalization of Food and Nutrition Insecurity (FNS), due to the Brazilian State's interference in the face of this reality and the attacks that have been made on agencies that acted in the fight against hunger and social inequalities, as was the case of the CONSEA.

Keywords: CONSEA; food security; necropolitics; anthropology of public policies.

* Graduada em Ciências Sociais pela UFPB/Brasil. E-mail: silvanadja.96@gmail.com.

** Professora titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba/Brasil. Doutora em Étude Latino-Americaine/Anthroposociologie des Religions pela Universidade de Paris III/França. E-mail: andrademaristela@hotmail.com.



1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre como o campo das políticas públicas tem se articulado com os estudos em Antropologia, em especial no que diz respeito às políticas voltadas ao combate à fome e má nutrição, portanto, de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). De modo que o nosso foco será discutir sobre quais processos históricos, políticos, culturais e socioeconômicos possibilitaram a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na década de 1990 no governo Itamar Franco, e posteriormente a sua extinção em 2019, no primeiro dia de governo de Jair Bolsonaro. Isso, por entendermos que o Conselho representou, nas últimas décadas, um marco para a democracia brasileira por sua composição intersetorial, interministerial e participativa, assim como pela efetividade das ações empreendidas de combate à fome e às desigualdades sociais.

No que tange às políticas públicas, estas são comumente compreendidas como resultado da ação do governo, sendo competência do Estado assegurar a sua criação, implementação e avaliar a sua efetividade. Isso significa dizer que as políticas públicas seriam uma forma de colocar o governo em ação usando a estrutura do Estado para isso, analisando a viabilidade das políticas existentes e propondo novas quando necessário. Assim, através da criação de políticas, por um lado, e da extinção de políticas, por outro, seria possível vislumbrar projetos governamentais, haja vista que as políticas são indicadores importantes de quais plataformas eleitorais são seguidas pelo governo em exercício e que tipo de sociedade se espera construir a partir delas (PERES, 2020; HINCAPIÉ, 2015).

Dessa forma, a existência de uma visão técnica e burocrática (ANHEIER, 2018) sobre a construção das políticas públicas no contexto brasileiro não é mero acaso, afinal, durante muito tempo as políticas foram consideradas um campo quase isolado do resto da sociedade e de outras áreas do conhecimento, sendo ocupado majoritariamente por técnicos, analistas e cientistas políticos. Apesar disso, observa-se uma mudança nesse cenário, visto que outras áreas do conhecimento vêm se interessando pelas problemáticas que atravessam a elaboração das políticas públicas. Isso acontece porque se passou a entender que as políticas são produto de dinâmicas socioculturais, históricas, políticas, ecológicas e econômicas, fazendo-se necessário que outros saberes, que não apenas os



tecnicistas e burocráticos, participem da discussão, construção e problematização das políticas públicas.

No entanto, mesmo que o campo das políticas públicas tenha passado por um processo de diversificação, e a antropologia esteja buscando o seu espaço nessa área, Anheier (2018) aponta que ainda que esse processo tenha sido positivo pela criação de um aporte teórico crítico sobre as políticas, essa diversificação não ocorreu sem uma série de tensões. Sendo esse processo definido pelo autor como uma coexistência cacofônica de perspectivas teórico-metodológicas (ANHEIER, 2018). Apesar da emergência de valiosas contribuições teóricas no âmbito das políticas públicas, no mais das vezes as produções intelectuais têm sido incapazes de chegar de forma significativa às estruturas estatais e burocráticas nas quais as políticas são construídas, sob a pretensa ilusão da objetividade e neutralidade positivista. O que evidencia que áreas que incitam um olhar crítico e situado sobre as políticas, como a antropologia, ainda têm um longo caminho a percorrer, embora o processo de inserção nesse campo já esteja em curso.

Nesse sentido, partiremos de uma pesquisa bibliográfica para pensar sobre as contribuições da antropologia no campo das políticas voltadas à SAN da população brasileira, que contempla dados sobre o CONSEA dos anos 1990 até 2019. Partimos da compreensão de que a pesquisa bibliográfica tem como base o uso de trabalhos já elaborados, sejam esses artigos científicos, monografias, dissertações, teses ou livros, o que possibilita o acesso a uma base de dados ampla e que ajuda a trazer um panorama do tema estudado (GIL, 2008). Ao usar essa metodologia, o que objetivamos é mostrar que as ciências sociais são essenciais para pensar os contextos de produção e de extinção de políticas e para contribuir na avaliação de seus impactos, positivos ou negativos, para a sociedade. Para tanto, lançamos mão de fontes secundárias para nortear a construção do presente trabalho, encontradas nas seguintes bases de dados: Periódicos CAPES, Google Scholar e SciELO.

Contextos de surgimento e de extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Analisar a criação e extinção de políticas públicas a partir dos contextos políticos, econômicos, históricos, socioculturais e ecológicos, permite entender os processos que possibilitaram a emergência ou o esfacelamento dessas políticas. Sendo o contexto de



criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional exemplo disso, partiremos daí para refletir sobre a importância histórica do Conselho para a democracia brasileira e para a luta contra à fome e às desigualdades sociais, e seguiremos analisando o encadeamento de acontecimentos que culminaram na sua extinção. Vale ressaltar, porém, que o processo de consolidação do CONSEA, enquanto parte fundamental da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), não se deu de forma linear. Haja vista que o Conselho enfrentou uma série de dificuldades para se manter ativo, encarando sucessivos movimentos de abertura e fechamento ao longo de sua história.

Segundo Custódio et al. (2011), essa história começa na década de 1980 quando o Conselho é pensado pela primeira vez, como consequência de uma série de ações governamentais de combate à fome e à má nutrição que se iniciou em 1940. Apesar disso, as políticas de SAN e o próprio CONSEA só vieram a tomar forma na década de 1990 e nos anos 2000, evidenciando que as discussões internacionais acerca de SAN chegaram no Brasil, mas levaram décadas até serem convertidas em políticas. Dessa forma, a preocupação mundial crescente com a SAN tem relação com o período entre guerras, que foi marcado pela escassez em função de conflitos políticos. Assim, o que se objetivava era não apenas refletir sobre SAN, mas possibilitar o acesso de alimentos a todos, especialmente nos países mais pobres, onde as desigualdades são mais pronunciadas (LEÃO, 2013). O que se tornou um compromisso mundial entre os países participantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945.

Com a criação da ONU e da FAO, o problema da fome, do acesso à comida em quantidade e qualidade suficientes começou a ser pautado mundialmente pela primeira vez, tendo como principal desdobramento a criação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Conceito que foi criado gradativamente e segue sendo modificado, pois vem sendo repensado e aprimorado ao longo dos anos pela ONU e pelas nações que o adotaram. Além disso, a partir da ONU e da FAO foram criadas convenções internacionais voltadas ao combate à fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) em todos os seus níveis (LEÃO, 2013). Isso significa dizer que o pós-guerra se mostrou um cenário propício para criação e promoção de ações voltadas à garantia da SAN ao



redor do mundo, e não foi diferente no contexto brasileiro, embora aqui as coisas tenham caminhado lentamente.

Uma das consequências dessa tendência mundial foi a proposta de criação do CONSEA em 1980, por meio da Política Nacional de Segurança Alimentar proposta pelo Ministério da Agricultura (CUSTÓDIO et al., 2011). De lá para cá, o Conselho foi efetivamente criado em 1994 e passou por sucessivos processos de ativação e desativação, evidenciando uma dificuldade histórica de ter continuidade, de sobreviver às mudanças nas agendas governamentais e, conseqüentemente, na estrutura estatal. Embora se reconhecesse a importância de políticas e ações voltadas à SAN desde a sua criação, observamos que a falta de articulação entre as propostas governamentais e o controle social acabou possibilitando que o Conselho fosse sucessivamente desativado. O que evidencia que o Brasil foi na contramão dos movimentos de participação que ocorreram entre 1940 e 1980 ao redor do mundo, que visavam reafirmar a importância do fortalecimento da democracia e da participação popular na construção das políticas. Isso, como forma de oposição aos regimes autoritários e fascistas que governaram no período da Segunda Guerra. O fato de o Brasil não ter seguido esses passos tem relação direta com os regimes ditatoriais que governaram o nosso país por décadas, só nos anos 1980 que se passa pelo processo de redemocratização, sendo a Constituição Federal de 1988 um marco na história da democracia do nosso país e um símbolo da abertura gradativa do Estado para participação popular.

Nesse sentido, no Brasil esse movimento só ganhou força tardiamente, a partir da década de 1990 e dos anos 2000 (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021). Quer dizer, só temos um cenário de fortalecimento da participação popular na construção das políticas, particularmente daquelas voltadas à questão alimentar, a partir dos anos 1990, marcados pelo processo de redemocratização. De acordo com Custódio et al. (2011), os movimentos sociais fizeram uso da conjuntura política democrática do país para pautar avanços na elaboração das políticas públicas e, por conseguinte, uma maior participação popular. Esse momento foi marcado por um movimento de contestação das políticas assistencialistas e insuficientes propostas pelos governos federais entre 1940 e 1980 no campo da alimentação e do combate à fome (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021). A participação da sociedade civil organizada nesse período foi elementar para integrar



políticas, descentralizando a sua elaboração e execução, assim como a criação de marcos legais (PELIANO, 2010 apud FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021).

Dessa forma, foi no cenário dos anos 1990, mais precisamente em 1994 no governo de Itamar Franco, que o CONSEA foi criado pela primeira vez, apesar disso, o Conselho acabou sendo desativado no ano seguinte, em 1995. Nesse momento, o CONSEA, caracterizado pela descentralização na tomada de decisões e construção coletiva de políticas e ações entre ministros e conselheiros da sociedade civil, foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária. Este tinha como principal foco a pobreza, deixando de lado as pautas da fome e da SAN, marcando o programa por seu viés clientelista e desarticulador de alianças importantes, anteriormente firmadas pelo CONSEA. Pouquíssimo tempo após sua criação, o programa foi relegado a segundo plano, embora tenha promovido alguns avanços nas políticas, a exemplo da implementação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, caminhando rumo à criação de uma primeira versão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (CUSTÓDIO et al., 2011).

Ademais, foi também na década de 1990 que ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994, na qual se discutiu uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e se constituiu o conceito brasileiro de SAN, baseado no compromisso em serem oferecidos alimentos por preços que coubessem nos orçamentos familiares, mas também que fossem saudáveis e seguros em termos biológicos, sanitários, nutricionais e tecnológicos (CUSTÓDIO et al., 2011). O conceito de SAN forjado no Brasil era tão avançado para a época que foi, inclusive, adotado pela FAO na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996.

Entre o final do governo Fernando Henrique Cardoso e todo o governo Luís Inácio Lula da Silva, ou seja, de 1998 a 2011, observa-se consideráveis avanços nas políticas voltadas à SAN no Brasil. O que é um feito digno de nota, pois pela primeira vez na história do país houve uma continuidade nas políticas e ações nesse âmbito. Com o crescente interesse da sociedade e dos movimentos sociais em participar do campo da política, e com a progressiva abertura da estrutura do Estado, culminou na criação e implementação de uma série de políticas e ações voltadas à garantia da SAN.



Nessa esteira, o CONSEA foi reativado em 2003, no início do governo Lula, quando o Programa Fome Zero foi estabelecido como prioridade e, assim, o Conselho foi trazido de volta à ativa. Destarte, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que o Brasil adota na atualidade é um aprimoramento daquele primeiro, e é consequência de convenções internacionais que estão em constante processo de reformulação, dados os fluxos políticos, econômicos, ecológicos e socioculturais internacionais, mas que têm sido adaptadas à realidade local do país. Com o resgate do Programa Fome Zero e do CONSEA, possibilitou-se a instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006. Responsável também pela criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006, criado com a finalidade de assegurar a garantia da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Dessa forma, o que se entende por SAN foi afirmado pela LOSAN, que em suma, consiste na garantia da obtenção constante de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, sem colocar em risco outras necessidades elementares, como saúde, educação e moradia. Tudo isso levando em conta práticas alimentares que promovam a saúde e respeitem a diversidade cultural, bem como a sustentabilidade (BRASIL, 2006).

Já em 2010, foi implementada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e nesse mesmo ano, foi incluído na Constituição Federal o DHAA (FÉ; OLIVEIRA; ÁVILA, 2021), tornando esse um direito constitucional, consistindo em uma série de acontecimentos históricos para a democracia brasileira, mas também para as políticas de combate à fome, o que entendemos ser consequência da participação popular na elaboração das políticas públicas, em órgãos como o CONSEA. Mas também de trabalhos como o de Josué de Castro (1984), que discutiu o problema da fome a partir de uma perspectiva social, econômica e geográfica, algo inédito até então, e o de Herbert de Souza, sociólogo e militante que liderou uma ampla mobilização social de combate à fome nos anos 1990, abrangendo todo o território nacional.

Isso posto, o Conselho se singularizou por ter sido uma conquista marcadamente democrática, pois o CONSEA era composto em sua maioria por membros da sociedade civil, embora os representantes do governo também se fizessem presentes, caracterizando-se por sua articulação intersetorial, interministerial e participativa. De acordo com Inês Castro (2019), o conselho reuniu, nas últimas duas décadas,



representantes de diferentes movimentos sociais e setores da sociedade, possibilitando que sujeitos historicamente invisibilizados e silenciados tivessem voz, contribuindo na elaboração de políticas que beneficiassem direta e indiretamente os seus grupos. O que evidencia o quão significativo o Conselho foi, especialmente no contexto de redemocratização do Brasil, representando, inclusive, uma referência para outros países, dada a sua capacidade de articulação e de diálogo entre governo com a sociedade civil e movimentos sociais. Além de ter atuado em agendas estratégicas, possibilitou a

inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal; defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas e comunidades quilombolas; fortalecimento das culturas alimentares em consonância com os biomas e ecossistemas brasileiros; fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica; redução do uso de agrotóxicos; avanço da agenda regulatória, por exemplo, no âmbito da rotulagem de alimentos (transgênicos, ultraprocessados) e da tributação de alimentos e insumos; avanço do código sanitário de forma a torná-lo mais incluyente e adequado à produção em pequena escala e à comercialização em circuitos curtos, entre tantas outras (CASTRO, I., 2019, p. 2).

Como podemos observar, o CONSEA foi um espaço de suma importância no combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais no país, e isso se deu por pelo menos três razões: (1) por seu poder de articulação entre o executivo, legislativo, judiciário com os movimentos sociais e as Unidades Federativas, que possibilitou a criação de políticas importantes na garantia do DHAA e da SAN; (2) por ser a principal expressão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), consistindo em um espaço no qual o Sistema e a Política eram colocadas em prática; (3) por criar políticas e ações de fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo do PRONAF. O CONSEA colocou em evidência a importância de uma agenda governamental voltada à erradicação da miséria, assim como da responsabilização do Estado na garantia do DHHA. Algo que deixou de ser uma realidade a partir da posse de Jair Bolsonaro, que em seu primeiro dia de governo extinguiu o CONSEA por meio da Medida Provisória nº 870 (MP 870) (BRASIL, 2019). Essa atitude revela que o combate à insegurança alimentar não seria prioridade do seu governo; ele chegou a negar, conforme Cople (2019), a existência da fome no país, o que evidencia um profundo desconhecimento sobre a realidade brasileira.



As necropolíticas do Estado brasileiro contemporâneo

Dessa forma, partimos da compreensão de que a extinção do CONSEA aconteceu de forma gradativa, tendo sido iniciada em 2016 a partir do golpe jurídico-midiático que a então presidente Dilma Rousseff sofreu, culminando no seu impeachment, o que deu início ao governo Michel Temer. Com esse governo, é colocado em curso um processo de esvaziamento de políticas sociais importantes, sendo as políticas e ações voltadas à SAN algumas das afetadas, o que foi elevado à máxima potência com a posse de Jair Bolsonaro (ALIAGA; SANTOS, 2020). Não apenas as políticas voltadas à questão alimentar sofreram consecutivos ataques e desmontes, mas também a própria democracia, algo expresso na desativação do CONSEA, um órgão comprovadamente eficiente em propor e fiscalizar políticas nesse âmbito. Assim, com a crise política e de representação, vieram as fissuras na democracia e nas conquistas que esta possibilitou ao longo das últimas décadas, especialmente na garantia de direitos humanos, sociais e constitucionais, sendo o Direito Humano à Alimentação Adequada exemplo disso.

Nessa esteira, junto com as crises democrática e de representação vieram as crises econômica, social, sanitária e humanitária, que foram potencializadas pela eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020 e pela ingerência do Estado brasileiro frente à gravidade da pandemia e de seus desdobramentos. Com esse amálgama de crises e a inação do governo federal durante meses, o Brasil vivenciou um cenário de aumento do desemprego, das desigualdades sociais e, por conseguinte, da insegurança alimentar e da fome. Embora o auxílio emergencial tenha sido uma medida importante para assegurar uma renda básica para a população em vulnerabilidade socioeconômica, entendemos que o valor de \$600 reais em 2020 e de \$250 reais em 2021 foi, e segue sendo, insuficiente para garantir que as pessoas comam e vivam com dignidade. Em especial tendo em vista a alta crescente na inflação, que em 2022 chegou a 10,38%, com a cesta básica custando em média \$777,01 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). Desse modo, com o esvaziamento de políticas voltadas à SAN e diante do contexto de confluência de crises e de ingerência do Estado, o Brasil que tinha realizado o feito de sair do mapa da fome em 2014, acabou voltando para ele em 2020 (REDE PENSSAN, 2022).



De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022), como resultado desse cenário temos milhões de brasileiras/os vivendo em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) na atualidade. O que aponta para a gravidade da situação, que aparentemente segue uma tendência mundial de retrocesso nas ações e políticas de combate à fome (FAO, 2021). Segundo os dados trazidos pela FAO (2021), até 2014, a fome no mundo vinha decrescendo consideravelmente em função dos pactos internacionais e da implementação de políticas nacionais e locais nos países membros da ONU. Contudo, a partir de 2020, ocorreu uma diminuição sem precedentes no combate a todas as formas de IAN em todo o globo, o que se agravou com a eclosão da pandemia de Covid-19.

Esse cruzamento de acontecimentos não se deu sem implicações imediatas, em especial nos países mais pobres e naqueles onde as desigualdades sociais são mais gritantes como é o caso do Brasil. Atualmente, estima-se que cerca de 720 a 811 milhões de pessoas enfrentam os vários níveis de insegurança alimentar ao redor do mundo (FAO, 2021), já no Brasil, temos um número de mais de 33,1 milhões em situação de IAN (REDE PENSSAN, 2022). A Insegurança Alimentar e Nutricional é aqui entendida como a falta de acesso permanente à alimentação em quantidade e qualidade suficientes, manifestando-se em três níveis: leve, moderada e grave. O que implica respectivamente em perda da qualidade da alimentação (leve), instabilidade no acesso à alimentação (moderada) e na experiência da fome propriamente dita (grave) (BRASIL, 2014).

Com base nos seus quatro últimos relatórios, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2021) considera que os conflitos, as variações climáticas, as crises econômicas e as dificuldades em custear dietas saudáveis são as principais causas da insegurança alimentar e má nutrição em todas as suas formas. Apesar disso, partimos da compreensão de que existem ainda outros fatores não só importantes, mas determinantes no aumento da IAN a nível mundial, e que não são considerados nesses relatórios. Ou seja, os governos ultraneoliberais, com as suas políticas baseadas na ideia de Estado mínimo, por um lado, e a concessão de benefícios a grandes empresas, que possibilitam o acúmulo irrestrito de capital e aumento das desigualdades sociais, por outro. De modo a privilegiar grandes empreendimentos, multinacionais, deixando de lado empreendimentos em menor escala — como é o caso do agronegócio “versus” a agricultura familiar no Brasil. O que, junto com a inexistência de uma agenda de combate



à fome, como ocorre aqui, coloca em risco a garantia do DHAA e da SAN da população brasileira, possibilitando a intensificação das desigualdades sociais e dos vários níveis de IAN.

Dessa forma, é possível entender o porquê cada vez mais as ciências sociais, e particularmente a antropologia que é o nosso foco, têm encarado o campo das políticas públicas como uma área de interesse, considerando as suas implicações em termos socioculturais e a necessidade de problematizar o seu processo de construção e extinção. Afinal, as políticas são produto dos contextos em que são criadas, além de serem instrumentos de poder, de legitimação da proposta de sociedade de quem governa, elas são também utilizadas para articular discursos dominantes que beneficiam alguns grupos às expensas de outros. E no caso da extinção do CONSEA, são os sujeitos oriundos de grupos e regiões historicamente marcadas por processos de vulnerabilização, a exemplo da população negra e das pessoas do Norte e Nordeste, que têm sofrido os maiores impactos (REDE PENSSAN, 2022). Assim, entendemos a ausência de políticas que os assistam como projeto governamental.

Logo, a inserção da antropologia no campo das políticas públicas se justifica pelo fato de elas produzirem realidades, moldarem as vidas e os corpos dos sujeitos para as quais são direcionadas (HINCAPIÉ, 2015). Além disso, de acordo com Ramírez (2010), a partir de uma análise antropológica é possível ler as políticas tais quais textos culturais, compreendendo as tecnologias políticas que possibilitam a elaboração das políticas públicas, as narrativas que dão o tom das políticas, assim como os seus significados culturais e impactos socioculturais, políticos, ecológicos e econômicos. Por conseguinte, uma das leituras possíveis sobre as políticas é que elas são um instrumento do biopoder, que ao possibilitar o controle dos corpos de grupos populacionais específicos, a exemplo dos mais vulneráveis em termos socioeconômicos e, portanto, mais afetados pelo espectro da IAN, definem quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018).

De acordo com Foucault (2012), o biopoder exercido pelo Estado atua no sentido de intervir sobre aspectos elementares da experiência humana, tanto a nível individual quanto grupal. Ou seja, por meio das biopolíticas se governa a vida de populações e se coloca a vida de grupos específicos “em questão”, quando não em risco. Portanto o biopoder seria um dos mecanismos da biopolítica para exercer o controle sobre os corpos



e as vidas de populações inteiras, pois segundo a lógica do biopoder, o corpo é encarado como um objeto público, passível de sofrer com as ações do Estado. Exemplo disso é que a intervenção estatal pode atuar no oferecimento de cuidados em saúde, como propõe o autor, privilegiando a assistência de determinados grupos, como aqueles que vivem nas regiões centrais de uma cidade, às custas de outros que vivem nas periferias, que são obrigados a arcar com os custos sociais das tecnologias de exclusão operadas pelo biopoder.

Nesse sentido, Mbembe (2018) argumenta que o conceito de biopoder tal qual foi pensado por Foucault no século XX é insuficiente para dar conta das tecnologias políticas que têm se constituído na atualidade com o fim de submeter a vida ao poder da morte. De modo que a criação de algumas políticas, bem como a extinção de outras, a exemplo do CONSEA, são encaradas aqui enquanto necropolíticas, ou políticas de morte, nos termos de Achille Mbembe (2018). Uma vez que o Estado, com base na soberania, exercita o biopoder sobre grupos populacionais, ele, direta e indiretamente, exerce o direito de deixar viver alguns e de expor à morte, e efetivamente fazer morrer, outros (MBEMBE, 2018). Assim, o Estado ao valer-se da soberania sob a qual repousa o seu poder, usa do biopoder para criar tecnologias de morte, que ao serem institucionalizadas por meio das necropolíticas criam “mundos de morte”. Ou seja, possibilitam a criação de formas desumanas de existência social, produzindo lugares onde há fome de tudo: de comida, de dignidade, de espaços seguros que possam ser ocupados, de direitos sociais e humanos (FANON, 1991).

Dessa forma, o Estado brasileiro tem criado formas de necropolíticas, afinal, estas que originalmente eram direcionadas a grupos específicos, considerados indesejados e, portanto, descartáveis, com o contexto da pandemia foram estendidas a toda sociedade brasileira. Embora impactem de formas diferentes os diversos grupos sociais que compõem a nossa sociedade, afetando com muito mais força grupos historicamente marcados por processos de vulnerabilização, afetaram, em alguma medida, toda a sociedade.

Isso significa dizer que o Estado não mais se limita a distribuir morte a parcelas específicas da população, agora são criados mundos de morte onde a população como um todo é encarada como um suprimento descartável (PEREIRA; PICELLI, 2020). O que se torna nítido quando encaramos os números de mais de 676 mil mortos por Covid-19, que



poderia ter sido um número consideravelmente inferior, caso a vacina tivesse chegado mais cedo e se houvesse uma campanha de vacinação nacional massiva, o que não aconteceu. Assim como o número de brasileiros vivenciando os vários níveis de IAN, que são mais de 60 milhões (REDE PENSSAN, 2022), que vêm perdendo na qualidade e quantidade de suas refeições cotidianas, para tentar não passar fome.

O que tem impactos a médio e longo prazo na saúde e qualidade de vida dessas pessoas, haja vista que diante da diminuição da renda e do poder de compra, as pessoas tendem a substituir alimentos *in natura* e minimamente processados por alimentos processados e ultraprocessados. Isso se dá porque estes são mais baratos, duráveis e, geralmente demandam menos tempo de cocção, além de serem uma alternativa mais acessível para evitar que falte comida na mesa. Quanto menor a renda, maior a frequência do consumo desse tipo de alimento (ROSETTI, 2015; CORREIA, 2016).

Isso é um indicativo de insegurança alimentar, afinal, ter que vivenciar a perda na qualidade de sua alimentação para evitar passar fome, já é estar em insegurança alimentar, ainda que ‘leve’. Afinal, é preferível consumir alimentos ricos em sais, gorduras e açúcares, que a longo prazo podem provocar o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), do que ficar efetivamente sem ter o que comer, o que, entre outras coisas, consideramos ser um dos muitos produtos do desmonte das políticas de SAN.

Apontamentos finais

Ao refletir sobre o campo das políticas públicas é interessante deixar de lado categorias abstratas, a fim de pensá-las a partir de categorias mais palpáveis, como vida e morte, que é o que está em jogo em última instância. Afinal, como argumenta Mbembe (2015), o ser humano só se torna sujeito ao confrontar a morte diariamente, assumindo os riscos de viver em sociedade, em que o sujeito se afirma enquanto tal e torna possível a constituição do campo da política, que seria uma forma de gerenciar a vida e a morte das pessoas. Assim, quando a soberania sobre a qual se baseia o poder estatal não tem como objetivo a luta pela autonomia, por práticas democráticas, a tendência é que as vidas e os corpos das pessoas sejam gerenciados exclusivamente pelo Estado, culminando na degradação e no extermínio de grupos considerados indesejados (MBEMBE, 2015).



Por conseguinte, um Estado que possibilita a fragmentação de seu regime democrático para se amparar majoritariamente no poder soberano, criando tecnologias políticas que tornam o poder cada vez mais concentrado e verticalizado, irá definir quem importa e quem não importa, a despeito da sociedade. Diante do cenário de crises que vivemos no Brasil atual, com consecutivos ataques à democracia que se estendem à população, bem como à sociedade civil organizada, podemos observar os problemas provocados por um Estado que se coloca em oposição à sociedade. Isso porque em vez de o governo atual se valer da estrutura do Estado para viabilizar formas de governo menos centralizadas, nas quais a participação popular e democrática se faça possível, como ocorreu de forma exitosa no passado, se prefere fazer uso das (necro)políticas com a finalidade de subjugar o domínio da vida ao poder da morte, o que tem como resultado a criação de mundos de morte para os grupos que são direta e indiretamente afetados pela instituição das necropolíticas, perpetuando desigualdades sociais históricas e criando novas formas de precariedade.

Isso posto, evidencia-se que determinadas ações estatais, sejam essas marcadas pela tomada de decisões ou pela ausência delas, representam a concretização de um projeto de sociedade. Uma vez que esse projeto não leve em conta conquistas históricas da sociedade civil e da democracia brasileira, como é o caso do CONSEA e de seus desdobramentos em termos de políticas de SAN, e tampouco o problema da fome crônica, isso significa estar colocando em curso um tipo de genocídio invisível, mas inegável: o genocídio dos famintos. Apoiando-se em projetos governamentais que não têm uma agenda de combate à fome, as desigualdades sociais e a insegurança alimentar se potencializam, e assim tem sido de 2016 para cá. O que, de acordo com a Rede Penssan (2022), afeta em sua maioria pessoas oriundas das regiões Norte e Nordeste, domicílios chefiados por mulheres, habitados por pessoas autodeclaradas negras e pardas e com baixa escolaridade. Assim podemos observar que, ao se intersectarem com os marcadores gênero e raça, as desigualdades sociais se potencializam ainda mais, mostrando um cenário no qual desigualdades históricas são perpetuadas.

Isso é algo que resulta na degradação social dos grupos mais vulneráveis em termos socioeconômicos, em função de um modelo de Estado e de economia que privilegia a concentração de renda, o agronegócio em vez da agricultura familiar, tendo como produto o aumento exponencial de brasileiros/as vivenciando os vários níveis de



insegurança alimentar. O que não é a primeira vez que ocorre no Brasil, visto que temos um histórico de políticas descontínuas no âmbito alimentar e de combate à fome. Além do que, historicamente contextos de instabilidade e crise política têm afetado as conquistas alcançadas em períodos de maior estabilidade, demonstrando que quanto mais participativo e democrático um governo é, maiores são as chances de haver avanços que possibilitem a diminuição da concentração de renda, das desigualdades sociais, assim como da insegurança alimentar e da fome.

O caso da extinção do CONSEA ilustra bem como as necropolíticas funcionam na prática, colocando direitos sociais, humanos e constitucionais em risco e esfacelando de dentro para fora conquistas democráticas que trouxeram não apenas dignidade aos grupos diretamente beneficiados pelo Conselho, mas a possibilidade de serem efetivamente sujeitos de direito ao participar da construção de políticas de forma direta. A extinção do Conselho é especialmente problemática pelo que representa simbolicamente, mas também pelas implicações que tem a extinção de um órgão de sua importância. A partir da sua extinção, como espaço marcado pela dialogicidade e pela descentralização do poder, criou-se um vácuo tanto na democracia brasileira, quanto nas políticas voltadas à segurança alimentar.

Com sua extinção, exclui-se da estrutura do Estado um espaço comprovadamente eficiente na proposição e no monitoramento de políticas relacionadas à questão alimentar, que envolve vários âmbitos e etapas, indo desde a produção de alimentos até a sua distribuição. Como exemplo dessa eficiência, podemos citar o caso da agricultura familiar, que beneficiou grupos, direta e indiretamente, nas últimas duas décadas. O que demonstra o tamanho da perda que a democracia e a sociedade tiveram com a extinção abrupta do Conselho, uma vez que a agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela produção da comida que comemos diariamente, ao contrário do que propaga o agronegócio.

A antropologia tem realizado discussões relevantes e criado aportes teórico-metodológicos que oferecem novos olhares sobre as problemáticas existentes, ao discutir o campo das políticas públicas de uma perspectiva antropológica por seu viés sociocultural, crítico e situado política e historicamente. Partimos do pressuposto de que os aportes da antropologia se fazem necessários por trazer os discursos e demandas dos



grupos estudados pela nossa disciplina. Assim, a realização de etnografias sobre este campo de ação com base na cultura e na alteridade, nos possibilita apreender a dinâmica dos processos de elaboração, implementação e extinção de políticas públicas.

Entretanto, as estruturas burocráticas e a visão tecnicista das instituições do Estado brasileiro em relação às políticas públicas demonstram a resistência em adotar as perspectivas oferecidas pela antropologia. Em especial, tendo em vista a crise democrática que vivemos no país, na qual políticas e órgãos comprovadamente exitosos na garantia de direitos constitucionais são esvaziados e extintos. Surge daí o compromisso não apenas do/a antropólogo/a “entrar” no campo das políticas, mas também de levar consigo os pleitos daqueles que investigam e auxiliam em alguma medida a construir as pesquisas em antropologia: os sujeitos de pesquisa. Principalmente se o trabalho de pesquisa desenvolvido tiver possibilidade de ser usado como aporte para a construção de novas políticas públicas ou para ajustes naquelas em execução, que não correspondem às demandas dos grupos beneficiados. Dessa maneira, o uso da autoridade etnográfica seria acionado não apenas para endossar discursos dominantes ou para elaborar teorias que vão nascer e morrer dentro dos muros da universidade, mas para mediar diálogos entre Estado e sociedade civil.

Referências

ALIAGA, Marie Agnès; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00169218>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ANHEIER, Helmut. **On the future of the public policy school**. Berlin: Hertie School of Governance, 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, seção 1, edição especial, Brasília, DF, p. 1-13, 1 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estudo Técnico nº 01/2014: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da segurança alimentar e nutricional**. MDS: Brasília, 2014.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.



CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Editorial. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984.

COPLE, Júlia. 'Passar fome no Brasil é uma grande mentira', diz Bolsonaro. **O globo**. 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CORREIA, B. A. **Determinantes do consumo de alimentos processados e ultraprocessados em estudantes da Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; FURQUIM, Nelson R.; SANTOS, Greice M. M. dos; CYRILLO, Denise C. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v18i1.8634683>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FANON, Frantz. **The wretched of the earth**. New York: Grove Weidenfeld, 1991.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **The state of food security and nutrition in the world: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en/>. Acesso em: 16 de jan. de 2022.

FÉ, Márcia Andréia Barros Moura; OLIVEIRA, Lucia Conde de; ÁVILA, Maria Marlene Marques. Histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190072>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HINCAPIÉ, Liliana Gracia. Para uma antropologia da política pública: dinâmicas da construção de políticas públicas para comunidades afro-colombianas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p157-171>. Acesso em: 8 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LEÃO, Marília. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 8 jul. 2022.



PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, B. **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2020. p. 12-30. *E-book*. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/view/139/142/521>. Acesso em: 24 out. 2022.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF**. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RAMÍREZ, María Clemencia. La antropología de la política pública. *Antípoda*, Bogotá, n. 10, p. 13-17, ene./jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/814/81415652002.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ROSSETTI, F. X. **Consumo alimentar, estado nutricional e percepção de segurança alimentar e nutricional entre estudantes de uma universidade pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Escola Superior de Agricultura/Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2015.

Recebido em: 08/04/2022.

Aceito em: 06/10/2022.



REVISITANDO O TALHADO: ensaio visual***REVISITING THE TALHADO: visual essay***

José Vandilo dos Santos*

Lara Santos de Amorim**

Resumo

Este ensaio apresenta, por meio de fotografias, as transformações ocorridas na comunidade quilombola do Talhado rural e urbano na cidade de Santa Luzia, estado da Paraíba, durante o período entre uma pesquisa de mestrado apresentada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 1998, e o retorno do pesquisador durante o estágio pós-doutoral, no ano de 2022. O registro etnográfico retrata o cotidiano da comunidade, seus costumes, vivências e as mudanças trazidas pelas políticas públicas a partir do reconhecimento do quilombo, tais como: a organização da população em associações no espaço rural e urbano e suas novas lideranças; a construção da igreja e praça; a implantação de aerogeradores de energia eólica e a construção de um galpão para confecção das cerâmicas pelas mulheres e de uma escola quilombola.

Palavras-chave: comunidade quilombola; reconhecimento; políticas públicas; ensaio visual.

Abstract

This essay presents in photographs the transformations that occurred in the rural and urban quilombola community of Talhado in the city of Santa Luzia - Paraíba, during the period between a master's research presented at UFPB - Federal University of Paraíba, in 1998 and the return of the researcher during the post-doctoral internship, in 2022. The ethnographic record portrays the daily life of the community, its customs, experiences and the changes brought by public policies from the recognition of the quilombo, such as: the organization of the population in associations in rural areas and urban and its new leaderships; the construction of the church and square; the implementation of wind turbines and the construction of a building for the women to make ceramics and a quilombola school.

Keywords: quilombola community; recognition; public policy; visual essay.

Introdução

Este ensaio fotográfico refere-se à comunidade quilombola do Talhado, localizada no município de Santa Luzia, sertão do estado da Paraíba, a 26 km de distância do centro da cidade, mais precisamente na Serra do Talhado. Segundo dados da Fundação Cultural

* Professor da Universidade Federal do Tocantins/Brasil. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Brasil. E-mail: jvandilo@uft.edu.br.

** Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Brasil. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB)/Brasil. E-mail: amorimlaras@gmail.com.



Palmares (FCP), até o ano de 2021, a Paraíba tinha 45 comunidades quilombolas certificadas, distribuídas por todo o território do estado, do litoral ao sertão. A região do Vale do Sabugi, que compreende parte do sertão paraibano, é formada pelos municípios de Santa Luzia, São Mamede, Junco do Seridó, São José e Várzea, e conta com uma população em torno de 36.805 habitantes, sendo muitos deles pertencentes aos quilombos reconhecidos pela FCP, e que guardam em si, ricas tradições construídas ao longo de sua história. Em 2004, o reconhecimento do Talhado como quilombo rural foi oficializado pela FCP, e em 2005, o quilombo urbano situado no bairro São José foi reconhecido. Atualmente, existe a luta pelo reconhecimento do bairro Monte São Sebastião, ocupado por outras famílias vindas do Talhado na mesma época.

Meu contato com a comunidade do Talhado iniciou-se na infância, quando era morador da cidade de Santa Luzia, e depois aprofundou-se entre 1996 e 1998, quando realizei uma pesquisa de mestrado (SANTOS, 1998) em Sociologia na UFPB, no campus de Campina Grande, atual UFCG. Durante a pesquisa, entrevistei importantes lideranças da comunidade na época, como o Sr. Sebastião, Dona Rita e Maria do Céu, e acompanhei o movimento de migração para a área urbana de Santa Luzia, registrando depoimentos de moradores sobre o possível abandono da área rural do Talhado por causa das difíceis condições de vida no lugar.

Atualmente, retorno à comunidade por meio de pesquisa de pós-doutorado, que visa analisar o impacto das mudanças na comunidade quilombola do Talhado a partir do reconhecimento e o acesso às políticas públicas. Ao visitar o quilombo rural em 2022, surpreendentemente constatei algo bem diferente. No trajeto para a comunidade, agora por estrada asfaltada, encontrei uma placa indicando a localização do quilombo do Talhado, e observei que foram construídos uma praça com uma capela e poços de água para o abastecimento, que amenizaram a falta de água nos períodos de seca. Os novos equipamentos públicos indicam mudanças que trouxeram ganhos à comunidade. Muitas dessas mudanças estão sendo realizadas com a ajuda da empresa de energia eólica que se instalou ao redor da comunidade do Talhado como forma de aproximação e conquista dos moradores, atendendo demandas dos quilombolas. Entretanto é importante salientar que a implantação dos aerogeradores tem trazido impactos na comunidade, como o barulho, falta de água e outros; portanto, parte dessa "ajuda" compõe ações mitigadoras que nunca



são suficientes. Por outro lado, as mudanças também ocorreram no Talhado urbano, como a participação das louceiras em feiras e exposições dentro e fora do estado da Paraíba, para a venda da cerâmica produzida no galpão. E ainda, a conquista de mais um equipamento público, a escola quilombola no bairro São José.

Nas entrevistas com a comunidade, percebi também que a noção de identidade quilombola, rejeitada na época do mestrado, agora faz parte dos discursos dos interlocutores, sendo identificada como positiva, e de forma consciente. Os moradores da zona rural demonstram resistência, participando da associação de moradores com mais interesse em reuniões regulares, nas quais são tomadas decisões coletivas.

Uma das atividades tradicionais do Quilombo do Talhado é a produção da cerâmica utilitária e decorativa, que deixou de ser produzida pelas moradoras na zona rural para se realizar em um galpão doado pela prefeitura na cidade de Santa Luzia, no qual as mulheres trabalham diariamente em sua produção e venda.

É importante dizer que existem duas associações na comunidade hoje: a Associação Comunitária Rural Quilombola Serra do Talhado, na área rural, e a Associação Comunitária das Louceiras Negras da Serra do Talhado, na parte urbana do quilombo. Essa organização social indica que a consciência identitária do povo quilombola tem ganhado corpo entre os talhadinhos, uma vez que se organizaram nas associações lutando por seus direitos. Nesse sentido, constatamos que, apesar da divisão territorial entre quilombo rural e urbano, a identidade de povo do Talhado tem sido compreendida por seus membros como pertencendo a uma única comunidade. Como eles mesmos dizem: “Nós somos um povo só”.

A sequência de fotos abaixo inclui fotografias do autor captadas em campo em 1997 e em 2022, e pretende retratar tanto o quilombo rural como o urbano, em processo de transformação ao longo de duas décadas.



QUILOMBO RURAL

Foto 1 – Paisagem vista do alto da Serra do Talhado



Fonte: arquivo do autor, 1997.

Foto 2 – Casas de tijolos no Talhado rural do Sr. Sebastião, liderança da comunidade na década de 1990



Fonte: arquivo do autor, 1997.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Foto 3 – Festa com a presença dos sanfoneiros e de Maria do Céu (líder comunitária que foi assassinada por feminicídio em 2013)



Fonte: arquivo do autor, 1997.

Foto 4 – Praça e igreja de São José



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.63730.p180-188>

Foto 5 – Interior da casa de D. Joana, onde avistamos fotos dos parentes antepassados



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.

Foto 6 – Aerogeradores de energia no entorno do Talhado rural



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

QUILOMBO URBANO

Foto 7 – Rita Preta (primeira líder do quilombo urbano) no trabalho de confecção da cerâmica



Fonte: arquivo do autor, 1997.

Foto 8 – Louceiras trabalhando, e presença masculina no interior do galpão



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Foto 9 – Louceira trabalhando no interior do galpão



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.

Foto 10 – Escola Quilombola no quilombo urbano do bairro de São José



Fonte: arquivo do autor, 30 de abril de 2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Referências

SANTOS, José Vandilo. **Negros do Talhado**: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB, 1998.

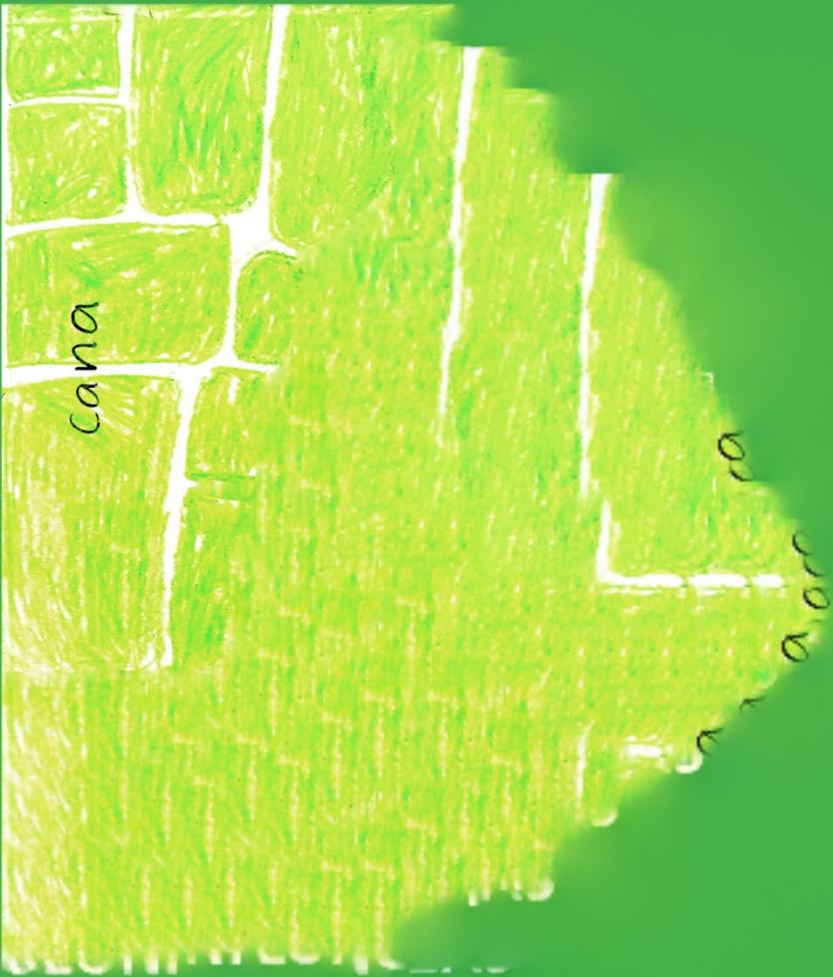
Recebido em: 17/07/2022.

Aceito em: 12/11/2022.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.63730.p180-188>



| ARTIGOS LIVRES |

O USO DO RETRATO SOCIOLÓGICO COMO RECURSO PARA OBSERVAR AS CONDIÇÕES SOCIAIS NECESSÁRIAS PARA A MANIFESTAÇÃO DO “GOSTO” PELA ARTE

THE USE OF THE SOCIOLOGICAL PORTRAIT TO OBSERVE VISIBLE SOCIAL CONDITIONS NECESSARY FOR THE MANIFESTATION OF THE “TASTE” FOR ART

Bernardo Fortes *

Resumo

Este artigo busca, pelo uso da metodologia do “retrato sociológico”, elaborada por Lahire, observar a gênese das disposições e gosto de um jovem artista de classe média do Recife. Lahire propõe pensar com e contra Bourdieu para refletir sobre o social incorporado, assim, por meio deste trabalho, pretendemos construir um diálogo entre os dois autores a fim de refletir sobre as contribuições de Bourdieu no que tange à sua crítica à ideologia carismática que percebe o “gosto” e práticas culturais como inatas aos indivíduos.

Palavras-chave: capital cultural; disposições; Lahire e Bourdieu; classe média.

Abstract

This article seeks, through the application of the “sociological portrait” methodology, as suggested by Lahire, to observe the genesis of the dispositions and taste of a young middle-class artist from Recife. Lahire proposes to think with and against Bourdieu to reflect on the embedded social, and, through this work, we intend to build a dialogue between the two authors in order to reflect on Bourdieu's contributions regarding his critique of the charismatic ideology that perceives “taste” and cultural practices as innate to individuals.

Keywords: cultural capital; dispositions; Lahire and Bourdieu; middle class.

Introdução e contextualização teórica

Este trabalho foi realizado com um jovem que faz parte de um coletivo artístico e que participa de diversos projetos envolvendo música, artes visuais, *motion design*, entre outras expressões artísticas. Traçar um retrato sociológico, tal qual sugerido por Lahire (2004), surgiu como estratégia metodológica para observar quais experiências foram relevantes em sua trajetória para nele despertar o interesse e disposição pela arte, bem como averiguar se sua opção por uma carreira economicamente incerta e arriscada despertou conflitos internos e familiares.

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Brasil. E-mail: dinoviscky@gmail.com.



Em Lahire, o projeto de “pensar com e contra Pierre Bourdieu” (LAHIRE, 2002, p. 10) deve ser entendido pela relevância que esse autor confere ao social incorporado na produção das práticas dos agentes, assim como seu precursor Bourdieu. Contudo, para Lahire, existem certos aspectos da teoria da prática de Bourdieu, que fazem parte de sua teoria do *habitus*, que estariam equivocados por se tratar de conjecturas sem uma investigação empírica. Para Lahire (2004, 2005), Bourdieu falha ao negligenciar o longo e complexo processo que leva à incorporação das disposições sociais, a exemplo da formação da disposição estética, pois esta, em Bourdieu (2011a, 1983), apareceria como pressuposto, bastando que o indivíduo estivesse inserido em determinadas condições de existência capazes de propiciar uma distância das necessidades materiais — sendo, que, na percepção de Lahire, essa disposição é fruto de uma longa trajetória de condicionamento, que se dá em diversos âmbitos de socialização, que devem ser demonstrados e detalhados, o que faz necessário sair da mera “constatação” apriorística e abstrata das disposições em prol de se avaliar empiricamente como elas se formam.

Essa é uma das razões que levam Lahire (2004, 2005) a propor sua metodologia de uma sociologia à escala individual, o retrato sociológico, que permitiria um nível tal de imersão que tornaria possível apreender os processos de incorporação das disposições, e não apenas tomá-las como dado prévio, como se fossem apenas um indicativo de determinadas condições sociais de existência estruturadas pelo *habitus* de classe. Desse modo, sua crítica se dirige ao fato de a noção de *habitus* consistir em um princípio unívoco balizador de todas as práticas, gostos, percepções e julgamentos dos agentes, marcado pelo caráter de permanência e transferibilidade. O *habitus*, para Bourdieu, é “uma disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido” (BOURDIEU, 2011a, p. 163). Assim, Bourdieu (2011a, 1983) exemplifica que os professores, dada a sua posição de privação relativa de capital econômico, seriam orientados, de forma não reflexiva, pelo princípio do ascetismo aristocrático em todos os seus universos de práticas. Da mesma forma, o modo pretensioso de ser e a “boa vontade cultural” seriam a principal marca daqueles que vivenciam experiências de vida similares às da pequena burguesia (que percebe os rendimentos auferidos através de competências culturais). Logo, esses princípios (*habitus*) seriam responsáveis por balizar as práticas, nos mais diversos



âmbitos e manifestações de gosto, daqueles que ocupam posições no espaço social propensas para seu desenvolvimento.

Portanto é vital enfatizar que Lahire (2002, 2004, 2005) critica a noção de unicidade, permanência e transferibilidade das disposições. Em oposição à teoria de Bourdieu — que entende que, a depender da localização do indivíduo no espaço social, é possível estabelecer qual o princípio gerador de todas suas práticas, sendo estas compartilhadas por todos os demais que ocupam uma mesma posição no espaço social (o que formaria um estilo de vida que possibilitaria identificar os agentes em posições similares) —, Lahire abandona o termo *habitus* e passa a tratar apenas de disposições, sendo que, no seu entender, elas são plurais para um mesmo ator social, não se tratando mais de um princípio gerador único, mas de um patrimônio composto por diversas disposições que podem ser acionadas ou não, a depender do contexto, de modo mais ou menos consciente ou inconsciente.

Assim, podemos ver que o projeto teórico proposto por Lahire (2004, 2005) continua sendo disposicionalista (como ele mesmo declara), de modo que o mundo social permanece presente no indivíduo, mas, em função da maior ou menor multiplicidade de contextos por ele vividos durante as variadas esferas de socialização, as disposições vão se atualizando e se tornando mais ou menos heterogêneas ou, quando não mais satisfazem as novas situações experienciadas pelo indivíduo, são suspensas (LAHIRE, 2002, 2004, 2005). Constatamos, então, a ruptura com a ideia de um princípio unificador das práticas e do gosto em favor da noção de patrimônio disposicional, que é plural.

Em face dessas considerações, foram realizadas duas longas entrevistas, e utilizado farto material empírico, obtido por meio de anotações etnográficas extraídas do primeiro contato, do local da entrevista e da forma como estas ocorreram, além de observações obtidas por meio de conversas com pessoas próximas ao entrevistado. Tudo isso objetivou uma profunda imersão em seu universo com a finalidade de obter informações detalhadas que permitissem uma visão de seu estoque de disposições. Assim, procurou-se investigar o maior ou menor grau de homogeneidade ou heterogeneidade dos princípios disposicionais e de hábitos do interlocutor, bem como os porquês que explicariam a conformação de seu estoque de disposições (LAHIRE, 2002, 2004, 2005).

Quanto às perguntas feitas durante as entrevistas, elas seguiram os seguintes eixos temáticos: apreensão da origem social, isto é, a posição de classe e estrutura de capitais do entrevistado (capitais cultural, social e material), bem como a evolução no tempo desses capitais no seio familiar, tanto por meio da análise de sua família nuclear quanto das famílias de seu pai e mãe, de modo a definir, de maneira aproximada, a posição no espaço social do entrevistado, ou seja, a classe social a que pertence; vida escolar e infância; vida familiar; consumo de bens culturais e lazer; vida profissional e relação com as artes. Quanto aos eixos orientadores da grade de perguntas, pretendeu-se apreender os efeitos das grandes matrizes de socialização na formação do interlocutor: como a família, a escola, os meios de comunicação de massa e demais instituições culturais impactaram sua socialização? Dessa maneira, buscou-se detalhar a pluralidade de princípios de socialização do entrevistado por meio de questionamentos que permitissem mergulhar nas nuances de cada universo de prática e ação por ele vivenciado, a fim de investigar, por um lado, a gênese de suas disposições e hábitos e, por outro, os momentos de crise que eventualmente levaram à incorporação de novos princípios e disposições, bem como averiguar se o detalhamento dos diferentes universos de práticas do entrevistado permitiria pôr em evidência as situações de variações de disposições em função das propriedades do contexto e das propriedades das pessoas com as quais ele se relacionou ao longo de sua vida.

Com isso, buscou-se investigar os princípios e esquemas de disposição que estão por trás das práticas de consumo cultural de um jovem artista da classe média: estes são homogêneos, influenciados pela sua posição de classe e, por isso, mais próximos da cultura entendida como legítima pelo campo cultural; ou heterogêneos, expressando-se através de um consumo de bens tanto legítimos quanto menos legítimos, em função de experiências de socialização pelas quais o entrevistado passou? E, finalmente, considerando a riqueza de detalhes proporcionada pela metodologia do retrato sociológico, no que tange à apreensão da formação das disposições, buscou-se investigar os processos desencadeadores do gosto pela arte, o que se revela mais propício em se tratando de um artista, justamente pela crença corriqueira da existência de um talento e sensibilidade inerentes àqueles que produzem arte. Logo, tal exercício, ao procurar explicitar as marcas do social incorporado no indivíduo, pode ser de grande valor para melhor compreendermos a gênese do interesse e gosto pela arte e, assim, contribuir com



um dos esforços de Bourdieu de criticar a ideologia carismática da relação com a arte como algo inato e um dom, do qual apenas alguns poucos seriam dotados.

Assim, pretende-se, com o auxílio do aparato metodológico de Lahire, demonstrar, em consonância com o pensamento de Bourdieu, que, por trás do aparente encontro mágico entre espectadores ou produtores com a arte e a forma legítima de consumi-la, há muito esforço e familiaridade prévios (sobretudo por meio do empenho da família e, em menor medida, da escola), ainda que invisibilizados.

Posição no espaço social

Villa¹ nasceu em Recife, tem 23 anos, mora com seus pais e irmã (de 24 anos) em um apartamento próprio da família, no Bairro de Boa Viagem. É formado em jogos digitais pela Universidade Católica de Pernambuco. Nessa mesma instituição, sua irmã estudou bacharelado em direito, mas não chegou a concluir o curso e, posteriormente, iniciou outra graduação em publicidade, a qual está próxima de finalizar. Quanto aos seus pais, ambos têm formação superior, sendo seu pai engenheiro civil, pela mesma universidade dos filhos, e, sua mãe, arquiteta formada pela Universidade Federal de Pernambuco.

Villa tem poucas informações a respeito da vida profissional de seus avós, bem como de suas origens. Soube informar apenas que seu avô materno tinha envolvimento com política na cidade de Caruaru, e que sua mãe nasceu e foi criada no mesmo município, onde também passou a infância e parte da juventude, mudando-se para o Recife para iniciar sua formação em arquitetura. Sobre tal mudança, Villa narra que, a princípio, sua mãe veio morar com uma tia, mas que posteriormente, conforme os demais irmãos também se mudavam para entrar na faculdade, seus avós maternos optaram por proporcionar aos filhos uma casa própria, para que pudessem continuar os estudos na capital com conforto e comodidade. Percebemos, portanto, a importância central da educação e um nítido projeto de reprodução de classe social por parte da família materna

¹ Para preservar a intimidade e a vida privada do entrevistado, alteramos o seu nome, bem como outras informações relevantes, como os nomes das escolas em que ele estudou.



de Villa. Tal preocupação também pode ser constatada quanto aos avós paternos, pois, embora Villa não saiba informar a profissão de seu avô, apenas que sua avó era dona de casa — certamente um indício da falta de necessidade de trabalhar fora —, seus avós matricularam seu pai para estudar, ao longo de toda a sua formação escolar, no Colégio Santa Bárbara, uma das instituições de ensino privado mais tradicionais do Recife e, também, uma das escolas com mensalidades mais caras. A seguir, seu pai estudou engenharia civil na Universidade Católica, uma instituição privada respeitada e que também tem mensalidades elevadas. Tal centralidade e preocupação quanto à educação e à escolha de uma carreira profissional também estão presentes na experiência familiar de Villa, portanto percebemos que estas foram preocupações transmitidas por seus avós aos seus pais.

Dessa forma, por meio da verificação dos esforços e da mobilização de apoio e recursos por seus avós maternos e paternos, podemos constatar não apenas uma condição material favorável transmitida por uma geração anterior, mas também a presença de ideias valorativas que ressaltam o desempenho individual e que refletem um projeto de ascensão social ou de reprodução de classe. Percebemos que a importância dada à formação e à educação é uma herança que Villa encontra em seu seio familiar, estando presente também na origem social de seus pais. Assim, a boa condição social de Villa vem de muito antes, uma vez que seus pais não viveram situações de privação, que os obrigassem a se dispor como mão de obra para atender a necessidades de sobrevivência impostas por um ambiente familiar marcado pela penúria. Ao mesmo tempo que seu pai e mãe foram poupados de se inserir precocemente no mercado de trabalho, esse adiamento foi acompanhado pela preocupação de suas famílias em proporcionar uma melhor formação educacional por meio de um bom preparo para um ensino superior de qualidade, de modo a assegurar a reprodução de classe.

Velho (2012), ao estudar famílias de frações médias urbanas brasileiras na década de 1970, percebeu que em tais contextos familiares, marcados pelo elevado investimento educacional, o baixo aproveitamento escolar de um filho é visto com apreensão, portanto esse filho está sujeito a pressões que visam corrigir o desinteresse acadêmico e a falta de comprometimento com um projeto profissional seguro economicamente. Reside justamente nesse aspecto da vida do entrevistado um dos momentos de angústia e conflito por ele vividos. Todavia abordaremos essa questão posteriormente, por ora nossos



esforços concentram-se em identificar, de forma aproximada, a classe social do entrevistado — e, até aqui, temos percebido um alto capital cultural desde a origem de sua trajetória.

Outra estratégia para apreender a posição no espaço social de Villa foi lhe perguntar como descreveria o bairro em que mora e as pessoas que nele vivem. Villa conta que por muito tempo pouco pensou sobre seu bairro e vizinhança. Como explica ele, isso se deu “porque era muito jovem e ficava muito em casa”, e complementa que foi apenas ao longo de seu crescimento e amadurecimento que passou a refletir e tentar melhor compreender o lugar em que vive, mas ressalta que uma ideia sempre esteve presente: a de que Boa Viagem seria um lugar perigoso. Atualmente, ele não questiona essa percepção, mas a explica em decorrência de se tratar de “um dos bairros mais nobres da cidade, como falam”, tratando-se de um local central, “onde as coisas acontecem”, e que, por isso, chamaria muita atenção. Refletindo, ainda, sobre se tratar de um bairro nobre, Villa diz que, em razão de o bairro ter muitas pessoas ricas, muito se fala que seria um lugar em que as pessoas seriam egoístas e “otárias”. Ele concorda com essa crítica, mas frisa que não se pode generalizar, uma vez que lá também moram pessoas, incluindo ele próprio e seus amigos, que criticam esse comportamento, e finaliza dizendo que não se pode definir um local pela maioria das pessoas que nele vivem. Vemos, portanto, que Villa reconhece o bairro em que sempre morou como “nobre” e habitado por pessoas ricas, mas ele não se identifica com certas atitudes e práticas de seus vizinhos, adotando uma postura crítica e de distanciamento.

Cabe observar que Villa, apesar de vir de uma situação familiar em que desfruta de capitais cultural e econômico em abundância, ainda assim tem uma estrutura de capitais assimétrica, pendendo mais para o cultural em oposição ao econômico. E, uma vez que o bairro em que ele mora é notoriamente percebido na cidade como morada de pessoas que possuem capital econômico muito elevado, o que não é de toda a realidade do entrevistado, talvez sua postura de distanciamento seja a rejeição a um estilo de vida e a um *habitus* de classe que sua posição no espaço social não permite desenvolver. Dessa maneira, temos uma situação de necessidade tornada virtude (BOURDIEU, 2011a, 2011b; PETERS, 2013), pois o entrevistado enfatiza que, apesar de ser parte daquele meio, não se vê plenamente inserido, e faz esse reconhecimento emitindo um comentário



de desprezo ao caracterizar certos aspectos de gostos e práticas como fúteis e elitistas. Cabe lembrar que Bourdieu (2011a) coloca que as rejeições de gosto, práticas e estilísticas, são uma forma simbolicamente potente de traçar fronteiras entre as frações de classe: ao mesmo tempo que se valoriza os capitais que se possui, minimiza-se aqueles que se tem em menor quantidade em comparação aos agentes que pertencem a outra fração do espaço social, sendo este um modo de buscar maior legitimidade para os capitais de que se dispõe. Vemos, então, que o julgamento de Villa, de maior valorização do estilo de vida próprio de sua posição de classe, que goza de maior capital cultural em detrimento do econômico, está inserido em uma disputa simbólica de classes sociais. Villa, podemos dizer, busca hierarquizar o mundo das classes a seu favor, o que fica mais claro quando ele trata das disposições estéticas de sua família em comparação com as de outras pessoas.

O apartamento em que ele mora com sua família tem mobília de madeira antiga e é decorado com quadros e objetos que remetem à cultura popular pernambucana. Em sua ampla sala, há uma parede completamente ocupada por uma coleção de vinis, contudo, como apenas a vi muito apressadamente, enquanto esperava Villa para iniciarmos a entrevista, pedi para que ele próprio descrevesse sua casa. Ele elenca uma mesa de centro da sala e seus enfeites (mas não soube precisar origem nem o que significam dos enfeites) e uma cristaleira com copos e vasos de cristal (uma espécie de relíquia da família, presente de casamento de seus pais dado por sua avó paterna). Ainda sobre a sala, cita cinco ou seis quadros que lá se encontram, alguns pintados por sua avó materna — ele comenta que a avó pinta, embora não profissionalmente. Ele também menciona que há muitas plantas e flores adornando a casa, e que uma parte da mobília foi comprada na loja de decoração Tok & Stok. Porém Villa é mais preciso, e parece mais interessado em informar sobre os livros, CDs, vinis e DVDs de sua casa, contando que há cerca de cinco mil CDs e mais de mil vinis. Sobre os livros, diz que, em geral, são sobre música e biografias de artistas como Eric Clapton e David Bowie. Destaca, orgulhoso, que seu pai é um colecionador que começou sua coleção de LPs (com gêneros como MPB, bossa nova, rock progressivo e bandas e artistas, como Led Zeppelin, Beatles, Tom Waits, Bob Dylan) ainda jovem, na década de 1970.

Villa comenta que seu apartamento sempre chamou a atenção e despertou elogios de amigos que iam visitá-lo, o que levava a uma frequente especulação sobre sua condição econômica. Assim, as pessoas comentavam que ele deveria ser muito rico em razão de



sua casa ser muito bem decorada e demonstrar bom gosto. Ele menciona que esse tipo de observação se intensificou quando entrou na faculdade, quando passou a receber novos amigos em casa (possivelmente porque passou a ter colegas de outras classes sociais na faculdade). Mas ele logo diz que sempre fez questão de questionar ideias que associavam a beleza de sua casa a um *status* de riqueza, explicando tratar-se do esforço de sua mãe arquiteta, que tem como uma de suas principais prioridades embelezar o apartamento. Seria, portanto, graças à capacidade de sua mãe e à própria natureza de sua profissão que o apartamento em que mora despertaria tantos elogios, e não devido a uma condição econômica privilegiada. É importante destacar que essa competência distintiva de sua mãe quanto às escolhas no âmbito decorativo, esse “*gostar de arrumar a casa*”, como o entrevistado coloca, é a disposição estética em ação, própria de um *habitus* de classe que permite a estilização de vida. Assim, as escolhas estilísticas da mãe de Villa representam a realização e manifestação de disposições e práticas próprias de uma fração de classe, da condição de existência burguesa. Porém elas são tidas pelo entrevistado como mera habilidade proveniente da formação de arquiteta, o que nos mostra como a incorporação das disposições e gostos se dá de maneira inconsciente pelos indivíduos e grupos, sendo a realização do social incorporado.

Logo, a partir da análise sincrônica e diacrônica do volume e da estrutura de capitais de Villa e, sobretudo, de sua família, podemos constatar que ele cresce em um ambiente de socialização marcado pelo alto capital cultural. E ele próprio parece intuir, embora de maneira não elaborada, a preponderância do capital cultural sobre o capital econômico em sua família, o que fica evidenciado em sua fala:

Quando ia pra casa das outras pessoas, eu conseguia ver a diferença entre, mesmo que eu conseguisse ver que essa pessoa fosse até mais monetariamente privilegiada, eu conseguia ver a diferença entre a casa dela e a casa de uma arquiteta, que foi arquitetada por alguém (informação verbal).²

Assim, o capital cultural elevado de sua família mostra-se pela posse de diplomas superiores de seus pais em prestigiosas instituições, mas também pelas práticas culturais de seus pais e das preferências estéticas exemplificadas pelo apartamento da família,

² Trecho retirado de entrevista realizada com Villa em sua residência, em dezembro de 2020.



reconhecido por terceiros como símbolo de “bom gosto” e resultado direto de investimentos da mãe de Villa, e, menos diretamente, pelos objetos de seu pai que compõem a sala de estar. Importa enfatizar o caráter autoral que seus pais exercem na montagem do apartamento, não necessitando recorrer a profissionais, pois eles próprios são dotados de disposições quanto ao que é entendido como agradável, o que é somado aos fatos de existir mobília herdada e de que, como dito, uma de suas avós tem como *hobby* a pintura, sendo inclusive sua obra usada para enfeitar a casa, o que demonstra ter ela qualidade (até mesmo pela preocupação da mãe arquiteta com a decoração). Tais elementos demonstram uma disposição estética no seio familiar de Villa que evidencia uma ascendência no capital cultural de sua família proveniente de gerações passadas.

Quanto à posse de capital econômico, isto é, de bens materiais, o interlocutor afirmou que o apartamento em que mora é próprio, e que a mãe e o pai têm empregos estáveis. Mas, talvez, os dados mais relevantes sejam os obtidos indiretamente, como o de que seus pais pagaram para ele e sua irmã, durante toda a vida, escolas renomadas e de alta mensalidade, aulas de reforço escolar, um bom curso de inglês e faculdades privadas, sendo que, inclusive, os dois filhos chegaram a abandonar cursos que já haviam iniciado. Essa boa vontade em financiar uma boa e dispendiosa educação para os filhos, viagens internacionais mencionadas, além dos próprios investimentos em sempre estar decorando o apartamento, são indícios de um capital econômico confortável. Portanto, ao invés de usar conceitos como classe média ou elite para definir sua posição e de sua família, talvez seja mais interessante apreender a estrutura de capitais em que o entrevistado cresceu para elaborarmos, de forma mais acurada, um panorama de parte dos estímulos que influenciaram a gestação de suas práticas culturais e comportamentais.

Formação, vida familiar e escolhas profissionais

Villa conta que seus pais sempre estiveram muito ocupados no trabalho e que, por isso, pouco ajudavam os filhos com os deveres escolares, embora ele reconheça que, até o término do ensino fundamental 1, eles se mostravam mais presentes, e o auxiliavam com o conteúdo escolar. Ele também menciona que até, aproximadamente, os seus cinco anos de idade, seus pais costumavam ler para ele, em geral, livros infanto-juvenis, tendo destacado a leitura da série Harry Potter. Contudo o pouco tempo de seu pai e mãe para



ajudá-lo com as tarefas escolares não significou que eles estivessem pouco interessados em sua educação, de modo que, quando Villa tinha apenas oito anos de idade, foi matriculado em uma das melhores e mais caras escolas de inglês da cidade.

Diz o entrevistado que, como aos 13 anos de idade já dominava o inglês, isso acabou por facilitar o consumo precoce de músicas, seriados e filmes que seus colegas conheceriam apenas mais tardiamente, isso quando chegaram a conhecer tais obras. Portanto, ele próprio diz que ser fluente em inglês foi fundamental para a formação de sua personalidade, por ter ampliado seu acesso a bens de consumo culturais, e porque, uma vez que tais bens não são tão acessíveis, Villa familiarizou-se com uma série de referências culturais que poucos conheciam, de modo que a constituição de sua rede de amigos baseou-se em grande parte na aproximação e simpatia por jovens que tivessem afinidade com seu universo de referências. Assim, a constituição de suas amizades teve como elemento importante o compartilhamento de uma cultura internacional. Isso fica evidenciado com o fato, por ele contado, de que seus amigos mais íntimos frequentemente usam algumas palavras-chave em inglês porque as percebem como mais apropriadas para exprimir o sentido de determinadas ideias que querem expressar.

Quanto ao ensino regular e às escolas em que Villa estudou, também houve uma nítida preocupação de seus pais em escolher instituições de referência para o filho, mas, ao longo de sua vida escolar, ele passou por um processo de queda em relação ao seu desempenho. Embora isso tenha preocupado seus pais e implicado em diversos momentos de conflitos, cobranças e punições brandas (como proibição do acesso à televisão e, sobretudo, ao computador), em geral, eles adotaram uma atitude tolerante frente às notas baixas, ainda que constantemente o alertassem com frases como: “o que é que você vai fazer quando crescer? Uma hora seus pais não vão tá mais aqui”. Esses alertas causavam bastante angústia e preocupação em Villa, contudo, antes de abordarmos esse drama e seus desdobramentos, é importante nos atermos aos processos desencadeadores que fizeram com que ele passasse de bom aluno para aluno medíocre e, por fim, mau aluno — contudo é digno de nota adiantar que, apesar seu desempenho ruim, Villa nunca foi um aluno bagunceiro que atrapalhasse o andamento das aulas.

A primeira escola em que Villa estudou localiza-se a poucos metros de distância da rua em que ele sempre morou, sendo uma pequena escola primária limitada ao ensino



do fundamental 1. Villa conta que sua mãe é amiga próxima de uma das donas do educandário e, também, que foi a arquiteta responsável por projetá-lo. Em face de toda essa proximidade, ele destaca que todos os funcionários, de professoras a faxineiras e porteiros, o conheciam bem. Na verdade, ele fala com certo gosto que, até hoje, quando passa próximo à escola, os funcionários ainda se lembram dele, mesmo após tantos anos. Ele descreve essa fase da vida escolar como “um tempo muito bom”, e lembra com certo saudosismo de momentos de sucesso escolar, como as vezes em que terminou as atividades do caderno escolar bem antes do previsto. E conta que, além do horário de conteúdo regular, a escola oferecia um pós-horário com atividades extracurriculares como natação, futsal, aula de canto, flauta-doce e outras. É justamente enquanto relembra dessas atividades, que ele deixa transparecer com mais força o saudosismo desse período, mas mesmo os momentos de ensino expositivo tradicional são descritos como divertidos: havia certo caráter lúdico no andamento das aulas. Percebemos como Villa sentia-se confortável nesse primeiro ambiente escolar e como ele o descreve com entusiasmo e riqueza de detalhes, mas, em contraponto, sua vivência escolar mais recente é descrita, a princípio, com certa vagueza: o entrevistado, por exemplo, diz lembrar-se somente de alguns poucos professores, havendo se esquecido da maioria.

Esse “silêncio” evidencia um desconforto por remeter a uma fase difícil da vida do entrevistado, contudo seria apressado diagnosticar essas dificuldades em razão do declínio de suas notas. Na verdade, tal fato foi antes o resultado de questões mais íntimas, como a falta de disposições para esse novo universo escolar, que exigia uma disciplina e ascetismo que Villa não estava preparado para desempenhar e, principalmente, do “tempo de decisão profissional” que se acentuava à medida que a conclusão da vida escolar se aproximava. Entretanto foi preciso paciência e a reelaboração de questões, em diferentes momentos da entrevista, para melhor entender o conflito interno pelo qual o entrevistado passava, além de certa perspicácia para apreender e articular as informações não ditas.

Após concluir o ensino primário, Villa foi matriculado no Colégio Impacto e, posteriormente, no Santa Bárbara, sendo que ambas as instituições se localizam no bairro em que o entrevistado reside. No primeiro colégio, Villa passou apenas dois anos, dando como razão de sua saída a não adaptação à escola, pouco detalhando esse ocorrido. No Colégio Santa Bárbara, ele permaneceu até finalizar sua vida escolar. Ele diz que, a partir da oitava série, quando estava no segundo colégio, suas notas caíram significativamente,



e ele passou a ter cada vez mais dificuldades para ser aprovado, embora nunca tenha passado por uma reprovação.

Ainda que não tenha oferecido explicações para a queda de seu rendimento escolar, é de se pensar que talvez o próprio Villa não entenda muito bem as razões desse processo, ou que prefira esquecer esse momento de sua vida: suas falas trazem algumas pistas desarticuladas que, ao serem reunidas, oferecem-nos um melhor entendimento acerca de sua decadência escolar. Desse modo, enquanto Villa descreve que a primeira escola em que estudou era pequena, com poucos alunos, e que todos o conheciam, o universo escolar do Impacto e do Santa Bárbara é descrito como completamente oposto, com quase uma centena de alunos em uma única sala de aula. Assim, Villa muda de uma situação em que havia forte integração, sentimento de grupo, que ele próprio define como “familiar”, para um contexto marcado pela impessoalidade, no qual ele era apenas um nome na chamada de seus novos professores.

Além da passagem de uma situação familiar para uma de alta impessoalidade, o caráter radical da mudança de universos e da lógica de princípios que os regem acentua-se quando contrapomos o programa metodológico da escola em que Villa fez o ensino primário com o de seus colégios posteriores. Assim, se na primeira situação as salas contavam com no máximo 20 estudantes, o ensino era transmitido de forma dialógica e, portanto, participativa; em oposição, o novo universo é marcado por uma orientação pedagógica em que as aulas são eminentemente expositivas, em que os alunos interagem de forma muito pontual — trata-se, portanto, de uma situação muito próxima da definição de “ensino bancário” elaborada por Paulo Freire (1970), isto é, o aluno é colocado em uma situação de passividade quanto ao conteúdo, e este é uma imposição de uma verdade exterior, e não fruto de uma construção em que o estudante é percebido como agente do processo. Enfim, as duas últimas instituições em que Villa estudou são marcadas pela alta competitividade e por um ensino focado no vestibular. A publicidade dessas escolas, inclusive, enfatiza o alto rendimento de seus alunos, celebrando a elevada aprovação em vestibulares de cursos concorridos, como direito e medicina, e destacando os nomes dos alunos bem-sucedidos.

Com as considerações feitas acima, estamos melhor munidos para entender que a queda no desempenho acadêmico de Villa está relacionada com sua passagem de um



universo marcado pelo ensino dialógico, lúdico e participativo para outro calcado em princípios como a alta disciplina e atenção exigidas dos alunos para aulas meramente expositivas, as quais oferecem pouco espaço para interação e que, devido à alta impessoalidade e ao elevado número de alunos, fazem com que estes estejam muito desassistidos quanto ao seu engajamento com o conteúdo transmitido em sala de aula. Portanto, ao contrapormos esses dois universos, podemos melhor entender o processo que levou Villa a deixar de ser um bom aluno para tornar-se medíocre e, posteriormente, um mau aluno, ainda que sendo sempre aprovado, mesmo que no limite, e sempre comportado em sala de aula e respeitoso com os professores, jamais de perfil “bagunceiro” ou “rebelde”.

Apesar de todo o suporte oferecido por seus pais, a partir, por exemplo, da contratação de professores particulares para aulas de reforço, ele não atualizou suas disposições para o novo ambiente escolar, ainda que sentisse certa angústia devido a suas baixas notas. Nesse aspecto, o ambiente familiar de Villa talvez seja elucidativo para entendermos o fato de sua resposta a essa situação ter sido mais uma postura de “fuga” do ambiente escolar do que uma tentativa de se adaptar à nova rotina, ou mesmo a adoção de comportamentos de rebeldia em sala de aula. Sobre sua família, Villa diz que, ao longo de toda a sua vida, lembra-se apenas de uma discussão entre seus pais, ocorrida quando ele era criança, a qual ele descreve como “mais séria” porque durou alguns dias, mas que, não obstante, foi resolvida através da conversa. Assim, ele percebe a relação de seus pais como “uma coisa boa e afetuosa”, e suas falas demonstram que ele cresceu em um ambiente bem estruturado e equilibrado, no qual, quando existiam conflitos e tensões, eram resolvidos por meio do diálogo e da busca pelo entendimento entre as partes.

Ademais, apesar de o entrevistado dizer que seus pais são pessoas muito ocupadas e que, por isso, a família raramente consegue estar reunida — inclusive, há aproximadamente oito anos, seu pai trabalha fora da cidade, voltando para casa eventualmente, para passar alguns dias —, momentos de atividades familiares em conjunto não são raros, e alguns desses momentos estimulam a criatividade e o gosto por atividades práticas e artísticas, além da interação e conversação entre os envolvidos. Villa diz, por exemplo, que aos domingos, quando seu pai ainda vivia intermitente com sua família, ele o chamava para que o auxiliasse no preparo de uma macarronada que foi ensinada por sua avó. Após algum tempo, quando o pai já estava trabalhando fora, Villa,



mais confiante quanto à sua habilidade, teve vontade de cozinhar o macarrão, e então tomou gosto e começou a aprender outras receitas através de livros de culinária e, principalmente, de vídeos no *YouTube*. Assim, Villa nos conta como nasceu seu interesse pela culinária, embora pontue que, dentre as atividades que realiza, ela ocupa uma posição secundária. De fato, as atividades que o entrevistado prioriza são consumir e produzir música e jogos.

Quanto a suas opções de lazer e diversão, Villa faz questão de dizer que tem por princípio transformar tudo o que gosta em trabalho, diluindo a separação entre lazer e trabalho. Sobre sua relação com a música, por exemplo, ele comenta que ela tem sido uma de suas principais fontes de renda, por meio da monetização do acesso mensal de suas composições em um serviço de streaming. Portanto, vemos que ele não diferencia os momentos em que está compondo, ouvindo música ou fazendo *jam sessions*, ensaios informais de improvisação musical na casa de amigos como momentos sérios de trabalho ou de lazer, pois percebe que faz as duas coisas ao mesmo tempo, isto é, existe uma dimensão lúdica e de prazer, mas também de seriedade e comprometimento de sua parte em relação às atividades mencionadas.

Villa destaca o experimentalismo, a improvisação e a facilidade em quebrar lugares comuns como aspectos que valoriza na composição musical e, quanto aos gêneros que o influenciaram e a partir dos quais define suas músicas, ele cita o *lo-fi* e o *vaporwave*, estilos que têm um forte caráter *do it yourself*, em que as gravações são caseiras e utilizam formas de mixagem acessíveis, geralmente performados por artistas que não dispõem de equipamento, dinheiro ou uma educação musical formal. Até por isso, esses artistas costumam ter produções ousadas, misturando referências bastante distintas, das épocas mais diversas, e chegando a “customizar” músicas consideradas “clássicas”. O *vaporwave*, mais especificamente, é marcado pela predominância do inglês e pela modificação de músicas já existentes para tornar as vozes robóticas e os ritmos computadorizados. A rejeição a um purismo musical e a valorização da criatividade e da inovação, as quais, no entanto, revelam um apreço por manifestações musicais passadas, muitas vezes mostrando-se quase como uma espécie de tributo, são compatíveis com o que observamos em nosso entrevistado, alguém que valoriza a autonomia e liberdade da produção artística e que teve grandes facilidades ao conhecer bandas e artistas através de



seu pai ou da internet. Aliando seu interesse por música com sua paixão por tecnologia, ele não precisa nem mesmo saber tocar instrumentos musicais, mas simplesmente dominar o uso de certos programas de computador.

Portanto, com relação à música, voltamos a um princípio das práticas de Villa que é o consumo de uma cultura internacional, e agora poderemos explorar outro, a influência do universo virtual/digital em sua vida. Quando falou de como valoriza o aprendizado precoce em inglês, ele mencionou que, além de ter ampliado o leque de bens culturais que ele pudesse consumir, a importância também reside no fato de que ele passava muito tempo em sua casa, de modo que o domínio do inglês foi fundamental para ampliar qualitativamente seus momentos de lazer, uma vez que Villa, como muitos jovens de classe média moradores de prédios murados, não estabeleceu uma relação de convívio com a rua e com outros jovens que nela vivem. Nesse aspecto, retornamos ao fato de que ele sempre concordou com a ideia de seu bairro ser um local perigoso. Portanto, o computador e a internet surgem como opções de lazer que representam um acréscimo na rotina de um jovem que vive em um condomínio com áreas de lazer e possibilidades de interação limitadas.

Uma vez que o uso do computador e da internet passaram a ter centralidade na vida do entrevistado, seus pais estabeleceram um controle sobre o conteúdo daquilo que ele jogava e dos sites que acessava, e o puniam ou ameaçavam puni-lo restringindo seu acesso ao computador quando ele ia muito mal na escola. Villa, por exemplo, estava proibido de jogar jogos violentos ou de classificação não apropriada para sua idade, sendo a maioria dos jogos a que ele tinha acesso “educativos” ou “livres”. Apesar dessas restrições, ele coloca que “jogar” sempre foi sua atividade favorita e que isso despertou a preocupação dos seus pais, que o criticavam por “ficar só jogando no computador”. Ele diz que seu grande interesse por jogos se dá pela interatividade que estes oferecem e porque podem (e devem) ser considerados formas de expressão artística, visto que apresentam a narrativa de uma história, projeto gráfico, direção de arte, trilha sonora etc. Villa provoca dizendo que muitos jogos são mais complexos, quanto à estrutura narrativa e à noção de espaço e tempo que muito filmes *mainstream*, excessivamente lineares e de fácil compreensão. Tais aspectos fizeram-no se interessar cada vez mais por *video games*, apesar das dificuldades impostas por seus pais. Ele ganhou seu primeiro console apenas aos 14 anos e, conforme narra, era um jogo com uma proposta mais “familiar” e “não



sedentária”, tendo sido necessário que sua tia convencesse seus pais de que o jogo não colocaria em risco os valores que desejavam transmitir a ele. Mas, enquanto não tinha seu *video game*, Villa aproveitava ao máximo os momentos na casa de amigos e primos para satisfazer seu desejo por essa prática que era rigidamente controlada em seu ambiente familiar.

Assim, vemos que, a despeito de todas as dificuldades para consumir jogos, Villa permaneceu muito interessado nessa forma de lazer, ao ponto de querer tê-la como profissão, graduando-se em jogos digitais. Todavia ele conta que o percurso foi conturbado, uma vez que seus pais, a princípio, viam sua principal fonte de diversão com desconfiança — ele ironiza que eles pensavam em *video games* como “máquinas de psicopatas”, bem como uma fonte “vulgar” e menor de lazer.

Quando estava prestes a terminar o ensino médio, suas notas baixas e desinteresse por matérias escolares tradicionais, além das constantes críticas de seus pais, traduzidas na frase “você passa o dia inteiro jogando”, levaram-no a pensar que não seria capaz de cursar o nível superior, e ele não sabia muito bem qual curso escolher. De início, Villa pensou em jornalismo, talvez por ter algum interesse por literatura (obras de George Orwell, Agatha Christie, Edgar Allan Poe, Conan Doyle, Aldous Huxley etc.) e por artigos sobre música, cultura pop e entretenimento.

Contudo ele conta que a escolha por jornalismo foi motivada por se tratar de uma graduação com respaldo dentro do universo escolar em que estava inserido: havia forte preocupação, por parte da escola, com a aprovação em vestibulares concorridos em faculdades renomadas e, sobretudo, em cursos tradicionais. Jornalismo, apesar de periférica, era opção legítima naquele ambiente escolar. Mas, de fato, a ideia de estudar jornalismo pouco entusiasmava Villa, que acabou por iniciar o curso de cinema em uma faculdade privada, abandonando-o logo após o primeiro ano, pois a Universidade Católica passava a oferecer a formação em “jogos digitais”. Ele explica que a mudança, em parte, deu-se por ele perceber as habilidades requeridas pelo curso de cinema como mais “acessíveis”, sem que fosse necessária uma formação acadêmica para adquiri-las, enquanto as habilidades para criar jogos, como o domínio das linguagens de programação, não seriam tão fáceis de desenvolver de forma autodidata. Além disso, foi fundamental sua maior apetência por jogos e computadores, seu principal divertimento, sendo que o

gosto por cinema não era tão intenso, embora, como já mencionado, Villa tenha interesse pelo audiovisual.

Ele conta, a respeito de suas escolhas pelas graduações de cinema e, depois, jogos digitais, que ficou surpreso com a reação de seus pais, que responderam “faz todo sentido” quando informados. Na verdade, quanto à sua vida estudantil, seus pais, apesar de o castigarem quando estava na iminência de reprovar na escola, não cobravam excelência nas notas, mas que Villa fizesse o necessário para passar de ano sem ir para tantas recuperações. Portanto agora entendemos melhor um dos possíveis motivos pelos quais Villa não desenvolveu as disposições competitivas e disciplinares requeridas pelo universo de suas duas últimas escolas, pois, nem sua família compartilhava completamente dos valores daquelas instituições. A cobrança que os pais faziam sobre ele não era tão dura, eles não exigiram que Villa ingressasse em uma universidade pública ou em cursos tradicionais, e este parece o maior indício da dissonância entre o universo familiar e escolar do entrevistado. Desse modo, Villa conta que apenas esperava a escola terminar, encarando-a como uma obrigação desagradável que um dia acabaria.

Quanto à sua escolha por jogos digitais, ao contar como seus pais, que tanto implicavam com esse passatempo, passaram a respeitar sua opção de transformar sua maior fonte de lazer em trabalho, Villa diz que eles começaram a perceber o trabalho com jogos e programação digital como a “profissão do futuro”. Ele destaca que seu pai chegou a comentar, em uma reunião de família, que o criador do jogo *Minecraft* havia ganhado mais de 2 bilhões de dólares, vendendo a empresa após o sucesso do jogo. Portanto seus pais percebem a opção profissional de Villa como um campo profissional bastante promissor, mais até que carreiras tradicionais, de maneira que seu pai ironiza, para amigos e familiares, quando diz que seu filho não é engenheiro como ele e que não vai ser “pobre como o pai”.

O estoque disposicional de Villa e considerações finais

É interessante perceber que, apesar de Villa ter se rebelado contra seus pais, sempre priorizando sua paixão por jogos e computadores, ele apresenta opções de consumo nesse universo que, embora não excluam os jogos mais *mainstream*, em grande medida são por jogos independentes e o que ele chama de *art games*. Assim, podemos



ver que os pais, ainda que não tenham conseguido reprimir o interesse de Villa por jogos, de maneira indireta — não tanto pelos esforços de controle, mas mais pela socialização rica em aspectos lúdicos e artísticos — acabaram, junto com a primeira experiência escolar, por tornar suas escolhas dentro do universo de jogos bastante marcadas por preocupações estéticas.

No fim das contas, ao invés de Villa ter tomado um caminho no qual tivessem prevalecido as recomendações de seus pais para que diminuísse ou mesmo parasse de se interessar por jogos, ou, ao contrário, ter adotado uma atitude que ignorasse por completo os apelos paternos, na verdade, o resultado foi a formação de uma síntese entre as forças dos múltiplos ambientes de socialização experimentados pelo entrevistado. Desse modo, se seus pais não foram bem-sucedidos em anular o interesse por jogos e pelo universo virtual, por outro lado, tais práticas não foram, e não são vivenciadas por Villa como mero divertimento ou ócio puro e alienante, que “não levasse a canto algum”. Na verdade, constituiu-se em Villa uma opção por uma prática “vulgar”, vista, em geral, como simples entretenimento, contudo esta prática é feita com a mediação de opções éticas e estéticas mais legítimas, tendo elas sido incorporadas sob a influência de valores transmitidos pela contínua influência de seu ambiente familiar e pelo reflexo permanente, mesmo depois de anos, de sua primeira experiência escolar, que foi marcada por atividades que estimulavam o fazer criativo e a autoexpressão por meio das frequentes atividades artísticas que lá eram realizadas.

Quando reflete sobre as influências exercidas por seus pais quanto a seus gostos e práticas culturais, Villa tem dificuldade — talvez por uma procura pela afirmação de sua independência e autonomia, ou porque de fato não as reconheça — em perceber como seu pai e mãe atuaram no desenvolvimento de boa parte de suas práticas de consumo cultural, sobretudo com relação a suas preferências musicais. Assim, o entrevistado manifesta que acha que a influência exercida por seus pais sobre ele se deu de forma mínima, citando que, apesar de seu pai possuir álbuns de Zé Ramalho em sua coleção, ele só veio a conhecer o artista propriamente quando um amigo lhe recomendou sua música. Desse modo, Villa percebe muitos de seus gostos e práticas culturais como espontâneos, sem considerar os vários momentos em que, na sua infância, seu pai ouvia música na sala, como capazes de ter suscitado a disposição de desenvolver o hábito por ouvir músicas



que não são tão populares e de fácil consumo, como o álbum “Paêbirú” de Lula Côrtes e Zé Ramalho, que foi o exemplo citado por Villa de algo que ele descobriu “por fora”. Ele conta que seu pai não lhe permitia manusear sua coleção, a qual é organizada com tal minúcia que ele percebe qualquer álbum que esteja faltando ou que tenha sido colocado fora da ordem por ele estabelecida. Todavia, quando Villa passou a ter mais interesse por música, na adolescência, o pai passou a autorizar seu acesso à coleção, desde que o avisasse previamente e tomasse bastante cuidado.

Talvez essas interdições impostas por seu pai tenham contribuído para a visão distanciada que Villa tem da influência deste, embora conte que diariamente o pai ouvia música por longos períodos, e que gostava de brincar com os filhos, perguntando se eles sabiam o que ele estava escutando. Tais momentos certamente influenciaram Villa a desenvolver familiaridade por composições musicais que, por sua própria complexidade, não são acessíveis por intermédio dos meios de comunicação. Isso explicaria a afirmação de Villa de que, ao ouvir o álbum Paêbirú, quando adolescente, sentiu uma conexão instantânea com a obra, pois na verdade essa predisposição vem de antes, sobretudo se considerarmos que se trata de um trabalho carregado pelo forte experimentalismo da psicodelia brasileira, misturando diversas referências musicais com as quais Villa já estava habituado. Não seria surpreendente, tendo em vista que o álbum consta na coleção de seu pai, se Villa já houvesse escutado o álbum quando criança, ainda que ele não tenha qualquer lembrança disso.

No tocante a seu interesse por cinema e culinária, são práticas que Villa percebe mais diretamente como fruto da influência de seus pais, afinal, ele diz que passou a cozinhar por estímulo do pai e, quanto ao cinema, relata que é frequente sua família reunir-se para assistir a filmes juntos; tendo ele assistido a alguns filmes “cult” ainda criança, a convite de seus pais. Portanto a maior dissonância de Villa em relação a sua família, sendo inclusive uma ruptura com a forma com que seus pais tentaram educá-lo, reside no universo da prática de jogos digitais. Ainda assim, como vimos, estes são escolhidos pelo crivo estético que foi incorporado pela vivência cultural de sua família, experiências que fizeram com que ele passasse a se interessar por expressões artísticas “legítimas” e, inclusive, pela forma como estas são construídas.

Vale destacar que grande parte do interesse de Villa por jogos vem pela oportunidade que eles representam de exercer a criatividade — ressaltamos que ele coloca



que, para conceber o atual jogo que está projetando, houve grande preocupação com a forma e com os elementos estéticos, como, por exemplo, não replicar a jornada do herói, algo que ele reputa como um lugar comum; mas sim fazer uso de metalinguagem com programas de televisão e influências da vanguarda moderna surrealista. Vemos, então, que seu interesse por jogos, definitivamente, não se restringe apenas a jogá-los, mas também por transformá-los em formas de expressão criativa e artística, tendo grande satisfação em concebê-los e em fazer uso, como inspiração, das referências culturais que incorporou ao longo de sua socialização. Tais referências são tanto as “legítimas”, provenientes do ambiente familiar quanto as que ele incorporou de maneira mais independente, especialmente do mundo virtual, que incluem a cultura de “memes” e *gifs* do universo de fóruns virtuais como Reddit e Chans. Além disso, fragmentos de vídeos, *frames* de cenários de *video game* dos anos 1980 e 1990, marcados pelos baixos *bytes* ou por efeitos toscos em 3D, que são abundantes na internet, têm bastante expressividade em suas criações. Também são as facilidades permitidas pela tecnologia, como a popularização de programas de edição de vídeo e de áudio, bem como de câmeras de filmar mais baratas, que permitem a Villa enveredar por diversas formas de expressão artística, como a musical, já mencionada, e a audiovisual, que por vezes se complementam. Assim, os dois diferentes universos de prática, familiar e virtual, atuam em conjunto como escolhas estéticas de referência em seus trabalhos.

Ao repararmos que as principais amizades de Villa são oriundas da infância, algumas delas de sua primeira escola, e que um dos aspectos que os unem gira em torno de projetos e experimentações criativas, percebemos como a disposição por atividades criativas e expressões artísticas é constante na vida de nosso entrevistado, de modo que, quando ele estudou em colégios voltados para um ensino pouco reflexivo, com reduzidas possibilidades de autoexpressão, sentiu-se em crise pelas novas demandas desse universo, uma vez que sua falta de sucesso despertou inseguranças quanto a suas capacidades. Todavia, como ele contou, apesar de não gostar da escola, um pensamento que o aliviava era o de que se tratava de uma fase passageira: no seu entender, “a missão é terminar a escola, você tá terminando, não é uma questão de força, é de tempo, no final”. Além disso, Villa tinha uma vida fora da escola, com estímulos que o animavam mais e amigos com os quais podia exercer seu lado criativo e sua disposição para realizar e produzir, o que, junto com as influências da família, fez com que sua apetência pelas artes sempre fosse



atualizada e com que ele sempre estivesse encontrando satisfação na arte, além de validação nos contextos sociais que mais valorizava.

Ademais, se Villa adotou uma postura evasiva enquanto estava em suas duas últimas escolas, tendo descrito a si mesmo como tímido e pouco participativo nessa fase — inclusive utilizando o adjetivo “nômade”, porque não se percebia como parte de nenhum grupo da escola —, tais traços de timidez e passividade não são generalizáveis a todas as situações que ele vive. Dentro do coletivo de arte de que faz parte, Villa é um dos mais engajados e está sempre instigando os outros membros a produzir e a levar com mais comprometimento os esforços de tornar aquilo que, por enquanto, ainda é mais “diversão” que trabalho, uma relação mais profissional que lhes permita viver apenas das produções artísticas do coletivo.

Observamos também que o estoque de disposições e de princípios de práticas de Villa é caracterizado por poucas variações intraindividuais, de modo que sua disposição para atividades práticas, artísticas e de autoexpressão esteve sempre presente, bem como para a seriedade e para a disciplina, mesmo enquanto ele vivenciava um universo, no caso, a escola, de práticas pautadas não pela criatividade, mas mais pela reprodução de conteúdo de matérias tradicionais. Assim, sua disposição para o comprometimento, embora não tão presente na escola, quando predominou uma postura de “abandono”, manifestava-se quanto aos saberes em que ele tinha interesse, justamente por propiciarem a autoexpressão e terem um forte caráter prático e participativo, como o curso de inglês, o aprendizado da culinária e o envolvimento com música e arte em geral. E vale salientar que, se Villa não experimentou o ensino médio escolar com o comprometimento que demonstrava nas demais áreas de suas práticas, isso foi vivido com certa angústia e autocobrança por estar aquém do desempenho esperado nas avaliações escolares e pelo medo e dúvida de escolher uma profissão vista como legítima dentro daquele ambiente — portanto não se tratou da adoção de um estilo de vida hedonista.

Villa tem apenas 23 anos, assim, por ser muito jovem, é possível que suas disposições ainda sejam bastante modificadas, mas, além da pouca idade e das experiências de vida ainda reduzidas, uma forma de interpretar essa pouca variação talvez venha do fato de ele ser membro de uma fração da classe dominante em uma sociedade periférica e extremamente segregada (o que visualizamos através da própria forma de morar em condomínios murados) e de sempre ter vivenciado experiências em contextos



muito pouco diversificados entre si e, em sua maioria, localizados dentro dessa fração de classe. Assim, seus amigos de infância eram aqueles provenientes de sua primeira escola ou filhos dos amigos de seus pais e, mesmo após seu ingresso na universidade, esse quadro não foi muito modificado. A isso soma-se o fato de que o entrevistado sempre passou muito tempo em casa, encontrando na internet e nos meios de comunicação de massa outro contexto de socialização e de apreensão de práticas e gostos culturais que, ainda assim, foram consumidos sob a mediação de princípios, valores e orientações estéticas muito próximos daqueles próprios de seu contexto familiar e de classe.

Por meio do retrato sociológico de Villa, podemos traçar diálogos com as críticas efetuadas por Bourdieu (2011a, 1983) contra a ideologia carismática que percebe as práticas de “gostos”, em matéria de consumo cultural, como se estas fossem a mais suprema manifestação da essência e sensibilidade dos indivíduos. Assim, ao mesmo tempo que o senso comum ignora as condições necessárias para que ocorra a apropriação de determinados bens culturais, a qual exige disposições específicas, o consumo de bens culturais permite, a depender da raridade destes em função do trabalho de apropriação que exigem, que o público seja dividido em duas categorias: aqueles que teriam sensibilidade para fruir de obras artísticas legítimas e os que não a teriam e que, por isso, se contentariam com o que é fácil e pouco desafiador.

Ao traçar este retrato sociológico, foi possível exemplificar como a incorporação do capital cultural é o resultado de um processo incessante em que o indivíduo está continuamente exposto a estímulos que possibilitam ter “gosto” por práticas culturais que não são tão acessíveis e espontâneas quanto são habitualmente percebidas. De fato, ainda que Villa considere que teve um papel de autonomia na construção de seus “gostos” e práticas culturais, a todo momento ele esteve inserido em um contexto familiar que o munuiu dos códigos e referências necessários para se envolver com sucesso com o campo artístico.

Bourdieu (2011a, 1983) aponta que a escola e, sobretudo, a família desempenham papel central no desenvolvimento da competência cultural exigida pelo ideal da percepção tal qual o campo artístico convencionou, contudo, a eficácia da escola está diretamente relacionada às condições que a família (origem social) oferece, que podem, previamente e paralelamente, inculcar disposições que permitam um melhor



envolvimento da criança em seus jogos “desinteressados”, do contrário, sua importância é diminuída. Assim, apesar de o entrevistado ter estudado a maior parte de sua vida escolar em escolas de perfil pragmático, que estimulavam seus alunos a optar por cursos “tradicionais” e supostamente com maior retorno financeiro, ele escolheu a carreira artística, o que só foi possível com o suporte dos seus pais: tanto porque o muniram das disposições adequadas para saber consumir obras de arte legítimas quanto por serem uma família bem estruturada financeiramente.

Nesse sentido, ressaltamos ainda que a disposição estética só é possível com a “retirada para fora da necessidade econômica” (BOURDIEU, 2011a, p. 54). O estilo de vida das classes dominantes, de elevado capital econômico e cultural, como o do entrevistado, exprime os efeitos dessa condição de existência privilegiada, que permite aos agentes envolver-se em práticas “gratuitas” e “desinteressadas”. Ou seja, há uma espécie de prolongamento da infância que possibilita aos adolescentes — por estarem isentos da necessidade de ingressar precocemente nas atividades econômicas — se engajarem em atividades, como as estéticas, que não envolvem uma função imediata. Logo, a distância das necessidades materiais urgentes leva ao que Bourdieu (2011a, 1983) denomina “estilização da vida”. Foi possível observar que os pais do entrevistado acabaram assumindo um papel de mecenato indireto que permitiu a ele retardar o fim de sua juventude e prolongar seu período de formação. Tal aspecto fica evidenciado quando ele diz que tem muito a agradecer a seus pais por sempre terem sido pacientes e demonstrado apoio incondicional a ele.

Mas, além dessa condição de classe de abundância, fundamental para que o entrevistado desenvolvesse a estilização da vida, Bourdieu dá relevância ao papel da família e da escola para a incorporação do capital cultural e das disposições artísticas. Tudo isso torna-se mais que mero “substantivo” (LAHIRE, 2005) quando se aplica a metodológica do retrato sociológico, que torna mais nítido o lento processo de estímulos fundamentais para a incorporação das disposições necessárias para o interesse pela arte e seu consumo.

Por fim, se Lahire (2005, 2006) fala em variações intraindividuais, tanto em relação às disposições quanto ao gosto e consumo cultural de um agente, que pode mesclar o consumo de bens culturais legítimos e não-legítimos (por isso sua visão de ator plural), o que vemos, no caso de Villa, é que mesmo o consumo de bens culturais tidos



como “vulgares”, como o *video game*, é feito com a aplicação da disposição estética em seu sentido mais puro, ou seja, ele joga atendo-se muito mais à forma — direção de arte e possibilidades de narrativa dos jogos, por exemplo — do que à função de diversão instantânea, isto é, as experimentações estilísticas possíveis de serem feitas com um jogo têm uma dimensão maior que o mero divertimento. No caso de Villa, especificamente, vemos que o *habitus* de classe, que permite o desenvolvimento da disposição estética, ou seja, disposições do passado incorporado, como visto ao longo de todo o retrato sociológico, está constantemente em atuação e se atualizando até mesmo em situações inusitadas, como na prática e consumo de *video games*.

Assim, ao menos no caso de Villa, podemos afirmar uma permanência do mesmo princípio disposicional referente à aplicação geral da disposição estética, particular à sua condição de classe. Quanto a isso, cabe salientar que Bourdieu (2011a) trata das dissonâncias culturais quando reflete sobre agentes com alto capital cultural (produtores culturais) que passam a consumir bens não tão legítimos ou em vias de legitimação, como, fazendo referência à época em que escreveu “*A distinção...*”, o jazz e o cinema. Porém ele afirma que tais agentes o fazem tendo como base os princípios da disposição estética, sendo esta, inclusive, uma forma de afirmar a segurança e certeza do gosto frente à insegurança dos burgueses e pequenos burgueses; justamente por promoverem bens culturais considerados menores transformando-os em objetos majoritariamente de apreciação estética, isto é, centrando a fruição nos aspectos estéticos e não na função, portanto, exercendo uma forma legítima de consumo. Apesar de percebermos, a partir do retrato sociológico de Villa, uma constância da disposição estética, a qual se estende tanto para âmbitos da cultura legítima quanto para bens culturais menos legítimos, é difícil fazer generalizações a partir de um caso único. Assim, consideramos que persiste a indeterminação a respeito da precedência ou não do modelo bourdiesiano do *habitus* unívoco sobre a ideia de patrimônio disposicional de Lahire.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011b.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n29.63860.p190-215>

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, p. 11-42, 2005.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PETERS, G. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 47-71, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300004>. Acesso em: 19 nov. 2022.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Recebido em: 30/07/2022.

Aceito em: 14/11/2022.

